

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Wellington Narde Navarro da Costa

Guerreiro Ramos: uma sociologia da organização dos povos (1958-1964)

Porto Alegre

2023

Wellington Narde Navarro da Costa

Guerreiro Ramos: uma sociologia da organização dos povos (1958-1964)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

Porto Alegre

2023

Wellington Narde Navarro da Costa

Guerreiro Ramos: uma sociologia da organização dos povos (1958-1964)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

Porto Alegre, 8 de setembro de 2023.

RESULTADO: Aprovado

BANCA EXAMINADORA:

Muryatan Santana Barbosa
Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial
Universidade Federal do ABC

Claudia Wasserman
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

José Carlos Gomes dos Anjos
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CIP - Catalogação na Publicação

Costa, Wellington Narde Navarro da
Guerreiro Ramos: uma sociologia da organização dos povos (1958-1964) / Wellington Narde Navarro da Costa. -- 2023.
295 f.
Orientador: Guilherme Francisco Waterloo Radomsky.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Pensamento social brasileiro. 2. Teoria sociológica. I. Radomsky, Guilherme Francisco Waterloo, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS-UFRGS) pelo suporte nesse período de doutoramento no qual enfrentamos muitas dificuldades enquanto pesquisadores e militantes por uma universidade pública e popular, desde os cortes de verba destinadas à educação e seu trágico impacto nas instituições de ensino e pesquisa, até os diversos infortúnios inerentes à pandemia de covid-19. Apesar do cenário catastrófico, sou grato por ter permanecido como bolsista CAPES durante os quatro anos regimentais e, por isso mesmo, ter conseguido priorizar o trabalho sociológico.

Aos colegas e professores do PPGS, pelas oportunidades de diálogo e exercício da crítica tão necessários ao nosso ofício de sociólogo, com destaque para os professores Guilherme Radomsky, na figura de orientador, José Carlos dos Anjos, pelas contribuições diretas em relação a essa tese (enquanto membro da banca examinadora desde a qualificação) e indiretas a partir das disciplinas ministradas junto ao programa, Raquel Weiss e Camila Penna de Castro, pelo interesse em debater a obra de Guerreiro Ramos e por terem confiado nos meus estudos para tal.

Ao professor José Rivair Macedo, do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (PPGH-UFRGS), um mestre que colaborou com a construção desta pesquisa desde o seu esboço no contexto da disciplina “Leituras clássicas do pensamento negro brasileiro”, no segundo semestre de 2017. Ao longo desses anos, tive a honra de tê-lo como referência intelectual e de estabelecermos um diálogo crítico e fraterno.

Ao professor Muryatan Barbosa, notável conhecedor do pensamento de Guerreiro Ramos, uma influência junto a essa pesquisa também desde os primeiros contornos.

Ao professor Ariston Azevêdo, da Escola de Administração da UFRGS, outra grande referência nos estudos da obra guerreiriana, por ter compartilhado comigo seu conhecimento e parte do seu acervo sobre Guerreiro Ramos, aspecto fundamental para o desenvolvimento dessa investigação.

Ao meu pai, seu Arlindo, pelo apoio incondicional e exemplo na caminhada. Se escrever uma tese é um exercício solitário e solidário, então, até aqui foi tudo por nós.

À minha companheira de todas as horas, Raquel Fonseca, com quem divido o reinado no submundo. Você é meu maior exemplo na luta para nos tornarmos aquilo que somos. Te amo!

À minha psicóloga, Kaysa Reichow dos Santos, oráculo que me interpelou durante essa fase da minha jornada.

Aos meus gatos, Amauta, Postel e Pin Lopes, por serem meus animais de poder.

Aos camaradas do Coletivo Negro Minervino de Oliveira (CNMO-RS), por cerrarmos ombro a ombro a luta pela emancipação da nossa classe: nós temos o Brasil e mais nada!

RESUMO

O presente trabalho consiste na investigação sobre a teoria social produzida pelo sociólogo Alberto Guerreiro Ramos no contexto do pré-64 (1958-1964). Figura emblemática e atuante nos círculos nacionalistas do Rio de Janeiro, conciliou magistério e pesquisa sociológica com a carreira no funcionalismo público de nível técnico, mantendo paralelamente vigorosas intervenções no debate público sobre ciência e projeto nacional. Vetor de muitas polêmicas, decidiu aprofundar seu conhecimento político sobre o país em 1959 ao integrar o Diretório Nacional do PTB, momento no qual experimentou de modo mais intenso a conjuntura brasileira, procurando adequar sua teoria sociológica às necessidades e demandas do povo e daqueles que, assim como ele, aspiravam colocar-se enquanto sua vanguarda. Tal radicalização política teve como fio condutor a redução sociológica, pressuposto teórico-metodológico de importância capital na obra guerreiriana. Assim, interpelamos o modo no qual Guerreiro Ramos experimentou a redução sociológica junto à efervescência cultural e política que antecedeu o golpe civil-militar de 1964, com vistas a evidenciar as implicações dessa *práxis* tanto no plano da sociologia brasileira quanto na edificação de um projeto de país. Mais do que uma aposta frustrada na construção de um capitalismo autônomo e de uma sociologia nacional, há virtualidades e potenciais não explorados na produção teórica do autor precedente aos anos de chumbo, de modo que a relação entre sociologia e revolução permanece fecunda frente aos desafios que a história tem colocado àqueles inclinados a pensar e transformar o Brasil e o mundo contemporâneo. Ao examinarmos as principais obras do sociólogo baiano no período delimitado, além de um conjunto de textos publicados na mídia impressa, percebemos a emergência de uma sociologia da organização dos povos na forma pela qual Guerreiro atribuiu valor pragmático à sua teoria sociológica. O itinerário que fomos pavimentando ao inquirir a materialidade da documentação e cotejar dois tipos de fonte (livros e textos de jornal) constituiu nossa metodologia de pesquisa à luz da etnografia de arquivos.

Palavras-chave: Sociologia das organizações; Teoria sociológica; Pensamento social brasileiro; Intelectuais.

ABSTRACT

The present work consists of an investigation into the social theory produced by the sociologist Alberto Guerreiro Ramos in the pre-64 context (1958-1964). An emblematic and active figure in nationalist circles in Rio de Janeiro, he reconciled teaching and sociological research with a career in public service at a technical level, while at the same time maintaining vigorous interventions in the public debate on science and the national project. Subject of many controversies, he decided to deepen his political knowledge of the country in 1959 by joining the National Direction of the PTB, when he experienced the Brazilian situation more intensely, seeking to adapt his sociological theory to the needs and demands of the people and those who, like him, aspired to place themselves as its vanguard. Such political radicalization had the sociological reduction as its guiding principle, a theoretical-methodological assumption of capital importance in the *guerreaririana* work. Thus, we question the way in which Guerreiro Ramos experienced the sociological reduction along with the cultural and political effervescence that preceded the civil-military coup of 1964, with the means to highlight the implications of this praxis both in terms of Brazilian sociology and in the construction of a project of country. Much more than a frustrated bet on the construction of an autonomous capitalism and a national sociology, there are virtualities and unexplored potentials in the theoretical production of the author preceding the “years of lead”, so that the relationship between sociology and revolution remains fruitful in the face of the challenges that history has placed upon those inclined to think and transform Brazil and the contemporary world. When we examine the main works of the sociologist from Bahia in the delimited period, in addition to a set of texts published in the printed media, we perceive the emergence of a sociology of the organization of peoples in the way in which Guerreiro attributed pragmatic value to his sociological theory. The itinerary that we paved when investigating the materiality of the documentation and comparing two types of sources (books and newspaper texts) constituted our research methodology in light of the ethnography of archives.

Keywords: Sociology of organizations; Sociological theory; Brazilian social thought; Intellectuals.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AIB – Ação Integralista Brasileira
- BRI – Belt and Road Initiative
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CNMO-RS – Coletivo Negro Minervino de Oliveira (Rio Grande do Sul)
- CONCLAP – Conselho das Classes Produtoras
- CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
- DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
- DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
- DNC – Departamento Nacional da Criança
- EBAP – Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas
- ELSP – Escola Livre de Sociologia e Política
- ESD – Escola Superior de Defesa
- ESG – Escola Superior de Guerra
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IMB - Instituto Mises Brasil
- INN – Instituto Nacional do Negro
- IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
- ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
- MAS – Movimiento al Socialismo
- MVR – Movimiento V República
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PAIS – Patria Altiva i Soberana
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- PCCh – Partido Comunista da China
- PCdoB – Partido Comunista do Brasil
- PCI – Partido Comunista Italiano
- PCUS – Partido Comunista da União Soviética
- PIB – Produto Interno Bruto
- PPGH – Programa de Pós-Graduação em História

PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia

PPI – Preço de Paridade de Importação

PSD – Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

TEN – Teatro Experimental do Negro

TMD – Teoria Marxista da Dependência

UDN – União Democrática Nacional

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USC – University of Southern California

USP – Universidade de São Paulo

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REDUÇÃO SOCIOLÓGICA: A ARMA DA CRÍTICA “GUERREIRIANA”	35
2.1 UM ESTUDO DA RAZÃO SOCIOLÓGICA.....	40
2.1.1 Fatores da consciência crítica nacional	45
2.1.2 Definição geral e específica da redução sociológica.....	50
2.1.3 Leis da redução sociológica.....	57
2.2 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO	69
2.3 EM BUSCA DE UMA SOCIOLOGIA CONTRA-ACADÊMICA?	73
3 O PROBLEMA NACIONAL DO BRASIL: CONTRIBUIÇÃO À SOCIOLOGIA CRÍTICA E MILITANTE DAS ORGANIZAÇÕES.....	82
3.1 A TEMÁTICA DO PODER	83
3.2 SOCIOLOGIA, IDEOLOGIA E SEGURANÇA NACIONAL	86
3.3 SOCIOLOGIA E PROGRAMAÇÃO.....	97
3.3.1 A regra de ouro do projetamento.....	103
3.3.2 Desenvolvimento das capacidades políticas e econômicas	105
3.4 VANGUARDA NACIONAL E POPULAR	108
4 A CRISE DO PODER NO BRASIL: SOCIOLOGIA SOB O SIGNO DA REVOLUÇÃO	112
4.1 DAS URNAS À BASE: REDEFINIR A ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA	113
4.2 TIPOLOGIA DA EVOLUÇÃO POLÍTICA NO BRASIL	117
4.3 REFORMA DAS INSTITUIÇÕES PARTIDÁRIAS: QUESTÃO TEÓRICA E PRÁTICA	123
4.4 DAS DOENÇAS INFANTIS DO TRABALHISMO À SOCIOLOGIA DA REVOLUÇÃO.....	131
4.5 O PAPEL DA <i>INTELLIGENTSIA</i> NACIONAL	136
5 “AFIRMAR-SE É ARRISCAR-SE”: MITO E VERDADE DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA	140
5.1 SOCIOLOGIA DA REVOLUÇÃO.....	141
5.1.1 Atitude, situação e modelos de revolução.....	148
5.1.2 Revolução direta e socialismo.....	155
5.2 NA TRILHA DO HOMEM PARENTÉTICO.....	159
5.3 “AOS OTÁRIOS – O MITO”: REVOLUÇÃO NÃO É METAFÍSICA.....	165
6 DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO AO SOCIALISMO CABOCLO.....	177
6.1 UM BRASILEIRO NA CHINA	178

6.2 UM BRASILEIRO NA IUGOSLÁVIA	194
6.3 UM BRASILEIRO NA UNIÃO SOVIÉTICA.....	203
7 REDUÇÃO SOCIOLOGICA E A MENSAGEM NA GARRAFA LANÇADA AO MAR: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	214
REFERÊNCIAS.....	226
ANEXOS.....	234
ANEXO 1 - Entrevista concedida por Guerreiro Ramos ao jornal <i>Novos Rumos</i> , semana de 5 a 11 de agosto de 1960.....	234
ANEXO 2 - Capa do jornal <i>O Metropolitano</i> (edição que circulava aos sábados junto ao <i>Diário de Notícias</i>) do dia 25 de janeiro de 1959, com destaque para a entrevista concedida por Guerreiro Ramos ao periódico estudantil.	235
ANEXO 3 - Trecho da entrevista concedida por Guerreiro Ramos ao jornal <i>O Metropolitano</i> do dia 25 de janeiro de 1959.....	235
ANEXO 4 - Registro do encontro de Guerreiro Ramos com o Marechal Tito, publicado junto ao texto de autoria do sociólogo intitulado “Josip Broz-Tito e a política de coexistência ativa e pacífica: 3 características”, em <i>O Jornal</i> do dia 16 de outubro de 1960.	236
ANEXO 5 - Texto publicado por Guerreiro Ramos no jornal <i>O Metropolitano</i> (edição que circulava aos sábados junto ao <i>Diário de Notícias</i>) do dia 23 de setembro de 1961.....	237
APÊNDICES – ARTIGOS DE GUERREIRO RAMOS PUBLICADOS EM O JORNAL ENTRE 1960 E 1961.....	238

1 INTRODUÇÃO

Alberto Guerreiro Ramos (1915 – 1982) foi um dos notáveis autores do pensamento social brasileiro e figurou entre os sociólogos mais influentes do país nas décadas de 1950 e 1960. Responsável por uma vasta bibliografia, o intelectual baiano transitou pela poesia, sociologia da cultura, puericultura, relações étnico-raciais, sociologia do desenvolvimento, teoria da administração, entre outros temas, com originalidade e rigor científico. Ao exercer carreira no funcionalismo público, passando por instituições como o Departamento Nacional da Criança (DNC), o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e a Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP-FGV), Guerreiro Ramos também integrou o Teatro Experimental do Negro (TEN) na condição de diretor do Instituto Nacional do Negro (INN), o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) no cargo de chefe do Departamento de Sociologia, além de ter ocupado uma cadeira na Câmara dos Deputados como deputado federal do Estado da Guanabara de agosto de 1963 até abril de 1964, quando teve seus direitos políticos cassados no contexto do golpe civil-militar. Abrigado por um tempo na FGV, buscou o exílio nos Estados Unidos (1967 – 1982) onde continuou sua carreira como professor na *University of Southern California* (USC), em Los Angeles, falecendo no ano de 1982.

Ao longo de sua trajetória intelectual, dialogou com diversas perspectivas político-filosóficas, destacando-se entre elas o personalismo, o existencialismo, o materialismo histórico e dialético, a fenomenologia, a negritude, além de uma proximidade permanente com o pensamento weberiano. Desde a publicação de *A redução sociológica* (1958) – livro que enunciou sistematicamente seus pressupostos teórico-metodológicos – Guerreiro afirmara a emergência de uma consciência crítica no Brasil, com respaldo na participação das massas no que se referia às decisões políticas em comparação a outros períodos da nossa história. De acordo com o autor, os fenômenos da industrialização e duas de suas consequências, a urbanização e as alterações do consumo popular (Ramos, 1996, p. 53), haviam sido fundamentais na constituição do “povo” brasileiro, assim como para a formação da consciência crítica nacional em curso na época, caracterizando essa etapa (segunda metade da década de 50 e início dos anos 60) como *sui generis* na história do Brasil.

A partir deste contexto, no qual os temas do desenvolvimento e da revolução nacional encontravam-se na ordem do dia no que dizia respeito ao pensamento social e político brasileiro, essa tese investiga o legado sociológico de Guerreiro Ramos a datar de 1958 até 1964, momento em que o sociólogo deixou a Câmara de Deputados devido à cassação de seu

mandato. Essa delimitação temporal de seis anos nos oferece um arcabouço de fontes para investigarmos a atuação, o pensamento e as contribuições sociológicas de Ramos para com a teoria social brasileira mediante os desafios encarados pela sua geração num momento tempestuoso e criativo da nossa história: o pré-64.

No ano de 1958, além da publicação de *A redução sociológica*, Guerreiro também encerrou suas atividades junto ao ISEB, instituição da qual participara da fundação. No intuito de acompanhar com maior precisão a dinâmica dos acontecimentos políticos da época, o professor Guerreiro Ramos optou por integrar o Diretório Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1959, decidido a fazer da militância político-partidária uma ferramenta de atualização da sua *práxis* enquanto cientista social. Além da participação no diretório do partido, também atuou como delegado na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) (1960/1962), realizou intercâmbio em países socialistas entre 1960 e 1961 – URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), Iugoslávia e China – e exerceu o ofício de deputado federal em 1963 quando deixou a suplência e assumiu a cadeira pela legenda do PTB no Estado da Guanabara. Todas essas atividades do sociólogo trabalhista renderam reflexões teórico-políticas que foram registradas em jornais cujas publicações periódicas foram por ele assinadas. Por conta disso também que estabelecemos o ano de 1958 como marco inicial para a pesquisa, pois corresponde ao período no qual o autor decidiu aprofundar sua vocação política se organizando partidariamente e tecendo autocríticas no que se referia aos limites de sua “sociologia de gabinete” – o investimento na circulação de ideias por meio da mídia impressa é bastante sintomático quanto a esta reconfiguração pessoal.

É lícito, todavia, observarmos que a atuação de Guerreiro Ramos junto à imprensa não era uma novidade, pois, desde a juventude, antes mesmo de se tornar sociólogo, já publicava textos em jornais e participava de círculos intelectuais em Salvador. Ao se estabelecer no Rio de Janeiro nos anos 1940 em diante, publicou em diversos jornais e revistas, portando-se como intelectual público. A peculiaridade da atuação do sociólogo por meio da mídia impressa no período delimitado para esta pesquisa está na ênfase do autor em popularizar o conhecimento sociológico, de modo geral, e a sua própria produção teórica, de maneira específica. Por este viés, se tratava de fazer reverberar sua sociologia em “mangas de camisa”¹ na disputa pelos sentidos do projeto de desenvolvimento nacional à luz de uma utopia, a revolução brasileira. A

¹ Sociologia em “mangas de camisa” foi um termo empregado por Guerreiro Ramos para se referir ao trabalho sociológico que não perde de vista seu significado econômico e o vínculo com as tarefas de promoção do desenvolvimento e construção nacional, ao contrário da sociologia de gabinete, academicamente confinada e comprometida com a burocracia cartorial (Ramos, 1995).

despeito dos esforços de Guerreiro e de tantos outros intelectuais, políticos e militantes que compunham a esquerda brasileira nos anos de 1960, não foi possível evitar a derrota consolidada pelo golpe civil-militar de 1964, razão pela qual o sociólogo buscou o exílio nos Estados Unidos – limite temporal da nossa investigação. Deste modo, para melhor compreendermos o projeto teórico-político do autor, mobilizamos dois tipos de fontes para a análise, a saber: publicações em livros e textos de jornais.

Compõem nosso *corpus* da investigação os livros publicados por Guerreiro Ramos nessa delimitação temporal, sendo eles: *A redução sociológica* ([1958]1965); *O problema nacional do Brasil* (1960); *A crise do poder no Brasil* (1961a) e *Mito e verdade da revolução brasileira* ([1963]2016). Tais obras representam aspirações teóricas e esforços de síntese do autor no pré-64. A historiografia mais clássica sobre o golpe de 1964 no Brasil, assim como boa parte das pesquisas sobre a ditadura civil-militar, costumam delimitar o pré-64 a partir do suicídio de Getúlio Vargas em 1954, com ênfase na renúncia de Jânio Quadros em 1961 até a queda de João Goulart em 1964 (Dreifuss, 1980; Figueiredo, 1993; Fico, 2004; Toledo, 2004), de tal modo que os acontecimentos ocorridos nesse período seriam aqueles decisivos para compreendermos a reação dos militares naquela conjuntura, o ensaio do projeto autoritário e sua subsequente implementação nas décadas seguintes. Temos acordo quanto a essa interpretação, todavia, no que concerne ao nosso estudo, concebemos o pré-64 a datar de 1958, devido aos acontecimentos pessoais e coletivos que afetaram nosso autor nesse período. Para além dos fatos já mencionados, cabe destacar que em 1958 também eclodiu uma crise política no ISEB, a “meca da pesquisa e do ensino dos problemas brasileiros” (Skidmore, 1982, p. 211). Na condição de ter sido um dos protagonistas dessa crise institucional, o sociólogo acabou rompendo com o instituto e apostando na reconfiguração de sua *práxis* política ao assumir compromisso junto ao Diretório Nacional do PTB e na tarefa de divulgar suas ideias por meio da imprensa.

Por esse viés, nossa concepção de pré-64 (1958-1964) envolve não apenas aspectos decisivos da trajetória intelectual de Guerreiro Ramos para a compreensão de sua sociologia, mas igualmente elementos históricos importantes que dizem respeito às transformações sociais, econômicas e aos embates políticos inerentes ao Brasil interpelado pela gramática do nacional-desenvolvimentismo. Trata-se de um período cuja efervescência política abrigou o exercício de três presidentes da república, tentativas de golpe (com o lamentável êxito da última investida), revoltas e levantes de setores das Forças Armadas, mobilização intensa de operários, camponeses, estudantes, intelectuais públicos, entre outras forças sociais. Se é lícito caracterizarmos o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) como estável – o que não

significou ausência de conflitos, mas o sucesso em controlá-los –, a partir de meados de 1958 a gestão de JK passou a enfrentar crises que perduraram sobre o paradigma desenvolvimentista. Enquanto o primeiro período de mandato havia sido de integração efetiva da ação econômica governamental à ideologia do desenvolvimento e, por esse motivo, a inquietação política estava sob equilíbrio em meio ao otimismo junto ao Programa de Metas, o segundo expressou preocupações quanto à possibilidade do não cumprimento do planejamento, pressões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da oposição no que se referia ao conflito entre o Programa de Metas e o Programa de Estabilização Monetária (o problema da inflação). É neste contexto em que a estabilidade política – fruto de uma conjuntura favorável articulada pelo governo Juscelino entre as Forças Armadas (com importante atuação do General Lott) e a aliança majoritária no Congresso (Partido Social Democrático, PSD, e PTB) em convergência com o seu programa econômico, cujo núcleo duro era o Programa de Metas (Benevides, 1976) – começou a dar sinais de colapso que partimos para investigar as intervenções do sociólogo baiano no campo político e social. No capítulo 2, tratamos da obra capital de Guerreiro Ramos, *A redução sociológica*, lançada em 1958, cuja proposição teórico-metodológica orientou sua produção, de modo ampliado, e suas intervenções políticas enquanto sociólogo na conjuntura específica da etapa histórica em questão.

No capítulo 3, examinamos o livro *O problema nacional do Brasil*, publicado em 1960, que reuniu importantes reflexões de Guerreiro a partir de diversos momentos do governo JK, e apresentou, do ponto de vista teórico, o momento de transição do sociólogo *isebiano* para assumir-se como dirigente petebista. Noções conceituais de poder, ideologia e segurança nacional, programação/planejamento, desenvolvimento, entre outras, ocuparam grande parte deste estudo. É interessante mencionar que o próprio Guerreiro entregou essa obra em mãos ao Marechal Tito² durante sua passagem pela Iugoslávia em 1960, meses antes da eleição do sucessor de Juscelino à presidência.

A ascensão de Jânio Quadros à presidência da república em 1961 representou uma tensão *sui generis* em relação ao curto período democrático consolidado pós Segunda Guerra Mundial. Apresentado como um *outsider*, um político “antipolítico”, Jânio venceu as eleições de 1960 com a promessa de enfrentar os velhos hábitos da hegemonia varguista na política e, em especial, “varrer” a corrupção inerente ao sistema. A imagem do “amador honesto” construída ao redor de Quadros reforçou a ideia de que ele pudesse ser o tipo capaz de transcender as linhas estabelecidas pelo conflito entre as principais forças políticas daquela

² Josip Broz Tito (1892-1980), militar, comunista e estadista iugoslavo. Foi presidente da República Socialista Federativa da Iugoslávia de 1953 até 1980, ano de seu falecimento.

conjuntura (oriundas da polarização varguistas e antivarguistas) e implementar as transformações à altura das necessidades de um Brasil urbano e moderno (Skidmore, 1982). Nesse sentido, Jânio apostou na própria força e autonomia política exibindo uma série de atitudes ambíguas que, se por um lado impulsionaram sua ascensão ao poder executivo federal, por outro, foram o estopim da crise institucional que serviu de antessala ao golpe de abril de 1964. Deste modo, o antigetulismo de Quadros, assim como seus discursos anticomunistas, foi importante, num primeiro momento, para a oposição, cuja expressão mais significativa era a União Democrática Nacional (UDN), derrotar a aliança composta pelo Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista (PTB) nas eleições presidenciais. Todavia, apesar de sua oposição ao legado varguista, Jânio nunca se integrou efetivamente às forças antivarguistas e preservou uma independência política que passou a deixar a UDN e demais setores conservadores em situações desconfortáveis na medida em que seu mandato avançava, principalmente no que dizia respeito à política externa. A aproximação de Jânio Quadros à Cuba (com direito à condecoração de Che Guevara com a Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul), o apoio à China junto às Nações Unidas e o estreitamento de relações com intelectuais/conselheiros desenvolvimentistas tornaram sua renúncia um problema a menos para os conservadores que acreditaram poder influenciar Jânio durante seu governo. O livro *A crise do poder no Brasil* (1961a), objeto discutido no capítulo 4, constituiu uma interessante análise deste momento da conjuntura política e de suas tensões institucionais durante a gestão Quadros, assim como ofereceu uma instigante reflexão sobre os desafios colocados aos nacionalistas de esquerda no que se referia à formação de uma vanguarda capaz de dirigir as aspirações do povo pelas sendas revolucionárias. Categorias como bonapartismo, populismo, política de quadros, grupos de pressão, organização partidária, exemplificam o pragmatismo sociológico do autor nesse contexto.

Por fim, a história ainda colocou como desafio ao nosso sociólogo baiano a etapa do governo Goulart (1961-1964) que começou tão conturbada quanto o seu desfecho. João Goulart (petebista, ex-ministro do trabalho na gestão de Getúlio Vargas, vice-presidente no governo Juscelino Kubitschek e, até aquele instante, vice-presidente de Jânio Quadros) se encontrava na China quando Jânio renunciou à presidência da república. De acordo com a constituição vigente, na impossibilidade do presidente continuar o mandato, o vice-presidente assumiria o posto, ou seja, Jango imediatamente se tornaria o novo presidente do Brasil. Devido à sua ausência pela razão de encontrar-se em missão econômica no exterior, o então presidente da Câmara (Ranieri Mazzilli) assumiu o cargo interino de presidente da República. Nesse contexto de crise, setores conservadores das Forças Armadas e do Congresso Nacional concebiam a

posse de Jango como um evento trágico para o país, pois o associavam à herança varguista, ao sindicalismo demagogo e à agitação perigosa. Assim, os ministros militares declararam estado de sítio e mobilizaram esforços para que Mazzilli permanecesse na presidência até as próximas eleições. Contudo, a correlação de forças não permitiu que esse caminho se concretizasse, de tal modo que lideranças/forças populares e setores do Exército – cuja expressão emblemática foi a Campanha da Legalidade liderada por Leonel Brizola e a intervenção do Terceiro Exército sob o comando do General Machado Lopes – garantiram a posse de João Goulart conforme constava na legislação em vigor. Porém, a solução encontrada pela maioria dos congressistas para mediar o conflito inerente à admissão de Goulart foi condicionar sua posse ao regime parlamentarista aprovado por meio de uma emenda constitucional. Nestas circunstâncias, o poder executivo passava a ser exercido pelo presidente da República e por um Conselho de Ministros (Gabinete Parlamentar), de tal maneira que competia ao presidente nomear o primeiro ministro ou chefe de governo e, por indicação deste, os demais ministros de Estado.

Em outras palavras, o governo se efetivava rigorosamente através do Conselho de Ministros que, por sua vez, dependia permanentemente do voto de confiança do Congresso Nacional, enquanto o presidente da República era reduzido a um chefe de Estado destituído da iniciativa de elaborar leis, propostas de orçamento, orientar a política externa, etc. (Toledo, 2004). Tal regime durou até 6 de janeiro de 1963, data em que a população por meio de plebiscito rejeitou o sistema parlamentarista. A volta do presidencialismo, sem embargo, não significou a superação da crise política já instalada cujo desenlace foi o golpe civil-militar de abril de 1964. Em *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963/2016), brochura debatida no capítulo 5, Guerreiro Ramos abordou os acontecimentos que antecederam a destituição de Goulart pelos golpistas, voltando sua análise para a *práxis* da esquerda brasileira naquele contexto conturbado. Com o objetivo de estabelecer a “crítica revolucionária da revolução” por meio de um tratado, essa obra apresenta noções como situação revolucionária, modelos de revolução, atitude parentética, vocação socialista, revisionismo, entre outros. Tal publicação exprimiu o esforço do sociólogo no sentido de nacionalização da esquerda no Brasil por meio da redução sociológica, tendo em vista a revolução brasileira possível.

Já os textos publicados em jornais constituem um arcabouço documental dessa nova *práxis* política desenvolvida por Guerreiro Ramos no pré-64 e que foram muito pouco explorados pelos pesquisadores dedicados à sua obra – a maioria dos trabalhos que abordaram o pensamento do autor nesse período restringiram-se ao estudo dos livros. Dentre os principais

periódicos nos quais o sociólogo publicou seus textos e que tivemos acesso estão *O Semanário*³ (coluna “Vanguarda Popular” de janeiro de 1959 a agosto do mesmo ano), *O Jornal*⁴ (coluna “Um brasileiro na China” de agosto a outubro de 1960; “Um brasileiro no mundo socialista” de outubro de 1960 até abril de 1961; “A Europa crepuscular” entre abril e maio de 1961), *Diário de Notícias*⁵ entre 1959 e 1962, *Última Hora*⁶ (coluna “Do ponto-de-vista nacional” de agosto de 1960 a outubro de 1962), e *Novos Rumos*⁷ entre 1961 e 1963. Diante do expressivo volume documental coletado durante a pesquisa, optamos somente pela análise dos artigos escritos por Guerreiro Ramos a partir de seu estágio no mundo socialista, ou seja, referente às publicações em *O Jornal*, tanto pelo ineditismo das fontes quanto pela radicalidade teórica da sua sociologia

³ Jornal carioca semanal fundado em 5 de abril de 1956 por Osvaldo Costa e extinto em abril de 1964. Ao longo de sua existência contou com a colaboração de nomes de destaque, como Osni Duarte Pereira, Néelson Werneck Sodré, Condim da Fonseca, Anderson Mascarenhas, Sérgio Magalhães, Josué de Castro, Francisco Julião, Barbosa Lima Sobrinho, Plínio de Abreu Ramos e outros. Logo após seu lançamento, caracterizou-se pela publicação de reportagens amplas, sem firmar um compromisso político definido. No decorrer de seu primeiro ano de existência, entretanto, começou a esboçar seu futuro programa de ação que veio a se consolidar em 1957 quando estreitaram-se as ligações do jornal com a Frente Parlamentar Nacionalista. Para mais informações: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/semanario-o>. Acesso em: 13 fev. 2021.

⁴ Jornal carioca diário fundado em 17 de julho de 1919 por Renato de Toledo Lopes. Cinco anos após sua fundação, foi adquirido por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, tornando-se o primeiro elo e o órgão líder da cadeia dos Diários Associados. Foi extinto em abril de 1974. Para mais informações: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-o>. Acesso em: 13 fev. 2021.

⁵ *O Diário de Notícias* foi um matutino de tamanho standard lançado a 12 de junho de 1930 no Rio de Janeiro (RJ), por três jornalistas egressos de *O Jornal*, dos Diários Associados: Orlando Ribeiro Dantas (o regente da iniciativa e diretor da nova folha), Nóbrega da Cunha e Alberto Figueiredo Pimentel Segundo. Inicialmente propriedade de uma sociedade anônima presidida por Manoel Magalhães Machado, com Aurélio Silva como secretário, o periódico surgiu moderno e arrojado, contextualizado na guinada que consolidou a estrutura empresarial na imprensa brasileira. Após se firmar como um dos mais importantes diários do jornalismo brasileiro, tendo apoiado e, sobretudo, combatido a política de diversos governos distintos, ocasião em que se mostrou ambivalente, circulou até novembro de 1976, após falhar em seu projeto de colher dividendos ao adotar uma linha favorável ao governo militar instaurado com o golpe de 1964. Para mais informações: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/diario-de-noticias-rio-de-janeiro-1930/>. Acesso em: 13 fev. 2021.

⁶ Jornal diário e vespertino fundado no Rio de Janeiro em 12 de junho de 1951 por Samuel Wainer. A partir de 1952, passou a ser igualmente editado em São Paulo. Em 1955, surgiu uma edição matutina no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que começava a ser articulada a Rede Nacional de Última Hora. Essa cadeia foi formalmente organizada em 1961, quando, além das edições carioca e paulista, surgiu uma edição nacional, impressa no Rio e complementada em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Niterói, Curitiba, Campinas, Santos, Bauru e na Região do ABC paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano). Embora tivesse feito oposição a Jânio Quadros durante a campanha eleitoral, *Última Hora* mostrou-se favorável a alguns aspectos de seu governo, como a política externa de aproximação com os países socialistas. A renúncia do presidente, no mês de agosto de 1961, foi recebida com perplexidade. De imediato, o jornal empenhou-se na defesa da posse de João Goulart, contra as pretensões manifestadas pela UDN e por alguns setores militares. Durante o governo de João Goulart, *Última Hora* permaneceu fiel à sua tradição trabalhista, apoiando o presidente até as vésperas do movimento militar que o depôs. Chegou a ser o único jornal a apoiar Goulart mesmo após a Revolta dos Marinheiros, ocorrida em março de 1964, quando toda a imprensa do país passou a fazer oposição ao governo. Para mais informações: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ultima-hora>. Acesso em: 13 fev. 2021.

⁷ Lançado no Rio de Janeiro (RJ) em 28 de fevereiro de 1959, *Novos Rumos* foi um semanário de circulação nacional editado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), à época denominado Partido Comunista do Brasil. Junto com *A Classe Operária*, *Voz Operária* e *Imprensa Popular*, também criados pelo PCB, foi um dos mais importantes jornais da história da esquerda brasileira. Acabou sendo extinto em 19 de abril de 1964, em consequência do golpe que iniciou a ditadura militar no Brasil. Para mais informações: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/novos-rumos/>. Acesso em: 13 fev. 2021.

ao dialogar com a história viva de povos que empreenderam revoluções. Assim, o sexto e último capítulo foi dedicado às reflexões do sociólogo sobre projeto nacional à luz da sua experiência junto às repúblicas populares, quer dizer, procuramos interpelar as formulações de Guerreiro que, interessado no que de melhor o socialismo produzira em termos de planificação econômica e social, buscou assimilar criticamente os processos vividos na China, Iugoslávia e União Soviética, desde um ponto de vista brasileiro.

A trajetória de Guerreiro Ramos apresenta diversas lutas e construções teóricas que o caracterizam como o intelectual que tomava o “partido da vida” (Ramos, 1995, p. 265). Ademais, o próprio autor optou pela política partidária para melhor acompanhar o processo político brasileiro, de modo a construir formulações com rigor antes dos fatos se transformarem em notícias (Ramos, 1959a). Nesse sentido, nosso trabalho pretende contribuir com a circulação das ideias presentes nas obras do autor menos citadas em trabalhos acadêmicos e grades curriculares dos cursos de ciências sociais (que, não por acaso, são as obras cuja relação entre sociologia e revolução era decisiva), inclusive pelo fato de que metade delas nunca recebeu novas edições – *A Redução Sociológica* foi reeditada pela terceira vez em 1996 e *Mito e verdade da revolução brasileira* obteve sua primeira reedição em 2016, cinquenta e três anos após a ter sido lançada. *O problema nacional do Brasil e A crise do poder no Brasil* jamais receberam novas edições, sendo exemplares raros tanto em sebos quanto nos sistemas de bibliotecas das nossas universidades. São livros nos quais Guerreiro Ramos organizou sistematicamente suas reflexões sociológicas diante da efervescência política do pré-64, aquilo que nos termos de György Lukács classificamos como “trabalhos de circunstância” (Lukács, 2003, p. 51), pois sintetizavam ideias já discutidas, em alguma medida, nas publicações de jornal, no fogo cruzado da conjuntura política brasileira – embora, como o leitor poderá observar ao longo do nosso trabalho, vários temas e meditações interessantes permaneceram apenas na mídia impressa. Não obstante, o decisivo para nossa investigação foi buscar interpelar essas fontes de tal forma que pudéssemos nos instalar no pensamento do autor, acompanhando a sombra e os rastros projetados pela sua produção intelectual no contexto demarcado.

De acordo com o sociólogo estadunidense Wright Mills, os pensadores mais admiráveis não separam seu trabalho de suas vidas, pois encaram ambos demasiado a sério para permitir tal dissociação, e desejam usar cada uma dessas coisas para enriquecer a outra (Mills, 1982). Guerreiro Ramos viveu sob essa lógica de modo que sua trajetória evidencia esse compromisso intelectual desde sua juventude: da poesia que transformaria a sociedade burguesa (o mal da civilização) através da cultura, passando pela negritude e pelo nacionalismo que descolonizaria o Brasil, até suas últimas reflexões sobre teoria das organizações, o autor formulou uma

sociologia a partir de problemas concretos, de circunstâncias vividas. Em outros termos, enquanto sociólogo da *práxis*, sua teoria buscava exprimir uma radicalidade no sentido de atuar sobre a causa profunda dos efeitos que queria modificar (Löwy, 1979). Sem embargo, seria um equívoco, ou, na melhor das hipóteses, uma meia verdade, se reduzíssemos a noção de *práxis* desenvolvida pelo autor à influência exclusiva da tradição marxista. Quando Guerreiro Ramos desenvolveu, por exemplo, as noções de sociologia/ciência em hábito e sociologia/ciência em ato (Ramos, 1965), estava chamando a atenção para duas dimensões da atividade intelectual: a primeira dizia respeito à educação formal em sociologia, à assimilação do conhecimento científico da tradição sociológica, enquanto a segunda se referia ao modo no qual o intelectual reage aos problemas a partir do arcabouço teórico disponível. Esta concepção se aproxima daquela formulada por Émile Durkheim – autor presente em vários trabalhos de Guerreiro ao longo de sua trajetória – em *A elite intelectual e a democracia* (2017), quando o sociólogo francês inferiu que homens de pensamento e de imaginação não parecem ser particularmente predestinados à carreira propriamente política, pois esta exigiria, acima de tudo, as qualidades dos homens de ação.

Para Durkheim, um sociólogo pode ser tão desprovido da capacidade de ação quanto um literato ou um naturalista, pois descobrir as leis gerais pelas quais se exprimem os fatos sociais historicamente não significa ser dotado, ao mesmo tempo, do senso prático que intui as ações reclamadas por um povo num determinado momento de sua história. Ou seja, cientista e político seriam funções que implicariam distintas orientações de espírito e de vontade e que, salvo casos excepcionais, dificilmente a mesma pessoa teria capacidade de desempenhá-las concomitantemente de maneira qualificada. Por isso, Durkheim se preocupava com o fato de que se suspeitasse, no conferencista de hoje, o candidato de amanhã, e sugeriu que os intelectuais fossem, antes de qualquer coisa, educadores, conselheiros. A ação do intelectual, portanto, se concretizaria por meio de livros, conferências, obras de educação popular, no sentido de auxiliar os contemporâneos a se reconhecerem em seus sentimentos e ideias, bem mais do que para governá-los (Durkheim, 2017). Esta perspectiva também nos lembra Max Weber – outra importante influência sobre Guerreiro Ramos – e suas elaborações sobre ciência e política como vocação. Para o pensador alemão, no mundo da ciência, somente aquele que se coloca pura e simplesmente ao serviço de sua causa possui personalidade, isto é, o sujeito que põe todo o coração em sua obra, e só nela, eleva-se à altura e à dignidade da causa que deseja servir (Weber, 2011). Por este ângulo, a ciência para Weber não teria relação alguma com o “cálculo frio”, porque demandaria ser executada com paixão, e a tarefa do cientista seria esclarecer e orientar os homens no que concerne às suas próprias ideias e posições. O cientista

visaria a noção de clareza e responsabilidade na medida em que sua contribuição seria mais para que as pessoas pudessem se dar conta do sentido último dos seus próprios atos e menos para impor ou sugerir uma convicção à sua audiência – tarefa incontornável para pessoas dedicadas à política. Em outras palavras, estavam em jogo para Max Weber duas vocações distintas, duas inclinações do espírito que não necessariamente habitariam o mesmo corpo.

De certa forma, essas dimensões reverberaram na teoria sociológica produzida por Guerreiro Ramos na medida em que, segundo o autor, um sujeito poderia ser muito bem educado em sociologia, conhecer a tradição, ser um excelente professor (saber em hábito), sem oferecer contribuições enquanto cientista/sociólogo, porque isto só seria possível uma vez que o estudioso reagisse aos problemas concretos e, por conseguinte, criasse as próprias ferramentas teóricas (saber em ato). À vista disso, a ciência em ato habilitaria o pesquisador a se colocar como intelectual público e, no caso de países periféricos como o Brasil, a participar da construção de projetos de desenvolvimento nacional e disputar os rumos de eventuais processos revolucionários em marcha. Em outras palavras, assim como nos clássicos fundadores da sociologia, a articulação entre ciência e política não era desprezada, mas observada enquanto uma tarefa de difícil execução. Logo, Guerreiro evidenciou essa dificuldade a partir da formação das ciências sociais no Brasil e buscou dar uma resposta a esse problema por meio da chave da ciência em ato, incorporando a concepção de *práxis* oriunda do método científico inaugurado por Karl Marx e Friedrich Engels ao quadro analítico da tradição sociológica (Durkheim/Weber). Sua sociologia em “mangas de camisa” pressupunha saber e fazer, ciência e revolução: quanto mais engajado e militante da realidade nacional, mais insumos possuiria para a atualização de suas formulações teóricas; e quanto mais informada pelo movimento real dos objetos fosse sua teoria, maior seria sua capacidade de intervenção e enfrentamento dos problemas nacionais. Nas suas palavras, a relação entre sociologia e *práxis* resultava da dialética entre teoria e prática:

Inclino-me a conceituar a nova ciência social como uma concepção resultante de relações dialéticas entre a teoria e a prática. Note-se que não dou primado sistemático nem à teoria, nem à prática. Em toda prática há uma teoria imanente. Em toda teoria há uma prática imanente. Na minha vida profissional, aliás, em certo sentido, a prática precedeu a teoria. A nova teoria sobre relações de raça no Brasil, que consegui fazer vitoriosa em nosso meio, representa a indução de uma *práxis*. O Teatro Experimental do Negro me possibilitou a *práxis* do “problema” e depois dela é que cheguei à teoria. O mesmo aconteceu com os meus estudos sobre mortalidade infantil e sobre problemas administrativos, econômicos e políticos do país. Quem não age, quem não participa do processo societário não compreende a sociedade (Ramos, 1995, p. 260, grifos do autor).

Por esse prisma, cabe destacarmos que a noção de *práxis* em Guerreiro Ramos é necessariamente dialética, mas sua concepção de dialética não se reduzia à polarização entre contraditórios, enquadramento amplamente explorado pela dialética marxista. A sociologia do nosso autor fundamentava-se, nesse sentido, naquilo que Georges Gurvitch⁸ (1987) chamou de pluralismo dialético ou hiper-empirismo dialético, isto é, a ideia de que a dialética comporta múltiplos procedimentos operatórios dos quais a contradição é apenas uma das possibilidades de dialetização do real – haveria, entre outras, a complementariedade, a ambiguidade, a reciprocidade e a dialética mútua. Assim, a sociologia da *práxis* advogada por Guerreiro não pode ser confundida, por exemplo, com a sociologia da *práxis* de Clóvis Moura na qual se referia a uma:

Sociologia dinâmico/radical que age levando em consideração o caráter contraditório da sociedade e que atua sobre aquelas contradições que são imanentes, proporcionando a possibilidade de elevar o conhecimento e, ao mesmo tempo, resolver os problemas sociais que nascem dessas contradições (Moura, 1978, p. 68).

Clóvis Moura desenvolveu sua noção de sociologia da *práxis* em contraposição ao que ele mesmo caracterizou como sociologia acadêmica, quer dizer, uma sociologia cuja *práxis* era gradualista (e, portanto, não-revolucionária) nas suas diversas modalidades e sua essência se limitava pelas contradições da sociedade capitalista à qual servia enquanto conjunto ideológico e/ou de técnicas empíricas a serviço das classes dominantes. Ainda que a crítica à sociologia acadêmica fosse um ponto em comum com Ramos, o modo de manejar a dialética distingue a proposta sociológica de ambos: para Clóvis, o cerne da *práxis* estava na contradição; para Guerreiro, havia um número ilimitado de processos de dialetização do real e só a experiência decidiria concretamente o mais adequado, de modo que nenhum deles poderia ser tomado *a priori* como o principal. Eis o sentido da dialética inerente à sociologia em “mangas de camisa” e que, por conseguinte, animava a redução sociológica.

Conforme discorreu Wright Mills (1982), o indivíduo vive de uma geração a outra numa determinada sociedade. Mais ainda, vive uma biografia dentro de uma sequência histórica na qual condiciona e é condicionado pela sociedade e seu processo histórico. Por essa razão, a imaginação sociológica consiste na capacidade de passar de uma perspectiva a outra: da política para a psicologia; das mais remotas e impessoais transformações para as características mais íntimas do ser humano; por fim, da biografia ao processo histórico e social. Em termos de projeto nacional, a intelectualidade brasileira historicamente apresentou uma ambivalência

⁸ Georges Gurvitch (1894-1965), sociólogo e jurista russo radicado na França, especialista em sociologia do conhecimento e autor influente no pensamento sociológico francês.

psicossocial em que a identidade cultural era percebida como problema e revelou através disso uma tensão entre a integração à civilização e a gênese da nação (Ventura, 1991), razão pela qual se explica, em alguma medida, o fato do Brasil ser até hoje a promessa que não se realiza, o país com potencial de futuro que não resolve o seu passado – inclusive, parece cada vez mais querer viver nesse passado ao invés de integrá-lo para projetar o futuro. Acreditamos que Guerreiro Ramos tenha dado um passo importante no sentido de resolver tal ambivalência – caracterizada como “estilo tropical” na obra de Roberto Ventura –, o que não o impediu de enredar-se em outras ambiguidades enquanto fazia da sociologia um esporte de combate – talvez a tensão com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tenha sido um dos exemplos mais nítidos no pré-64. Contudo, nos interessa mais interpelar as respostas que o sociólogo baiano emitiu aos problemas concretos, suas contribuições para o desenvolvimento da sociologia brasileira contemporânea, entender o quão prósperas foram as convicções desse “dialeto caboclo”, do que assinalar suas ambiguidades e contradições no processo.

Nesse sentido, refletir sobre a trajetória de um intelectual da envergadura de Alberto Guerreiro Ramos não significa apenas identificar virtudes e erros teóricos, mas, sobretudo, recuperar o potencial perdido de seu pensamento. Conforme acertadamente apontou o filósofo esloveno Slavoj Žižek:

[...] o passado não é simplesmente “o que houve”, ele contém potenciais ocultos, não realizados, e o futuro autêntico é a repetição/recuperação desse passado, não do passado como foi, mas daqueles elementos do passado que o próprio passado, em sua realidade, traiu, sufocou, deixou de realizar (Žižek, 2011, p. 153).

Guerreiro compartilhava uma agenda de investigação comum a outros intelectuais de sua época, que dizia respeito à relação entre sociologia e revolução, seja da sociologia enquanto disciplina acadêmica, seja como corpo de conhecimento (Freitas, 2020) no interior de outras disciplinas e/ou organizações políticas, a exemplo do próprio ISEB, de partidos como o PTB, o PCB, entre outras agremiações. Essa agenda de pesquisa foi constituída em torno de um dilema concreto: a necessidade da edificação de uma teoria do desenvolvimento nacional que instrumentalizasse intelectuais e quadros políticos no que se referia às transformações inerentes ao estágio do capitalismo no Brasil. Por este viés, nosso interesse gravita ao redor das proposições de Guerreiro Ramos a respeito de uma sociologia engajada na construção de um projeto de país, crítica e militante da realidade nacional.

Dito isso, nosso problema de pesquisa se apresenta da seguinte forma: em que medida a teoria sociológica produzida por Guerreiro Ramos no pré-64 opera enquanto ferramenta para a organização popular e revolucionária? Ao assumir o engajamento com a revolução brasileira,

que desafios e tensionamentos o legado do autor proporciona à sociologia no Brasil? Tais indagações nos induzem a examinar as formulações intrínsecas à sociologia em “mangas de camisa” não somente como um projeto datado, circunstancial e próprio do contexto histórico no qual foi elaborado, mas também enquanto uma arma teórica capaz de eclodir em nossas intervenções aqui e agora. Essa problematização nos conduziu a destacarmos uma sociologia da organização dos povos na obra de Guerreiro Ramos – do povo brasileiro, essencialmente, mas com vocação para as demais realidades da periferia do capitalismo. Isto posto, vale assinalarmos que para o nosso sociólogo a noção conceitual de organização assume um duplo significado (Bariani, 2008) ao longo da sua produção teórica, primeiro se referindo à estruturação racional da sociedade para seu melhor funcionamento, similar à proposta de Alberto Torres em *A organização nacional* ([1914]1978); e segundo, se aproximando da sociologia contemporânea e acrescentando um viés libertário, define organização como o domínio férreo e frequentemente burocrático da vida social, identificado sobretudo por meio de rotinas institucionais ou simplesmente cotidianas:

A organização é o segredo da servidão humana. É para os seres humanos o que a espécie é para os animais inferiores. Uniformiza as condutas, subordinando-as mecânica e dogmaticamente, reduz e até anula a liberdade. A descoberta e o estudo dos efeitos da organização sobre a vida humana estão destinados a ter importância idêntica à que tem o conhecimento sistematizado do inconsciente. A compreensão do inconsciente caracteriza a conduta superior. Do mesmo modo, a compreensão da organização libera a existência humana de grande parte de suas servidões (Ramos, 2016, p. 206, grifos nossos).

É sabido que o autor foi um grande teórico das organizações ao ter elaborado uma sociologia especial para as áreas de administração e administração pública, sendo os livros *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho: ensaio de sociologia do conhecimento* ([1950]2009), *Administração e estratégia do desenvolvimento: elementos de uma sociologia especial da administração* (1966) e *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações* (1981) suas principais contribuições nesse campo. Todavia, a despeito do interesse organizacional de Guerreiro não ter se concentrado apenas em formular teoria para administrar empresas ou melhorar a burocracia estatal, tornou-se menos conhecida a sua contribuição sociológica para organizar o povo e sua vanguarda, esforço presente nas fontes selecionadas nessa pesquisa. O sentido de organização intrínseco à sociologia do período investigado nesta tese não renuncia ao duplo significado já conhecido pelo público leitor de Guerreiro Ramos, mas traz o acréscimo do conteúdo político conforme as preocupações do autor na conjuntura do pré-64, ou seja, a adequação da sociologia a um processo histórico lido como pré-revolucionário, ao desafio de organizar as massas mediante a

janela de oportunidade ímpar que a história abria para o Brasil – avançar nas tarefas da revolução democrático-burguesa e edificar um capitalismo autônomo. É patente que tanto o êxito quanto a derrota política da sua sociologia até a emergência do golpe civil-militar de 1964 têm relevância, mas nossa proposta objetiva recuperar o potencial oculto que esse passado, devido às suas próprias determinações, não pôde realizar. Assim, sugerimos repetir Guerreiro Ramos, não para segui-lo ao pé da letra ou fazer de sua teoria um receituário, mas para trazer à luz os potenciais não realizados da redução sociológica.

À vista disso, a sociologia dos intelectuais se apresentou como uma área instigante para estudarmos o autor em seu contexto. Nossa concepção é a de que os intelectuais constituem uma categoria (Löwy, 1979; Mannheim, 1986), de tal modo que não se definem pela origem de classe individual, nem somente pelo campo, mas através das contradições entre as determinações institucionais e a filiação à categoria social. Por este ângulo, é lícito conhecer o sentido social e histórico de Guerreiro Ramos na sociedade e no período em que sua qualidade e seu ser se manifestaram, ao passo que os minúsculos pontos de cruzamento entre biografia e história (Mills, 1982) possam nos informar sobre seu projeto político, teoria sociológica e as transformações sociais da época. Conforme apresentado na obra clássica *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação* (Pécaut, 1990), é possível identificarmos duas gerações de intelectuais brasileiros no século XX que manifestaram a convicção de sua responsabilidade essencial na construção da nação: a geração de 1930 (intelectuais dos anos 25-40) e a geração dos anos 1960 (intelectuais de 54-64). Segundo Daniel Pécaut (1990), para a geração de 1930 era urgente organizar a nação, tarefa que cabia às elites e, portanto, os motivava a dela participar, pois se tratava de um fato indissolivelmente cultural e político: forjar um povo é também traçar uma cultura capaz de assegurar sua unidade. Assim, os intelectuais desta geração, a despeito das discordâncias intrínsecas à própria heterogeneidade política enquanto coletivo, convergiram na reivindicação do *status* de elite dirigente, e defendiam a ideia de que não há caminho para o progresso senão o de “dar forma” à sociedade agindo “de cima”. Por outro lado, para a geração de 1960, não se tratava mais de assegurar a coesão interna da nação, mas defender seus interesses das ameaças externas vinculadas ao imperialismo. Não havia mais dúvida de que o povo já estava constituído e era a verdadeira garantia da unidade nacional, de tal maneira que povo e nação eram categorias indissociáveis. Em vista do rápido desenvolvimento econômico daquele período, emergia no país a sociedade de classes cujo desdobramento apontava para certo conflito característico da transição para a sociedade democrática-burguesa: de um lado, a burguesia nacional e as classes populares, e, de outro, a aristocracia agrária conservadora de antigos valores. Por este viés, os intelectuais desta geração

buscaram legitimidade na condição de intérpretes das massas, pois não precisavam mais reivindicar uma posição de elite. Contudo, conservaram a missão política de ajudar o povo a tomar consciência de sua vocação revolucionária e demonstrar-lhe que o desenvolvimento econômico, a independência nacional e a emancipação das classes populares seriam três aspectos de um mesmo projeto de libertação, ou seja, a transformação não seria mais vinda “de cima”, mas passaria pela ação das classes populares (Pécaut, 1990).

No período de 1945 a 1950, quando o conservadorismo autoritário, de acordo com Pécaut (1990), deixou de ser hegemônico e o discurso da revolução social passou a tomar forma, numerosos intelectuais estavam dispostos a reconhecer que o período varguista (1930-1945) fora importante no que se refere ao fortalecimento do Estado Nacional, e alguns aspectos colaboraram para essa reavaliação: a adesão dos comunistas à campanha “queremista”, sinalizando apoio à reeleição de Getúlio Vargas pós-Estado Novo; a passagem de antigos integralistas para posições mais progressistas, transição na qual alguns se tornaram quadros destacados do ISEB, enquanto outros viriam a ser figuras de destaque no trabalhismo. Perante as rupturas e continuidades que se apresentaram neste intervalo entre as gerações de 1930 e 1960, Daniel Pécaut desenvolveu a noção de cultura política:

Esses encaminhamentos e mudanças de posição deixam entrever certas continuidades subjacentes essenciais. A noção de cultura política destina-se a dar conta do fenômeno: significa, para nós, aderir a uma mesma concepção de formação do social. Desse ponto de vista, implica que tendências diversas, num primeiro momento contraditórias, possam surgir de uma mesma matriz geral; supõe também a difusão de um significado comum; e, enfim, refere-se a formas concretas de sociabilidade e comunicação. A cultura política não diz respeito, portanto, ao conjunto dos membros da sociedade, mas é antes constitutiva da identidade de um grupo. É precisamente essa capacidade de duas gerações de intelectuais de suscitar e promover tal cultura, e assim promover também sua própria identidade e influência, que examinaremos nesse estudo (Pécaut, 1990, p. 17).

Guerreiro Ramos foi um pensador que experimentou o espírito de toda esta época abordada na pesquisa de Pécaut. Publicou seus dois primeiros livros ao final dos anos 1930, período em que já exercia intensa atividade intelectual junto a poetas e escritores influenciados pela filosofia e a literatura católica moderna – foi nesse contexto que o jovem Guerreiro se aproximou do integralismo, diga-se de passagem. Trabalhou no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) da Bahia durante o Estado Novo, instituição que viabilizou sua bolsa de estudos para cursar ciências sociais no Rio de Janeiro. Já radicado na então capital federal, escreveu uma série de textos seminais sobre literatura latino-americana para a revista *Cultura Política*, também vinculada ao DIP. Do final da década de 1940 em diante, o sociólogo foi incorporando o debate nacional-desenvolvimentista à sua agenda política e delineando o seu

projeto de revolução brasileira, entendido como “reorganização institucional, tendo em vista reajustar o Estado, não só tornando-o reflexo da correlação de classes dominantes [...] como também para habilitá-lo às novas funções que exige o avançado estágio material que o país vem de atingir” (Ramos, 2016, p. 251). Tal concepção geral de revolução brasileira apresentava grande afinidade com a noção de reforma, quase se confundindo com esta última. No entanto, exibia suas peculiaridades na medida em que partia de um esforço seminal de elaboração de uma teoria social brasileira capaz de reorientar não só os termos da formação econômico-social capitalista no Brasil, como também pavimentar o caminho para a construção do socialismo de acordo com as nossas características nacionais. Estes dados sobre a trajetória de Guerreiro indicam a riqueza da sua formação intelectual e política, além da complexidade e do desafio de estudá-lo no contexto delimitado nesta pesquisa.

Não obstante, concebemos que nosso estudo tem como ponto de partida a sociologia dos intelectuais, e como ponto de chegada a teoria sociológica. A investigação considera, em certa medida, o inventário das influências e afinidades teóricas do autor, os círculos intelectuais que participou, as instituições em que atuou, os congressos e viagens que realizou, assim como os debates e polêmicas que protagonizou. Sem embargo, esse trabalho não pretendeu reconstruir ou estudar sistematicamente as controvérsias científicas/políticas que envolveram o pensador baiano, mas perguntar o que aprendemos com elas e quais são seus desdobramentos para além de uma sociologia paroquial⁹ (Freitas, 1998). O exame da sua trajetória só tem pertinência na medida em que nos aproxima das condições socio-históricas por ele experimentadas e do movimento concreto que efetuou para dar forma às suas ideias, teorias e projetos políticos, pavimentando o caminho para um contato renovado com o seu pensamento. O que está em jogo para nós é a capacidade da produção intelectual de Guerreiro Ramos ainda responder aos desafios que a história nos coloca, e não meramente demonstrar como esse conhecimento foi socialmente construído.

Pesquisar a obra de um intelectual já falecido nos restringe a investigar em arquivos e acervos, sejam eles públicos ou privados, de tal maneira que, sendo a obra de Guerreiro Ramos nosso objeto de estudo, o arquivo se torna o campo (Frehse, 2005). Nesse sentido, a despeito do objeto de pesquisa ter sido construído independentemente do arquivo, este é o único cenário possível para a reflexão sociológica sobre tal objeto, razão pela qual optamos pela etnografia

⁹ “A visão paroquial do conhecimento remonta à tese durkheimiana de que todo conhecimento se origina do processo por meio do qual pessoas determinadas vêm a partilhar crenças em circunstâncias sociais determinadas. Se conhecer é partilhar crenças, e se partilhar crenças implica pertencer a um grupo, então fora do grupo (ou de relações sociais determinadas) não há conhecimento” (Freitas, 1998, p. 139).

de arquivos no que concerne ao caminho metodológico da pesquisa: concebemos os arquivos como territórios onde a história não é buscada, mas contestada, uma vez que constituem *loci* nos quais outras historicidades são suprimidas; sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações, histórica e culturalmente construídas (Cunha, 2004).

O maior número de fontes primárias reunidas durante a pesquisa foi coletado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹⁰ e no acervo pessoal do professor Ariston Azevêdo, da Escola de Administração da UFRGS, e dizem respeito aos textos de jornais selecionados para análise. Deste conjunto de materiais inéditos, priorizamos as colunas publicadas por Guerreiro Ramos no periódico *O Jornal*, as quais discorriam especificamente sobre sua experiência no mundo socialista, documentação extraordinariamente instigante para cotejarmos aos livros publicados naquele período e refletirmos rigorosamente a relação entre sociologia e organização dos povos presente na obra do autor. Das três colunas de *O Jornal* – total de 37 artigos transcritos¹¹ e arquivados em formato *word* –, “Um brasileiro na China”, “Um brasileiro no mundo socialista” e “A Europa Crepuscular”, utilizamos 19 textos que podem ser acessados na íntegra na seção de apêndices, além da entrevista concedida pelo autor ao periódico *Novos Rumos*, em anexo, totalizando 20 publicações da mídia impressa em nossa análise. Como estamos convencidos de que a própria sociologia de Guerreiro Ramos oferece vigorosas ferramentas para a análise crítica da agenda de investigação da qual ele mesmo integrava (desafios para a construção de uma teoria do desenvolvimento nacional), entendemos que o quadro analítico desenvolvido pelo sociólogo baiano é “autoaplicável” à sua trajetória¹², de tal maneira que mobilizamos seu ferramental teórico-metodológico (a redução sociológica) para desviarmos do plano discursivo, das (auto)narrativas sobre o autor, e interpelarmos o modo no qual ele experimentou o método redutor¹³ no conturbado contexto do Brasil pré-64. Em outras

¹⁰ Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 fev. 2021.

¹¹ Todos os periódicos selecionados para a pesquisa podem ser acessados online na plataforma da Hemeroteca Digital Brasileira. No entanto, nem toda documentação está disponível para *download*, de modo que alguns jornais só podem 1) ser acessados online, ou 2) ser adquiridos em alta resolução pelo valor de cinco reais por página. Ao optar pela segunda alternativa, é necessário realizar um depósito na conta da empresa privada responsável pela digitalização com o valor correspondente ao número de páginas desejadas. Como mais da metade do material por nós selecionado está bloqueado para *download*, realizamos a transcrição de todos os jornais que não puderam ser arquivados gratuitamente.

¹² Isso significou, ao fim e ao cabo, submeter os “trabalhos de circunstância” de Guerreiro Ramos – a saber, os livros *O problema nacional do Brasil* (1960), *A crise de poder no Brasil* (1961), *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963) e os textos de *O Jornal* (1960-1961) – à análise por meio de seus próprios pressupostos teórico-metodológicos cuja primeira formulação sistematizada se encontra no livro *A redução sociológica* (1958).

¹³ Utilizamos ao longo da tese a expressão “método redutor”, empregada por Guerreiro Ramos como sinônimo da redução sociológica. Porém, não consideramos a redução um método de pesquisa, mas uma pauta de intervenção, conforme procuramos demonstrar no decorrer do trabalho. Assim, quando aparecer o termo “método redutor” no texto, é só uma outra forma de dizermos redução sociológica, e não a atribuição de estatuto estritamente metodológico à formulação de Guerreiro.

palavras, nos interessa apreender o modo no qual Guerreiro viveu a redução sociológica e a empregou para propor ideias e realizar intervenções a respeito da articulação entre sociologia e revolução, e o quanto a potência de seu projeto teórico tensionou o desenvolvimento das ciências sociais e ainda pode contribuir no que concerne à produção de conhecimento sociológico e à luta pela soberania e autodeterminação dos povos.

Ainda sobre a impossibilidade de termos o próprio Guerreiro Ramos como interlocutor e/ou seus familiares como informantes – a participação física inerente à etnografia tradicional –, nosso trabalho, conforme já sinalizamos, consistiu em observar as fontes, ler textos, contemplar imagens, inquirir a materialidade da documentação e o seu conteúdo. No corpo a corpo com o arquivo, buscamos conformar, assim, um segundo campo, mais restrito: um campo imaginário de interlocuções com autores e personagens que interagem na documentação. Bem como afirmou a antropóloga Fraya Frehse (2005) a partir de sua pesquisa junto ao Arquivo do Estado de São Paulo, não é demérito ou atestado de pouca seriedade profissional lançar mão da imaginação, pois o imaginado e o vivido se embatem no real e o constituem.

Por fim, é lícito mencionarmos alguns estudos sobre o pensamento de Alberto Guerreiro Ramos que inspiraram nossa investigação. No ano de 1983, a *Revista de Administração Pública* da EBAP publicou os trabalhos e discussões inerentes ao “*Simpósio Guerreiro Ramos: resgatando uma obra*”, realizado em outubro de 1982, seis meses após o falecimento do sociólogo. Dos painéis apresentados no simpósio, destacamos a exposição de Lúcia Lippi Oliveira (*Contribuição de Guerreiro Ramos para a Sociologia brasileira*) e Alzira Alves de Abreu (*Guerreiro Ramos e o desenvolvimento brasileiro*), ambas, à época, professoras do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) da FGV e organizadoras da emblemática entrevista realizada com Guerreiro Ramos em 1981. Durante essas duas exposições, participaram do debate intelectuais que conviveram com Guerreiro em determinados momentos de sua trajetória, como Clóvis Brigagão, Ignácio Rangel e Hélio Jaguaribe.

Na década seguinte, pesquisas sobre a obra de Guerreiro Ramos começaram a circular, como se estivessem preparando o caminho para a eclosão representada pelo interesse de uma geração mais jovem – que não teve contato direto com Guerreiro – em reabilitar o sociólogo santo-amarense em seus estudos após a virada para o século XXI. Do período dos anos de 1990, sublinhamos a dissertação de Elisabeth Rago, intitulada *O nacionalismo no pensamento de Guerreiro Ramos* (1992), trabalho que abordou o ideário nacionalista e desenvolvimentista do autor entre 1952 e 1966; e também o livro de Lucia Lippi Oliveira, *A Sociologia do Guerreiro* (1995), que reúne uma série de artigos da autora inerente a diversos momentos da trajetória do

sociólogo, além da entrevista completa realizada em 1981, nove meses antes do falecimento do autor.

A primeira década do século XXI deixou como legado uma significativa produção científica em torno da obra guerreiriana, das quais destacamos: *Guerreiro Ramos e o personalismo negro* (2004/2015), de Muryatan Barbosa; *Guerreiro Ramos: considerações críticas a respeito da sociedade centrada no mercado* (2005) e *A sociologia crítica de Guerreiro Ramos: um estudo sobre um sociólogo polêmico* (2006), de Luiz Antônio Alves Soares; *A sociologia antropocêntrica de Guerreiro Ramos* (2006), de Ariston Azevêdo; e *Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil* (2008), de Edison Bariani Júnior. A dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo (USP) por Muryatan foi publicada em livro no ano de 2015 e constitui um estudo qualificado sobre a atuação de Guerreiro junto à militância negra de sua época. Entre outras questões, o autor assinalou as referências intelectuais que acompanharam Guerreiro Ramos da juventude à maturidade no ofício de sociólogo, com ênfase nos sentidos que essa literatura católica europeia moderna assumiu na luta antirracista protagonizada pelo “divino mestre” na década de 1950. Quanto aos dois livros de Luiz Antônio, o primeiro consiste num estudo a partir de uma série de artigos publicados por Guerreiro Ramos no *Jornal do Brasil* entre 1978 e 1981, época em que o sociólogo voltara à imprensa brasileira dirigindo-se ao público para discutir as grandes questões a respeito da reconstrução nacional. Este trabalho nos instigou no que se refere à metodologia, ao cuidado tomado pelo autor na manipulação das fontes primárias. O segundo trabalho de Luiz se trata da reedição do livro publicado por ele em 1993, um estudo metuculoso da obra e trajetória do sociólogo baiano. Representa uma pesquisa profícua na medida em que discorre sobre o legado de Guerreiro com rigor científico e conhecimento de quem foi aluno do sociólogo em “mangas de camisa” desde os tempos do ISEB. Uma análise mais sistemática de como a formação filosófica do jovem Guerreiro perdurou ao longo de sua produção sociológica foi realizada na tese de doutorado de Ariston Azevêdo (importante colaborador para a produção desta investigação), cujo fio condutor consistiu no “humanismo radical” particular à obra de Guerreiro. Já a pesquisa de Edison Bariani Júnior, tese que foi publicada em livro no ano de 2011, remete aos dilemas enfrentados por Guerreiro Ramos no que dizia respeito ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil e à consolidação de uma sociologia nacional.

Em virtude do centenário de nascimento de Guerreiro Ramos, foi elaborada uma edição especial do periódico da *Escola de Administração Pública* da Fundação Getúlio Vargas (Cadernos EBAPE.BR) no ano de 2015. Esta publicação apresentou sete artigos, cada um deles abordando determinado aspecto da distinta vida e obra do sociólogo. Para fins desta tese, três

deles nos interessaram mais: *História dos intelectuais no Terceiro Mundo: reflexões a partir do caso de Guerreiro Ramos*, de João Marcelo E. Maia; *O conceito de “comunidade humana universal” na obra de Guerreiro Ramos*, de Elio Chaves Flores; e *O social-trabalhismo do deputado federal Guerreiro Ramos*, de Américo Freire.

João Marcelo discutiu em seu texto o que, seguramente, consiste numa das mais expressivas pedagogias de Guerreiro: o ser/estar no mundo subdesenvolvido. Nesse sentido, o autor destacou a importância do intelectual que é um corpo habitante da periferia capitalista e o quanto a consciência da realidade na qual esse corpo está inserido reflete no modo de produzir conhecimento. Por esse viés, João Marcelo estudou o “caso Guerreiro Ramos” para refletir sobre as condições particulares da produção de saberes e o papel dos intelectuais no Terceiro Mundo, sugerindo, inclusive, um outro olhar da sociologia dos intelectuais no que concerne aos autores que produziram a partir do Sul global. Guerreiro foi um grande exemplo no sentido de notabilizar que, uma vez consciente da sua realidade concreta, a produção intelectual nos países periféricos enfrenta o eurocentrismo por necessidade. O alinhamento de Guerreiro ao pensamento terceiro-mundista decorreu da demanda pela construção de ferramentas teóricas capazes de dialogar com a realidade brasileira, questão muito explorada por João Marcelo nesse trabalho.

O texto de Elio Chaves Flores discorre sobre o conceito de “comunidade humana universal” na obra de Guerreiro Ramos, produzindo reflexões que extrapolam a alcunha de “teórico nacionalista” que, muitas vezes, acaba reduzindo a trajetória de Guerreiro de maneira estereotipada. Elio evidenciou a pertinência do conceito para uma cultura dos direitos humanos no Brasil, assim como para o “ponto de vista proletário”, questão respondida pelo próprio Guerreiro Ramos nos anos 60. Nesse sentido, classe operária – do mesmo modo empregado por Marx – é um aspecto concreto e episódico da totalidade, ou seja, situado no ponto de vista universal da comunidade humana (Ramos, 1996, p. 36). Esse debate se mostrou oportuno para refletirmos sobre a denominada “vocação socialista” da revolução brasileira assinalada pelo sociólogo.

Américo Freire, por último, analisou aspectos da trajetória parlamentar de Guerreiro Ramos, explorando as posições políticas do sociólogo enquanto intelectual e deputado do PTB. Após recorrer às pesquisas já existentes sobre a experiência de Guerreiro na câmara dos deputados – o artigo do ex-aluno de Guerreiro, Wilson Pizza Jr. (1997) e o capítulo da tese de Ariston Azevêdo (2006) – e a alguns debates protagonizados por Guerreiro na década de 1960, Américo construiu algumas conjecturas a respeito do projeto social-trabalhista de Guerreiro e o seu legado para as esquerdas brasileiras. Dentre elas, consideramos um caminho instigante a

sugestão do autor sobre a continuidade de investigações que conectem o pensamento nacionalista/terceiro-mundista de Guerreiro à Teoria Marxista da Dependência (TMD). Trata-se de uma possibilidade interessante, inclusive pelo fato de que grandes expoentes dessa vertente de pensamento, como Ruy Mauro Marini¹⁴ (que foi aluno de Guerreiro e o considerou uma influência fundamental no início de sua carreira nas ciências sociais) e Teotônio dos Santos, reconheceram a importância do legado de Guerreiro Ramos em suas produções teóricas.

Por último, convém mencionar o artigo de Luiz Eduardo Motta (2010), *A política do Guerreiro: nacionalismo, revolução e socialismo no debate brasileiro dos anos 1960*, talvez o texto mais audacioso entre os já mencionados no sentido de experimentar as virtualidades socialistas e revolucionárias da sociologia em “mangas de camisa”. Além de discutir teoricamente a aproximação da obra de Guerreiro com o legado de outros intelectuais terceiro-mundistas, como Frantz Fanon e Ernesto Laclau, Motta acentuou a produção intelectual do sociólogo baiano junto a de outros pensadores brasileiros de tendência “nacionalista popular revolucionária” (Motta, 2010, p. 92), tais como Franklin de Oliveira e Paulo Schilling.

Dessa forma, a tese foi dividida em sete capítulos, esta introdução sendo o primeiro deles. No segundo, abordamos a redução sociológica a partir da obra capital de Guerreiro Ramos, com destaque para suas características fundamentais e evidenciando as variadas dimensões e maneiras na qual se manifestara ao longo da trajetória do autor. Assim, preparamos o terreno da discussão teórico-metodológica que guiou nossa análise do pensamento e ação do sociólogo no período histórico delimitado. No capítulo três, começamos a tratar mais diretamente de questões referentes à sociologia da organização dos povos por meio do exame da obra *O problema nacional do Brasil*. Temas como poder, ideologia, segurança nacional, planificação econômica, e a construção de uma vanguarda popular exprimiram as preocupações de Guerreiro sobre a condução do país nos termos de um projeto de desenvolvimento e o modo no qual a redução sociológica balizou a crítica da programação nacional. O capítulo quatro foi destinado aos problemas inerentes à edificação dos instrumentos de luta e organização popular mediante a constatação de que aquele momento pré-revolucionário apresentava uma crise do poder político. A medição do pulsar das ruas por meio da análise dos processos eleitorais, a crítica às agremiações político-partidárias, o mapeamento da evolução política do país e o papel da intelectualidade são alguns dos assuntos que abordamos através da investigação do livro *A crise do poder no Brasil*. No quinto capítulo, no qual recorreremos à brochura *Mito e verdade da*

¹⁴ “Figura marcante era ali Alberto Guerreiro Ramos, professor de Sociologia, crítico irreverente de tudo que cheirasse a oficialismo, eclético incorrigível, aberto às novas ideias que se originavam de Bandung e da Cepal; sua influência sobre mim, naqueles anos, foi absoluta” (Marini, 2011, p. 58).

revolução brasileira, as questões voltadas à contribuição da sociologia ao processo revolucionário atingiram um clímax, de modo que a urgência de intervir no debate público e na orientação tática da esquerda naquele momento histórico ímpar deu a tônica da reflexão do sociólogo, e sua concepção acerca da revolução brasileira, do caminho independente para o socialismo, irrompe com a prática da redução sociológica. No sexto capítulo, nos ocupamos da seleção de artigos de jornais escritos por Guerreiro ao realizar estágio no mundo socialista, e dividimos a análise conforme os países visitados pelo autor – China, Iugoslávia e União Soviética. Assim, examinamos como transcorreu a assimilação crítica das formações econômico-sociais orientadas ao socialismo desde o ponto de vista nacional, quer dizer, do intelectual brasileiro comprometido com um projeto de desenvolvimento autônomo e que, por isso mesmo, precisava conhecer de perto as alternativas experimentadas nas repúblicas populares. Por último, nas considerações finais, reforçamos a importância de se estudar a produção teórica de Guerreiro Ramos do pré-64, a relação das contribuições do autor nesse período com a totalidade da sua obra, e como dar sentido à redução sociológica nas ciências sociais e na organização política nos dias de hoje.

2 REDUÇÃO SOCIOLOGICA: A ARMA DA CRÍTICA “GUERREIRIANA”

Quando nos referimos à redução sociológica, o que está em jogo não é apenas um caminho metodológico para a pesquisa científica ou uma orientação epistemológica: trata-se da vida intelectual de Guerreiro Ramos. Se a obra de título homônimo publicada em 1958 correspondeu, por um lado, à organização sistemática do método redutor, por outro, a experimentação redutora antecedeu a elaboração desse livro e perdurou até a morte do autor. A inclinação metódica por meio da indução analítica, aspecto inerente à redução, já acompanhava o jovem intelectual em vias de terminar o curso de ciências sociais, como ficou evidente no conjunto de ensaios sobre literatura latino-americana escritos em 1941 para a revista *Cultura Política*. Nesse estudo, destaca-se o engajamento nacionalista e americanista (a nosso juízo, bolivariano) de Guerreiro ao pensar a literatura como expressão da vida material em *nuestra América*, elemento que permite caracterizar essas publicações como contribuições fecundas para a sociologia da literatura/crítica literária, além de expressar a própria redução sociológica em *status nascendi* (Azevedo; Albernaz, 2010). A abordagem crítica do autor nos convoca a não confundir o documento literário com o fenômeno literário, pois a literatura nacional em nosso continente teria começado mediante o aparecimento do espírito criador e do empenho de homens que escreveram por vocação e ligados à terra, não somente pela inteligência, mas pelo sangue e pela paixão. Assim, a “literatura” dos cronistas portugueses e espanhóis só nos interessa como documento histórico, na medida em que exprimem o espírito cultural dos países de origem e não passam de mero acidente em nossa realidade. Da mesma forma, os escritores nacionais que assimilaram o espírito da metrópole representam algo híbrido, falso e que trai a nossa realidade ao invés de retratá-la. Por meio dessa argumentação, já é possível identificarmos o fundamento da redução sociológica que será desenvolvido posteriormente pelo autor: a assimilação crítica do conhecimento estrangeiro.

É notório o exercício revisionista¹⁵ que o jovem Guerreiro empregou nestes estudos literários, submetendo à crítica a divisão da história da literatura na América Latina e trazendo a questão racial e colonial ao debate sociológico, empreendimento que serviu de acúmulo teórico para pavimentar a organização do método redutor. O lançamento da *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo* em 1954, assim como a *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira* de 1957, notabilizou a maturação da postura crítica do sociólogo que colocou os estudos sobre o negro e a história da sociologia no Brasil de pernas para o ar. Ao situar o branco brasileiro

¹⁵ Para Guerreiro, revisionismo consistia no “exercício da crítica independente de todo critério de conveniência, que não seja o da objetividade e da verdade” (Ramos, 2016, p. 202).

nas relações étnico-raciais e na produção de conhecimento sobre o tema, Guerreiro demonstrou que o até então denominado “problema do negro” na literatura das ciências sociais era decorrência de um enquadramento teórico colonizado que, além de salientar a caduquice da nossa *intelligentsia*, servia como instrumento de manutenção das desigualdades raciais.

Por este ângulo, conceber a sociologia no Brasil a partir da sua institucionalização por meio das escolas francesas e estadunidenses¹⁶, sem considerar os esforços anteriores da teoria social brasileira, era um atestado de consciência ingênua e inautenticidade científica. Guerreiro Ramos ressaltou a importância de autores como Sylvio Romero, Oliveira Vianna, Alberto Torres, Tobias Barreto, Euclides da Cunha, entre outros, que, mesmo sem o título acadêmico em sociologia, reagiram aos problemas concretos da realidade nacional com a inclinação de sociólogo, lançaram mão da sociologia como corpo de conhecimento em suas respectivas reflexões e ações, isto é, praticaram a sociologia em ato. Em contrapartida, a situação da disciplina diagnosticada por Guerreiro era majoritariamente de uma sociologia em hábito, o que significava um ensino da tradição sociológica europeia e estadunidense de maneira hipercorreta, enlatada, sem o engajamento com a realidade nacional que pudesse submeter esse conhecimento estrangeiro à crítica e ao caráter secundário nas análises. Tomar os paradigmas e quadros analíticos estrangeiros como modelo era perpetuar a razão colonial que nos mantém subalternos na ciência e na política. A denúncia e as proposições de Guerreiro Ramos nesse período indicavam que a redução sociológica ganhava musculatura e precisava ser sistematizada enquanto intervenção teórica na *práxis* dos cientistas sociais brasileiros – e, por extensão, do Terceiro Mundo.

Um documento que exibiu o esforço preliminar de sistematização da redução sociológica foi a *Nota metodológica* publicada em 1951 na revista *Digesto Econômico* e que depois integrou o livro *Sociologia de la moratidad infantil* (1955), editado somente em espanhol. Nesse texto, Guerreiro expôs as categorias fundamentais do seu método de análise, fruto do trabalho secular de vários sociólogos, cabendo-lhe a sistematização e aplicação conforme a realidade brasileira e do capitalismo periférico. São elas: estrutura, fase, área, classe social e *principia media*. A estrutura representava essencialmente a “reação contra o elementalismo e o unilinearismo da ciência clássica, segundo os quais os fenômenos ocorreriam num universo ‘sem relevo’, impulsionados por enteléquias” (Ramos, 1951, p. 133). Nas

¹⁶ A institucionalização da sociologia enquanto disciplina acadêmica no Brasil ocorreu por meio da fundação da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), em 1933, e da Universidade de São Paulo (USP), em 1934. Tais instituições, respectivamente, representavam o papel organizador da sociologia estadunidense e francesa no universo acadêmico brasileiro.

ciências sociais, reforçou o autor, tal categoria emergiu principalmente dos estudos de Karl Marx que abriu a dimensão histórica no universo linear dos pensadores idealistas, mostrando que os fenômenos sociais transcorrem dentro de condições históricas e só podem ser explicados em função das mesmas. O dinamismo das estruturas remete à categoria de fase na medida em que “As estruturas econômicas e sociais se desenvolvem segundo suas leis, numa sucessão de fases das quais realizam suas possibilidades” (Ramos, 1951, p. 134). Durkheim, conforme Guerreiro, mobilizou a categoria fase no seu estudo clássico *Da divisão do trabalho social* (2019), mas foi de Müller-Lyer¹⁷ a contribuição decisiva na elaboração do método faseológico, apontando que cada fase possui suas linhas diretrizes que estabelecem a forma que os fenômenos assumem dentro dela. Já a categoria área, ao acentuar o aspecto espacial, se associava às duas anteriores para dar-lhes maior precisão sociológica, de acordo com Ramos, visto que “Como os precedentes, a área é um conceito multidimensional, representativa da moderna tendência sociológica de explicar os fenômenos, não em termos de causa e efeito, mas em função do campo de forças em que transcorrem” (Ramos, 1951, p. 135). Na ótica do nosso autor, Durkheim foi um dos primeiros sociólogos a valorizar a abordagem espacial na análise dos fenômenos sociais ao criar a expressão “morfologia social” no sentido de estudar o número e a natureza das partes da sociedade e a maneira em que se dispõem sobre o solo. A categoria classe social, segundo Guerreiro, corrigia a generalidade do conceito de estrutura econômica e social, dado que esta não representa um todo homogêneo, mas se refere a diversos estratos que se distinguem por características bem marcadas – “A noção de classe sugere assim a dimensão vertical da sociedade e qualquer estudo de questões demográficas que negligencia esta dimensão cai, necessariamente, no perigoso terreno dos enunciados vagos e abstratos” (Ramos, 1951, p. 135). Por último, o *principia media* concerne às forças configuradoras de cada etapa histórica, aquelas que regulam seu processo evolutivo, de modo que “Qualquer solução, qualquer medida, qualquer mudança social, para ter êxito, deve encaixar-se no sistema de **principia media** vigente na etapa histórica em que se atua” (Ramos, 1951, p. 135, grifos do autor). Essa categoria¹⁸ foi trabalhada por Karl Mannheim¹⁹, autor pelo qual Guerreiro Ramos

¹⁷ Franz Carl Müller-Lyer (1857-1916), sociólogo e psiquiatra alemão, conhecido pela descoberta da ilusão de ótica geométrica (ilusão de Müller-Lyer).

¹⁸ “Os *principia media* que desejamos introduzir nesta discussão são, em última análise, forças universais de um contexto concreto, ao tornarem-se integradas a partir de vários fatores que operam num dado lugar e numa dada época – uma combinação particular de circunstâncias que talvez jamais se repitam. Assim, por um lado, elas são redutíveis aos princípios gerais contidos nelas [...]. Mas, por outro lado, devem ser tratadas em seu contexto concreto, quando se nos deparam em certo estágio de desenvolvimento e precisam ser observadas dentro de seus padrões individuais, com certos subprincípios característicos, somente peculiares a elas” (Mannheim, 1982, p. 175, grifos do autor).

¹⁹ Karl Mannheim (1893-1947), sociólogo húngaro e de notável influência para a sociologia do conhecimento.

sinalizava interesse e que o inspirou na formulação da redução sociológica. Assim, a organização dessas cinco categorias estabelecia um sistema de referências para o estudo dos problemas sociais nos países subdesenvolvidos, de tal maneira que a assimilação de tal metodologia sociológica, assumiria o caráter de “verdadeiro antídoto do academicismo e do epicurismo cultural de suas ‘elites’” (Ramos, 1951, p. 136). Por este ângulo, podemos dizer que a *Nota metodológica* foi uma espécie de prefácio à *Redução Sociológica*.

Uma vez que a redução sociológica, conforme o leitor já deve ter percebido, não diz respeito somente à habilitação do pesquisador na transposição de conhecimentos de um contexto para o outro de maneira crítica – isso consiste numa das suas expressões –, “mas também caracteriza modalidade superior da existência humana, a existência culta e transcendente” (Ramos, 1965, p. 15), tal concepção vai ao encontro da tese de Guerreiro sobre a sociologia enquanto um saber de salvação cuja vocação seria resgatar o homem ao homem e permitir-lhe o ingresso num plano de existência autoconsciente. A redução sociológica operaria, portanto, como a quintessência do sociologizar, habilitando o ser humano a transcender toda sorte de condicionamentos circunstanciais. Por este viés, é importante reforçarmos os três sentidos básicos da redução sociológica: 1) Redução como método de assimilação crítica da produção sociológica estrangeira; 2) Redução como atitude parentética, isto é, como adestramento cultural do indivíduo, que o habilita a transcender aos condicionamentos circunstanciais, no limite do possível e 3) Redução como superação da sociologia nos termos institucionais e universitários em que se encontra (Ramos, 1965). No que concerne à nossa investigação, a produção teórica de Guerreiro no pré-64 reverberou essas três dimensões, conforme pretendemos demonstrar ao longo deste estudo.

De maneira geral, a primeira dimensão foi desenvolvida desde a graduação do autor em ciências sociais, tendo como ápice a organização sistemática da redução em 1958. A segunda foi abordada num dos capítulos de *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* em 1963, além de ter gravitado em reflexões posteriores do sociólogo referentes à administração. A terceira pode ser encontrada no texto *Situação atual da sociologia*, escrito em 1958 e reproduzido no apêndice da segunda edição de *A Redução Sociológica* (1965), além de ter sido manifestada nos artigos sobre o mundo socialista, pois a experiência do autor junto às repúblicas populares o interpelou no que dizia respeito à divisão intelectual do trabalho. Já na fase de produção no exílio, o livro *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações* (1981) também representa o exercício deste terceiro sentido da redução sociológica. Assim, percebe-se que a redução não foi um episódio na trajetória intelectual de Guerreiro Ramos, mas a sua própria vida, seu modo de habitar a sociologia.

Apresentados os três sentidos da redução sociológica, nos cabe agora examinar sua organização (leis e antecedentes), sistematizada na obra seminal de 1958. Como utilizamos a segunda edição, que data de 1965, salientaremos algumas questões incluídas no prefácio e nos apêndices da respectiva publicação. Não pretendemos recuperar em pormenores a conhecida polêmica com Florestan Fernandes, cujo prefácio é, em certa medida, a continuidade das respostas de Guerreiro Ramos. Isso vale igualmente para as controvérsias com Jacob Gorender e Álvaro Vieira Pinto. As intervenções do autor nessa seara foram mobilizadas apenas na medida em que ajudaram a pensar o edifício sociológico em análise, e não pelas querelas políticas em si.

Dito isso, lembremos da consideração introdutória de Guerreiro sobre a redução sociológica, isto é, destaquemos a dupla contribuição do método redutor: a primeira diz respeito à integração da disciplina sociológica nas correntes mais representativas do pensamento universal contemporâneo, e a segunda versa sobre a pretensão de formular um conjunto de regras metódicas que estimulem a realização de um trabalho sociológico dotado de valor pragmático no que concerne ao papel que possa exercer no processo de desenvolvimento nacional (Ramos, 1965). Conforme já indicamos na introdução, o pré-64 foi um período de efervescência política, otimismo e estímulo criativo por parte da nossa intelectualidade. Ao habitar esse contexto, Guerreiro percebia o desenvolvimento das forças produtivas no país e sentia-se convocado pela história a dar a sua contribuição. A interpretação de que o Brasil vivia um momento *sui generis* que implicava a participação popular na política (a categoria povo²⁰ deixava de ser uma ficção), interpelava intelectuais públicos da envergadura de Guerreiro Ramos a tirar proveito dessa situação, ou seja, era necessário compreender os fatos do ponto de vista da totalidade e erigir uma perspectiva brasileira. Por essa razão, a sociologia ocupava uma posição estratégica na condição de instrumento de organização do povo, e conforme exercitasse a crítica militante da realidade nacional, colaboraria para com o desenvolvimento científico da disciplina de forma universal. O compromisso com os problemas e aspirações concretas das massas, além de atribuir à sociologia brasileira um valor pragmático, equivale ao caminho da internacionalização da produção científica nacional. Assim sendo, a sociologia em “mangas de camisa” fundamentava-se na concretude do processo político e social em marcha no pré-64, e

²⁰ O conceito de povo na obra de Guerreiro Ramos se aproxima bastante daquele apresentado por Nelson Werneck Sodré na sua *Introdução à revolução brasileira*: “em todas as situações, povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive” (Sodré, 1963, p. 197). Nesse sentido, se referia, essencialmente, a frações da burguesia, pequena-burguesia, operários, camponeses. Quando Guerreiro estiver tratando do tema da vanguarda popular, esses grupos aparecerão enquanto substrato desse empreendimento político voltado à revolução brasileira.

o esforço de Guerreiro Ramos na conversão dos fatos em conceitos exigiu uma criação original cujo método redutor e a obsessão pela fundação da nossa sociologia nacional constituem um grandioso capítulo do pensamento social latino-americano, demonstração da vocação universal do projeto teórico que o autor dedicou a vida.

2.1 UM ESTUDO DA RAZÃO SOCIOLÓGICA

O critério para a construção do quadro analítico da sociologia de Guerreiro Ramos foi a prática. Através da verificação do movimento real da sociabilidade brasileira dos anos 1950 e 1960, o autor reuniu insumos para pensar e projetar o país. Uma de suas constatações sobre o caráter nacional da época foi exprimida por intermédio das categorias de consciência crítica e consciência ingênua, categorias essas que integravam a gramática política do ISEB e foram mobilizadas por outros intelectuais contemporâneos seus, dentre os quais destaca-se o filósofo Álvaro Vieira Pinto com a publicação dos dois tomos de *Consciência e Realidade Nacional* ([1960]2020). Mas por que o viés fenomenológico estava na ordem do dia no que dizia respeito ao tema da consciência e organização das massas? Porque o Brasil vivia um período de modernização cujo desenvolvimento das forças produtivas propiciava um outro grau de consciência do povo, a chamada consciência crítica. É lícito observarmos que força produtiva não se reduz à técnica, mas contempla ao mesmo tempo a sensibilidade e a racionalidade, de tal modo que o fenômeno da industrialização qualifica as formas de produzir mercadorias, mas também outros aspectos que se referem à produção e reprodução material da vida: a maneira de pensar e sentir, cujo corolário se manifesta com o desenvolvimento da arte e da ciência. Por esse motivo, o debate sobre a consciência das massas estava em evidência, fator que justifica o interesse de Guerreiro em apresentar uma “introdução ao estudo da razão sociológica”²¹.

A emergência da consciência crítica não significava a superação imediata da consciência ingênua, mas a coexistência conflituosa entre as duas modalidades mediante um contexto de transformações sociais. Se, enquanto produto histórico, a autoconsciência coletiva e a consciência crítica de um povo se efetuam espontaneamente, cabe ao cientista engajado assimilar as determinações desse fenômeno e construir a alternativa que melhor contemple as aspirações populares, exercício que demanda a revisão teórica do seu próprio ferramental analítico. Vale enfatizar que, para Guerreiro Ramos, o sentido de espontaneidade, nesse caso, concerne ao impulso por motivos largamente amadurecidos e sedimentados que refletem estado

²¹ O título completo da publicação de 1958 é *A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica*.

generalizado da condição subjetiva e objetiva do povo em sua maioria (Ramos, 2016). Assim, a aquisição da consciência crítica de um agrupamento humano está associada à percepção dos fatores que o determinam:

A consciência crítica surge quando um ser humano ou um grupo social reflete sobre tais determinantes e se conduz diante deles como sujeito. Distingue-se da consciência ingênua que é puro objeto de determinações exteriores. A emergência da consciência crítica num ser humano ou num grupo social assinala necessariamente a elevação de um ou de outro à compreensão de seus condicionamentos. Comparada à consciência ingênua, a consciência crítica é um modo radicalmente distinto de apreender os fatos, do qual resulta não apenas uma conduta humana desperta e vigilante, mas também uma atitude de domínio de si mesma e do exterior. Sem consciência crítica, o ser humano ou o grupo social é coisa, é matéria bruta do acontecer. A consciência crítica instaura a aptidão autodeterminativa que distingue a pessoa da coisa (Ramos, 1965, p. 61).

Não obstante, o que Guerreiro classificou como “consciência crítica da realidade nacional” não equivale ao pensar rigoroso de um filósofo ou cientista, mas à qualidade nova da psicologia coletiva do povo brasileiro (Ramos, 2016) decorrente da rica experiência de desenvolvimento em curso no pré-64. Se no início do século XX a ideia de nação era incompleta, uma ficção devido à ausência do povo enquanto partícipe da vida nacional, tal situação se modificara em meados da década de 1950, de acordo com o autor: o povo estava pensando em termos de projeto existencial, organizando suas aspirações democráticas e demandando participação no processo político brasileiro, e isso não representava necessariamente a assimilação do conhecimento científico ou filosófico pelas massas. Tratava-se da experiência concreta e espontânea de um povo em vias de assumir sua personalidade histórica, as rédeas do próprio destino. E, para o sociólogo, era tarefa de primeira ordem compreender as transmutações que reverberavam nos povos terceiro-mundistas e, em particular, no Brasil: “Por que espécie de transformação passa uma sociedade, (a dependente ou colonial) que se define como instrumento de outra (a metropolitana), quando os que a constituem são movidos pela ideia de autodeterminação?” (Ramos, 1965, p. 59). Se o fato nacional brasileiro apresentava um novo modo de ser/estar no mundo de um povo que alcançava a compreensão dos fatores de sua situação, esse fenômeno não era caso isolado na periferia do capitalismo naquele contexto, de tal forma que Guerreiro observava com bastante interesse as lutas anticoloniais que eclodiam e representavam a organização de povos assumindo personalidade histórica. Não é por outro motivo que, ainda no primeiro capítulo de *A Redução Sociológica*, o autor menciona a importância da Conferência de Bandung (1955), na Indonésia, e a I Conferência de Acra ou I Conferência dos Povos Africanos (1958), realizada em Gana, ambas manifestações de soberania e autodeterminação dos povos asiáticos e africanos por meio

de projetos anticoloniais que revelavam o florescer da consciência crítica às margens dos países centrais. Eventos dessa envergadura serviram de insumo para a teoria social de Guerreiro Ramos, aproximando o tema da revolução, do projeto de desenvolvimento nacional, à disciplina sociológica, fator distintivo de sua produção intelectual nesse contexto histórico examinado e fundamento do que chamamos de sociologia da organização dos povos.

É válido ressaltar que o sociólogo não ignorava as reações dos povos afro-asiáticos contra a dominação europeia ao longo da história, contudo, caracterizava os combates anticoloniais contemporâneos como reações de outro tipo. A mudança estava no fato de que essas populações passaram a conceber o colonialismo enquanto sistema, e seus esforços caminhavam no sentido de repensar a cultura universal na perspectiva da autoafirmação. Para fundamentar tal observação da consciência crítica no mundo afro-asiático, o autor recorreu à bibliografia que tratou cientificamente da questão: Cheikh Anta Diop²², Aimé Césaire²³ e Abdoulaye Ly²⁴.

Do polêmico *Nations Nègres et Culture* (1955), o sociólogo retomou a ideia de “falsificação da história” presente na argumentação de Anta Diop ao denunciar o ponto de vista europeu de uma historiografia que omitia a presença da África negra nas origens da civilização egípcia. Tal pesquisa inscrevia-se na autodefesa do povo africano em relação às armas culturais a serviço da razão colonial. Por meio do ensaio seminal *Discurso sobre o colonialismo* ([1950]2020), Guerreiro destacou a hipocrisia das justificativas colonizadoras das nações ocidentais – aventura e pirataria sob o disfarce de evangelização e filantropia – e recolocou a pertinente reflexão do pensador martinicano sobre a noção de encruzilhada. Para Césaire (2020), a Europa foi incapaz de estabelecer um genuíno contato entre os povos, pois seu padrão cultural/civilizatório a impediu de se colocar enquanto encruzilhada, lugar geométrico de todas as ideias, receptáculo de todos os sentimentos e filosofias. É interessante notar a escolha do sociólogo em sublinhar a categoria encruzilhada, pois, além de representar uma ferramenta teórica importante no pensamento negro-africano, também possui afinidades com a *práxis* da redução sociológica, conforme observará o leitor ao longo desse trabalho. Por último, em *Les Masses Africaines et l'Actuelle Condition Humaine* (1956), Guerreiro salientou a constatação de Abdoulaye sobre o fato de os estudos acadêmicos a respeito do desenvolvimento nas regiões

²² Cheikh Anta Diop (1923-1986), historiador e antropólogo senegalês, dedicou-se aos estudos das origens da humanidade e da cultura africana pré-colonial.

²³ Aimé Fernand David Césaire (1913-2008), poeta e político martinicano, foi um dos teóricos do movimento cultural e político da *Négritude*.

²⁴ Abdoulaye Ly (1919-2013), historiador e político senegalês, atuou em alguns ministérios no Senegal a partir do final dos anos 1950 e desenvolveu uma sólida pesquisa sobre o comércio de escravizados (Companhia do Senegal).

africanas estarem, em certa medida, viciados. O intelectual senegalês, além disso, apostava numa inelutável marcha da humanidade para a identidade relativa, unidade mundial racional e igualdade, ou seja, estava em jogo a necessidade de revisar o quadro analítico dominante nas ciências sociais para que o universal pudesse ser pensado nos termos da consciência crítica dos povos africanos.

Para Guerreiro Ramos, estes três autores mencionados eram exemplos de quadros que estavam vivendo um momento “fichtiano”²⁵, convocados a contribuir, por meio do esclarecimento, a empreendimentos de fundação histórica junto às suas comunidades. Não era por acaso que a gramática política desses intelectuais comportava termos como “nação” (forma contemporânea de existência histórica), “condição humana” (premissa fundamental para as massas afro-asiáticas ainda estigmatizadas) e “discurso” (expressão ética e estética do pensador que vive uma hora incerta junto ao seu povo), pois, a atitude fichtiana eclodia enquanto intervenção teórica determinada pela consciência crítica inerente ao momento histórico experimentado por suas comunidades. A passagem do sociólogo baiano por Paris em 1956 certamente contribuiu para fundamentar essa interpretação intrínseca à redução sociológica, tendo em vista que nessa ocasião lhe foi possível estabelecer contatos com quadros e militantes oriundos de países africanos de colonização francesa e perceber não somente o grau de engajamento desses povos para superar as condições materiais precárias próprias do subdesenvolvimento e da dependência, mas a consciência totalizante no modo de organizar a luta por emancipação:

O que é novo nas relações entre metrópoles e colônias, entre centro e periferia, é este expediente de alta envergadura política, isto é, a tentativa de aliar a luta interna de cada comunidade por sua emancipação a uma pressão internacional de mesmo sentido, o que é algo diferente de um condicionamento externo de caráter satelizante. Ilude-se quem vê, por exemplo, num acontecimento como a Conferência de Bandung de 1955, que reuniu 24 países afro-asiáticos, uma simples cobertura de interesses soviéticos. Na medida em que a Conferência de Bandung pode ter significado um fortalecimento da política exterior da Rússia, o fato se deve, de um lado, a que os estadistas russos souberam tirar partido das tendências nacionalistas daqueles países; e, de outro, a que os dirigentes afro-asiáticos, cada vez menos românticos, não hesitam em aceitar nenhuma ajuda substancial aos seus programas, ainda que sua proveniência seja anatematizada pela chamada opinião ocidental (Ramos, 1956).

Não era novidade para o nosso autor que as potências ocidentais apresentavam despreparo e escassa sensibilidade ao lidar com esse problema internacional. Sem embargo, percebia maior abertura dos quadros administrativos e científicos franceses em relação às novas

²⁵ Referência ao filósofo alemão Johann Gottlieb Fichte (1762 – 1814), figura notável do idealismo alemão e do nacionalismo germânico.

forças emergentes na conjuntura mundial das quais os povos africanos representavam parte significativa. Tal iniciativa, segundo Guerreiro, poderia ser um passo importante no sentido de melhor situar o Ocidente nas relações internacionais e construir algo de prático tendo em vista o encorajamento de uma cooperação realista à luz da política exterior francesa, dado que os problemas de guerra e paz naquele contexto – auge da Guerra Fria – demandavam “uma solução ideológica efetiva, de caráter democrático, e o exercício consequente de uma assistência material às regiões subdesenvolvidas que se traduza em melhorias substanciais de níveis de vida” (Ramos, 1956). As declarações do ministro francês Christian Pineau²⁶ criticando a condução da política ocidental, mais preocupada em manobras militares do que com o suporte no domínio econômico aos países periféricos, assim como a organização do *I Congresso de Escritores e Artistas Negros*²⁷ realizado na Sorbonne meses após a estadia de Guerreiro Ramos em Paris, concorreram para que o sociólogo projetasse a realização de um trabalho voltado a conduzir a política ocidental em termos menos ilusórios, mais adequados à conjuntura mundial, a partir do esforço conjunto de Brasil e França nos organismos internacionais em que eram membros. Ambos os países, destacou o autor, possuíam interesses comuns, recursos de imaginação e inteligência à altura de operar a mudança geopolítica necessária para a época, principalmente no que se referia ao povo negro em luta no Terceiro Mundo:

Não sei ainda até que ponto uma “política do Ocidente”, para um país como o Brasil, integrante do proletariado externo do mundo ocidental, não é uma espécie de romantismo alienante. Há no quadro das relações internacionais do lado ocidental muita falácia. Mas não há dúvida de que é de todo interesse que venha a ser coroada com êxito a atual orientação da política exterior da França, pois que, neste caso, ela poderá dar ao Brasil maior presença no campo internacional, tanto do ponto de vista dos benefícios concretos que pode receber, como do ponto de vista de um provável papel protagônico no trabalho de estruturação supranacional da pressão dos povos de cor (Ramos, 1956).

Observemos que o sociólogo tinha uma visão estratégica do Brasil na luta antirracista internacional, dada a importância geopolítica do nosso país para o futuro da América Latina em termos de integração e cooperação e, não menos importante, o fato de sermos uma nação em que a presença negra foi e continua sendo decisiva, afinal “O negro é povo, no Brasil. Não é um componente estranho de nossa demografia. Ao contrário, é a sua mais importante matriz demográfica. E este fato tem de ser erigido à categoria de valor, como o exige a nossa dignidade e o nosso orgulho de povo independente” (Ramos, 1995, p. 200). À vista disso, é lícito

²⁶ Christian Pineau (1904 – 1955) foi um célebre lutador da Resistência Francesa à ocupação nazista na França durante a Segunda Guerra Mundial e ministro das relações exteriores entre 1956 e 1958.

²⁷ Congresso organizado por Alioune Diop e a revista *Présence Africaine* entre 19 e 22 de setembro de 1956. Participaram intelectuais como Aimé Césaire, Richard Wright, James Baldwin, Frantz Fanon, entre outros.

assinalarmos que o projeto de revolução brasileira defendido por Guerreiro Ramos apontava para a edificação de um “capitalismo autônomo antirracista”, uma vez que a superação do subdesenvolvimento exigia a integração do negro e a sintonia do universo étnico-racial latino-americano com o avanço do modo de produção capitalista (Chor, 2015). Em consequência disso, a possibilidade de pensar um caminho brasileiro para o socialismo inerente à proposta política guerreiriana tinha como condição *sine qua non* tornar obsoleta a lógica colonial organizadora da nossa sociabilidade racialmente hierarquizada, quer dizer, não era possível para o autor pensar o desenvolvimento nacional sem sobrepujar o racismo ou, como ele mesmo costumava colocar em seus textos, ultrapassar a tradição/ideal da brancura. Em última instância, a questão racial foi absolutamente importante tanto para o desenvolvimento de um padrão de trabalho sociológico quanto para a organização dos povos em termos de projeto, expressões da consciência crítica nacional e terceiro-mundista encarnadas na redução sociológica.

2.1.1 Fatores da consciência crítica nacional

No que concerne ao Brasil, o autor observou alguns efeitos sociológicos da industrialização, urbanização e alterações do consumo popular, fatores intrínsecos à consciência crítica. Ao avaliar alguns dados sobre produção industrial, exportação e importação, Guerreiro enfatizou o caráter vigoroso dos impulsos de autodesenvolvimento nacional, de modo que, desde a segunda metade do século XIX até o início do século XX, o nível da produção industrial se igualava ao da exportação (comparação dos valores em cruzeiros). A partir da década de 1920, o valor de exportação absoluto passa a um contínuo decréscimo em relação ao valor da produção industrial. Nesse sentido, o autor também evidenciou que o valor total de importações cujo percentual no início do século ultrapassava a marca dos 80% destinados à importação de bens de consumo, foi invertido por meio do crescimento percentual de bens de produção comparado ao valor total de importações: de 67,5% em 1947, para 79,5% em 1954²⁸. Dessa forma, a despeito da importância que o fenômeno industrial assumiu na década de 1930, quando o Brasil continuou a crescer mesmo diante da crise econômica mundial que afetou significativamente outros países periféricos, nosso processo de industrialização já apresentava capacidade produtiva e esboço de mercado interno desde o final do século XIX. Tal interpretação vai ao encontro da tipologia da dependência latino-americana construída por Vânia Bambirra (2013), na qual os países com início antigo de

²⁸ Para consultar os demais dados apresentados pelo autor, ver: RAMOS, Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965. p. 68-70.

industrialização (tipo A)²⁹ consistem naqueles que já haviam começado a se industrializar antes do pós-Segunda Guerra Mundial e, no caso de Brasil, México e Argentina, em particular, já gozavam de um setor industrial no final do século XIX – por conta de uma estrutura diversificada, ainda que com o predomínio do setor primário exportador. Isso demonstra que Guerreiro Ramos entendia a industrialização como fator da consciência crítica, observando a singularidade do processo que se desenvolvera no país desde o século anterior, exercício fundamental para pensar as implicações do fenômeno no seu tempo histórico.

Por este ângulo, a industrialização em marcha nos anos 1950 demandava elevada capacidade empresarial do Estado e de particulares, pois assumira o caráter de empreendimento político que incidia na psicologia coletiva do brasileiro, cujas modificações se expressavam no empenho popular na realização de projetos e na experimentação de outra temporalidade (Ramos, 1965). Segundo o autor, o povo vivia um momento no qual pensava a realidade em termos de projetos, enfrentando os desafios de modo ativo e, assim, passando a uma modalidade de tempo distinta: uma nova forma de existência temporal surge quando, numa coletividade, a produção se transforma em produtividade, em outras palavras, “quando as relações dos homens entre si e com a natureza se tornam mediatas, graças à intensificação do trabalho social e à diminuição do impacto das necessidades elementares na vida ordinária” (Ramos, 1965, p. 71). O sociólogo exemplificou essa outra temporalidade ao tratar do torpor da vida colonial, pois o fato da sociedade colonizada ser, por excelência, instrumento da metrópole e, por conseguinte, seu povo viver sob escasso conteúdo projetivo, configura um modo específico de existência temporal. Na medida em que essa população passa a se enxergar como centro de referência, adquirindo uma nova subjetividade, o caráter de projetamento passa à ordem do dia, deslocando-a para outra temporalidade. O processo de descolonização, portanto, possui uma relação umbilical com a industrialização enquanto fator da consciência crítica.

Sobre a urbanização como fator de consciência crítica, o sociólogo apontou seu crescimento tendencial, embora o contingente da população rural ainda fosse majoritário. Baseado no processo de industrialização em andamento, o autor percebia que a tendência objetiva do panorama demográfico era tornar cada vez mais preponderante o fato urbano no

²⁹ A tipologia da autora divide os países da América Latina em dois grupos quanto ao processo de industrialização e integração ao capitalismo hegemônico. São eles: os países de tipo A (Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia); e de tipo B (Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Honduras, Nicarágua, República Dominicana, Paraguai e Haiti). Enquanto o primeiro grupo havia iniciado a industrialização antes da Segunda Guerra Mundial, o segundo só começou a montagem de seus respectivos parques industriais no pós-guerra. O caso cubano não integrou essa tipologia devido a sua peculiaridade no processo de industrialização, produto do caminho revolucionário que conduziu o país ao socialismo. Para acompanhar esse debate, ver: BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2013.

país. O crescimento da mão-de-obra na indústria e a diminuição da mão-de-obra agrícola, assim como o crescimento da população urbana ter sido superior ao da população rural no período de 1940-1950³⁰, indicava o vigor da urbanização no Brasil – em 1950, o Estado de São Paulo já contava com mais da metade da sua população vivendo em área urbana (Ramos, 1965). Do ponto de vista de Guerreiro, tal acontecimento recolocava os termos das relações econômicas numa realidade nacional cujo importante contingente populacional ocupava o espaço urbano e passava de um grupo escassamente comprador para um essencialmente comprador, quer dizer, experimentava a diferença psicológica do trabalho assalariado e da necessidade de comprar quase tudo que necessitava, em contraste com a dinâmica da produção para o autoconsumo característica da zona rural.

A questão substantiva nessas relações consistia na edificação de um mercado interno mais robusto, elemento que rigorosamente atribuía ao povo brasileiro o *status* de sujeito político moderno, partícipe de uma modalidade de convivência até então sem precedentes na história. Há um ritmo de existência inerente ao processo de urbanização tendo em vista que a densidade demográfica em termos quantitativos condiciona certo nível qualitativo da vida coletiva. Dito de outra forma, o sociólogo interpretava que o rurícola, por habitar zonas demográficas rarefeitas, integrar pequenas coletividades e viver sob a primazia do trato com produtos naturais, possuía uma psicologia coletiva afetada por essa natureza que lhe dotava de um ritmo existencial mais lento e pouco tenso nas relações sociais. Em contrapartida, a ambiência urbana inseria o indivíduo numa intensa trama de relações que estimulava o individualismo, o cálculo, a competição, a capacidade de iniciativa e o interesse por padrões existenciais intrínsecos ao ritmo da sociabilidade burguesa. No sentido político propriamente, o autor concebia a organização social sob o ritmo urbano propícia à participação popular em variadas esferas da sociedade, ao contrário da organização sob a forma de pequenas coletividades do ritmo rural, condição favorável ao domínio de oligarquias que asfixiavam a participação política dos trabalhadores.

À vista disso, consideramos pertinentes certas ponderações para levarmos adiante a reflexão de Guerreiro Ramos. Entendemos que o objetivo principal do autor nesse ponto de *A Redução Sociológica* era demonstrar os traços essenciais do desenvolvimento das forças produtivas no que se referia à urbanização (efeito da industrialização). Porém, não podemos deixar de considerar que o fenômeno industrial, impulsionado pela economia agroexportadora

³⁰ “No período de 1940-1950, enquanto a mão-de-obra agrícola desce de 64% para 57,7%, a mão-de-obra na indústria cresce de 60%. No mesmo período, a nossa população rural cresce 18%, enquanto a urbana aumenta de 45%” (Ramos, 1965, p. 72).

nacional, isto é, pelo latifúndio, como descreveu muito bem o sociólogo, também alterou as relações de trabalho no campo: a tecnologia industrial incrementou o trabalho nas zonas rurais, e os pequenos e médios camponeses se tornaram trabalhadores assalariados ou rendeiros, quando não migraram para as cidades na impossibilidade de continuar vivendo sob o ritmo existencial próprio da agricultura de subsistência.

Outro aspecto a ser pensado no que concerne à relação campo-cidade em contextos de transformações sociais e organização nacional foi destacado por Frantz Fanon no célebre *Os condenados da terra* (2005), quando tratou das contradições entre capital e interior no âmbito do que Guerreiro classificou como consciência crítica:

Pensamos, ao contrário, que o interior deveria ser privilegiado. Aliás, a rigor, não haveria nenhum inconveniente em que o governo tivesse sua sede fora da capital. É preciso dessacralizar a capital e mostrar às massas deserdadas que é para elas que se decide trabalhar. É, em certo sentido, o que o governo brasileiro tentou fazer com Brasília. A arrogância do Rio de Janeiro era um insulto para o povo brasileiro. Mas, infelizmente, Brasília é mais uma vez uma nova capital, tão monstruosa quanto a primeira. O único interesse dessa realização é que hoje existe uma estrada através do mato [...] A capital dos países subdesenvolvidos é uma noção comercial herdada do período colonial. Mas, nos países subdesenvolvidos, devemos multiplicar o contato com as massas rurais. Devemos fazer uma política nacional, isto é, antes de tudo uma política para as massas. Nunca devemos perder o contato com o povo que lutou pela sua independência e pela melhoria concreta da sua existência (Fanon, 2005, p. 217).

O pensador martinicano experienciou por meio de uma guerra de libertação a questão da consciência nacional, cujas contradições entre as massas camponesas/interioranas e os trabalhadores urbanos representavam problemas e tarefas de primeira ordem no processo revolucionário. A escolha do exemplo brasileiro para ilustrar sua argumentação indica a demanda em comum sobre organização popular nos países subdesenvolvidos. Partindo desse pressuposto, Fanon apontou a necessidade da instalação de direções regionais dinâmicas, com competência para despertar as regiões deserdadas, acelerar a tomada de consciência desses cidadãos para que, inclusive, possam transcender ao sonho de “ganhar a capital”, evitando o abandono da terra e o trágico destino de avolumar as camadas lumpemproletárias no contexto urbano (Fanon, 2005). Por este viés, a organização dos povos na trilha revolucionária requer uma síntese rítmica entre a temporalidade rural e urbana – as comunas populares foram exemplo desse esforço de síntese, como veremos no capítulo seis a partir da passagem do sociólogo pela China –, de tal forma que os mecanismos de participação política, assim como o avanço científico e tecnológico, não sejam privilégios das capitais sacralizadas. É desnecessário dizer que as condições objetivas dos processos históricos vividos por Fanon e Guerreiro eram distintas, porém, a necessidade de mediação entre o rural e o urbano se apresentou para ambos.

Por esta razão, os apontamentos do intelectual martinicano contribuem para com o argumento do sociólogo baiano de dois modos, pelo menos: 1) sublinha a dimensão irracional do desenvolvimento capitalista no que concerne à industrialização-urbanização-êxodo rural, a despeito dos avanços científicos, tecnológicos e civilizacionais intrínsecos a esse fenômeno; e 2) reforça a demanda por uma organização racional da produção/planificação econômica e social nos países que investiram em projetos pautados pelos princípios da soberania e autodeterminação.

O terceiro fator da consciência crítica no Brasil, o efeito sociológico das alterações do consumo popular, foi exibido pelo autor em termos comparativos, tanto por meio da literatura que documentou o nível de consumo do povo no final do século XIX e início do século XX (Tobias Barreto, Sílvio Romero), quanto pelos dados estatísticos disponíveis a partir de 1934³¹. No geral, os números apontaram para uma diversificação nos hábitos de consumo das classes populares que, conforme avançava o desenvolvimento das forças produtivas, puderam destinar uma parcela cada vez menor do orçamento familiar para despesas básicas (alimentação, habitação, vestuário, transporte, médico e remédios). Por outro lado, bens de consumo como luz elétrica, aparelho de rádio e máquina de costura, cada vez mais presentes junto aos grupos populares, representavam a elevação do teor dos hábitos de consumo dessa população nas principais capitais do país. De acordo com o autor, tais consumos fundamentavam uma psicologia coletiva de grande conteúdo reivindicatório, pois:

Quanto mais uma população assimila hábitos de consumo não vegetativos, tanto mais cresce a sua consciência política e maior se torna a sua pressão no sentido de obter recursos que lhe assegurem níveis superiores de existência. Os padrões precários de existência, mantendo a população em estado de servidão à natureza, não propiciam o aprofundamento de sua subjetividade. Concentrando suas forças para obter a mera subsistência, presas de necessidades rudimentares, não resta às populações pauperizadas, senão restrita margem para desenvolver a aptidão de se conduzirem significativamente como protagonistas de um destino histórico (Ramos, 1965, p. 78).

Nesse sentido, Guerreiro trazia à baila o tema do consumo popular enquanto importante aspecto no que se refere à autodeterminação de um povo, posto que a possibilidade de transferir seus interesses, em termos de consumo, para práticas mais requintadas, superando a redução do consumo às questões “puramente biológicas”, permite que tal população ascenda da condição de coisa à condição de sujeito – do plano espacial para o da duração (Ramos, 1965). Dito de outra maneira, a autodeterminação estaria associada ao refinamento da vida cotidiana e à

³¹ Os principais dados mobilizados pelo autor sobre esse assunto foram publicados no Anuário Estatístico do Brasil, de 1954, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujo projeto, execução e apuração da pesquisa foram dirigidas pelo próprio sociólogo. Para mais informações, ver: Ramos (1965, p. 75-78).

libertação progressiva dos afazeres elementares. A nosso juízo, esses três fatores da consciência crítica – industrialização, urbanização e alteração do consumo popular – balizaram a contradição elementar encarada pela sociologia de Guerreiro Ramos: a relação entre desenvolvimento das forças produtivas nos marcos de uma sociedade capitalista dependente e a organização racional desse desenvolvimento pelo princípio da soberania e autodeterminação. O método redutor foi a arma teórica do sociólogo para pensar e projetar o Brasil de modo radical, isto é, tomando a realidade nacional pelas suas raízes e buscando, se não resolver tal contradição, ao menos formular novas perguntas capazes de orientar a teoria e a *práxis* política da *intelligentsia* brasileira rumo a um momento qualitativamente superior.

2.1.2 Definição geral e específica da redução sociológica

Agora, vamos apresentar as definições e características do método redutor. De início, é interessante retomarmos o próprio sentido do termo redução, conforme colocado pelo sociólogo em sua obra:

Em seu sentido mais genérico, redução consiste na eliminação de tudo aquilo que, pelo seu caráter acessório e secundário, perturba o esforço de compreensão e a obtenção do essencial de um dado. E, portanto, a redução, seja praticada no **domínio teórico**, seja no **domínio das operações empíricas**, é sempre **a mesma atividade**. A redução de uma ideia ou de um minério, por exemplo, consiste em desembaraçá-los de suas componentes secundárias para que se mostrem no que são essencialmente (Ramos, 1965, p. 81, grifos nossos).

Esse sentido geral da redução pressupõe um inventário do objeto, a extração de suas categorias aparentes para que a investigação possa alcançar a sua essência. Também remete ao processo alquímico, em especial, à operação do elemento fogo denominada *calciniatio*, a qual envolve o intenso aquecimento de um sólido, destinado a retirar dele a água e todos os demais elementos passíveis de volatilização, restando um fino pó seco (Edinger, 2006). Logo, redução, no sentido genérico, pode ser concebida como o ato de submeter o objeto ao fogo para ver o que resta no final do processo – só resiste ao fogo aquilo que for essencial.

Não obstante, do ponto de vista sociológico, redução é uma atitude metódica cuja finalidade é desvelar os pressupostos referenciais de natureza histórica dos objetos e fatos da realidade social. E, fundamentalmente, a redução sociológica não é ditada somente pelo imperativo de conhecer, mas também pela necessidade social de uma comunidade que, na realização de seu projeto histórico existencial, tem de servir-se da experiência de outras comunidades (Ramos, 1965). Observemos que a motivação para pensar a realidade social em

termos de projeto está no cerne da redução sociológica, de tal maneira que não se trata de uma observação (passiva) e/ou da produção de conhecimento pelo conhecimento, a serviço do avanço da ciência em abstrato. Guerreiro tornou explícito que todo conhecimento é interessado, e que no caso da sua sociologia em “mangas de camisa”, o interesse estava em forjar as ferramentas para a edificação de um projeto nacional e popular no Brasil. A elevação do nível da produção científica, para o autor, tinha uma relação umbilical com o engajamento à realidade nacional, pois, nos países periféricos, o avanço científico só seria possível mediante a assunção dos problemas concretos e o esforço coletivo para superá-los. “Toda sociedade subdesenvolvida é definida por um complexo geral de penúria” (Ramos, 1965, p. 30) – alimentos, habitação, bens e serviços de toda sorte, inclusive, de recursos para atividades científicas. Por isso, de todos os homens de ciência, o sociólogo seria aquele que deveria, sobretudo, compreender que a situação de penúria só pode ser erradicada através do empenho na ordenação coletiva da produção, cabendo-lhe subordinar a atividade científica às prioridades sociais. A organização de uma agenda de pesquisa, portanto, não estaria orientada pelo diapasão das instituições científicas dos países centrais, pelos modismos acadêmicos ou por meio de uma defesa ingênua da liberdade de cátedra, mas a partir da indução investigativa e da crítica militante de nossa realidade material.

Para maior entendimento da redução sociológica, destacamos os sete itens que a constituem, conforme apresentados pelo autor, sendo eles: 1) É atitude metódica. É modo de ver que obedece a regras e se esforça por depurar os elementos que dificultem a percepção radical e exaustiva do significado do objeto. Ao contrário da atitude natural que não coloca em questão os aspectos diretos dos dados que lhes são oferecidos, e da atitude espontânea que não vai além dos elementos externos dos fenômenos, a atitude metódica os põe “entre parênteses”, quer dizer, exime-se de toda afirmação ou aceitação desses aspectos, invertendo o processo ordinário da atitude natural. Não por acaso, Guerreiro cunhou a categoria “homem parentético” para tratar de uma das dimensões da redução sociológica, analisada no quarto capítulo; 2) Não admite a existência na realidade social de objetos sem pressupostos. A realidade social não é um amontoado de fatos desconexos, mas, enquanto matéria da vida humana, é sistemática, dotada de sentido e permeada por valorações. Os fatos da realidade social estão referidos uns aos outros por um vínculo de significação; 3) Postula a noção de mundo. O crucial da ideia de mundo é a admissão de que os objetos e a consciência estão relacionados reciprocamente. Toda consciência é intencional porque estruturalmente se refere a objetos, e todo objeto, enquanto conhecido, está necessariamente referido à consciência, e o mundo que conhecemos e no qual agimos é o âmbito no qual indivíduos e objetos encontram-se numa complexa e infinita trama

de referências; 4) É perspectivista. Os objetos são constituídos em parte pela perspectiva em que estão. Se transferidos para outra perspectiva, deixam de ser exatamente o que eram. O sentido de um objeto nunca se dá desligado de um determinado contexto. Não há possibilidade de repetição na realidade social, tanto que a redução é precisamente o contrário de repetição, pois, segundo Guerreiro, a mera repetição analógica de estudos e práticas contraria a essência da atitude científica, perdendo de vista a particularidade constitutiva de toda situação histórica; 5) Seus suportes são coletivos e não individuais. O sociólogo chega à redução sociológica quando torna sua uma exigência de autoconformação surgida na sociedade em que habita. A redução sociológica é um ponto de vista que tem a consciência de ser limitado por uma situação e, por isso, é instrumento de um saber operativo e não da especulação pela especulação. Para que um sujeito apreenda e pratique a redução sociológica, a premissa é viver numa sociedade cuja autoconsciência assuma as proporções de processo coletivo, pois não se trata de um ato de lucidez individual, mas de uma lógica material imanente à sociedade; 6) É um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira. A redução sociológica não implica exaltação romântica/idealista do local, regional ou nacional, tampouco se traduz em isolacionismo. Ao contrário, é dirigida por uma aspiração ao universal, contudo, mediatizado pelo local, regional ou nacional. Não pretende se opor à prática de transplantações, mas submetê-las a critérios de seletividade apurados. Está em jogo tornar conscientemente seletiva a capacidade de uma sociedade se autoarticular – já que todo grupo social é dotado de uma seletividade inconsciente que se incumbe de distorcer ou reinterpretar os produtos culturais importados, não poucas vezes, contrariando a expectativa dos que aconselham ou praticam transplantações literais. E, por último, 7) embora seus suportes coletivos sejam vivências populares, a redução sociológica é atitude altamente elaborada. A redução de um processo, instituição, produto cultural, não se alcança senão recorrendo a conhecimentos diversos, principalmente de história (Ramos, 1965).

Diante da exposição dos itens que definem a redução sociológica, é possível percebermos as inspirações fenomenológicas e marxistas na construção teórica de Guerreiro Ramos, aspecto que se confirma nas páginas do livro homônimo dedicadas aos seus antecedentes filosóficos e sociológicos. Quanto aos antecedentes filosóficos, o autor observou ter sido a fenomenologia uma tradição que tornou a redução um dos seus temas centrais, em especial, nas obras de Husserl e Heidegger. No que se refere a Edmund Husserl, sua busca de um conhecimento de essências procurou levar o sujeito a uma experiência transcendental na qual defronta-se o eu puro com o objeto puro. Os pressupostos para atingir tal fluxo puro envolvem três reduções: a histórica (suspensão das opiniões e doutrinas anteriores sobre o objeto), a eidética (eliminação da existência individual do objeto), e a transcendental (estrutura

da consciência se revela como intencional, essencialmente referida ao objeto). Todavia, o filósofo alemão maneja a redução num nível rigorosamente abstrato (Ramos, 1965). Coube a Martin Heidegger, segundo o sociólogo, levar às últimas consequências as ideias de Husserl e evidenciar que a redução implica o problema do mundo, isto é, o sujeito jamais consiste num eu puro/transcendental, pelo contrário, é um ser-no-mundo:

Para Heidegger, cada objeto do mundo participa de uma estrutura referencial que lhe dá sentido. Implicado nessa estrutura, o homem adquire, no trato com os objetos, uma compreensão do mundo. Esta, porém, é atórica, pré-ontológica. Como alcançar a compreensão teórica? A resposta decisiva é a seguinte: pela suspensão das relações referenciais constitutivas dos objetos no mundo, pela “desmundanização” dos objetos. Eis como podemos entender a redução em Heidegger. Supõe a eliminação do ponto de vista cotidiano, [...] (Ramos, 1965, p. 97).

Assim, a redução sociológica se aproxima das noções de Heidegger no sentido de que um objeto cultural é constituído não apenas por seus elementos objetivos, mas também pela função que exerce no sistema de objetos de que faz parte, ou seja, se trata de demonstrar a função e as implicações do produto cultural e as determinações que o compõe. Nessa perspectiva, Guerreiro fez um adendo no que concerne à ideia de funcionalismo, ponto central da antropologia anglo-saxônica. O autor observou que essa antropologia, fundamentada em vícios naturalistas, adotara uma função demasiado estreita de função, induzida pela analogia entre sociedade e organismo, enquanto para o método redutor a função dos objetos é entendida mais em termos de sentido, de acordo com a intencionalidade que possuem numa estrutura referencial, do que em relação a uma conotação material, como contribuição ao equilíbrio global da comunidade. Por isso, o sociólogo destacou a importância de estarmos alertas a respeito das duas acepções do termo intencionalidade nos domínios da redução sociológica: uma esclarece que a consciência está sempre referida aos objetos; outra designa o conteúdo referencial ou significativo dos objetos no mundo – o “para que”.

Em última instância, do ponto de vista filosófico, o que estava em jogo para Guerreiro Ramos era menos assumir o idealismo de Husserl e Heidegger e/ou aderir ao sistema teórico deles do que acolher a atitude metódica por eles perfilhada, a qual aponta para uma análise radical dos objetos no mundo. A redução sociológica não é a aplicação da redução fenomenológica (husserliana ou heideggeriana) no estudo do social, como já havia efetuado Georges Gurvitch, cuja influência sobre Guerreiro também é nítida ao longo de sua obra. Nenhum desses pensadores viveu o problema da descolonização do trabalho sociológico, tarefa de primeira ordem para o nosso autor que, dessa forma, extraiu o núcleo dos enunciados gerais da fenomenologia, podendo afirmar, assim, que cada objeto implica a totalidade histórica em

que se integra e, portanto, é intransferível na plenitude de todos os seus ingredientes circunstanciais (Ramos, 1965). A redução sociológica é o oposto de transplantação literal, prática amplamente realizada em países coloniais e que implica a concepção ingênua de que os produtos culturais produzem o mesmo efeito em qualquer contexto. Contudo, é possível suspender, pôr entre parênteses, as notas históricas adjetivas do objeto/produto cultural e apreender suas determinações, de tal maneira que possa servir subsidiariamente (e não como modelo) em outro contexto, conforme ocorreu nas sociedades cujo tensionamento à razão colonial configurou uma consciência crítica, a inclinação ao projetamento comunitário. Por essa lógica, nosso autor afirmou que a redução sociológica só ocorre e se faz necessária em países empenhados num esforço substitutivo, em que a substituição de importações apontada pelos economistas é só um detalhe, pois, “neste estádio, é necessário produzir, de acordo com as imposições do meio, o que antes se importava, tanto as ideias quanto as coisas” (Ramos, 1965, p. 100). Essa passagem evidencia a perspectiva da totalidade característica ao método redutor, contemplando questões políticas/ideológicas sem renunciar à dimensão da economia.

Por esse viés, no tocante aos antecedentes sociológicos³² do método redutor, Guerreiro assumiu a importância do marxismo na construção do seu quadro teórico. Não foi por outro motivo, diga-se de passagem, que dedicou algumas linhas no prefácio à segunda edição de *A Redução Sociológica* para responder aos apontamentos de Jacob Gorender³³ sobre a redução estar inclinada a um compromisso com a burguesia. “O ponto de vista proletário é a referência básica de nosso pensamento sociológico” (Ramos, 1965, p. 48), mencionou o autor, ressaltando que o conceito de comunidade humana universal orientara tanto a redução sociológica quanto sua produção em geral. Nesse sentido, a obra *História e consciência de classe* (2003) de György Lukács, foi um importante subsídio, pois, ao assimilar o núcleo do raciocínio do pensador húngaro inerente a esse livro, o sociólogo recolheu insumos para fundamentar o compromisso radical da redução sociológica para com o proletariado, sem a necessidade da reprodução de fetiches verbais – “Se um texto sociológico não contém a expressão ‘classe operária’ não é revolucionário. Mas essa é a maneira de pensar que caracteriza o escriba, não o homem da ciência” (Ramos, 1965, p. 49). Por conseguinte, o decisivo era assumir o ponto de vista da totalidade, categoria cardinal do pensamento de Marx, do qual a classe operária representa um

³² Acreditamos que Guerreiro tenha optado por apontar especificamente a inspiração marxista da redução na seção sobre os “antecedentes sociológicos” por uma questão formal, devido ao fato de Marx ser um dos autores do tripé da sociologia clássica, e não por considerar o pensador alemão um sociólogo.

³³ Jacob Gorender, na época, ainda militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), havia redigido o texto *Correntes sociológicas no Brasil*, uma resenha crítica do livro *A Redução Sociológica*, ambos publicados em 1958. Na edição de 1965 que utilizamos para a pesquisa, Guerreiro Ramos respondeu às críticas feitas por Gorender ao longo do segundo prefácio, além de ter publicado o texto do intelectual comunista como apêndice.

aspecto concreto e episódico. O princípio revolucionário da ciência proletária, de acordo com Guerreiro, se manifesta por meio da categoria totalidade, de tal modo que a essência do próprio método é rigorosamente revolucionária, e não apenas o fato de se opor à sociabilidade burguesa. Assim, ao situar-se desde o ponto de vista da comunidade humana universal, ou seja, ao assumir a totalidade que, na tradição marxista, só é possível ao cientista que aderir ao ponto de vista da classe operária, o sociólogo reafirmou a posição classista da redução. Da mesma forma, não deixou de apontar que os estudos marxistas ou de inspiração marxista, no geral, estão fundamentados num ponto de vista redutor, a começar pelo próprio Marx ao demonstrar o condicionamento histórico das ideias econômicas e desmistificar sua pretensa universalidade.

Ainda sobre antecedentes sociológicos da redução, Guerreiro mencionou três autores de língua românica bastante conhecidos na América Latina naquela época: Georges Gurvitch, Luís Recasens Siches³⁴ e Jules Monnerot³⁵. Enquanto os dois primeiros realizaram aquilo que o sociólogo denominou de fenomenologia do social, quer dizer, a aplicação da redução fenomenológica nas análises sociais, o último teria se aproximado das cogitações do nosso autor no que diz respeito à redução sociológica. Porém, consideramos pedagógica a ressalva de Guerreiro Ramos ao pensamento de Monnerot, intelectual inserido numa sociedade cujo desenvolvimento já fundara uma sociologia nacional (França) e, por isso mesmo, lhe possibilitava conceber a redução apenas como expediente técnico voltado à discussão radical de doutrinas sociológicas. Ao contrário da situação do sociólogo trabalhista, cujo contexto histórico demandava da atitude redutora um instrumento metodológico de fundação da sociologia brasileira, sem o privilégio de priorizar debates sobre fatores psicológicos na sociologia ou a adoção de relativismos teóricos:

Ora, o relativismo é incompatível com situações nas quais o sociólogo pretende atribuir papel operante à teoria de que é criador. Neste caso, a teoria não pode deixar de ter algum **conteúdo dogmático empiricamente justificado** pelo fato mesmo de que a realidade a que se refere é dotada de sentido. Somente uma sociologia de cátedra ou como diria Hegel, ‘de professores’, poderá adotar um relativismo sem limites (Ramos, 1965, p. 104, grifo nosso).

Esse trecho é muito significativo e nos impele a refletir as virtualidades do método redutor na relação entre sociologia e projeto de país. Primeiro, porque torna claro como a luz

³⁴ Luís Pedro Alejandro Recasens Siches (1903-1977), pensador guatemalteco, publicou diversas obras nas áreas da sociologia e filosofia do direito.

³⁵ Jules Monnerot (1909-1995), sociólogo martinicano, filho de Jules Monnerot (1874-1942), filósofo, advogado e militante comunista, fundador de uma das organizações embrionárias do Partido Comunista da Martinica. A despeito de ter iniciado a carreira estudando Karl Marx e ter frequentado círculos surrealistas, tornou-se um intelectual conservador e anticomunista – a obra *Sociologia do Comunismo* (1949), é um exemplo emblemático do seu pensamento reacionário –, desviando do caminho político trilhado pelo pai.

do sol ao meio dia que a redução sociológica não consiste num empreendimento de cátedra, em sociologia de gabinete apartada do pulsar da vida nacional. A tarefa fundacional que a redução comporta, no caso brasileiro, não responde aos dilemas acadêmicos, mas à consciência crítica do povo que emerge com seus problemas e aspirações concretas. Esse tipo de contexto, característico de vários países do Terceiro Mundo naquela época, que envolvia descolonização e assunção da própria personalidade histórica na direção de um projeto de soberania e autodeterminação, exige uma sociologia à altura das transformações materiais em curso. Por isso, Guerreiro mobilizou esforços para nacionalizar as ciências sociais no Brasil e produzir uma inflexão teórica que nos lançasse num ponto de não retorno: a fundação de uma nova etapa do nosso pensamento sociológico.

Em segundo lugar, esse tipo de empreitada teórica não pode estar isenta de conteúdos dogmáticos empiricamente justificados, isto é, experimentar um processo histórico de transformações sociais e ter por orientação a vontade coletiva de um povo exige dos intelectuais engajados firmeza teórica e ideológica, e até mesmo, a necessidade e o risco de conviver com aspectos dogmáticos no plano teórico-político. Essa questão fica evidente quando pensamos os processos revolucionários como, por exemplo, os acontecimentos na Rússia a partir de 1917. Diante da situação de representar a primeira república socialista da história, enfrentando o cerco imperialista, bloqueios econômicos e toda a sorte de desvantagens materiais oriundas de um país periférico recém-saído de enormes conflitos internos e externos, administrar essa sociedade nos marcos de uma planificação orientada ao socialismo, inevitavelmente, cristalizou alguns dogmas justificados pelo processo empírico. Um deles pode ser caracterizado pela institucionalização do marxismo, seu desvio manualesco para a condição de razão de Estado e problema de segurança nacional. Os desdobramentos disso são conhecidos: estrangulamento da criatividade científica e artística, bem como o empobrecimento do próprio materialismo histórico e dialético. Não estamos, todavia, retomando esses fatos no intuito de justificar os equívocos ocorridos na experiência soviética, mas para assinalar a natureza do pântano do relativismo sem limites que reivindica democracia em abstrato mediante a luta encarniçada da classe trabalhadora na defesa de seu projeto coletivo. É típico da consciência ingênua idealizar situações revolucionárias e processos de transição, de modo a não conseguir suportar as contradições que essas experiências apresentam, corolário da dificuldade em lidar com uma realidade que não cabe mais na teoria vigente. Guerreiro Ramos tinha ciência dessas vicissitudes, por isso não vacilou em ponderá-las para a construção de uma sociologia crítica e militante da realidade nacional.

A redução sociológica, por esse prisma, não se traduz numa metodologia de pesquisa à disposição dos cientistas sociais acadêmicos para ser aplicada à realidade, como mais uma pauta determinada de procedimentos para se conhecer alguma coisa, conforme tradicionalmente é ensinado nas universidades. Na verdade, corresponde ao instrumento teórico de vocação fundacional – experimentado na efervescente conjuntura política do pré-64, motivo pelo qual não é possível compreender a sociologia em “mangas de camisa” de modo radical apartado do compromisso do autor com a revolução brasileira –, à estratégia de intervenção mínima para que os cientistas sociais brasileiros (mas não apenas) pudessem produzir teoria social adequada às demandas do nosso povo. Dessa intervenção edifica-se um método na relação investigador e objeto, mas a redução sociológica em si mesma não é um método em estado puro: se trata de um conjunto de procedimentos teórico-práticos tendo em vista dotar a sociologia de valor pragmático, apta aos desafios organizacionais e políticos do país e à inauguração de uma outra etapa das ciências sociais no Brasil. Dito isso, passemos agora a tratar das denominadas leis da redução sociológica.

2.1.3 Leis da redução sociológica

Guerreiro Ramos elencou quatro leis da redução sociológica: lei do comprometimento, lei do caráter subsidiário da produção científica estrangeira, lei da universalidade dos enunciados gerais da ciência, lei de fases. A primeira delas, lei do comprometimento, foi enunciada da seguinte forma: “*Nos países periféricos, a ideia e a prática da redução sociológica somente podem ocorrer ao cientista social que tenha adotado sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto*” (Ramos, 1965, p. 112, grifos do autor). Nessa direção, o autor observou que somente em casos aberrantes se registrará a existência de um cientista social desprovido do desejo de contribuir para a promoção histórica da sua coletividade. Entretanto, para que o sentido dessa lei se clarifique, é necessário distinguir o engajamento sistemático do engajamento ingênuo. Este último se refere aos especialistas que pretendem depurar sua prática científica do influxo de um compromisso com a realidade social, que professam um universalismo não qualificado e ainda justificam que tal influxo viciaria a atividade científica. Essa atitude é fatal quando tomada por especialistas em países periféricos, pois, sem refletir sobre os pressupostos da prática científica, tornam-se indefesos perante a perspectiva implícita na produção científica estrangeira, meros consumidores de uma conserva cultural, praticantes da sociologia enlatada (Ramos, 1995). Por

outro lado, o engajamento sistemático pressupõe a crítica radical, uma reflexão sobre os fundamentos existenciais da ciência em ato e/ou da produção científica:

O compromisso de que se fala aqui, na medida em que seja sistemático, situa o cientista no **ponto de vista universal da comunidade humana**. O regional e o nacional, em tal compromisso, não são termos finais, são termos imediatos de concretização do universal. Esta posição confere extrema lucidez ao cientista, pois o leva a colocar, sob a luz da consciência, as virtualidades que habitualmente estão obscurecidas na conduta ordinária. É o requisito imprescindível para que surja nos países subdesenvolvidos – verdadeira ciência (Ramos, 1965, p. 113, grifo nosso).

Longe de significar uma apologia a exaltações nacionais pelo manejo de resíduos emotivos sob o rótulo de ciência – comum em regimes fascistas –, o comprometimento em questão, para o nosso sociólogo, visa liberar o cientista terceiro-mundista da servidão intelectual própria da condição de repetidor e copista, favorecendo sua integração num plano teórico eminente. E ao lançar mão da dialética, o autor sinalizou que não iria sujar os pés na lama da lógica formal onde muitos acabaram se afundando ao pensar categorias como nacionalismo/internacionalismo, particular/universal – por intermédio do ponto de vista da totalidade (comunidade humana universal), o sociólogo assume as contradições entre o nacional e o universal enquanto movimento, e não como realidades puras ou fixas. Essa postura é decisiva no que concerne à lei do comprometimento, pois o pesquisador precisa estar ciente dos condicionamentos existenciais que o habitam invariavelmente à revelia da sua investigação, isto é, a partir do trato com objetos e pessoas do mundo particular em que está inserido: “O eu e a consciência do eu brotam no ‘nós’ que os antecede lógica e historicamente” (Ramos, 1965, p. 114). Essa reciprocidade de influências na dimensão histórico-social permite ao cientista assimilar a ideia de mundo, tornando as relações entre sujeito e objeto inteligíveis, de modo que o mundo não seja tomado como uma coleção de objetos passíveis de serem contemplados do lado de fora. O homem é ser-no-mundo, não como um par de sapatos na caixa, mas enquanto suas ações implicam o mundo e/ou uma visão prévia do mundo (Ramos, 1965).

A noção de como a situação histórica impõe-se ao cientista e a construção de conhecimento a partir dessas determinações são chaves importantes para a lei do comprometimento. Quer dizer, não escolhemos tal corpo, país ou continente, mas vivemos necessariamente a visão de mundo de nossa nação e época, nos integramos à totalidade do mundo de modo não intelectual. Por isso, o sociólogo sublinhou o fato de a visão do mundo operar enquanto sistema configurador de atos e ideias, dotada de organicidade e, portanto, impossível de ser neutralizada em relação à atividade científica, porque não consiste numa construção puramente intelectual. Trata-se de um engajamento vital que organiza o sentido

quotidiano do homem, visto que todo fazer humano implica uma interpretação das coisas que manipula, e todo teorizar é extensão do fazer ao nível da representação, tenha o sujeito consciência disso ou não. Por este prisma, Guerreiro nos interpela em dois sentidos.

Primeiro, ao destacar que as pessoas produzem visões de mundo por meio de práticas cotidianas, ou seja, constroem teorias sobre o mundo apesar de nem sempre sistematizarem esse conhecimento de um ponto de vista formal de intelectualidade. Tal formulação serve de alerta tanto aos pesquisadores que advogam uma “neutralidade axiológica” no trabalho científico, seguros de terem expulsado suas visões de mundo do laboratório, como também para aqueles especialistas que, ao desenvolverem investigações junto a comunidades, semeiam a ilusão de estar genuinamente levando teoria aos povos, enquanto estes, na verdade, já teorizam sobre a realidade independentemente das ciências sociais – a própria noção de consciência crítica, discutida por nós, se refere ao grau de pensamento e ação de uma coletividade que pronuncia e modifica o mundo. Nesse sentido, Guerreiro também denunciou a falsa oposição entre teoria e prática:

Supor que o homem teoriza primeiro e age depois é incorrer em erro. O homem não se esgota no pensar, é também sentir e querer. O pensar é apenas um aspecto particular da vida, que consiste em converter em objeto determinado conteúdo do agir humano. A nova teoria, resultante do esforço de pensar, era, no agir humano, uma virtualidade. É precisamente a reflexão que torna explícita e exprime, de modo elaborado, a virtualidade implícita no agir humano. A pergunta famosa: ‘quem educa o educador?’ só tem uma resposta: – a sociedade, e não outro educador (Ramos, 1965, p. 116).

A ideia de *práxis*, conforme podemos observar nesse extrato do texto, é fundamental para a formação científica da redução sociológica e está na base da sua primeira lei (do comprometimento). A sociedade, enquanto fenômeno total, é o pressuposto essencial do investigador que tenha superado o engajamento ingênuo e saiba que só levará a efeito a ciência possível nas circunstâncias determinadas em que vive.

Em segundo lugar, esse raciocínio remete ao bordão clássico de Marx e Engels: “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (Marx; Engels, 2007, p. 47). A visão de mundo hegemônica numa determinada etapa histórica é a visão da classe que detém o poder, isto é, da burguesia ainda nos termos de hoje. Ter consciência disso não significa estar imune à reprodução ideológica ampliada do capital, mas ter a possibilidade de compreendê-la e confrontá-la na medida em que assumimos a determinação da consciência pelo ser social, e não o contrário. Por essa razão, o compromisso reivindicado pelo autor nos termos dessa lei conduz à autoconsciência da sociabilidade

capitalista, não apenas pelo empenho na análise concreta da situação concreta, mas por confrontá-la com o futuro mediante projetamentos. Eis o núcleo do método marxista: ao se colocar na perspectiva de uma formação econômico-social superior é que se pode identificar os elementos explicativos essenciais de uma etapa inferior do desenvolvimento da humanidade. À vista disso, *O Capital* só poderia ter sido obra de um comunista, pois a anatomia detalhada do sistema capitalista em sua totalidade exige, inexoravelmente, o confronto do capitalismo com aquela estrutura econômica para a qual essa sociabilidade burguesa caminha por absoluta necessidade (Bambirra, 1993). Esse núcleo marxista se manifesta na redução sociológica em sua dimensão da lei do comprometimento, porque a profunda compreensão da situação colonial concebida por Guerreiro Ramos é fruto não apenas de seu engajamento sistemático junto à realidade nacional, mas, sobretudo, da sua capacidade de projetar a superação do subdesenvolvimento e da dependência no Brasil:

Nos países periféricos, é a adoção sistemática de um ponto de vista universal orientado para o futuro que possibilita a redução sociológica. É o imperativo de acelerar, de modo historicamente positivo, a transformação de contextos subdesenvolvidos que impõe ao cientista de países periféricos a exigência de assimilar não mecanicamente o patrimônio científico estrangeiro (Ramos, 1965, p. 119, grifos do autor).

É lícito, para concluirmos os aspectos fundamentais dessa lei, ressaltarmos a diferença mobilizada pelo autor entre ser-no-mundo e ser-do-mundo. Essa distinção joga luz ao vício eurocêntrico comum ao academicismo, e aos limites impostos ao estudioso europeu ou estadunidense: sua prática social entra em conflito com a prática social do estudioso de regiões periféricas. Por esse ângulo, o intelectual europeu/estadunidense só poderá ultrapassar esse limite por meio daquilo que o sociólogo chamou de “desideologização”, esforço pautado pela adoção de caráter sistemático do ponto de vista universal da comunidade humana. Somente assim transcenderá seu contexto histórico-social particular, pois o homem não é apenas um ser-no-mundo, é também um ser-do-mundo, em determinada forma histórica específica. Ao analisar regiões subdesenvolvidas, o pesquisador europeu/estadunidense pode utilizar a categoria ser-no-mundo, porém, muitos elementos da realidade ficarão fora do seu alcance e só poderão ser notados desde o ponto de vista da comunidade humana universal, na medida em que se verifique no investigador um compromisso sistemático com as virtualidades do mundo sobre o qual incide a sua especulação – ser-do-mundo (Ramos, 1965).

Essa reflexão coloca em evidência um questionamento que ainda persiste no campo intelectual e científico: em que consiste uma sociologia nacional? Basta nascer ou estar no Sul global para produzir uma sociologia do Sul? Guerreiro responderia que não. Um intelectual do

Terceiro Mundo pode atuar de maneira ingênua, sob orientação da lógica colonial e destituído de inclinações em termos de projetos, assim como um pensador do Norte global pode construir um engajamento com regiões periféricas e formular importantes contribuições para essas realidades sociais. O decisivo, para o sociólogo, é a postura teórica assumida pelo estudioso frente ao contexto analisado. E como a preocupação de Guerreiro Ramos era (re)fundar a sociologia no Brasil e estabelecer a orientação teórico-metodológica para a organização de um projeto nacional de desenvolvimento, a redução sociológica tinha como tarefa instrumentalizar o pesquisador brasileiro, latino-americano, convocando-o a assumir o engajamento sistemático da vida nacional desde o ponto de vista da totalidade, núcleo geral da lei do comprometimento.

A segunda lei da redução sociológica, a lei do caráter subsidiário da produção científica estrangeira, se expressa da seguinte forma: “*À luz da redução sociológica, toda produção científica estrangeira é, em princípio, subsidiária*” (Ramos, 1965, p. 120, grifos do autor). O sociólogo iniciou a reflexão acerca dessa lei retomando a discussão sobre consciência e objeto, destacando a importância da abordagem fenomenológica em face à lógica cartesiana: enquanto para Descartes, o eu é substância (*res cogitans*), algo hipostasiado, para Husserl, o eu está sempre relacionado aos objetos. Contudo, os objetos não são intencionais somente por estarem referidos à consciência, ponderou Guerreiro a respeito da formulação husserliana, mas também objetivamente por carregarem determinados sentidos e propósitos na medida em que integram uma estrutura referencial em particular. Assim, para a sociologia tirar partido desse enunciado fenomenológico, seria necessário considerar o eu e os objetos no plano empírico ou eidético, nunca no plano transcendental. Isto é, transferir a noção de intencionalidade de matriz fenomenológica, da dimensão puramente ontológica, para o plano social, pois o método redutor não consiste na reflexão do objeto puro no ato intencional e relacionado ao sujeito transcendental, mas concebe o sujeito enquanto um eu concreto, inserido na comunidade e cujo objeto “impuro” é dotado de sentidos.

Guerreiro estava chamando a atenção para o fato de que um objeto cultural assume formas diversas de acordo com o ato referencial do respectivo sociólogo, de modo que há uma identidade essencial que perdura em qualquer contexto, mas existem sentidos (conteúdos) que correspondem à realidade particular na qual o objeto está integrado. Por essa razão, a sociologia estadunidense ou europeia, por mais virtuosa que seja, não pode ser tomada como universal sem um exame crítico. Qualquer produto sociológico – teoria, sistema, conceito, método, técnica de pesquisa – é sempre construído para atender a uma imposição que constitui o sentido do produto sociológico. À vista disso, o sistema de Max Weber tem pleno sentido, sobretudo, para os alemães, assim como o de Bourdieu para os franceses, o de Parsons para os

estadunidenses, e assim sucessivamente. O que, nesses autores e sistemas, extrapola seus contextos imediatos são as contribuições ao “núcleo central do pensamento sociológico” (Ramos, 1965, p. 122). Mas, para manejarmos tais objetos ou produtos, torna-se imprescindível extrair seus sentidos de acordo com o contexto em que surgiram, quer dizer, praticar a redução sociológica para utilizá-los como subsídios em nossas elaborações. Caso contrário, correremos o risco de nos envolvermos pela intencionalidade da qual são portadores tais produtos/objetos, sujeitando nossa prática teórica à mera imitação, desprovida de autenticidade científica.

Por conseguinte, a aplicação dessa lei conduzirá os intelectuais a mobilizarem a produção estrangeira como matéria prima para seus quadros analíticos, condicionada pelos fatores singulares da sociedade em que vivem. Sem embargo, para que a sociologia não reproduza um trabalho intelectual ocioso e descomprometido, a realidade nacional deve apresentar uma *práxis* coletiva que prevaleça sobre os condicionamentos exógenos, isto é, a emergência da redução demanda condições objetivas – no caso brasileiro, a consciência crítica inerente à etapa de desenvolvimento do capitalismo no pré-64. A partir dessas circunstâncias, a própria sociedade coloca aos intelectuais as tarefas que devem empreender, de tal maneira que seus projetos de pesquisa respondam menos ao gosto individual do investigador e mais às aspirações determinadas coletivamente:

O caráter ocioso da especulação sociológica nos países coloniais transparece no fato de não ter exigências próprias, mas obedecer às variações das correntes estrangeiras. Trata-se de fenômeno que pertence ao domínio da sociologia da moda. É a prática da redução que converte o sociólogo de consumidor (coleccionador) de ideias em produtor de ideias. A produção sociológica estrangeira, para o sociólogo que fundamenta sua especulação na prática social, não vale como paradigma ou modelo, mas apenas como subsídio (Ramos, 1965, p. 123).

Uma vez mais, a redução sociológica evidencia seu caráter anticolonial sustentado pela *práxis*, fonte da sua envergadura enquanto arma teórica voltada aos combates pelos meandros da comunidade científica (cujo objetivo é neutralizar os modismos acadêmicos e promover a crítica militante), bem como no interior das vanguardas populares ávidas por tomar o destino de suas coletividades pelas próprias mãos. Nos países periféricos, continuando o raciocínio do autor, a sociologia deixa de ser atrasada na medida em que se liberta do “efeito-de-prestígio” – fenômeno verificado quando um determinado modo de ser e pensar, singulares a um povo, são idealizados e, por conta do prestígio desse povo, propagados como dogmas a outras coletividades – e passa a induzir suas regras do contexto histórico-social em que está integrada. Uma sociologia desse calibre demanda do sociólogo um esforço bem maior do que a simples aquisição de ideias e informações especializadas, pois exige a iniciação numa instância/destreza

intelectual que remete ao termo *habitus*. Inspirado na filosofia antiga e na obra de Jacques Maritain³⁶, Guerreiro concluiu a apresentação dessa segunda lei da redução sociológica enunciando a distinção entre sociologia em hábito e sociologia em ato, categorias fundamentais de sua teoria:

O que Aristóteles chamava *hexis* e os escolásticos *habitus* é uma aptidão inata, ou adquirida pelo treinamento. A cada ciência corresponde um *habitus* específico. O físico é menos uma pessoa que tenha lido muitos livros de física do que alguém apto a reagir diante dos fatos, segundo determinadas regras e referências conceituais. Coisa semelhante se dirá de qualquer outro cientista. Dir-se-á também que o mero alfabetizado em *sociologia*, por mais exaustiva que seja a sua informação, não é sociólogo. Distinguindo a *arte em hábito* da *arte em ato*, imagina Jacques Maritain, em seu livro *Art et Scolastique*, um enérgico aprendiz capaz de trabalhar quinze horas por dia na aquisição do conhecimento teórico e das regras de uma arte, mas no qual o *habitus* não germina. Este esforço jamais fará dele um artista e não o impedirá de permanecer mais infinitamente afastado da arte do que a criança ou o selvagem portador de um simples dom natural. *Redução é precisamente o contrário de repetição*. A mera repetição analógica de práticas e estudos contraria a essência da atitude científica, porque perde de vista a particularidade constitutiva de toda situação histórica (Ramos, 1965, p. 129-130, grifos do autor).

Portanto, o *habitus* científico (inerente a cada área do conhecimento em particular), para o nosso sociólogo, se constrói na prática, na medida em que os cientistas reagem aos problemas concretos da sua realidade social – isto é, quando praticam a ciência em ato. Outra coisa é a ciência em hábito, exercício de mera repetição livresca de sistemas teóricos, destituído da assimilação crítica de tais conhecimentos. Praticar a redução sociológica, no que concerne a essa lei, é submeter o conhecimento estrangeiro à crítica, subordiná-lo à realidade nacional na condição de subsídio (jamais como modelo ou paradigma), sem, no entanto, renunciar aos enunciados gerais da ciência, assunto da terceira lei do método redutor. É lícito colocarmos que o caráter subsidiário do conhecimento estrangeiro será também ampliado por Guerreiro Ramos para pensar a *práxis* política, no sentido de pensar um projeto de país sem submeter a organização nacional a figurinos pré-fabricados em experiências político-sociais de outros contextos, independentemente de terem sido bem-sucedidas.

Esse debate nos leva à terceira lei da redução sociológica, a lei da universalidade dos enunciados gerais da ciência, que diz o seguinte: “*A redução sociológica só admite a universalidade da ciência tão somente no domínio dos enunciados gerais*” (Ramos, 1965, p. 131, grifos do autor). Como qualquer ciência, a sociologia, de acordo com o autor, é universal em duplo sentido. Primeiro, porque resulta de um esforço organizado de especialistas dispersos por toda parte, de tal maneira que todo autêntico cientista está obrigado a se manter em dia com

³⁶ Jacques Maritain (1882-1973), filósofo francês de orientação católica, foi uma das influências de Guerreiro Ramos durante a juventude na cidade de Salvador.

o estado geral do conhecimento, em especial no domínio ao qual se dedica. Ademais, esse estado geral da ciência influencia o pesquisador de determinado país, como o contrário também é verdadeiro – novas descobertas e elaborações de especialistas em determinada nação reverberam, inexoravelmente, de modo universal. Por isso, o sociólogo ressaltou que não há lugar para jacobinismo no que se refere à ciência, pois ninguém consegue realizar progressos à revelia do acúmulo universal dos cientistas ao longo da história. E segundo, porque a universalidade da sociologia diz respeito ao fato de que todos os iniciados na área admitem um mesmo repertório geral de enunciados como válido, ou seja, pertencem ao mesmo círculo semântico, mobilizam certo elenco de categorias universais – o núcleo central do raciocínio sociológico. Esse núcleo é apreendido mediante a percepção de como os autores pensaram o que escreveram. Não se trata da simples observação direta e literal desse arquivo teórico (o que seria equivalente à sociologia enlatada).

Dado que a sociologia apresenta esse caráter duplamente universal, então, em que sentido podemos falar de uma sociologia nacional? É revelador que Guerreiro tenha voltado a essa indagação diretamente ao tratar da lei da universalidade dos enunciados gerais da ciência. O que adjetiva como nacional uma sociologia não é o fato de que os princípios gerais do raciocínio científico variem de país para país, mas apenas a funcionalidade das cogitações dos sociólogos (Ramos, 1965). Todavia, se o sociólogo, assim como qualquer ser humano, é um ser em situação (historicamente encarnado) e, por isso mesmo, necessita assimilar os objetos a partir de sua perspectiva situacional (seu corpo, cidade, nação, época), por que razão a sociologia brasileira não tem sido rigorosamente nacional? Porque o sociólogo no Brasil encontrava-se numa situação colonial, sustentou o nosso autor. E na medida em que o colonialismo é um fenômeno social total – tudo é colonial na colônia, inclusive a mentalidade dos que nela vivem –, são fatores externos que fundamentalmente condicionam a consciência do sociólogo nativo, e só secundariamente os fatores internos ganham relevância. A passagem do intelectual “ser-no-mundo”, participante de uma situação colonial, para a de intelectual “ser-do-mundo”, que se conduz pelas determinações da sua realidade nacional, não acontece no âmbito individual. Neutralizar a lógica colonial, seu determinismo global, depende de um conjunto de fatores favoráveis que revele a heteronomia da colonialidade à consciência do sociólogo e de todos que dela participam, para que se sintam interpelados a superar tal situação por meio de uma construção comum pautada pela autodeterminação. Em vista disso, o trabalho científico junto às estruturas nacionais com capacidade de autodesenvolvimento está direta ou indiretamente carregado de funcionalidade, enquanto referido a questões concretas. Importante salientar que o sociólogo mencionava a situação colonial no Brasil como um fenômeno do

passado recente, pois percebia na emergência da consciência crítica o fator que caracterizava uma etapa de transição para um projeto nacional autônomo. Sem embargo, o decorrer da história deixou claro que não conseguimos avançar nos termos colocados por Guerreiro Ramos, de modo que a colonialidade permanece mais viva do que nunca em nosso país.

Por fim, o autor chama a atenção para que não se confunda sociologia nacional com sociologia aplicada, até porque a demanda por funcionalidade não exclui das cogitações sociológicas as tarefas teóricas criativas fundadas na prática. Na medida em que o critério da sociologia autêntica é a prática, o cientista social tende à descolonização e passa de consumidor passivo de ideias importadas a produtor de ideias e conceitos com alcance universal. Por isso, observou também que as temáticas de uma sociologia podem ser nacionais sem que a própria sociologia seja propriamente nacional. O que está em jogo, nesse sentido, é a postura do pesquisador ao enquadrar os temas:

Se um sociólogo brasileiro, ao analisar o nosso processo de desenvolvimento, assume, por exemplo, a postura ordinária do seu colega anglo-saxônico especializado em antropologia cultural, fará o que em outro estudo o autor chamou de “sociologia consular”, pois tenderá a assumir uma atitude estática, imobilista, diante do nosso contexto. Não é por acaso que todos, absolutamente todos, os sociólogos patricios que assim procedem são levados a condenar a industrialização no Brasil, o mais eminente deles tendo chegado a preconizar a fidelidade de nosso país à sua “vocação agrícola” (Ramos, 1965, p. 136).

Não deixa de ser ir nico pensarmos que, nos dias de hoje, o projeto da classe dominante brasileira em vigor   justamente pautado pelo rentismo e pelo agronegócio, isto  , lançando mão da domina o de classe por meio do Estado para priorizar acumula o de capital   burguesia agroexportadora (latifundiários) e aos banqueiros, essencialmente. Por esse viés, a “voca o agrícola” do Brasil perdura ao integrar certo discurso desenvolvimentista próprio de setores da burguesia que manejam seus interesses por meio dessa gramática. No seu af  por reduzir o país a uma grande fazenda, tal fra o burguesa não v  sentido em investir seriamente na ciência e tecnologia, optando pelo sucateamento das universidades públicas e institutos de pesquisa, enquanto seguimos pagando *royalties*  s multinacionais. E as ciências sociais brasileiras, no geral, pouco têm a oferecer no que concerne a tocar nas raízes do subdesenvolvimento e da dependência orientada pela mentalidade colonial que segue nos atravessando. Contudo, Guerreiro reiterou a necessidade da reconfigura o da postura dos sociólogos: a assun o da categoria “ser-do-mundo”, capaz de atribuir funcionalidade   produ o teórica do cientista terceiro-mundista. Tal postura ocupa lugar decisivo na constitui o de qualquer sociologia nacional, mais do que a natureza dos temas:

É nessa atitude, à qual já se chamou de *empática*, não sem felicidade, que se baseia o que há de melhor em nossas letras sociológicas, mesmo no passado, e que está associado aos nomes de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Alberto Torres, estudiosos que praticaram a redução sociológica, embora não tenham refletido sobre ela (Ramos, 1965, p. 137, grifo do autor).

Ao mencionar esses autores clássicos do pensamento social brasileiro, nosso sociólogo estava salientando a sociologia enquanto corpo de conhecimento no interior de outras disciplinas, afinal de contas, nenhum dos autores citados era sociólogo de formação. Entretanto, reagiram aos problemas concretos da realidade nacional assimilando a lei da universalidade dos enunciados gerais da ciência enquanto “ser-do-mundo” periférico, dotando suas produções teóricas de funcionalidade, a despeito de que essa postura indutiva e intuitiva não tenha sido organizada e refletida de maneira sistemática por eles – essa tarefa foi desenvolvida pelo próprio Guerreiro Ramos e a redução sociológica é a expressão mais acabada desse empreendimento.

A quarta e última lei da redução sociológica é a lei das fases, e foi apresentada nos seguintes termos: “*À luz da redução sociológica, a razão dos problemas de uma sociedade particular é sempre dada pela fase em que tal sociedade se encontra*” (Ramos, 1965, p. 138, grifos do autor). Conforme o autor, a lei de fases pressupõe um estilo de pensar os fenômenos sociais no qual cada aspecto ou problema de determinada sociedade é compreendido em função de uma totalidade que o comporta. À vista disso, é erigida a ideia de “razão sociológica”, referência a partir da qual tudo o que ocorre em certo momento de uma sociedade adquire o seu exato sentido. A lei de fases recoloca a discussão da “razão sociológica” – subtítulo do livro e já destacado por nós no início do capítulo – e avança em direção a desfazer as falácias em relação à possibilidade da compreensão adequada dos fenômenos mediante o mero conhecimento empírico imediato ou por meio de um somatório de percepções diretas; e também no que se refere ao pensamento linear estabelecido nos termos de causa e efeito, cujas causas (ou fatores predominantes) atribuídas pela sociologia do século XIX nada mais eram do que acentuações de elementos temporários de totalidades histórico-sociais em transformação dialética permanente. Interessantes esses dois pontos reportados pelo sociólogo, pois remetem aos limites da experiência sensível e da consciência imediata na construção de conhecimento (no fundo, está em jogo a noção leninista de que não há revolução sem teoria revolucionária), além de refutar a ideia de que o todo consistiria na soma das partes. Por outro lado, é justamente ao tratar da lei de fases que Guerreiro problematiza a lógica linear de causa e efeito, evidenciando que pensar no sentido faseológico exige o domínio da dialética e a assunção do ponto de vista da totalidade, razão pela qual Hegel e Marx foram referências cruciais na formulação dessa lei.

Totalidade, para Hegel, observou o autor, era sobretudo uma categoria lógica, de modo que a sucessão de épocas inerentes ao processo histórico-social constituía uma totalidade de sentido para cada uma delas, orientada por lei estrutural básica que confere razão a tudo o que dentro dela acontece. Isso também está presente em Marx, sustentou Guerreiro, com a diferença de que a descrição da época em Hegel se fez em termos ideais genéricos, enquanto em Marx esse tipo de descrição atingiu uma concreticidade de grau mais elevado. Em última instância, era necessário encontrar a explicação dos períodos históricos nas condições de vida material, não em ideias ou numa espécie de espírito antropomorfizado, razão pela qual Karl Marx passou a descrever as etapas do comunismo primitivo, da escravidão, do feudalismo e do capitalismo, cujo substrato é a infraestrutura econômica (Ramos, 1965). Assim, o elementar da teoria marxiana para fundamentar a lei de fases é a concepção de que cada etapa, condicionada pela sua infraestrutura (modo de produção), tem suas leis específicas e problemas particulares, sendo uma totalidade aberta para o futuro na qual reciprocamente se influenciam as condições materiais e não materiais – embora o papel dominante seja da produção material da vida no que se refere à anatomia de cada formação histórico-social. Por isso, o sociólogo retomou, inclusive, a conhecida citação da *Contribuição à crítica da economia política*, em que o pensador alemão assinalou que “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 2008, p. 47). Ao partir da dialética hegeliana e marxista, Guerreiro pavimentou o caminho da dimensão faseológica do método redutor cuja categoria totalidade assumiu papel preponderante em sua fundamentação.

Isto posto, o autor não podia deixar de trazer à baila o processo que levou a sociologia à descoberta da noção de totalidade. Na concepção de Guerreiro Ramos, o empenho de Marcel Mauss³⁷ na formulação do conceito de “fenômeno social total”, ao generalizar observações induzidas da investigação do *potlatch*³⁸, colocou o ponto de vista da totalidade na ordem do dia no que concerne à sociologia enquanto disciplina científica: “O *potlatch* não é fato que possa ser definido como estritamente econômico, pois reflete as características gerais da sociedade; é, simultaneamente, um fato econômico, jurídico, religioso, estético, militar, político, etc. É um *fenômeno social total*” (Ramos, 1965, p. 142, grifos do autor). A despeito da formulação de

³⁷ Marcel Mauss (1872-1950), filósofo francês e estudioso da história das religiões, foi um destacado intelectual da Escola Sociológica Francesa, da qual seu tio, Émile Durkheim, foi criador.

³⁸ Cerimônia praticada entre povos indígenas da América do Norte, Melanésia, Papuásia (Nova Guiné), estudada por Marcel Mauss no seu *Ensaio sobre a dádiva*, publicado pela primeira vez em 1925. Traduzido muitas vezes por “nutrir”, “consumir”, o *potlatch* consiste numa série de trocas materiais e simbólicas que constituem um gênero de instituição que o sociólogo francês batizou de “prestações totais de tipo agonístico” (Mauss, 2017, p. 199).

Mauss ter sido construída mediante a observação de sociedades denominadas primitivas, o mesmo padrão pode ser verificado nas sociedades mais complexas, embora, nesses casos, seja mais difícil de perceber. Todavia, de acordo com o sociólogo, os fenômenos sociais são, de modo geral, fenômenos totais.

O pensamento em termos de fase assenta-se na categoria totalidade: “a fase é uma totalidade histórico-social cujas partes estão dialeticamente relacionadas” (Ramos, 1965, p. 142). E para delinear essa noção faseológica da sua sociologia, Guerreiro recorreu à obra de Franz Carl Müller-Lyer, intelectual alemão que apostou na faseologia enquanto método. À luz desse pensador, a divisão de um objeto/fenômeno social tem por fim, mediante o confronto de suas fases, determinar a direção em que uma cultura se orienta, de tal maneira que a vantagem metodológica desse enquadramento não estaria em seccionar o devir histórico, mas em captar as linhas diretrizes do fenômeno e a lei da evolução que delas derivam. Apesar do tom evolucionista da teoria de Franz, nosso autor extraiu dessa obra insumos para dar sentido à lei de fases.

Seguindo esse raciocínio, Guerreiro também observou a provável influência de Müller-Lyer sobre Karl Mannheim, especialmente nas suas concepções apresentadas em *Libertad y Planificación Social* (1942), livro no qual o sociólogo húngaro organizou e distinguiu o processo histórico europeu em três etapas: solidariedade da horda, competição individual, e organização do grupo supraindividual ou planificação. Assim, a planificação social não seria somente um processo tecnológico, mas um estágio atingido pela sociedade contemporânea e, na condição de ser uma fase, apenas quando apreendermos seus *principia media* – linhas diretrizes – poderemos compreender globalmente nosso mundo. Nessa altura da exposição da lei de fases, é lícito fazermos uma observação sobre tal perspectiva: conceber o processo histórico e/ou revolucionário por etapas é diferente de ser “etapista”. Quando nosso autor sublinhou que o pensamento em termos de fase visava “conjurar as falácias a que conduziu o pensamento linear em termos de causa e efeito” (Ramos, 1965, p. 139), também se referia, a nosso juízo, às interpretações dogmáticas que concebem as etapas históricas de modo mecânico e em linha reta. Pensar o processo por etapas está na base do método marxista, mas isso não significa reduzir o movimento real do objeto a fases estanques que precisam ser experimentadas numa determinada ordem. Em última instância, recusar a análise do processo por etapas é estar fora do materialismo histórico e dialético, o que não era o caso de Guerreiro Ramos, a despeito do seu ecletismo teórico.

Por último, apoiado no pensamento de Alfred Weber³⁹, nosso autor definiu a fase como uma seção do acontecer no que concerne aos aspectos organizacionais da convivência humana e ao domínio prático da natureza. Ao se compenetrarem, esses aspectos constituem o agregado vital (Ramos, 1965). De acordo com Guerreiro Ramos, à alteração das bases materiais do agregado vital em decorrência da racionalização, de modo geral, e do progresso técnico, em particular, acompanham-se mudanças sociológicas – expressão correspondente às modificações da estrutura social de caráter político, jurídico, ideológico e institucional. Esses períodos de transformação do agregado vital são as denominadas fases, cuja delimitação se dá de maneira comparativa:

Uma sociedade cuja estrutura se fundamenta no latifúndio está comparativamente em fase inferior àquela cuja estrutura se baseia na economia de mercado. A fase não é, portanto, uma categoria lógica, formulada *a priori*. É caracterizada *a posteriori*, pela observação empírica de fatos selecionados em diferentes sociedades, e tomando-se uma ou um conjunto delas como termo de comparação (Ramos, 1965, p. 145, grifos do autor).

Portanto, a fase consiste numa categoria que imprime rigor ao exame dos acontecimentos históricos, pois evidencia que estes eventos não são arbitrários ou fortuitos, mas dotados de leis estruturais. Dessa forma, induz o sociólogo a perceber que a interferência nos acontecimentos deve alicerçar-se no conhecimento das linhas diretrizes que lhes dão caráter sistemático. Isto é, por meio da contribuição à formação da consciência de que as distintas seções do devir histórico têm limites, a lei de fases estabelece um modo sociológico de pensar, um expediente de formação metodológica (Ramos, 1965).

2.2 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Na última seção do livro, Guerreiro Ramos estabeleceu algumas orientações para uma avaliação do desenvolvimento referentes aos países periféricos, refletindo sobre os critérios elementares para tal exame à luz da redução sociológica. À vista disso, seria tarefa das ciências sociais explicar em que consiste o desenvolvimento e seus aspectos primários e secundários, ou seja, caracterizar as condições geradoras e seus diferentes graus perante o esforço para atingir um nível mais alto de existência material nas regiões do Terceiro Mundo. Segundo o autor, esses graus de desenvolvimento podem também ser chamados de estruturas e, para a finalidade do seu estudo em questão, define-se basicamente pela distribuição da força de trabalho nos

³⁹ Alfred Weber (1868-1958), economista e sociólogo alemão, irmão de Max Weber, foi uma figura de destaque na oposição intelectual ao nazismo.

setores da atividade produtiva – “Uma estrutura será tanto mais elevada quanto mais força de trabalho liberar das atividades primárias (agropecuária e extração) e transferir para as atividades secundárias (industriais) e terciárias (serviços)” (Ramos, 1965, p. 148). Sem embargo, o sociólogo partiu de uma concepção geral do desenvolvimento para embasar sua reflexão:

O desenvolvimento é uma promoção mediante a qual as regiões e nações passam de uma estrutura a outra superior. Diz-se que uma região se encontra em desenvolvimento quando, em sua estrutura, estão surgindo os fatores genéticos de outra superior. Da transformação da estrutura atual em outra superior, decorrerá a substituição dos problemas atuais por outros menos grosseiros ou mais refinados. Não há, no domínio da realidade histórico-social, nenhuma idade de ouro, na qual cesse a problematidade da vida humana. Para todo grau de desenvolvimento, por mais elevado que seja, haverá sempre outro seguinte superior (Ramos, 1965, p. 149).

Ao atentar para o ponto de vista econômico, Guerreiro compreende a promoção de uma estrutura enquanto incremento da produtividade que, ao longo da história, tem sido um desdobramento da divisão social do trabalho e da substituição da energia humana pela energia mecânica aplicada na produção. Esse incremento da produtividade foi chamado pelo autor de progresso técnico, fenômeno responsável pela melhoria do nível de vida/bem-estar social das populações, de tal forma que as coletividades que apresentam padrões de conforto mais elevados atingiram, mediante o progresso técnico, maior domínio relativo dos determinismos naturais, o que equivale a um maior grau de desenvolvimento. Partindo desse pressuposto, o sociólogo identificou a “causação circular” do desenvolvimento: “o excedente de produção e o modo de utilizá-lo determinam o progresso técnico, mas são também por ele determinados” (Ramos, 1965, p. 150). Dito de outra maneira, a promoção do progresso técnico não ocorre somente por conta da aplicação racional do excedente de produção a fim de aumentar a produtividade do trabalho coletivo, mas o próprio avanço resultante determina as formas de organização e utilização do excedente numa dinâmica que se retroalimenta.

Contudo, o autor chamou a atenção para os usos de “testes do subdesenvolvimento” formulados por autores europeus (em especial, Claude Lévy, Alfred Sauvy e Ernst Wagemann) pautados por uma *checklist*⁴⁰ inspirada na realidade dos países centrais e distante dos referenciais adequados para a verificação do desenvolvimento na periferia do sistema. Do ponto de vista da redução sociológica, critérios comparativos muito generalizados entre especialistas estadunidenses e europeus conduzem a uma falsa compreensão do desenvolvimento, pois, no

⁴⁰ Um dos exemplos utilizados pelo autor foi o teste de Claude Lévy, cujos critérios são: “1) forte mortalidade e principalmente mortalidade infantil; 2) fecundidade fisiológica no casamento; 3) higiene rudimentar; 4) subalimentação, carências diversas; 5) escasso consumo de energia; 6) forte proporção de analfabetos; 7) forte proporção de agricultores; 8) condição inferior da mulher; 9) trabalho de menores; 10) debilidade das classes médias; 11) vulto das sociedades (‘échelle des sociétés’)” (Ramos, 1965, p. 153).

que diz respeito aos países periféricos, os critérios comparativos devem distinguir as causas e os resultados do desenvolvimento, quer dizer, as condições geradoras do desenvolvimento e suas consequências ou frutos. A falta de consciência dessa distinção estimula o erro das classes dirigentes dos países terceiro-mundistas, que consiste em tratar os problemas sociais e econômicos da vida nacional com critérios analógicos:

[...] os países adiantados exibem baixas percentagens de analfabetos e reduzidas taxas de mortalidade porque mantem em funcionamento escolas e serviços de saúde em proporções elevadas; por conseguinte, os países periféricos devem prover-se de tais facilidades educacionais e sanitárias em análogas proporções. Ora, este raciocínio é falso (Ramos, 1965, p. 154).

Na ótica de Guerreiro, esse raciocínio é falso porque os altos níveis educacionais e de saúde são, sumariamente, frutos do desenvolvimento, de tal modo que as disponibilidades de recursos dos países subdesenvolvidos devem ser aplicadas, sem prejuízo de certos imperativos humanos inadiáveis, prioritariamente no estabelecimento dos fatores de promoção do desenvolvimento. Por esse prisma, o sociólogo liquidou com o famigerado discurso que ainda habita certa consciência ingênua, de que o investimento na educação é o caminho para a transformação da sociedade. É comum observarmos o hasteamento da bandeira da educação em abstrato nos mais variados espectros políticos (à direita e à esquerda), como se o investimento na área da educação nos moldes dos países centrais fosse 1) possível nas economias periféricas e 2) suficiente para alavancar o desenvolvimento social e econômico no Sul global. Em outras palavras, cada região subdesenvolvida deve encontrar o seu caminho para promover o progresso técnico e o bem-estar de seu povo. Ao considerarmos a divisão internacional do trabalho e o papel do imperialismo, a via que se apresenta para o investimento na soberania e autodeterminação das coletividades periféricas consiste, indubitavelmente, na construção revolucionária. Por essa razão, nosso autor apostou no horizonte da revolução brasileira, visto que não há possibilidade de conceber uma educação formal voltada às necessidades concretas da população sem tocar nas raízes da produção e reprodução da ordem dominante, isto é, sem investir nos fatores primários do desenvolvimento. Logo, o princípio substancial enunciado pelo autor foi o seguinte: “*Em determinada região, a qualidade das condições gerais de vida só se eleva na medida que surgem e operam, na estrutura em que se encontra a população, os fatores promocionais da estrutura superior*” (Ramos, 1965, p. 155, grifos do autor).

Em vista disso, ao evitar os critérios demasiado genéricos do ferramental avaliativo voltado aos países do Norte global – por meio da distinção entre os parâmetros primários e

secundários do desenvolvimento –, a redução sociológica verifica o progresso técnico nas regiões periféricas mediante os seguintes critérios: 1) distribuição da mão-de-obra pelos ramos da atividade produtiva; 2) renda nacional *per capita*; 3) consumo *per capita* de energia; 4) urbanização; 5) produção industrial. Ao longo deste capítulo, já tratamos, em alguma medida, da importância desses critérios para a edificação de um projeto de país desde a periferia do capitalismo e, portanto, não iremos retomá-los. Todavia, consideramos relevante para a compreensão teórico-metodológica a ponderação feita por Guerreiro a partir do ponto sobre a renda nacional *per capita*: “Isoladamente, como já foi observado, qualquer dos critérios poderá levar a erro. Este, principalmente. É necessário, pois, combiná-lo com outras referências para que se possa avaliar mais adequadamente determinada situação” (Ramos, 1965, p. 156). Para ilustrar esse raciocínio, o sociólogo utilizou o exemplo da Venezuela, um país cuja economia se constitui substancialmente da extração de um produto que se encontra basicamente pronto na natureza e/ou elaborado por um número não considerável de pessoas, que é o petróleo. Nessas circunstâncias, a despeito da renda nacional *per capita* tender a elevados números, isso não se traduz necessariamente num desenvolvimento robusto, pois a base industrial venezuelana é relativamente débil comparada a países como o Brasil, dotado de uma infraestrutura mais sólida, embora pudesse apresentar uma renda nacional *per capita* inferior.

Essa questão remete aos distintos processos de industrialização de ambos países, já comentados anteriormente nesse capítulo à luz da tipologia das sociedades dependentes elaborada por Vânia Bambirra (2013): enquanto o Brasil começou a se industrializar ainda no século XIX, a Venezuela deu início a esse processo no pós-Segunda Guerra Mundial e fundamentalmente sob o controle do capital estrangeiro. Por esse viés, o Brasil atingiu uma estrutura produtiva diversificada benéfica ao mercado interno, mesmo com o predomínio do setor primário-exportador. Já a Venezuela enfrenta até hoje desafios no que se refere ao incremento da sua indústria, diversificação produtiva e superação da rigorosa dependência do comércio e extração de petróleo. Ao fim e ao cabo, o alerta de Guerreiro Ramos foi para que não se conceba dados como o PIB (Produto Interno Bruto) de maneira isolada, descolados da crítica sociológica. Há diversos fatores que podem condicionar o crescimento do PIB de uma nação, de modo que a renda nacional *per capita* de um país pode crescer ao mesmo tempo em que as condições de vida da sua população se tornam cada vez mais degradadas, especialmente quando tratamos de países periféricos.

2.3 EM BUSCA DE UMA SOCIOLOGIA CONTRA-ACADÊMICA?

Por fim, apresentados os aspectos essenciais da redução – fatores da consciência crítica, definição geral e específica, leis e critérios de avaliação do desenvolvimento – passemos ao exame do texto *Situação atual da sociologia*, apêndice 1 da segunda edição de *A Redução Sociológica*. Não poderíamos encerrar o capítulo sem refletirmos a respeito desse artigo, pois trata-se de um dos esforços sistemáticos mais interessantes de Guerreiro para pensar a superação da sociologia nos termos institucionais e universitários elaborado durante o período aqui analisado. Seu objetivo a partir dessa discussão foi contribuir para uma revisão do esquema da divisão das ciências sociais em vigor, na medida em que considerava a organização das disciplinas academicamente definidas (Economia, Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Psicologia Social, entre outras) ultrapassada ou em vias de ser superada. Nesse sentido, o autor tinha lucidez quanto às variações do condicionamento histórico das quais não estavam imunes as ciências, de tal maneira que a configuração acadêmica das ciências sociais corresponde, na sua visão, a uma fase específica da dominação burguesa no Ocidente como no resto do mundo. Disso decorre que as ciências sociais são, em larga medida, expressão ideológica dessa dominação, cujas consequências mais notáveis são ilusões etnocêntricas e as dificuldades na compreensão global do processo histórico-social devido à ênfase dos estudiosos para aspectos fragmentários da realidade.

Sem embargo, mediante a efervescência política experimentada pelo povo brasileiro no pré-64 – que não era, como já observamos, fato isolado da nossa realidade nacional, mas fenômeno em escala continental, especialmente no Terceiro Mundo –, era lícito que se implementasse uma problematização do saber científico vigente. A emergência da consciência crítica, conforme o raciocínio de Guerreiro, golpeou o protagonismo ecumênico ocidental, isto é, o Ocidente não vivia mais o privilégio de ver os povos não ocidentais sem ser visto por esses últimos. O tensionamento dos povos terceiro-mundistas na busca de sua personalização histórica não permitia mais ao Ocidente localizar todo mundo sem ser localizado através da manutenção de um precário ponto de vista universal, já insustentável na etapa histórica vivida pelo sociólogo. Assim, o autor chamou a atenção para algo valioso no que concerne à divisão do trabalho intelectual, a relação entre a crise do saber e a crise do poder:

A crise do saber em nosso tempo é derivada, em parte, da dilaceração interna que se registra nas sociedades nacionais mediante as quais se exprime a expansividade do Ocidente. Dentro dessas sociedades já se esboçou a reação revisionista contra o esquema de divisão das Ciências Sociais elaborado na fase historicamente positiva do capitalismo, sobretudo entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século

XIX. Os promotores da reação têm sido intelectuais que assumiram uma posição crítica em face da ordem capitalista e descobriram o caráter histórico de suas leis. Por outro lado, decorre a referida crise da formação de recentes quadros nos países subdesenvolvidos, dotados de uma consciência crítica que os habilita a tirar partido dos novos horizontes que lhes dá a sua condição, rica de virtualidades. Ao assumirem o ponto de vista dessas virtualidades aqueles quadros percebem o papel criador que hoje lhes cabe na revisão do patrimônio científico da humanidade (Ramos, 1965, p. 178).

Essa colocação de Guerreiro Ramos abre o debate em alguns aspectos, a começar pelo processo de formação da sociologia enquanto disciplina científica. O autor se referiu a uma “fase historicamente positiva do capitalismo” na qual teria ocorrido a divisão das ciências sociais, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Esse período compreende desde o triunfo das revoluções burguesas (cuja Revolução Francesa de 1789 gravita entre as mais emblemáticas) até a fase imediatamente posterior, denominada por Marx e Engels, e amplamente discutida por Lukács (2016) como a decadência ideológica da burguesia. Tal decadência ideológica iniciou com a tomada do poder político pela burguesia e o respectivo deslocamento para o centro do cenário histórico da luta de classes entre a nova classe dominante e o proletariado, cuja Primavera dos Povos de 1848 foi seu corolário. Nessas circunstâncias, coube à burguesia conservar o seu poder, o que significou a renúncia em levar às últimas consequências seus próprios ideais democráticos e refrear o avanço do incipiente movimento operário organizado. Dessa forma, a gênese da sociologia eclodiu num momento histórico no qual a *“autonomia concedida às ciências da sociedade é uma reação conservadora ao aparecimento do novo sujeito revolucionário e de sua ideologia, a teoria social marxiana”* (Carli, 2013, p. 33, grifos do autor). Isso não significa que a sociologia tenha se desenvolvido em termos absolutamente reacionários no decorrer de sua trajetória, muito pelo contrário. A questão é evidenciar as determinações que levaram à criação de disciplinas que estudassem os problemas sociais prescindindo de sua base econômica, ou seja, ciências autônomas cujo ponto de partida teórico-metodológico desviasse da luta de classes.

Na medida em que esse esquema de divisão das ciências sociais perdurou e a história continuou lançando novos desafios à humanidade, tornou-se incontornável a revisão deste arranjo institucional e de seus paradigmas científicos. Esse revisionismo era decisivo para os países periféricos que estavam experimentando o afloramento da consciência crítica, fenômeno que colocava na ordem do dia a demanda por uma ciência voltada às aspirações concretas desses povos. Por essa razão, observou muito bem o nosso sociólogo, a crise do saber estava umbilicalmente ligada à crise do poder, pois não seria possível compreender a desatualização das ciências sociais sem o seu substrato – os povos periféricos que passaram a projetar alternativas independentes para guiar seu próprio destino.

O poder entrou em crise porque a hegemonia da racionalidade burguesa ocidental exibiu seu limite para a edificação da soberania de coletividades marginalizadas pelo capital, ao passo que a consolidação do campo socialista e seu apoio às revoluções nacionais/anticoloniais corroboravam para com a exigência da reconfiguração do modelo acadêmico-científico de produção de conhecimento. Por esse viés, percebemos que, ao pensar desde a sua condição de intelectual brasileiro e latino-americano, Guerreiro Ramos já estava promovendo o debate sobre a relação entre saber e poder nos termos da situação colonial no final dos anos 1950, discussão essa que logrou ampla aceitação em nossas universidades no início do século XXI a partir do grupo de pesquisa Modernidade/Colonialidade⁴¹ e, em particular, por meio da divulgação da obra do sociólogo peruano Aníbal Quijano. Para esse autor, a colonialidade do poder se manifesta por meio do eurocentrismo e da noção de raça que organizou a sociabilidade capitalista na América Latina, tendo como uma de suas consequências a colonialidade do saber, quer dizer, a dominação ocidental sobre os padrões de investigação, epistemologias e saberes, pois, “[...] a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção de conhecimento” (Quijano, 2005, p. 121). É importante frisar a originalidade do sociólogo trabalhista no que concerne a esse debate tão caro às chamadas epistemologias do Sul.

Todavia, não bastava a interpretação correta da situação colonial, ou a constatação da emergência da consciência crítica. Para Guerreiro, o intelectual dos países subdesenvolvidos e dependentes precisava tirar proveito dessas circunstâncias dotadas de virtualidades. Assim, poderia realizar intervenções vigorosas tanto no que se refere à organização de um projeto nacional, quanto à revisão crítica do patrimônio científico vigente, razão que levou nosso autor à reflexão sobre a superação da divisão das ciências sociais. Por conseguinte, a superação da sociologia enquanto disciplina acadêmica tinha no método redutor os insumos para tal empreendimento criativo.

O argumento central deste texto de Guerreiro Ramos era o de que a sociologia, na forma como foi concebida por Augusto Comte e na modalidade universitária que assumiu posteriormente, foi apenas um desvio de um projeto teórico colocado no século XVIII por filósofos e economistas europeus, e não a culminação de um esforço de elaboração científica daquela fase histórica. O trecho a seguir sintetiza bem sua sustentação:

⁴¹ Grupo de pesquisa interdisciplinar de intelectuais latino-americanos que convergiram em torno da perspectiva analítica decolonial. Entre seus representantes mais destacados, figuram nomes como Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel, Santiago Castro-Gómez, Catherine Walsh, Enrique Dussel, Nelson Maldonado-Torres, Maria Lugones, entre outros.

O que mais tarde se chamará de “Sociologia” representará um desvio desta teoria. É necessário atentar para a gravidade desta afirmação. Ela é de decisiva importância neste estudo. *Não se pode considerar a contribuição de Augusto Comte como o coroamento de uma série de esforços para a criação de uma nova ciência.* Comparada com os ideais dos economistas e dos filósofos do século XVIII, ela é um desvio. O sucesso da palavra *sociologia* pode ter dado a impressão de que o projeto do século XVIII afinal de concretizava, mas ver-se-á que isto é ilusório. A Sociologia, nos moldes em que a colocou Augusto Comte, não pode ser aceita como a ciência da sociedade que entreviam os “economistas” e os “filósofos”, antes é um detalhe, um episódio na evolução do conhecimento científico do social. Para que se retome aquele projeto original ou se terá de ampliar o campo do que se entende hoje por sociologia, ou se terá de proceder a um esforço de síntese, de que resulta uma nova teoria social científica (Ramos, 1965, p. 185, grifos do autor).

De acordo com Guerreiro, a teoria social pré-comtiana desenvolvida pelos filósofos e economistas no século XVIII, a despeito das diferentes orientações desses pensadores, pode ser exibida a partir de três pontos comuns: 1) eles descobriram que o processo básico da sociedade europeia em sua época era o que estava gerando as novas formas de produção e, portanto, suas doutrinas e ideias caucionavam as aspirações das classes emergentes (burguesia, classe média e proletariado); 2) o pensamento daqueles intelectuais se declarava em compromisso com a prática social e operava enquanto instrumento de uma ação social voltada à reforma e reconstrução da sociedade; 3) utilizavam a razão como arma da crítica à ordem social vigente fundada em preconceitos e/ou justificações que lhes pareciam retrógradas (Ramos, 1965).

Alguns pensadores levaram às últimas consequências, na visão do sociólogo, esse conjunto de ideias. Um deles foi Saint-Simon⁴², que na fase tardia de sua vida descobriu que os fatores econômicos eram dominantes para a compreensão da sociedade europeia de seu tempo, não sendo possível apreender os movimentos sociais omitindo tais fatores. Assim, o autor francês teve ciência de que a forma de governo é uma forma e a constituição da propriedade é o fundo, a base do edifício, antecipando o próprio Marx, conforme assinalou Guerreiro Ramos. Saint-Simon viveu a transição do século XVIII para o século XIX e, como tantos filósofos da sua geração, percebeu que a contradição fundamental da sociedade francesa era entre a nobreza e a burguesia, de tal maneira que, a seu juízo, a emancipação burguesa traria consigo a emancipação geral da humanidade.

Outro autor mencionado por Guerreiro em relação a esse contexto foi Proudhon⁴³, intelectual que sublinhou o substrato econômico do processo histórico-social com maior nitidez

⁴² Claude-Henri de Rouvroy, o Conde de Saint-Simon (1760-1825), filósofo e economista francês, teórico do socialismo moderno e integrante da tradição classificada por Marx como socialismo utópico.

⁴³ Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), filósofo e membro do parlamento francês durante a Revolução de 1848, é considerado um dos mais influentes teóricos do anarquismo. Também foi categorizado por Marx enquanto integrante da tradição do socialismo utópico.

do que Saint-Simon, na concepção do sociólogo. Para Proudhon, as leis da economia política são as leis da história, sendo que a filosofia é a álgebra da sociedade enquanto a economia é a aplicação desta álgebra. Por esse ângulo, a economia política do ponto de vista proudhoniano era uma teoria social geral que transcendia o âmbito restrito do crédito, da circulação e da produção, abrangendo o governo, a instrução pública, a legislação, a família, a gerência do globo – tratava-se da chave da história, a teoria da ordem (Ramos, 1965). Ao partir desse pressuposto, nosso autor observou que a ideia de Proudhon era a de uma ciência global na qual se incorporava a economia política, algo distinto do projeto teórico desenvolvido por Comte e seus seguidores.

Também foi destacado como elemento importante da teoria social pré-comtiana a sua vinculação com a prática social – o conceito de *práxis* adquiriu relevo com Hegel e Marx que, diga-se de passagem, foram teóricos diretamente influenciados pelo pensamento social do século XVIII. Contudo, a doutrina dos filósofos anteriores à Comte já implicava a noção de que a *práxis* fundamentava a elaboração teórica, como observou o sociólogo em relação aos sistemas de Helvétius⁴⁴, Holbach⁴⁵ e Desttut de Tracy⁴⁶. Tais pensadores foram consequentes ao preconizarem, a seu modo, a necessidade de reformas políticas e pedagógicas como meios indiretos de modificar o homem, pois, se a razão estava cravejada por preconceitos, sua libertação só poderia ocorrer por meio da reconstrução do Estado e da sociedade. Dessa forma, os intelectuais desta tradição teórica assumiram uma postura militante e, conforme assinalou Guerreiro à luz das ideias de Proudhon, um acordo entre a razão e a prática social do qual Marx dará o passo decisivo no desenvolvimento dessas formulações.

No que se refere à razão, o autor sublinhou o fato de os enciclopedistas, assim como os iluministas em geral, terem sido racionalistas que pretendiam descobrir e formular as leis que presidiam ao curso dos fatos sociais e históricos. A origem dos fatos deveria ser descoberta e sua validade provada pelos critérios da razão, sendo insuficiente a explicação dos fatos de um ponto de vista da moral, dos costumes ou da religião. Como se pode notar, esse racionalismo era um instrumento utilizado para minar os fundamentos da sociedade antiga que consagrava privilégios do clero e da aristocracia em detrimento das classes em ascensão. O que estava em jogo ao demandarem a necessidade de tornar racionais as instituições era a reconstrução e substituição da ordem vigente por outra, isto é, a reivindicação de uma organização social

⁴⁴ Claude Adrien Helvétius (1715-1771), filósofo e literato francês.

⁴⁵ Paul Heinrich Dietrich, o Barão d’Holbach (1723-1789), filósofo e enciclopedista franco-alemão.

⁴⁶ Antoine-Louis-Claude Destutt, o Conde de Tracy (1754-1836), filósofo e político francês, foi uma liderança da chamada escola filosófica dos ideólogos.

superior (e, portanto, racional) no lugar da sociabilidade precária em vigor. Nesse sentido, Guerreiro concebia a teoria social do século XVIII como uma teoria negativa enquanto “negava racionalidade ao estabelecido, ao dado, ao aparente, assumindo assim o ponto de vista do vir a ser, do futuro, um ponto de vista essencialmente dinâmico” (Ramos, 1965, p. 189). Em vista disso, o sociólogo fez uma ressalva no que se refere ao positivismo, pois, se é lícito classificar como positivista o pensamento de filósofos do século XVIII, essa não se tratou de uma tradição homogênea, como podemos verificar a partir da reflexão de Herbert Marcuse:

Isto não é verdadeiro com respeito a todos os movimentos positivistas. No começo da filosofia moderna, e novamente no século XVIII, o positivismo foi militante e revolucionário. Então, o apelo aos fatos importava num ataque direto às concepções religiosas e metafísicas que constituíam o suporte ideológico do *ancien régime*. A abordagem positivista da história desenvolve-se pois como uma prova positiva de que o direito do homem a alterar as formas sociais e políticas de vida estava conforme à natureza e ao progresso da razão (Marcuse, 2004, p. 291-292, grifos do autor).

Esse positivismo militante e revolucionário, que ao mesmo tempo era uma teoria negativa em relação ao *status quo*, pretendia, por meio de seus representantes intelectuais, não necessariamente uma ciência bem ordenada, mas uma prática social e política na qual os pensadores permaneciam racionalistas no sentido genuíno, isto é, balizando a prática humana pelo critério de uma verdade transcendente à ordem estabelecida. Com esta perspectiva teórica, a classe burguesa buscava fazer desaparecer todos os impedimentos institucionais que se antepunham aos seus interesses. A situação muda de figura após a Revolução Francesa de 1789, etapa em que a burguesia passou a ocupar posição dominante na estrutura de classes sociais, diminuindo seu ímpeto revolucionário e apostando na satisfação das suas necessidades por meio de medidas gradativas que não provocassem grandes abalos – a decadência ideológica da burguesia, conforme já assinalamos previamente nesse capítulo. Nessa fase, emergiu o que José Paulo Netto (1998) denominou “positivismo domesticado”, prisioneiro de um racionalismo formal e berço do esquema de divisão das ciências sociais. Por este ângulo, é importante retomarmos a avaliação de Guerreiro sobre a teoria de Augusto Comte naquele contexto histórico:

Comte tenta conciliar a ordem e o progresso, tal como convinha à nova classe dominante francesa da primeira metade do século XIX. Ele muda o acento da teoria social do século XVIII. Esta era negativa. A teoria de Comte é *positiva*. Isto é, preconiza que os fatos sociais e históricos sejam considerados como dados objetivos. Para ele, a sociedade deve ser vista sob a espécie de uma ordem objetiva, transcendente ao indivíduo, não como teatro de tensões e antagonismos (Ramos, 1965, p. 191, grifo do autor).

Diante das contradições e antagonismos que a luta de classes apresentava na primeira metade do século XIX, Comte atuou enquanto pensador que justificava a ordem estabelecida, não como ideólogos da restauração do calibre de Joseph de Maistre⁴⁷ e De Bonald⁴⁸ – exemplos mencionados por Guerreiro de teóricos que negavam a razão enquanto critério de organização social e afirmavam a anterioridade da sociedade em relação ao indivíduo –, mas na condição de um intelectual conservador. Por esse motivo, nosso autor ressaltou que sob o nome de Sociologia, Augusto Comte engendrou uma nova disciplina que não pode ser considerada como o amadurecimento da teoria social do século XVIII, mas, segundo já colocamos, se trata de um desvio. E isso ocorre essencialmente porque a sociologia de Comte reifica/coisifica a sociedade, apresentando-a como algo transcendente ao indivíduo e, dessa forma, abstrai-se a mediação humana e se atribui objetividade ao que é produto dessa mediação. Na contramão do que havia sugerido Saint-Simon e Proudhon, Comte tomou posição hostil à economia política e, a despeito de ter se declarado contrário a toda forma de estudo isolado dos elementos sociais, sua sociologia, assinalou Guerreiro, é por excelência uma ciência do social separado do econômico – Comte reservava à ação dos intelectuais um papel maior do que o da indústria, pois, para ele, a questão social se resolveria não pela transformação objetiva da sociedade, mas pelo progresso do saber (a promoção do espírito científico) cuja reorganização final deveria operar primeiro nas ideias, passando aos costumes e, por último, às instituições (Ramos, 1965).

Enquanto a teoria social do século XVIII exprimia um ponto de vista dinâmico, o da burguesia em ascensão, Comte representava o sociólogo de uma burguesia recém instalada no poder, razão de seu interesse em deter as tendências revolucionárias corporificadas nas reivindicações de uma nova classe, o proletariado. Seu enquadramento eminentemente estático e conservador o impediu de enxergar, nas palavras de Guerreiro Ramos, “*a sociedade em ato ou em produção*” (Ramos, 1965, p. 193, grifos do autor), estando localizado num *topos* incapaz de reconhecer a *práxis* cujo sujeito histórico era o proletariado. Em consequência disso, Comte mudou o sinal do positivismo que, numa inversão de 180 graus, passou de revolucionário a conservador. O sistema que caracterizava sua sociologia era uma atitude quietista diante do social, a regra metódica de submissão ao dado, ao que estava posto, motivo pelo qual seu quadro teórico comportava categorias como conciliação, consenso, harmonia, coerência mental, coesão social, unidade, resignação, dever, obediência. Logo, é lícito concebermos que Augusto Comte

⁴⁷ Conde Joseph-Marie de Maistre (1753-1821), escritor e diplomata francês, foi notável proponente do pensamento contrarrevolucionário ultramontantista no pós-Revolução Francesa de 1789.

⁴⁸ Louis Gabriel Ambroise, o Visconde de Bonald (1754-1840), filósofo francês adversário do Iluminismo, foi um dos grandes expoentes da filosofia católica contrarrevolucionária.

foi, em alguma medida, continuador do positivismo do século XVIII, uma vez que, segundo nosso sociólogo, desde D'Alembert e Diderot já estavam traçados os aspectos fundamentais da série escalonada das ciências positivas (matemática, astronomia, física, química, biologia) e também do que na época foi chamado de Física Social, Moral Positiva, História Positiva, Política Positiva. No entanto, essas expressões designavam uma teoria global da sociedade, de tal modo que, apesar de Comte não ter falado em outra ciência do social além da sociologia, ao ter feito desta uma ciência exclusiva do social, deixou o caminho aberto para outras disciplinas particulares.

Desnecessário dizer que Guerreiro Ramos reconhecia a importância do legado de Comte no sentido de ter pavimentado o caminho para a consolidação de quadros acadêmicos da envergadura de Émile Durkheim na França e de seus equivalentes no contexto alemão, tais como Tönnies, Simmel e Max Weber – todos considerados clássicos e fundadores da disciplina sociológica. Porém, no período histórico em que o autor estava produzindo, lhe coube observar tanto o declínio do capitalismo e a pauperização das classes médias na Europa, quanto a eclosão da consciência crítica no Terceiro Mundo. Assim, assinalou a exigência da reorientação do trabalho sociológico devido a tais circunstâncias, e trouxe o exemplo do próprio contexto francês onde, sem dispensar a inspiração durkheimiana e tantas outras contribuições científicas dos quadros universitários da sociologia, assistia-se ao surgimento de correntes de pensamento que recolocavam a teoria social nos termos pré-comtianos. Um caso notável era o de Georges Gurvitch, autor que restituiu Saint-Simon e Proudhon no debate sobre a sociologia francesa contemporânea, além de ter valorizado no espaço acadêmico a obra de Marx e o tema das classes sociais. Dessa forma, a sociologia francesa estaria inclinada a se tornar uma teoria dinâmica, cujos estudos mais representativos eram os de Georges Balandier, Edgar Morin, Lucien Goldmann, Maurice Merleau-Ponty, Henri Lefebvre, entre outros.

Portanto, o sociólogo afirmava estar vivendo uma época em vias de configurar-se uma nova concepção de ciência da sociedade que, embora não fosse ainda possível de ser sistematizada, já estava em formação graças ao acúmulo crítico de tradições teóricas do passado que vinham sendo dotadas de novos sentidos consoantes aos desafios do seu tempo. À vista disso, Guerreiro Ramos conclui seu estudo sobre a situação atual da sociologia fixando alguns pontos que merecem ser reproduzidos integralmente:

- 1) As ciências, principalmente as ciências sociais, se formam e se transformam historicamente e jamais ocorre um momento em que possam ser consideradas definitivamente estabelecidas;

- 2) O atual esquema da divisão das ciências sociais, constituído no século XIX, está obsoleto e carece de ser superado na base de um esforço de integração de disciplina particulares;
- 3) Os economistas e os “filósofos” do século XVIII iniciaram um esforço de elaboração de uma teoria científica da realidade social que ainda hoje não atingiu a fase de culminação;
- 4) A “Sociologia”, na forma em que a colocou Augusto Comte, é um desvio da evolução da teoria social do século XVIII e seu êxito universitário se explica fundamentalmente em virtude de seu sentido mais conservador do que revolucionário;
- 5) Na presente época, está em vias de formar-se nova teoria científica da realidade social. Para sua elaboração contribuem em grande parte, correntes de pensamentos oriundas do século passado, a dialética, a sociologia do conhecimento, o historicismo e o culturalismo (Ramos, 1965, p. 199).

É mister atentarmos para esse movimento exercido por Guerreiro para recuperar a veia crítica de uma proto-sociologia da Europa do século XVIII, iniciativa também empreendida em relação ao pensamento social brasileiro, na medida em que revisitou a obra de proto-sociólogos esquecidos pelas ciências sociais acadêmicas, como pudemos observar a partir da importância de autores como Euclides da Cunha, Alberto Torres e Tobias Barreto na formulação da redução sociológica. Esse passo para trás na história das ideias objetivava preparar dois passos adiante, isto é, a reconfiguração das ciências sociais enquanto arma teórica dos povos em luta na periferia do capitalismo, especialmente no Brasil. Por isso, é próprio da redução sociológica revisar criticamente e articular o saber científico com os problemas da revolução social. No que se refere ao nosso estudo, a equação saber-poder foi balizada pela sociologia da organização dos povos, instrumento forjado para dar sentido à vanguarda da revolução brasileira.

Em suma, ao longo deste capítulo, procuramos elencar os fatores que consideramos fundamentais para a compreensão e manejo da redução sociológica. A partir de agora, iremos interpelar as demais produções teóricas de Guerreiro Ramos no pré-64 à luz da redução, ou seja, submeter seus “trabalhos de circunstância” à sua própria sociologia, sem perdermos de vista que tais produções já expressavam, em última análise, seu empenho ao experimentar o ponto de vista redutor naquele contexto histórico-social – se trata de uma dupla hermenêutica ou, melhor dizendo, uma dupla redução. Por este prisma, está em jogo não apenas apreender o modo pelo qual o autor reagiu aos problemas daquela conjuntura com as ferramentas teóricas que pôde engendrar, mas, acima de tudo, as virtualidades de sua obra, os potenciais perdidos ou sufocados numa realidade datada e que ainda podem se realizar, não exatamente da mesma forma que no passado, mas na direção de um futuro autêntico, como sugeriu o filósofo esloveno Žižek (2011). No intuito de contribuirmos para com essa tarefa do nosso tempo, seguimos explorando as pistas deixadas pelo sociólogo baiano, exercendo uma sociologia acadêmica e, no limite, contra-acadêmica.

3 O PROBLEMA NACIONAL DO BRASIL: CONTRIBUIÇÃO À SOCIOLOGIA CRÍTICA E MILITANTE DAS ORGANIZAÇÕES

Tendo realizado uma exposição sobre a organização sistemática da redução sociológica no capítulo anterior, nesse momento, com o terreno já preparado, passemos a abordar questões de cunho pragmático no qual a sociologia em “mangas de camisa” direcionou suas baterias, a começar pelo primeiro livro elaborado pelo nosso autor, desde sua saída do ISEB, para avançar sobre os problemas organizativos inerentes à formação de uma vanguarda política. Publicado pela Editora Saga em 1960, *O Problema Nacional do Brasil* se trata de uma obra que reuniu algumas palestras e conferências⁴⁹ proferidas por Guerreiro Ramos na segunda metade da década de 1950, além de textos de jornais de sua autoria no mesmo período. O título do livro é uma menção honrosa ao trabalho de Alberto Torres, *O Problema Nacional Brasileiro*, de 1914, e um esforço do nosso sociólogo em situar a sua contribuição teórica no panteão da sociologia militante do país que, a seu juízo, vem desde Paulino José Soares de Sousa (o Visconde do Uruguai), Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, entre outros. Diante dos acontecimentos políticos e sociais do pré-64, o autor seguia convicto de que o processo de fundação de uma sociologia nacional estava em marcha, de tal sorte que era cada vez mais nítida a concretude das motivações da disciplina sociológica, na medida em que os imperativos de auto-organização da coletividade brasileira marcavam o ritmo das reflexões acadêmicas.

Não obstante, era necessário que a sociologia não reproduzisse a lógica de círculos herméticos, isto é, um privilégio para iniciados e inacessível aos leigos – a despeito de ter assumido as mais nobres motivações coletivas. Segundo Guerreiro, a ciência só é privilégio de poucos em sistemas sociais mantidos às custas de larga margem de exploração, pois o critério de uma sociologia nacional está no seu alcance aos leigos medianamente instruídos, quer dizer, “a medida de qualidade científica e de funcionalidade de todo trabalho sociológico é o seu sentido humano ao nível do maior número possível de pessoas” (Ramos, 1960, p. 11). Se o destino da ciência, de acordo com o autor, é constituir-se em forma comum da vida humana, a sociologia entrou em decadência onde se tenha tornado assunto para iniciados.

Assim, era nos países cujos fatores intelectuais tornaram-se fatores de produção em que se encontrava a mais avançada teoria sociológica contemporânea, inerente ao trabalho de

⁴⁹ Os materiais reunidos nesse volume referem-se a aulas e conferências de Guerreiro Ramos no ISEB, notas de conferência junto ao Fórum Roberto Simonsen da Federação das Indústrias de São Paulo, texto de conferência realizada na Faculdade Nacional de Filosofia e artigo publicado no jornal *O Semanário*, na coluna Vanguarda Popular, dirigida pelo próprio sociólogo. Todos esses eventos ocorreram de 1955 a 1959 e os respectivos materiais foram revisados para a publicação em 1960.

organização social dos povos que se projetavam ao futuro e viviam menos do passado ou do presente. Conforme já evidenciamos, o sociólogo tinha a concepção de que o Brasil também vivia um período de transição nos marcos da sua democracia burguesa e, portanto, representava um solo fértil para o desenvolvimento da teoria sociológica em alto nível, razão pela qual o seu livro em questão dizia respeito a uma tentativa de manejar a ciência social enquanto instrumento de organização da sociedade brasileira.

3.1 A TEMÁTICA DO PODER

Uma sociologia que se proponha a pensar a realidade nacional em termos de projeto não pode, em hipótese alguma, desprezar o tema do poder. Guerreiro tinha clareza quanto a isso ao edificar a redução sociológica, visto que, conforme já apresentamos no capítulo anterior, a crise do poder possui relações diretas e intestinais com a crise do saber. Ainda assim, era necessária uma definição conceitual do poder para operacionalizar cientificamente a organização do povo brasileiro, razão pela qual o autor recorreu aos clássicos – Max Weber e Karl Mannheim – para estabelecer uma concepção geral de poder e delinear a noção de poder nacional. À luz de Weber, sua noção de poder se traduzia como:

[...] a oportunidade que possui um indivíduo, ou um grupo, de impor a sua vontade na ação comum, mesmo contra a resistência de outros que dela participam. Essa vontade não é, porém, arbitrária e só permanece dotada de aptidão coercitiva enquanto assegura a efetivação das possibilidades contidas em uma etapa social determinada, e se mantém fundada nos valores e fins pressupostos pela ação comunitária (Ramos, 1960, p. 18).

Ao partir desse pressuposto, o sociólogo evidenciou aquilo que é elementar, isto é, que o poder é um ingrediente intrínseco a qualquer sociedade, de tal maneira que, onde existir convivência humana socialmente organizada, haverá relações de subordinação e superordenação, inexoravelmente. Todavia, como não era objetivo do autor descrever as diferentes formas de poder em abstrato, mas considerá-lo em *lato sensu* e na modalidade histórica específica em que se apresenta nas comunidades organizadas enquanto nações, coube a ele lançar mão do conceito de poder nacional, que pode ser colocado nos seguintes termos: “conjunto de todos os grupos e indivíduos dirigentes que desempenham papel ativo na organização de um país, de todos os elementos políticos por excelência que concentram em suas mãos a direção econômico-social, o poder militar e as funções administrativas” (Ramos,

1960, p. 18). Tal definição de poder nacional foi inspirada na ideia de “corpo político”⁵⁰ presente na obra de Mannheim.

Por este viés, é lícito pensarmos que estava em jogo para Guerreiro Ramos algo semelhante ao que foi denominado por Gramsci como “bloco histórico”, assim como a noção de “bloco de poder” de Togliatti (Gruppi, 1980). Gramsci colocou o problema de como manter a coesão de uma sociedade determinada (um bloco histórico) dado um conjunto de forças sociais e políticas, ou seja, como explicar que uma classe dominante e um Estado obtenham coesão e consenso de forças cujos interesses são opostos. A resposta gramsciana está na ideologia, cimento do bloco histórico que permite manter unidas classes sociais diferentes e com interesses antagônicos. À vista disso, impõe-se às classes subordinadas a demanda pela busca da autonomia no sentido de ter seu próprio partido, linha política e concepção cultural. Na medida em que se tornam autônomas, lutam para ficar hegemônicas/dirigentes, sendo que é possível atingir a hegemonia antes da conquista do poder. O processo revolucionário, sem embargo, pressupõe uma crise de hegemonia e da capacidade dirigente dos detentores do poder que não conseguem mais solucionar os problemas nacionais nem manter coeso o bloco histórico por meio da ideologia. Dito de outra forma, para Gramsci, a crise de hegemonia consiste numa separação entre direção e poder que abarca a sociedade em sua totalidade – com a dimensão moral, cultural e ideal assumindo significativa importância. Nessas circunstâncias, o bloco de poder até então estabelecido começa a ruir, abrindo caminho para a configuração de um novo bloco de poder capaz de conduzir a um novo bloco histórico. Em outras palavras, bloco de poder refere-se à fase de preparação e organização de um novo bloco histórico, de uma sociedade com novas bases e novo tipo de Estado.

Essa ideia de poder nacional que Guerreiro formulou a partir da concepção de corpo político inspirada em Mannheim apresenta certa afinidade com o bloco de poder de matriz gramsciana, pois expressa a composição de setores da sociedade que reproduzem a manutenção de determinado bloco histórico – classes ou frações de classes dotadas de poder dirigente, forças armadas, administração pública/burocracia estatal. No bojo desse poder nacional e de suas relações constitutivas enquanto bloco de poder, o sociólogo irá assumir, do ponto de vista teórico, os interesses da classe trabalhadora. Não se tratava exatamente de organizar um partido proletário com um programa de transição socialista, mas criar condições e mecanismos de

⁵⁰ “Por ‘cuerpo político’ entendemos todos los grupos y dirigentes que desempeñan un papel activo en la organización de la sociedad. Pueden ser empresarios auto-designados, o magistrados electos, altos funcionarios sindicales, o señores feudales del pasado. Nuestro concepto comprende estos elementos políticos *par excellence*, que concentran en sus manos las funciones administrativas, el poder military, y la dirección social” (Mannheim, 1953, p. 62, grifos do autor).

participação popular na condução de um projeto nacional e democrático. Quando Guerreiro Ramos mencionava que o Brasil vivia um momento de transição, devemos pensar essa transição tendo em vista a lei de fases da redução sociológica – captar as linhas diretrizes do devir histórico da sociedade brasileira através do confronto com etapas anteriores (Ramos, 1965) – ainda que nos marcos da sociabilidade burguesa, pois a reorganização do bloco de poder necessitava estar à altura dos acontecimentos intrínsecos ao pré-64 que indicavam a superação da lei estrutural básica da complementaridade enquanto fenômeno social total (Ramos, 1960). Em outros termos, a transição dizia respeito à passagem de um projeto de desenvolvimento reflexo (orientado para a complementaridade das economias dos países centrais) para um projeto de desenvolvimento autocomandado (norteados pela independência e soberania nacional). Esse processo, evidentemente, envolvia a classe trabalhadora, e foi mediante o esforço de edificar sua vanguarda popular – centro organizador do poder nacional – que a sociologia em “mangas de camisa” contribuiu para com os combates teórico-políticos no período histórico em questão.

O enquadramento faseológico do método redutor é crucial, dado que pensar a organização do bloco de poder assume critérios distintos quando se refere a países de caráter complementar e quando diz respeito aos países que aspiram ao desempenho histórico independente. Por esse prisma, o sociólogo destacou um tema capital no que concerne a essa diferenciação contextual: a segurança nacional. Assim, pontuou que, num país cuja maioria política tenha sido atingida, o conteúdo sistemático primordial da segurança nacional é assunto eminentemente público, afinal, na medida em que vise à defesa da nação, do povo em sua substância, e não de um aparelho estatal confinado, seus critérios fundamentais não podem resultar de elaborações de gabinete. As razões da segurança nacional devem traduzir a orientação dominante na política interna do país ao invés de prevalecer sobre a vontade política da nação, sendo tanto mais representativo e autêntico quanto mais dotado de plasticidade e sensibilidade para acompanhar as variações do sentido geral da política de uma comunidade nacional em período de transformação acelerada.

É importante observarmos que Guerreiro se refere a uma orientação dominante na política nacional, e não à orientação da classe dominante, pois, conforme já mencionamos, sua leitura era de que o Brasil vivia um momento transicional, a abertura de uma situação revolucionária, momento no qual a classe dominante não estaria exercendo o controle ideológico que lhe é característico, ou, no mínimo, com muitas dificuldades para tal. Dessa forma, a consciência crítica experimentada pelo povo representava a orientação dominante que deveria ser acolhida pela organização de um projeto democrático e nacional, na visão do

sociólogo petebista. Todavia, é lícito atentarmos que uma reordenação do poder nacional no sentido de deslocar frações da classe dominante e setores da burocracia estatal, a despeito de colocar na ordem do dia a participação popular, não significa necessariamente romper com as ideias da classe dominante, ou seja, renunciar à defesa da democracia burguesa. Por isso, não se pode perder de vista que a concepção de transição sustentada por Guerreiro ocorre ainda dentro da ordem, podendo ser vista como um acúmulo de forças para a construção de alternativas mais radicais protagonizadas pela classe trabalhadora a longo prazo.

Dito isso, nosso autor sublinhou que a estratégia e a tática inerentes à segurança nacional no pré-64 envolviam indagações complexas, porque se havia no Brasil um país novo ainda disfarçado institucionalmente de país velho, e se este país novo resultara de forças recém constituídas que expressavam um ponto de não retorno, então, o aparelho de segurança nacional deveria organizar-se para defendê-lo. Em outras palavras:

É o compromisso com as forças criadoras que tornará os responsáveis pela segurança nacional sensíveis a toda espécie de infiltrações nocivas, econômicas, políticas e culturais, cuja eficácia e impunidade permaneceriam garantidas, enquanto sobrevivessem as formas de pensar correspondentes à etapa da complementaridade (Ramos, 1960, p. 35).

Visto que o debate acerca da segurança nacional ocupou significativamente as reflexões de Guerreiro Ramos no que se refere à contribuição sociológica para a organização de um projeto nacional, vamos dedicar mais algumas linhas ao tratamento dessa questão.

3.2 SOCIOLOGIA, IDEOLOGIA E SEGURANÇA NACIONAL

Na concepção de Guerreiro, tratar do tema da segurança nacional exigia impreterivelmente a assunção do debate acerca da ideologia que, segundo o próprio, era assunto central da sociologia do conhecimento. Por esse ângulo, a abordagem sociológica teria resolvido de maneira mais interessante a noção de ideologia e como manejá-la cientificamente, transcendendo as interpretações que a colocavam enquanto anátema (Napoleão) ou fenômeno incidental (Marx e Engels). Ao partir desse pressuposto, o autor resumiu duas formas de examinar as ideologias: enquanto valor absoluto e do ponto de vista da funcionalidade. O primeiro supervaloriza uma ideologia em termos acrílicos e dogmáticos, e julga as outras desde essa posição, como habitualmente procede a consciência ingênua:

Toda consciência ingênua tende a acolher uma visão maniqueísta, segundo a qual o mundo é teatro de forças em luta: as do bem e as do mal. As ideologias que a

consciência ingênua condena seriam expressões do mal e sua eliminação se faria por uma forma qualquer de exorcismo, de purgação, ou mediante processos inquisitoriais. Cega aos fatores concretos do pensar e do agir humano, a consciência ingênua adota ordinariamente, para os conflitos ideológicos, terapêuticas situadas no puro domínio da psicologia (Ramos, 1960, p. 46).

Por outro lado, o critério científico de investigação das ideologias, conforme o autor, é o da funcionalidade, para o qual nem são más, nem são boas em si mesmas, mas fenômenos normais inerentes a toda e qualquer pretensão de interferir na esfera social com aspirações para além da ingenuidade. Ao retomarmos a tese defendida em *A Redução Sociológica* (1965) de que o país experimentava a emergência de uma consciência crítica – sintoma do processo de transição já elucidado nesse capítulo –,urgia uma abordagem científica da ideologia posto que grupos variados passaram a participar e disputar os rumos da nação. À vista disso, a distinção apresentada pelo sociólogo a respeito dos modos de interpelar o fenômeno ideológico continua pertinente para os dias atuais, uma vez que o que estava em jogo era a possibilidade de escapar das atribuições morais ou psicológicas ao efetuar a análise de qualquer objeto ideologicamente falando. A condição para desviar e não sujar os pés na lama das interpretações absolutas da ideologia era, por conseguinte, lançar mão do ponto de vista científico, da funcionalidade que, em última instância, concerne ao exame materialista das ideologias. Podemos ilustrar esse ponto trazido por Guerreiro a partir de um exemplo discutido por Palmiro Togliatti, histórico dirigente do Partido Comunista Italiano (PCI) e pensador muito respeitado pelo sociólogo petebista. Durante uma entrevista cujo tema era o “culto à personalidade” referente ao período stalinista, Togliatti destacou algo elementar a respeito do enquadramento analítico a ser mobilizado para submeter uma figura pública ao exame, como era o caso de Stálin, mas que vale para qualquer outra liderança política, grupo ou objeto sob o prisma da ideologia:

Mas, além disso, enquanto nos limitarmos, em substância, a denunciar como causa de tudo os defeitos pessoais de Stálin, permaneceremos no âmbito do “culto à personalidade”. Antes, tudo o que era bom se devia às sobre-humanas qualidades positivas de um homem; agora, todo o mal é atribuído aos seus defeitos igualmente excepcionais e até mesmo chocantes. Tanto num quanto noutro caso, estamos fora dos critérios de julgamento que são próprios do marxismo. Deixam-se de lado os verdadeiros problemas, que são os do modo e do porquê a sociedade soviética pôde chegar a certas formas de afastamento da vida democrática e da legalidade que se havia traçado, e até mesmo a formas de degenerescência (Togliatti, 1980, p. 114).

A advertência do dirigente comunista ao maniqueísmo de uma consciência ingênua, estranha ao materialismo histórico e dialético, guarda afinidades com a crítica de Guerreiro Ramos às análises da ideologia sob o ponto de vista absoluto, avesso à consciência crítica da realidade nacional. Isto posto, a redução sociológica entrava em cena como ferramenta teórico-metodológica a serviço do cientista social que almejasse oferecer uma contribuição ao tema da

segurança nacional: evidenciar o conteúdo ideológico que esta deve ter em determinado momento a fim de lhe assegurar o máximo possível de funcionalidade histórica, pois “quanto mais consciência ideológica possuírem as instâncias responsáveis pela segurança nacional, tanto mais eficaz e operativa ela se tornará” (Ramos, 1960, p. 46). Nessa perspectiva, o autor sustentou a tese de que “todo sistema de segurança nacional tem necessariamente um conteúdo ideológico, mesmo que pretenda ser ideologicamente neutro” (Ramos, 1960, p. 46). Assim, na medida em que tal conteúdo deva ser eminentemente público e cujo substrato concerne à política dominante interna, então, a política de segurança nacional de um país se confunde com a sua estratégia geral, ou, sendo mais específico à ideia do sociólogo, fundamenta-se numa estratégia geral seguida de várias estratégias particulares.

Isso que Guerreiro chamou de estratégia geral e estratégia particular nada mais são do que as noções conceituais de estratégia e tática empregadas no campo político, oriundas da gramática militar. Tais noções podem ser definidas da seguinte forma:

Simplificando, diremos que, na linguagem militar, dá-se o nome de estratégia à forma de planejar, organizar e orientar os diversos combates (campanhas e operações), tendo em conta uma visão de conjunto de todas as forças com as quais se conta, assim como das forças inimigas, para atingir o objetivo fixado: ganhar a guerra contra determinados adversários.

Tática são as diferentes operações executadas concretamente para levar a cabo os combates, de acordo com o plano estratégico geral. Por exemplo, são táticos os seguintes procedimentos: interromper as comunicações do inimigo, o fornecimento de víveres etc.; incendiar os lugares próximos para tornar o ambiente irrespirável; simular ataques em um ponto e executá-los em outro; simular uma retirada e atacar em seguida; lançar uma emboscada contra reforços etc. (Harnecker, 2006, p. 76).

Traçado um objetivo final, assim como os objetivos parciais, torna-se evidente que a vitória não acontecerá de imediato, com uma só batalha ou golpe de misericórdia, mas será o resultado do desdobramento de múltiplas atividades e da superação de diversos obstáculos. Do ponto de vista político e da transformação da realidade social, estratégia diz respeito àquilo que dá sentido às atividades revolucionárias cotidianas nas diferentes frentes da luta e que permite somar resultados e preparar forças para enfrentamentos mais decisivos. Caso a estratégia for perdida de vista, a ação política corre o risco de se reduzir ao imediatismo e até mesmo ao oportunismo. Já a tática revolucionária se refere ao conjunto de orientações concretas formuladas para colocar em prática a estratégia em cada nova conjuntura política. Por essa razão, a tática requer maior flexibilidade e pode/deve mudar de acordo com a correlação de forças, ao contrário da estratégia que só muda se o inimigo ou o objetivo final deixar de ser o mesmo. Guerreiro Ramos concebia a autodeterminação como objetivo geral para a fase em que

o Brasil se encontrava, e afirmava que o país cujo comando dos fatores econômicos está fora do seu alcance não tem capacidade autodeterminativa.

Portanto, a estratégia política advogada pelo sociólogo era o desenvolvimento econômico independente – porque a economia é política enquanto ciência social engajada –, de tal maneira que a política de segurança nacional deveria ser formulada e executada à luz dessa estratégia. Não foi por outro motivo que recorreu à obra de Clausewitz, um clássico das ciências militares, para abordar a relação entre estratégia e política. Se a guerra, conforme o estrategista alemão, não é mais do que a continuação da política por outros meios, seria um contrassenso subordinar o ponto de vista político ao militar, pois a política engendra a guerra, é a sua inteligência, sendo a guerra apenas o seu instrumento, e não o inverso – a única possibilidade é a subordinação do ponto de vista militar ao político. Por este viés, as ideias de Clausewitz articulam a concatenação entre ideologia e segurança nacional desenvolvida pelo sociólogo, pois a guerra não passa de um caso limite das atividades institucionais de defesa ou segurança nacional, não havendo senão uma diferença de grau (e não de natureza) entre guerra e paz. Em vista disso, a segurança nacional é assunto eminentemente político e, conseqüentemente, ideológico, cujo conteúdo não é estático, mas historicamente variável de acordo com a fase de desenvolvimento de cada coletividade – um país dependente e outro em processo de descolonização formularão políticas distintas de segurança nacional.

O que tornava problemática a questão da segurança nacional no pré-64, segundo Guerreiro, era o fato de estarmos num momento de transição. Consistia numa situação que se exprimia em todos os níveis da vida nacional e provocava rupturas, cisões, antagonismos, isto é, uma tensão fundamental de condutas que apresentavam direções opostas: a complementaridade ou a autodeterminação (Ramos, 1960). Nesse sentido, a contradição principal daquele contexto era entre o desenvolvimento reflexo/complementar e o desenvolvimento independente/autônomo, de modo que tal contradição reverberava entre as mais diversas instituições e organizações políticas e sociais brasileiras. Uma das quais mereceu destaque na análise do autor foram as forças armadas que, ao refletir a situação geral do país, encontravam-se divididas. Entretanto, diante da situação transicional da época, a divisão no interior das forças armadas, na sua avaliação, longe de configurar um sintoma nefasto, era antes um indício salutar de que não estavam isoladas ou marginalizadas no processo brasileiro, e a demonstração de que participavam das mesmas vicissitudes próprias da realidade nacional. É lícito salientar que ele se referia à divisão ideológica das forças armadas, e não a uma agitação barata de caráter indisciplinar. Segundo o sociólogo, seria um perigo a união das forças armadas num contexto de transição, pois poderia conduzir a nação à ditadura de tipo bonapartista,

fenômeno político comum em circunstâncias nas quais as forças armadas se mantêm alheias às dissenções coletivas intrínsecas às contradições da sociedade. Por outro lado, é necessário pensarmos em que termos deve ser balizada a participação política dos militares reivindicada por Guerreiro, afinal, estamos nos referindo ao setor que detém o monopólio das armas, e por mais que o período de transição seja peculiar, as tensões e contradições se arrastam, em alguma medida, para a etapa porvir. A questão, do nosso ponto de vista, consiste em condicionar a participação dos militares na política, ao mesmo tempo em que a categoria permaneça subordinada ao poder civil, à Constituição e à vontade popular. Esse desafio ainda não foi superado em nossa história, mas a reflexão de Guerreiro Ramos nos convida a tratar sociologicamente do tema.

Dado que numa etapa de transição as tensões e rachas institucionais são fatores positivos, inclusive em relação às forças armadas, nosso autor fez questão de pontuar os limites da definição formal de segurança nacional, já que cabia ao cientista social dar um sentido concreto a essa questão de acordo com a fase histórico-social do país. Assim, a conceituação formal de segurança nacional foi apresentada nos seguintes termos:

[...] grau relativo de garantia que, por meio de ações políticas, econômicas, psico-sociais e militares, um Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais contra a ação adversa de fatores internos e externos (Ramos, 1960, p. 52, grifos do autor).

Ao partir dessa definição, Guerreiro proferiu as respectivas ponderações: primeiro, tratava-se de precisar “aqui e agora” os significados das expressões “objetivos nacionais” e “ação adversa de fatores internos e externos”; segundo, os objetivos nacionais, sejam eles quais forem, não são fixos, pois uma nação não é uma substância imutável que permanece inalterada no tempo e no espaço. Por esse ângulo, o sociólogo já liquidava com qualquer interpretação pautada por determinismos biológicos, geográficos, essencialismos culturais, entre outros delírios com roupagem científica frequentemente mobilizados para intervir sobre a organização social e política de coletividades periféricas. Para quem pratica a redução sociológica e, por conseguinte, assume o ponto de vista da totalidade, tais determinismos são percebidos de outro modo, desde uma perspectiva crítica:

Na verdade, o que chamamos de geográfico, de racial, de psicológico, cada vez mais se revela como abstração didática, não existe concretamente, **per se**. Elementos de estruturas históricas e sociais, não operam sistematicamente esses aspectos como variáveis independentes, mas como momentos de totalidades em contínua transformação. A sociedade constitui um fenômeno total, cujos ingredientes, geográficos, biológicos, econômicos, sociais, políticos, psicológicos, se compenetraram num esforço coletivo que incessantemente se supera a si próprio. Nenhum desses

ingredientes permanece estável. A história o demonstra, através das variações de toda espécie que assinalam a vida dos povos sobre a terra (Ramos, 1960, p. 53, grifos do autor).

Observemos que, para além das ficções características de qualquer leitura fundamentada em determinismos isolados, o autor torna a realçar, conseqüentemente, o limitado alcance analítico da produção de conhecimento por meio da divisão acadêmica das disciplinas científicas. Dessa forma, partindo da sociologia, na medida em que arroga a sociedade enquanto fenômeno social total e localiza o Brasil em transição pelas lentes faseológicas da redução, sua intervenção extrapola a disciplina sociológica e avança na direção de uma teoria social brasileira. Abordar rigorosamente o tema da segurança nacional é um exercício incapaz de ser realizado em alto nível se reduzido às áreas particulares do saber acadêmico e desprovido de metodologia crítica. Se a política de segurança nacional, em conformidade com Guerreiro, se confunde com o objetivo e a estratégia geral da nação – desempenho histórico independente e desenvolvimento econômico, respectivamente –, significa que, necessariamente, a economia não pode ser matéria exclusiva de repartições civis, especialmente do Ministério da Fazenda, e a vigilância em relação às ameaças ao êxito dos objetivos nacionais, como, por exemplo, a penetração do capital estrangeiro, cabe às forças armadas (mas não apenas) articuladas junto ao bloco de poder em formação.

De acordo com Guerreiro Ramos, tínhamos, enquanto povo, um empreendimento capitalista próprio a realizar, realidade que nem todos os países da América Latina detinham na época, de tal maneira que a nossa segurança nacional não era a de um país economicamente amorfo ou abstrato, mas a de uma nação que já havia concluído certas etapas da sua revolução burguesa. À vista disso, a ideologia da nossa segurança nacional só poderia ser da revolução democrática e nacional em processo. Importante frisar que a noção de revolução nacional de Guerreiro não estava necessariamente associada a eventos insurrecionais, mas pressupunha a articulação das instâncias de poder com as massas populares no sentido de operar uma mudança qualitativa numa coletividade humana que passa de uma fase histórica para outra superior (Ramos, 1960). Não obstante, é notório que o projeto de revolução nacional defendido pelo sociólogo tinha como elemento incontornável para sua consecução a participação das forças armadas, isto é, o apoio de um aparelho coercitivo. Mas como garantir que as forças armadas defendam um projeto nacional e popular enquanto participe das lutas intestinais pelo destino do país e, por isso mesmo, divididas politicamente? Acreditamos que um primeiro passo foi dado por meio da *práxis* do autor não só ao defender a liberdade de organização e participação política dos militares, de concebê-los como parte da vanguarda nacional, mas também ao ter

buscado armar teoricamente a categoria, a exemplo dos cursos ministrados no ISEB para praças (soldados, cabos e sargentos), quer dizer, o contingente mais proletarizado das forças armadas, como também sua participação enquanto conferencista na Escola Superior de Guerra (ESG). Todavia, ainda é necessário pensarmos em mecanismos para evitar a tutela militar numa eventual possibilidade revolucionária, ou mesmo para superá-la quando a correlação de forças favorecer o acerto de contas pendente desde a redemocratização, independentemente da iminência de uma revolução. Por esse viés, caberia pensar na formação de quadros civis para atuação no Ministério da Defesa, a reforma de instituições como a ESG e a Escola Superior de Defesa (ESD), a formulação de uma nova doutrina militar, etc. Em última análise, uma sociologia da organização que tome a ideologia do ponto de vista científico é fundamental para a contribuição crítica e militante da programação nacional.

O projeto do sociólogo trabalhista se aproximava da tese de seu ex-colega de ISEB, o historiador Nelson Werneck Sodré, de uma “revolução democrático-burguesa, mas de tipo novo” (Sodré, 1963, p. 210), em que não se tratava mais de substituir uma classe dominante minoritária por outra classe ou associação de classes dominantes igualmente minoritárias, mas de integrar as massas no processo. Como já não era possível ignorar as demandas populares por participação política, estaria fora de cogitação o monopólio da burguesia em proveito do desenvolvimento material e cultural do país. Em outras palavras, a lógica da “circulação das elites” registrada por Guerreiro não estava mais à altura das transformações da sociedade brasileira. Por circulação das elites o autor entendia as “alterações que, sem perda essencial do poder, uma minoria realiza em sua composição interna, pela incorporação de novos membros, provenientes de camadas sociais em oposição ao seu mandato” (Ramos, 2016, p. 94). Via de regra, essas alterações se verificam antes da deflagração de uma guerra civil, ainda que esta última, algumas vezes, possa operar como fator precipitante da circulação de elites. Em resumo, consistia especificamente no movimento pelo qual a minoria dominante absorve as lideranças de oposição, privando as camadas sociais agitadas dos quadros que poderiam dirigi-las à subversão ou à rebeldia.

Entretanto, o caminho para consolidar esse projeto nacional e democrático por meio do emergente capitalismo brasileiro – voltado para o consumo e incremento do mercado interno – suscitava transformações qualitativas no sentido econômico, social, político e cultural, a substituição do velho pelo novo, e isso implicava (ontem e ainda hoje) resistências que podem atentar contra a segurança nacional. Por isso, o sociólogo reforçara a necessidade de estabelecer claramente os objetivos nacionais de acordo com a respectiva fase e os desafios históricos da coletividade, assim como os fatores internos e externos de ação adversa no que diz respeito à

segurança nacional. Sejam quais forem os elementos retardatários que resistam às mudanças em curso, a tendência é se apresentarem através da manipulação da opinião pública, grupos de pressão, facções, partidos e movimentos cujo objetivo é obstar o processo de desenvolvimento nacional. À vista disso, Guerreiro defendia que a política de segurança nacional não deveria hesitar em assumir um caráter de esquerda, na medida em que “integrada no estado político geral da nação, seja obstada na realização dos seus objetivos por uma conjuntura político-partidária artificial ou ilegítima” (Ramos, 1960, p. 66). Importante mencionarmos que “esquerda” para o autor se refere eminentemente à posição de compromisso com uma possibilidade ainda não efetivada no domínio social, ao contrário da “direita”, posição fundamentalmente compromissada com a tradição ou *status quo* e, por essa razão, restauradora ou imobilista.

Do ponto de vista dos fatores internos à realidade nacional do pré-64, Guerreiro destacou o antagonismo entre frações da classe burguesa como o fato mais relevante da época no que se referia à segurança nacional, pois constituía a premissa maior da crise brasileira. Tal antagonismo era protagonizado por setores da burguesia que se beneficiavam da interferência do Estado ao lhe assegurar divisas externas e/ou proteção da concorrência estrangeira, *versus* os capitalistas cuja produção era voltada ao mercado externo e seus empreendimentos traduziam o caráter semicolonial das nossas forças produtivas. Ao fim e ao cabo, tratava-se da velha contradição entre burguesia agrária e industrial, mas que assumira feições mais agudas mediante o processo de transição constatado pelo sociólogo. Porém, qual seria o papel da segurança nacional diante desses antagonismos? Segundo Guerreiro Ramos, garantir o governo contra as pressões que ameacem ou neutralizem suas atividades enquanto propulsor do desenvolvimento, pois a estratégia do desenvolvimento de um país como o Brasil não poderia ser implementada sem o recurso tático da interferência estatal:

Entregues à própria lógica, os capitais privados não se comportam de acordo com as exigências de inversão de uma economia em desenvolvimento, dependente de aplicações de lenta maturação e das mudanças sempre arriscadas das correntes de abastecimento do nosso mercado consumidor. **O tempo do Estado, como organizador da comunidade, não é o mesmo do capital privado.** Não se trata, pois, de anular a iniciativa privada. O desenvolvimento lhe abre, ao contrário, amplas oportunidades, deixando-a livre e encorajando-a em tudo aquilo que não prejudique a taxa desejável de formação interna de capital. São objetivos nacionais, democraticamente expressos (que se resumem no projeto de autodeterminação), que levam o Estado à interferência planejada na economia, estabelecendo corretivos que não surgem do livre jogo dos interesses privados (Ramos, 1960, p. 69, grifo nosso).

Um exemplo típico da necessidade de intervenção estatal na programação econômica é o investimento em ciência e tecnologia. As descobertas científicas e inovações tecnológicas

custam caro, envolvem muitas tentativas e erros, de tal maneira que a iniciativa privada por si só não tende a arriscar seus lucros em projetos dessa magnitude. Essa aventura só pode ser empreendida por agentes e instituições que não vivam sob a lógica do lucro acima de tudo, razão pela qual o Estado acaba se tornando a base do investimento em pesquisa e desenvolvimento, ainda que numa formação econômico-social capitalista. Outro ponto a ser sublinhado é a interpretação do autor pautada pelo isolamento dos fatores internos e externos da formação de capital, a despeito de estarem mutuamente implicados no movimento conjuntural estabelecido pela divisão internacional do trabalho, tributária da concepção da dualidade básica da economia brasileira de Ignácio Rangel (1999). De acordo com o economista maranhense, a economia no Brasil é regida por duas ordens de leis tendenciais que imperam no campo das relações internas de produção e no das relações externas de produção, respectivamente. Essas duas formações econômicas básicas, dotadas de leis próprias, não se limitam em coexistir, de modo que estão em permanente conflito, pressionando uma sobre a outra continuamente. Essa dualidade explicaria, por exemplo, o fato da nossa Independência ter sido influenciada por valores liberais adotados por uma mesma elite que manteve a dinâmica escravocrata num país que buscava se adequar à modernidade capitalista. Ou a manutenção de “características feudais” na produção agrária no pós-abolição (período republicano). Ao agirem umas sobre as outras, as leis da economia brasileira acham-se em constante confronto, a ver qual imporá sua dinâmica específica ao sistema, de tal maneira que essa unidade de contrários não tem como resultante nenhum dos termos em luta, mas uma formação original composta por uma lógica própria. Assim, o corolário da nossa dualidade econômica, conforme Rangel, é que o aspecto interno e o externo podem envelhecer em momentos diferentes, ou seja, a substituição de uma estrutura por outra não se processará necessariamente ao mesmo tempo na dimensão interna e externa, sendo absurdo exigir coerência de princípios programáticos visando a economia nacional como um todo – “Sendo heteronômicos em sua natureza, o aspecto interno e o externo da economia, suas respectivas insuficiências devem, por força, reclamar remédios diferentes” (Rangel, 1999, p. 41).

Por esse viés, a política de segurança nacional reivindicada por Guerreiro era vista, em certa medida, pelas lentes da dualidade básica da economia, pois, além de estar articulada aos objetivos e estratégias nacionais, propugnava as ações de segurança de acordo com a dinâmica interna e externa das leis econômicas atuantes. Outro exemplo que nos ajuda a compreender essa dualidade nos termos da segurança nacional é a avaliação do autor sobre o PCB. O sociólogo entendia que o nosso PC apresentava escassa significação nacional, atuando rigorosamente como linha de adoção das diretrizes soviéticas, isto é, levava ao pé da letra o

papel de seção da Internacional Comunista – portanto, não praticava a redução – e, por esse motivo, enquanto reproduzisse essa dinâmica, deveria estar sob a mira do aparelho de segurança nacional. É lícito lembrarmos que Guerreiro Ramos, na condição de deputado federal em 1963, defendeu na tribuna a legalização do PCB⁵¹, não apenas por princípios democráticos, mas porque a clandestinidade implicava maiores dificuldades no monitoramento das ações da organização por parte da segurança nacional inerente a sua concepção de projeto de país. Por outro lado, também observava o lado positivo de acontecimentos como a “desestalinização” após o relatório Khrushchov, além de nutrir bastante otimismo com as doutrinas dos caminhos independentes para o socialismo, cujos expoentes destacados pelo autor eram a Iugoslávia de Tito, a China de Mao Tsé-Tung e a Polônia de Gomulka. Esses fatos provocaram tensões internas nos partidos comunistas ao redor do mundo, e no Brasil não havia sido diferente, conforme o sociólogo. Por esse prisma, os partidos comunistas viviam a possibilidade de adquirir genuíno significado nacional, isto é, não se tratava do comunismo, por questões táticas, estar se transformando em nacionalismo, mas, ao contrário, era o nacionalismo que estava convertendo os partidos comunistas em partidos nacionais. Na medida em que o nacionalismo problematizava as diretrizes soviéticas no tocante à política mundial do comunismo, o PCB deixaria de ser uma organização política temerária aos objetivos nacionais, de modo que o sistema de segurança nacional poderia aplicar-se em tarefas de maior importância para a coletividade brasileira.

Assim, inspirado na razão dualista, Guerreiro formulou as orientações para a política de segurança nacional de caráter interno e externo. Embora houvesse ajustes a serem feitos em ambas as dimensões, o autor considerava que nossa estratégia geral no exterior tornava a segurança nacional uma matéria delicada, pois percebia nos bastidores dos órgãos responsáveis por esse planejamento um conflito de critérios a ser resolvido. Se, internamente, a seu juízo, o desenvolvimento econômico estava sendo satisfatoriamente defendido, do ponto de vista externo nossas instâncias de poder não estavam acompanhando devidamente as transformações de estilo singulares à consciência pública – leia-se consciência crítica. Dessa forma, os critérios de segurança nacional referentes à vida externa do país deveriam ser encontrados por indução, o que exigia um modo de pensar livre de dogmatismos e formalismos, princípio elementar de

⁵¹ Sobre o debate promovido por Guerreiro Ramos acerca da legalização do PCB, ver o Discurso na Câmara dos Deputados, sessão de 18/02/1964, disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?CurrentPage=1&txIndexacao=&BasePesq=plenario&txOrador=Guerreiro%20Ramos&txPartido=&dtInicio=&dtFim=&txUF=&txSessao=&listaTipoSessao=&listaTipoInterv=&inFalaPres=&listaTipoFala=&listaFaseSessao=&txAparteante=&listaEtapa=&CampoOrdenacao=dtSessao&TipoOrdenacao=DESC&PageSize=50&txTexto=&txSumario=#>. Acesso em: 07 ago. 2022.

quem vive a redução sociológica sob as determinações do Terceiro Mundo. Diante do contexto da Guerra Fria, que lançava incerteza sobre a hegemonia de grandes potências, nosso sociólogo considerava tal conjuntura internacional propícia a países como Brasil no sentido de melhorar seu intercâmbio com o exterior em proveito do próprio desenvolvimento. Ciente de que nenhuma configuração mundial é definitiva, o autor afirmava a necessidade de apreendemos suas leis particulares a fim de balizarmos nossa política externa como nação, aproveitando as fissuras do campo internacional e investindo nos pontos de menor resistência ao projeto de desempenho histórico brasileiro – sua postura durante o estágio no mundo socialista foi um exemplo edificante de como operar uma sociologia da organização, uma estratégia de desenvolvimento nacional, sem cair em panaceias ou reproduzir espantelhos ao agregar valor pragmático às ciências sociais. A mudança de natureza da guerra por conta da posse de armas atômicas pelas principais potências excluía o embate frontal e as obrigou a adotar uma modalidade de competição pelo poder cujas ameaças passaram a ser indiretas e se concretizavam pela integração das grandes potências em alianças e blocos com nações pequenas e médias. Partindo dessa constatação, Guerreiro considerava que essa conjuntura descortinava um horizonte de grande poder de negociação aos países periféricos, sobretudo ao Brasil:

O Brasil, portanto, nada tem a perder se, aliando-se tácita ou explicitamente a países de interesses semelhantes aos seus, contribuir para agravar os desequilíbrios já esboçados no campo mundial e que tendem a diminuir a unilateralidade dos condicionamentos hegemônicos. São adversos aos objetivos nacionais os fatores externos que dificultam a transição em que se encontra o Brasil, de um **estádio semicolonial** para outro superior, de **pleno desenvolvimento**. Para acelerar essa transição, temos de compor **novos termos de complementaridade política e econômica**, principalmente com os **países latino-americanos**, embora sem exclusão de outros que sofrem dificuldades semelhantes às nossas (Ramos, 1960, p. 72, grifos nossos).

Portanto, do ponto de vista externo, Guerreiro estava propondo às autoridades do nosso aparelho de segurança nacional que, integradas ao estado político geral do povo, contribuíssem para que o Brasil pudesse tirar o melhor partido das oportunidades oferecidas na conjuntura mundial da época, no sentido do desenvolvimento econômico independente e consolidação do poder nacional. Em última instância, significava fazer política a partir do engajamento sistemático junto às virtualidades da formação histórica particular que é o Brasil, se colocar na arena internacional enquanto brasileiro, detentor de um projeto autônomo e situado desde o ponto de vista da comunidade humana universal, conforme estabelecido na lei do comprometimento da redução sociológica. Para lograr êxito em tal empreendimento, era impreterível a superação dos dogmas e formalismos teóricos próprios da institucionalidade brasileira (em especial do aparelho de segurança nacional) que nos impedia de construir

alianças e acordos junto aos países socialistas, e de pensar a transição para um desenvolvimento econômico independente articulado em nível continental, isto é, integrado aos países da América Latina. Esse assunto não era um mero detalhe para o sociólogo que estava vivendo e produzindo teoria durante a administração Kubitschek, marcada pelo otimismo desenvolvimentista, industrialização, urbanização, pressões do FMI, inflação e crescimento da dívida externa, questões igualmente comuns às demais vanguardas políticas da Pátria Grande.

3.3 SOCIOLOGIA E PROGRAMAÇÃO

Encaminhava-se para o final a gestão de Juscelino Kubitschek (1956-1960) quando Guerreiro Ramos publicou *O problema nacional do Brasil*. Por essa razão, consideramos pertinente a reflexão preliminar do autor sobre o governo JK, pois, para além de salientar os aspectos positivos, se tratava de já encaminhar uma revisão crítica, quer dizer, promover o debate da experiência da programação. Essa discussão, a nosso juízo, tem sua importância principalmente por permitir examinar melhor a teoria sociológica de Guerreiro no que concerne à elaboração de um programa nacional de desenvolvimento.

De início, é válido destacarmos que a concepção de programação na qual o autor trabalha não se restringe à noção mais tradicional de “programação econômica”, conforme podemos reparar na seguinte passagem:

Finalmente, desejamos advertir que entendemos a programação em sentido mais amplo do que o habitual, isto é, tanto no campo da economia como no da ciência e da cultura, abrangendo área de funções em que atuam órgãos como o Conselho do Desenvolvimento, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, a Superintendência da Moeda e do Crédito, o Banco do Brasil, especialmente suas Carteiras de Câmbio e de Comércio Exterior, o Conselho de Política Aduaneira, a Divisão de Orçamento do DASP, a Rede Ferroviária Federal, o Conselho Nacional de Pesquisas, a Comissão da Campanha Nacional de Pessoal de Nível Superior, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, o Centro Brasileiro de Pesquisas Sociais (UNESCO – Brasil) e entidades congêneres (Ramos, 1960, p. 180).

Observemos que o ponto de vista da totalidade permanece sendo a base da sua análise, de tal maneira que a programação é concebida enquanto fenômeno social total, contemplando diversos aspectos e instituições da realidade social. Não obstante, o autor grifou que o desenvolvimento econômico é problema político, isto é, sua promoção é ato político e depende da racionalidade da decisão política, do encaminhamento dos fatores disponíveis de produção deliberados politicamente. Em outras palavras, os problemas econômicos não são gerados nem resolvidos pela economia no sentido estritamente técnico, mas pelas decisões políticas tomadas

por governos, muitas vezes, destituídas de caráter científico. Dessa forma, estava liquidada a possibilidade de pensar um projeto de desenvolvimento sob a noção de uma ciência econômica politicamente neutra, da técnica pura, pois a economia para Guerreiro é inevitavelmente política. Por conseguinte, se reforça a importância da abordagem sociológica da ideologia, pré-requisito do pragmatismo crítico capaz de orientar o projetamento nacional advogado pelo sociólogo. Assim, a redução sociológica exprime um realismo teórico sem reduzir-se à ciência social aplicada, pois articula reflexões sobre o próprio fazer científico (de cunho mais abstrato, como nos debates sobre os antecedentes filosóficos da redução) aos problemas imediatos de direção e organização popular (formação da vanguarda política ajustada ao processo nacional).

Visto que as massas já haviam adquirido consciência de seu papel, e por isso passavam a pretender interferir ativamente na condução do desenvolvimento econômico – “a massa foi promovida à esfera empresarial do desenvolvimento” (Ramos, 1960, p. 182) –, esse fato mudava a natureza do fenômeno. Por esse viés, a programação não poderia mais obedecer apenas ao arbítrio da classe dominante, de modo que os quadros responsáveis por sua execução só teriam autoridade para tanto na medida em que atuassem como delegados das aspirações populares. É essa prática que conduz, no final das contas, o pleno funcionamento dos regimes democráticos, na concepção do autor. Por isso, o sociólogo não deixou de fazer a crítica à economia que se constituiu enquanto disciplina acadêmica, pois esta teria consolidado seu campo de investigação num período em que a massa era conduzida sob tutela, de modo rigorosamente dependente. Assim, a teoria econômica dos centros acadêmicos, em grande parte, deixava de considerar a novidade radical cuja expressão máxima eclodiu no pré-64: o papel empresarial da massa no processo econômico. Reconhecer esse fato era reconhecer que o desenvolvimento econômico se tornara problema político, ou seja:

Quer dizer que, não só no domínio acadêmico como no prático-concreto, **a economia converteu-se em disciplina subsidiária de uma teoria político-social aplicada**. O desenvolvimento econômico tende a ser visto cada vez mais à luz de uma teoria político-social cujo objetivo é **orientar racionalmente** a ação das coletividades na consecução de metas concretas de bem-estar (Ramos, 1960, p. 183, grifos nossos).

O fundamental para a sociologia de Guerreiro Ramos é contribuir para a organização racional de um projeto de país. Suas reflexões sempre tiveram o Brasil como modelo e fim, por razões autoevidentes, mas oferecem pistas e subsídios para qualquer povo inclinado a tomar as rédeas da própria história. O que estava em jogo era multiplicar o poder de interferência do homem através da teoria sociológica, superar a concretização do desenvolvimento por ensaios e erros e, ao invés disso, pautar o desenvolvimento sujeito a um comando cientificamente

fundado em diferentes graus de sistematicidade. Tal possibilidade, conforme o autor, tem sido experimentada em países capitalistas e socialistas. Contudo, os primeiros seriam mais refratários à planificação, praticando-a somente de maneira episódica por meio de medidas anticíclicas para conter efeitos de crises. Por outro lado, países socialistas como Iugoslávia, China e União Soviética representavam regimes nos quais uma teoria político-social comandava o desenvolvimento econômico e assegurava às populações a realização de metas pela combinação de seus próprios recursos (Ramos, 1960). O êxito do desenvolvimento nas repúblicas populares, assinalava Guerreiro, confirmava sua tese; todavia, isso não deveria suscitar a crença de que a aplicação teórica feita nos países citados fosse a mais avançada, pois constituíam casos particulares da exploração das capacidades que virtualmente estão ao alcance de todos os povos. Inclusive, o sociólogo apostava que a experiência realizada nas repúblicas socialistas permitiria aos quadros científicos de nações como o Brasil a elaboração de uma teoria político-social mais qualificada – na qual a redução sociológica, como já pudemos perceber, era uma tentativa nessa direção.

Não obstante, consideramos valiosa a constatação feita por Guerreiro referente à tradição das experiências socialistas na planificação, na orientação racional de sua economia de modo sistemático, diferente das situações dos países capitalistas cuja razão seria circunstancial em relação aos seus projetos nacionais. Isso, na verdade, diz muito sobre a própria natureza de cada sociabilidade. O modo de produção capitalista, cuja organização é pautada pela mercadoria, valorização do valor, exploração da força de trabalho por meio da propriedade privada dos meios de produção, já traz consigo a impossibilidade de organizar racionalmente a produção material voltada ao gênero humano. De acordo com Engels (2010), toda sociedade baseada na produção de mercadorias tem por característica que os produtores são dominados por suas mútuas relações sociais ao invés de dominá-las, uma vez que cada um produz da maneira que pode (com os meios de produção disponíveis) para atender as necessidades individuais de troca – há anarquia na produção social. Porém, a produção de mercadorias possui leis próprias que se afirmam apesar da anarquia, na anarquia e pela anarquia, e afetam a única forma persistente de laço social (a troca), levantando-se diante dos produtores como leis coercitivas da concorrência. Sem embargo, para além da divisão social do trabalho, o capitalismo intensificou a anarquia na produção social ao empregar um instrumento oposto à anarquia: a organização da produção na oficina que continuava como propriedade individual, isto é, o antagonismo entre produção social e apropriação privada da produção tomou a forma da contradição entre organização da produção em cada fábrica isolada e anarquia da produção em toda a sociedade.

Por esse ângulo, faz sentido que os países que optaram pela transição socialista, como apontou Guerreiro Ramos, apresentassem maior acúmulo e êxito no processo de planificação da economia, pois experimentavam uma formação econômico-social de outro tipo, com contradições outras e na qual a propriedade privada dos meios de produção não exercia papel dominante. Já as sociabilidades burguesas, a despeito de determinados avanços no que se refere ao desenvolvimento econômico e social, principalmente em episódios nos países centrais, como a implementação do Estado de bem-estar social (*Welfare state*), não conseguem resolver seus antagonismos de classe, de modo que tais avanços são efêmeros porque a racionalidade organizacional não pode extrapolar as instituições isoladas, muito menos estar a serviço das massas dotadas de consciência crítica – isso acabaria por tocar nas contradições que sustentam o modo de produção capitalista e colocaria em cheque o próprio sistema. Por esse motivo, o marxismo e toda a teoria social que assume o ponto de vista da totalidade, quando adentram às instituições acadêmicas, são reduzidos a um método de pesquisa – entre tantos outros igualmente válidos enquanto autoconsciência possível da sociedade – correspondente a uma disciplina específica, ou são ignorados olímpicamente. Algo parecido ocorre com a redução sociológica, pois seus pressupostos teórico-metodológicos transcendem a divisão das ciências sociais acadêmicas, fator que não contribui para sua audiência nos espaços universitários.

Dito isso, é válido realçar que o sentido econômico da racionalidade fundamentada pelo sociólogo não se tratava daquilo que Mannheim definiu como racionalidade substancial, que se refere à essência da razão, entendida enquanto faculdade distinta da emoção ou dos instintos. A racionalidade posta em questão é de caráter funcional: “Diz-se que um ato é funcionalmente racional quando compõe com outros uma série sistemática, ainda que derive de impulsos instintivos ou emotivos, não justificados à luz de um julgamento substancialmente racional” (Ramos, 1960, p. 186). Assim, para a programação num país periférico merecer o qualitativo de racional e dinâmica, teria de descer a níveis da existência humana que escapam ao raciocínio dos economistas escolásticos, sem, contudo, desfigurar o caráter humano dos hábitos de consumo e reduzir o homem ao puro *homo economicus*. O propósito da programação racionalmente orientada, alertou Guerreiro, não é a edificação de um mundo “à George Orwell”, no qual nem os pensamentos devessem ficar ociosos, mas uma experiência compatível com o humanismo e resumindo-se a uma questão de medida. Por isso, o excedente de produção, cuja formação é impreterível para o desenvolvimento econômico, quando pensado do ponto de vista da programação advogada pelo sociólogo, não possui validade em si mesmo, ainda que sua grandeza seja considerável, pois é necessário que tal excedente seja aplicado de modo funcionalmente racional, quer dizer, em prol da melhoria genérica das condições de vida da

população. À vista disso, um grande volume de produção de excedentes, índices elevados do PIB, podem não dizer nada sobre a qualidade de vida de um povo na medida em que não forem balizados por uma teoria político-social aplicada, afinal, a programação diz respeito, sobretudo, ao modo de aplicar os excedentes – é justamente por esse ângulo que se atinge a exata compreensão da inevitável natureza ideológica de toda programação, porque **“O sentido fundamental de toda programação econômica se encontra em suas premissas ideológicas”** (Ramos, 1960, p. 191, grifos do autor). Portanto, tenha-se ou não consciência disto, toda programação econômica, de acordo com Guerreiro, tem um pressuposto político-ideológico que seria ingenuidade pretender ocultar já que um programa econômico beneficia invariavelmente determinados titulares de interesses.

Ao considerar somente a programação digna do qualificativo de nacional, ou seja, a que se efetive para obter o maior benefício social possível, o autor observou que tais benefícios não se medem apenas pela quantidade e qualidade do consumo da população, mas também pelo seu grau de autodeterminação. Isto posto, seria fundamental que a programação fosse pautada preferencialmente em projetos cujos recursos estejam na esfera de decisão da coletividade, pois, caso contrário, a programação pode acarretar concessões no terreno da liberdade nacional de decisão, o que implica um problema de segurança nacional. O que Guerreiro Ramos queria dizer, nesse sentido, é que a ajuda econômica externa jamais ocorre de maneira politicamente desinteressada, porque sempre obedece à estratégia de poder nacional das potências dominantes. Por conseguinte, a mobilização de recursos externos pelos países periféricos deveria ser feita à luz de critérios táticos e estratégicos para evitar expor a economia à pressão unilateral de um poder. Segundo o sociólogo, a anulação do unilateralismo por meio de um intercâmbio simultâneo com esferas de poder de sentidos opostos apresentaria o caminho desejável para a programação econômica cujas agências decisórias essenciais estariam, evidentemente, no campo da segurança nacional.

Reparemos aqui o traço do pluralismo dialético no pragmatismo político de Guerreiro, dado que o modo de se colocar na política externa enquanto brasileiro não se reduzia à assunção da contradição posta pelo conflito entre os blocos liderados pelos Estados Unidos e União Soviética, tampouco essa contradição era tomada como primazia pelo sociólogo para pensar a articulação de um projeto nacional. A ambiguidade e a ambivalência representavam possibilidades mais interessantes naquela conjuntura histórica para a dialetização do real, visto que “As totalidades humanas em marcha, em seus movimentos de totalização ou de destotalização, implicam uma grande parte de ambiguidade; esta se exacerba até chegar à ambivalência nas relações entre estruturas e organizações” (Gurvitch, 1987, p. 195). Para o

sociólogo, na medida em que a premissa ideológica da nossa programação econômica era o nacionalismo, seus quadros e instituições por ela responsáveis deveriam, em conformidade com a estratégia geral e a política de segurança nacional, tirar proveito da condição de brasileiro no cenário internacional, quer dizer, ter autonomia para negociar e angariar ajuda material de países socialistas e capitalistas, sem aderir a nenhum dos blocos hegemônicos. Estava em jogo nessa dialética da ambiguidade participar das mesmas totalidades e combater-se, mostrar-se constantemente amigos e inimigos ao mesmo tempo, centros simultâneos de atração e repulsão, de tal forma que essa ambiguidade poderia em algum momento se converter em ambivalência ou até mesmo em antinomias, estabelecendo a possibilidade dialética mais conhecida (a contradição). No entanto, o ponto de partida para o desenvolvimento independente do Brasil à luz do hiper-empirismo dialético estava na chave da diferenciação, na dialética enquanto identidade e diferença, razão pela qual a elaboração de uma teoria social brasileira era indispensável para a formação dos quadros de uma vanguarda habilitada a atuar no sentido de extrair o maior benefício possível para o nosso povo a partir de uma agenda de desenvolvimento nacional e terceiro-mundista.

Ciente de que a construção de um projeto nacional envolve necessariamente a relação complexa entre planificação econômica (orientação racional), grau de autodeterminação popular e soberania em relação aos recursos, o sociólogo reforçou que a elaboração de um programa de metas não pode ser “peripécia escolástica de economistas sem mentalidade política” (Ramos, 1960, p. 192). Trata-se de um empreendimento econômico-ideológico a ser controlado pelas forças políticas permanentemente subordinadas às massas mediante consulta às “correntes da opinião nacional”. Quando a coletividade não exerce esse controle, o autor atribui ou à falta de maturidade ideológica, ou porque as instâncias que a representam têm efetivamente falhado nas suas funções. O trecho que segue é bem elucidativo no que concerne às forças constitutivas da programação econômica e seus desafios organizativos:

A programação não é ato unilateral. Nem é função exclusiva da influência coletiva. Nem tampouco é função exclusiva da capacidade dos técnicos. Na programação nacional, os técnicos são parte da comunidade, existe contínua reciprocidade de influências entre os programadores e a sociedade. Mas para que essa interação se verifique é necessária adequada **organização social**. A plena alocação de recursos não se obtém sem alto nível de educação político-ideológica dos dirigentes e do povo em geral. A programação nacional só se torna efetiva quando o seu suporte é uma **organização político-partidária** ideologicamente idônea e capaz de levar às últimas consequências o caráter social da propriedade privada em geral e dos meios de produção, em particular (Ramos, 1960, p. 192, grifos nossos).

Dois aspectos valem ser ressaltados no tocante a essa reflexão de Guerreiro. Primeiro, retomemos a expressão apresentada como “correntes da opinião nacional”. Embora o autor não

tenha desenvolvido essa categoria ao empregá-la na argumentação precedente, podemos assumir, de maneira ampla, que se refere à agitação e propaganda dos grupos/classes/frações de classe que integram o bloco de poder e cuja influência é decisiva na configuração da denominada opinião nacional. Como estava em jogo para o sociólogo a consulta a essas correntes de opinião para o desenvolvimento adequado da programação, seria lícito pensarmos na edificação de mecanismos que permitam a participação das massas junto à planificação econômica. O exemplo contemporâneo mais próximo a nós é o da experiência venezuelana por meio da Revolução Democrática Bolivariana, no qual a convocação de plebiscitos populares para a tomada de decisão sobre grandes questões da política nacional operou enquanto recurso essencial da programação construída na Venezuela. O segundo aspecto consiste no papel da organização político-partidária na programação econômica. É importante salientarmos que a sociologia da organização dos povos que evidenciamos na produção teórica de Guerreiro Ramos apostava na forma partido como instrumento de organização da vanguarda popular. O projeto nacional e democrático delineado pelo autor era inconcebível sem uma concepção de partido capaz de exprimir a consciência ideológica das massas, tarefa nada fácil na agitada conjuntura política do pré-64. No próximo capítulo, sobre o livro *A crise do poder no Brasil* (1961a), abordaremos a noção de partido advogada pelo sociólogo, assim como outros problemas organizativos singulares à forma partido e que estavam na ordem do dia ante a crise de representatividade daquele contexto histórico.

3.3.1 A regra de ouro do projetamento

Dando prosseguimento à meditação a respeito da programação, o sociólogo sublinhou a existência da regra de ouro de todo projetamento, isto é, poupar recursos escassos e mobilizar recursos abundantes, cujo significado nas suas palavras era que “**o programador no Brasil deve raciocinar essencialmente em cruzeiros e secundariamente em dólar**” (Ramos, 1960, p. 196, grifos do autor). Tal regra implica a assunção de uma visão concreta do desenvolvimento nacional e não meramente um ponto de vista contábil à luz do desenvolvimento universal. Por esse viés, o autor apontou os exemplos da substituição das importações e da neutralização do efeito expropriador do capital estrangeiro. Longe de poder ser reduzida a uma questão de custos, a substituição das importações funcionaria como meio de dar ocupação aos excedentes de mão de obra do setor primário, de poupar recursos críticos e emitir positivos efeitos multiplicadores no mercado interno. Toda sabedoria residia em descobrir a diretriz que “não discriminando a indústria nacional, não estimule, porém, a obsolência (sic), o baixo rendimento dos processos

de produção interna, e o comodismo dos lucros fáceis de muito empresário brasileiro” (Ramos, 1960, p. 195).

A respeito do capital estrangeiro, o critério fundamental era de que sua remuneração deveria ser estritamente proporcional aos efeitos internos produzidos, de tal maneira que, por razões de segurança nacional, não poderia ocorrer numa amplitude que o habilitasse a comandar as alavancas do sistema econômico. À vista disso, Guerreiro justificava o porquê de as nações periféricas em expansão econômica tenderem a regular o câmbio por meio do Estado e buscarem compreender as prioridades de seus diferentes ramos de produção. Ignorar a regra de ouro do projetamento resulta em frequentes prejuízos para a economia nacional, razão que o levou a tipificar o entreguismo inerente a essa inobservância de duas formas: o entreguismo subjetivo (consciente), típico daqueles que por interesse contribuem para a alienação de nossas riquezas de maneira direta ou indireta; e o entreguismo objetivo, decorrente da adoção de normas e métodos de programação inadequados à nossa realidade nacional e praticado por pessoas de boa fé, como autoridades técnicas que planejam certas realizações em escalas/critérios tão avançados que ultrapassam a capacidade nacional e, por conseguinte, “importam em ‘ajudas’ estrangeiras perniciosas, ou no subemprego e mesmo desemprego de fatores existentes no país, e na aquisição antieconômica de recursos no exterior” (Ramos, 1960, p. 197).

A inobservância da norma geral do projetamento foi a deficiência fundamental da programação brasileira na gestão de JK, de acordo com o sociólogo, pois contava demasiadamente com uma receita de dólares que o tempo vinha mostrando não ser obtida pelo Brasil, a menos que os proprietários da moeda forte fossem generosos (o que é impensável). Também gravitou em torno dessa regra o fato que serviu como pivô da crise do ISEB em 1958 e do rompimento de Guerreiro Ramos com instituto no mesmo ano: a publicação de *O nacionalismo na atualidade brasileira* (1958) de Hélio Jaguaribe. Nesta obra, Jaguaribe defendeu a participação do capital estrangeiro junto ao desenvolvimento econômico do país, inclusive no setor petroquímico, algo inaceitável da perspectiva dos imperativos de defesa da economia nacional advogada por Guerreiro, motivo pelo qual acabou denunciando o livro de Jaguaribe junto à União dos Estudantes (UNE) e travando a crítica na imprensa escrita até o momento em que decidiu se desligar do círculo iseiano. Esse nacionalismo, tal como exprimido na regra de ouro do projetamento, representava a primazia da razão sociológica na medida em que pautava questões econômicas, contábeis, financeiras, técnicas e justificava a exploração de um recurso estratégico como o petróleo por meio do monopólio estatal a partir de uma mentalidade científica forjada junto à consciência crítica do povo. Em última instância,

nosso autor defendia a Petrobrás e rejeitava a *Standard Oil* por questões materiais cientificamente verificadas, e não devido ao componente emocional do nacionalismo que, embora existisse, era de caráter residual, visto que a concepção de nacionalismo do sociólogo petebista dizia respeito à condição de possibilidade para a ciência autêntica nos países periféricos, algo deveras distinto de uma defesa apaixonada de tudo aquilo que for de origem nacional – caricatura que por vezes se atribuem aos nacionalistas.

As circunstâncias para um projeto de desenvolvimento brasileiro são outras atualmente, mas é importante pensarmos o quão instigante eram as ponderações teórico-políticas de Guerreiro Ramos no pré-64, as dimensões da realidade brasileira que podiam descortinar e o que funciona do ponto de vista teórico-metodológico se reestruturado para os dias de hoje. Todavia, o passo fundamental para realizar essa tarefa é compreender a grandeza do seu pensamento para a época e a oportunidade que o Brasil perdeu com a derrota de suas ideias.

3.3.2 Desenvolvimento das capacidades políticas e econômicas

O diagnóstico de Guerreiro Ramos sobre a economia brasileira apontava para o fato dela já ser dotada da soma de possibilidades e recursos que, se racionalmente combinados, contribuiriam para com a promoção do nosso desenvolvimento, assim como esclareceria em que medida estaria sendo magnificada a importância da ajuda externa. Ao partir desse pressuposto, apresentou o seguinte enunciado:

A partir de certo nível de capacidade política, o problema de formação de capitais se converte numa questão de transformar a poupança virtual existente na coletividade em poupança efetiva ou real. A capacidade política cria capacidade econômica (Ramos, 1960, p. 208, grifos do autor).

A despeito da importância significativa dos capitais “sob sua forma física” (dinheiro e bens de produção), tais recursos são menos decisivos do que os economistas escolásticos imaginam quando se trata de regiões subdesenvolvidas. Assim, era necessário distinguir, de acordo com o autor, capital de capacidade econômica. O economista que não pratica a redução se impressiona demasiadamente com as formas físicas do capital, quer dizer, com o produto da capacidade econômica efetiva e, frequentemente, exclui de suas cogitações a matriz dos capitais: a capacidade econômica potencial. Todavia, esta última corresponde à verdadeira mina de recursos para a programação dinâmica, pois a capacidade econômica de um povo nunca se encontra inteiramente utilizada, de tal modo que o programador pode divisar um conjunto de possibilidades a explorar se observar atentamente a capacidade econômica potencial. Se

mobilizada racionalmente, ela pode se transformar em capitais físicos, motivo pelo qual Guerreiro afirmava que **“nenhuma sociedade se apresenta problemas de desenvolvimento que não possa resolver com o pleno emprego racional dos seus recursos”** (Ramos, 1960, p. 208, grifos do autor).

Este era o verdadeiro axioma sociológico cuja evidência seria tanto maior quanto se esclarecesse que o nível em que a sociedade pode resolver seus problemas de desenvolvimento não é ideal, mas histórico-concreto. Uma fase superior está necessariamente incubada em qualquer sociedade, de tal maneira que a passagem desta para aquela, segundo o autor, depende da transformação do virtual em real, e pode ser operada por meio de ensaios e erros (inconscientemente), por decisão organizativa de minorias dominantes (restritamente consciente), ou socialmente deliberada e administrada, isto é, quando as massas sob liderança de quadros representativos de suas aspirações assumem função empresarial no processo (consciência crítica da organização político-social). Essa transformação da capacidade econômica potencial em capacidade econômica efetiva, do virtual em real, como caminho radical para o projetamento remete à conhecida reflexão de Marx sobre as condições históricas das transformações: “Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir” (Marx, 2008, p. 48).

O aumento do nível científico e tecnológico de que uma sociedade precisa para atingir suas metas pode efetivamente ser induzido pela programação dinâmica mediante a organização político-social. De acordo com Guerreiro, os avanços materiais (ciência e tecnologia) logrados por certos povos em curto prazo – e que no passado, levavam séculos – ocorreram muito mais devido ao modo no qual se organizaram socialmente do que pelo acúmulo de recursos em si. Nesse sentido, o sociólogo foi categórico ao sublinhar que era por falta de organização social adequada que se encontrava ocioso no Brasil elevado quantum de *know-how*, tecnologia e ciência, pois os problemas econômicos, ao fim e ao cabo, são problemas sociológicos ou de organização político-social da capacidade humana. Uma vez mais, o autor fez menção às experiências socialistas para elucidar a relação entre sociologia, programação econômica e organização político-social:

Com pertinente sociologia aplicada, qualquer sociedade pode obter o repertório tecnológico e científico de que carece. **Não é preciso ser socialista para se enxergar todo sentido teórico das experiências que estão hoje realizando algumas das chamadas democracias populares.** As revoluções burguesas da Europa no século XIX e os regimes delas resultantes instigaram a elaboração de teorias sobre a

organização social de que a sociologia é um episódio. Aqueles experimentos demonstraram que o social está sujeito a controle, que o homem pode exercer uma função ordenadora do social. **As experiências socialistas de nosso tempo rasgam novos horizontes para a teoria sociológica** e denotam que o controle social mudou de natureza (Ramos, 1960, p. 209-210, grifos nossos).

Durante um largo período, a sociologia se restringiu a descrever o controle social, a considerá-lo em ato, disse o sociólogo. O que seu tempo histórico evidenciava – em particular a partir da experiência do mundo socialista – era a aquisição de uma consciência sistemática do controle social em hábito, quer dizer, o controle dos controles sociais em que consistia a “nova teoria sociológica militante e organizadora da sociedade” (Ramos, 1960, p. 210). À luz dessa nova teoria sociológica compreenderíamos a verdadeira natureza da ciência que, ao contrário de um mero corpo de conceitos, só se realiza quando se converte em modo global de conduta humana. Guerreiro Ramos estava convencido de que a perspectiva do mundo contemporâneo havia descoberto a possibilidade da ciência se tornar a força geradora da convivência humana ordinária. Essa compreensão da ciência habilitaria a quem dela fizesse uso a enxergar como a maioria das nações, em especial as periféricas, têm um estatuto existencial abaixo de suas potencialidades. Contudo, não bastaria descobri-las ou proclamá-las para que se efetivassem, seria necessário que a coletividade fosse despertada politicamente para exercitar sua capacidade econômica: a capacidade política gera a capacidade econômica.

É pertinente assinalarmos esse modo no qual Guerreiro experimentou sua sociologia da *práxis* para pensar a planificação da economia nos termos de um projeto nacional de desenvolvimento, assim como no avanço da própria teoria sociológica a partir do contexto histórico-social do pré-64. A começar pela constatação de que a novidade radical do ponto de vista teórico e organizativo estava vindo das repúblicas socialistas. Não estava em jogo para o sociólogo a defesa ideológica do socialismo em si mesmo, mas a análise concreta da situação concreta, ou seja, entender a realidade através das suas determinações e movimentos reais. É imperativo da redução sociológica conhecer os objetos e também a necessidade social de uma comunidade que tem de servir-se da experiência de outras comunidades para realizar seu projeto de existência histórica (Ramos, 1965). Assim, submeter as repúblicas populares à análise e evidenciar o que de melhor estavam produzindo no que se referia ao progresso da humanidade era tarefa de um intelectual público partidário do engajamento sistemático. Por esse prisma, mobilizou as categorias “ciência em ato” e “ciência em hábito” para interpretar os novos contornos teóricos sobre o controle social e o tensionamento dos paradigmas da organização e desenvolvimento econômico-social colocados em marcha no mundo socialista. Era enquanto

brasileiro, terceiro-mundista e sociólogo que Guerreiro Ramos interpelava as experiências socialistas de sua época, sensível ao pulsar de seu povo e de suas demandas concretas.

3.4 VANGUARDA NACIONAL E POPULAR

Assumir o ponto de vista brasileiro, corrigir estudos e/ou diagnósticos sobre a realidade nacional não garantiria, todavia, o encaminhamento das soluções dos problemas concretos do país. Guerreiro tinha noção de que a validade objetiva dos diagnósticos não era requisito único e suficiente para torná-los operativos – ao considerar a fase de transição na qual o Brasil se encontrava, o autor enfatizava que as análises conjunturais e os procedimentos normativos, ainda que válidos, só lograriam adquirir eficácia se sustentados por forças políticas que lhes correspondessem. Por esse viés, foi cirúrgico na sua proposta organizativa:

Segundo famoso dramaturgo, **não basta dizer a verdade, é preciso descobrir aqueles nas mãos de quem ela se torna arma eficaz.** Enquanto o país não encontra a sua **equação político-partidária**, quem são aqueles que poderiam exigir seja reorientada a programação no Brasil e, ademais, coartar qualquer tentativa de promover a perda de confiança do país em sua capacidade, pelo pânico econômico e financeiro? Em resposta, diríamos: tais são o Congresso, notadamente a nova Câmara de Deputados, eleita a 3 de outubro; as Forças Armadas, pela sua vanguarda mais atuante; os quadros técnicos do serviço público e, em especial, da administração econômica e financeira; os setores do mundo dos negócios que mais sofrem as pressões antinacionais; as associações de trabalhadores (Ramos, 1960, p. 213-214, grifos nossos).

Observemos melhor o enunciado de Guerreiro: não basta dizer a verdade, é necessário deter os meios para torná-la eficaz, isto é, demanda o domínio do que Althusser (1985) chamou de aparelhos ideológicos. Pouco ou nada adiantaria, pelo raciocínio do sociólogo, possuímos um brilhante diagnóstico da realidade social se, ao mesmo tempo, não tivéssemos aparelhos para que nossas ideias pudessem circular e atingir as pessoas com potencial para construir um projeto de país de caráter popular. A atenção dada pelo autor aos grupos de pressão e correntes de opinião popular (tema abordado no capítulo subsequente) já indicava sua visão quanto às formas de reprodução e mobilização ideológica das massas. E podemos ir adiante a partir dessa reflexão: quem detém os aparelhos ideológicos sequer necessita de um compromisso com a verdade, é suficiente investir na propaganda e no desejo das pessoas – a ideia pode até não resistir a um exame rigoroso, mas será amplificada num nível que a verossimilhança se torna irrelevante, o “falso socialmente necessário” (Lessa, 2020) de que falava Lukács.

Não obstante, nosso autor estava ciente de que para colocar em marcha a programação à luz da consciência crítica era indispensável a organização de um partido político que equacionasse tal aspiração. Na ausência desse partido, a vanguarda popular – composta pelos quadros técnicos do serviço público, parlamentares nacionalistas do Congresso, forças armadas, setores da burguesia nacional e da pequena burguesia, sindicatos e movimentos sociais – deveria se engajar na consecução do projeto nacional de desenvolvimento. No entanto, é lícito destacarmos que essa vanguarda delineada por Guerreiro não deixaria de existir na medida em que um ou mais partidos políticos orientados programaticamente à revolução brasileira se consolidassem. O sociólogo trabalhava com a noção mais ampla de vanguarda popular que, no caso brasileiro, antecedia a organização partidária da revolução e contemplava representantes do bloco de poder e dos aparelhos ideológicos de Estado em articulação permanente com seu povo (substrato da programação econômica), conforme escreveu na coluna de título homônimo no jornal *O Semanário*:

Preliminarmente deve ser sublinhado que vanguarda, como rezam os dicionários, significa: dianteira, frente, primeira linha de um exército, de uma esquadra, etc., em ordem de batalha ou marcha. Do ponto de vista qualitativo não há, portanto, diferença de natureza entre a vanguarda e a retaguarda. A vanguarda do povo não é constituída de elementos estranhos ao povo, mas por este formada e educada. O povo se educa a si mesmo na prática e exprime as suas aspirações e ideias por intermédio de sua vanguarda. Por definição, **uma vanguarda não pode dar ao povo atributos que ele já não possua. A vanguarda do povo não é uma corporação aristocrática. Compõe-se da mesma argila de que é feito o cidadão comum.** Do ponto de vista quantitativo, a vanguarda do povo se compõe majoritariamente de trabalhadores, por motivos óbvios. **Mas não é constituída exclusivamente de trabalhadores.** Dela participam elementos oriundos de todas as outras classes e categorias (Ramos, 1959b, p. 4, grifos nossos).

A partir de um breve exame dessas categorias que constituem a vanguarda, o Congresso, por delegação direta do povo, segundo Guerreiro, deveria estar apto a conduzir-se diante do Executivo com expressiva independência, se posicionando no que dissesse respeito às decisões essenciais do governo, não permitindo que tais decisões fossem encaminhadas exclusivamente em repartições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o Banco do Brasil, a Superintendência da Moeda e do Crédito, o Gabinete do Ministro da Fazenda. Mediante a faculdade de requerer informações, convocar autoridades e constituir comissões de inquérito, a Câmara dos Deputados, conforme o exemplo do autor, poderia imprimir um sentido mais funcional à programação brasileira. As forças armadas, como bem já evidenciamos, estaria incumbida de maneira relevante no delineamento da estratégia nacional, de modo que órgãos como o Conselho Nacional de Segurança teriam funções de planejamento econômico. Os

técnicos do governo, cuja força não é desprezível, defenderiam a comunidade contra os efeitos da má programação, caso tivessem maior preparo ideológico. Por isso, o sociólogo abraçava e incentivava a crescente ideologização do trabalho técnico, sobretudo nos órgãos de administração econômica e financeira. Quanto aos setores empresariais (especialmente as frações da burguesia industrial) e à classe trabalhadora (proletariado urbano majoritariamente, mas não apenas), a despeito de suas contradições internas, eram setores decisivos para o processo econômico nacional. Caberia, assim, aos industriais levar sua influência aos centros decisórios do governo de forma institucional organizada, exercendo a efetiva parcela de comando que lhes cabia direito junto à programação ao invés de alimentar reivindicações contra a intervenção do Estado na economia. Já os trabalhadores, em processo de compreender suas lutas para além da reivindicação salarial, isto é, pensando em termos de projeto e não apenas reduzindo suas aspirações às questões imediatas, careciam de melhor assistência técnica em suas associações para que fosse desenvolvida a ação que lhes competia nos órgãos estatais de política econômica e financeira. Em outras palavras, Guerreiro percebia um déficit na mediação entre as organizações operárias e as instâncias de poder no âmbito do Estado.

Em vista disso, a combinação racional dos fatores de produção necessária ao desenvolvimento brasileiro só poderia ser levada a cabo, conforme o autor, por meio de condições políticas mínimas a serem garantidas por uma organização partidária plenamente representativa. A plena representatividade do aparelho partidário se concretizaria quando nossas instituições político-partidárias funcionassem não do ponto de vista jurídico-formal, mas enquanto instrumento de luta da comunidade que aspira tornar-se sujeito do acontecer histórico-social, um requisito indispensável do desenvolvimento. Perante um bloqueio do fluxo de pressões da base da vida comunitária às esferas governamentais, o exercício do poder permanecerá sujeito às intervenções de grupos de pressão, cúpulas e agências pouco representativas e inclusive de interesses particulares privilegiados. A representação legítima é ingrediente da organização do poder nacional, da segurança nacional, do exercício da soberania imprescindível ao êxito do projeto de desenvolvimento brasileiro. E a noção de representatividade advogada pelo sociólogo não se esgota na delegação de tarefas aos políticos profissionais através do pleito eleitoral, mas da participação das massas mediante a convocação efetuada pela sua vanguarda:

Medidas econômicas necessárias para garantir razoável capitalização no país, tais como, entre outras, punição pelos tributos de atividades e práticas prejudiciais, facilidades de crédito às iniciativas pioneiras e produtivas, controle de câmbio e exploração dos aspectos positivos da inflação não podem ser levadas conseqüentemente a termo senão por governos fortalecidos por ampla adesão política

das massas. **Sem a convocação das massas, os governos ficam expostos aos grupos de pressão e deles prisioneiros e, assim, impossibilitados de executar diretrizes e programas avançados.** Um estilo de vida pública fundado na consciência política do povo é, por si só, fator de criação de riquezas, pois, sob a sua égide, torna-se possível garantir a vigência de sistemas de prêmios e castigos que, ao mesmo tempo que estimulam a imaginação para a descoberta e o emprego de processos de trabalho de alta produtividade, desencorajam as práticas danosas e antieconômicas, tornando descompensadora para quem a elas recorre (Ramos, 1960, p. 218-219, grifos nossos).

Sem embargo, a idoneidade ideológica da organização político-partidária e das instituições públicas em geral não deveria se valer apenas como dispositivo de força, mas fundamentalmente ser vista em seu valor largamente pedagógico. Para Guerreiro, a própria formação dos quadros dirigentes e técnicos da vanguarda popular depende da organização da comunidade nacional para comandar o processo, diretamente ou por delegação. Por esse ângulo, “Uma comunidade em ação ideológica, ao mesmo tempo que se educa, também educa os seus quadros, liberando-os da domesticação intelectual a que ordinariamente ficam expostos quando confinados ou isolados das influências coletivas” (Ramos, 1960, p. 219). Portanto, estava fora de cogitação qualquer possibilidade de mudança social sem a convocação das massas para decidir sobre as grandes questões nacionais, isto é, não cabia mais a mera circulação das elites que deliberam sobre os destinos do país por meio de acordos firmados em gabinetes. A programação do desenvolvimento brasileiro não seria obra da cabeça de um intelectual, tampouco se estabeleceria de uma vez por todas: consistiria num projeto de contínua retificação, submetido ao balizamento ideológico e à discussão coletiva. Porém, é válido questionarmos como essa mediação entre o povo e a sua vanguarda aconteceria em termos rigorosamente democráticos, sem reproduzir uma visão “de cima para baixo”, ainda que com as melhores intenções. A sociologia, por si só, não chegaria ao povo sem mecanismos que a colocassem em circulação, tanto que Guerreiro fez a crítica e a autocrítica no que se referia à sociologia de gabinete. Se o ISEB, na perspectiva do sociólogo, havia cumprido até certo ponto a tarefa de produção e divulgação científica para fins da construção de um projeto nacional de desenvolvimento, a crise política que marcou a transição de Juscelino Kubitschek para Jânio Quadros na presidência da República determinou a urgência de se pensar, por meio da redução sociológica, a forma partido enquanto instrumento organizativo e mediador entre a vanguarda e as massas, além de outros elementos inerentes à mobilização popular conforme a história e a conjuntura brasileira que se apresentava.

4 A CRISE DO PODER NO BRASIL: SOCIOLOGIA SOB O SIGNO DA REVOLUÇÃO

A despeito do pré-64 ter sido um período breve do ponto de vista historiográfico (6 anos, conforme a nossa delimitação), Guerreiro Ramos se empenhou de escrever vários livros nesse curto espaço de tempo, cujo fio condutor é a sociologia da organização dos povos. Se o autor sentiu a necessidade de publicar diferentes obras em sequência para tratar fundamentalmente da mesma problemática, a saber, a relação entre sociologia e revolução, entendemos que as circunstâncias estavam mudando de maneira acelerada no país, corroborando com a máxima de que há décadas em que nada acontece e há semanas em que acontecem décadas. Imerso no turbilhão da conjuntura em ritmo intenso, o sociólogo apresentou mais um trabalho ao público brasileiro. Com edição única publicada em 1961, *A crise do poder: problemas da revolução nacional brasileira*, constituía, assim como a *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* (1954), *A Redução Sociológica* (1958/1965) e o *Problema Nacional do Brasil* (1960) aquilo que o autor denominou de “momentos de uma teoria da sociedade brasileira” (Ramos, 1961a, p. 18), cuja apresentação numa obra especial ficou pendente devido aos acontecimentos que se sucederam no país e na vida do sociólogo. Convicto de que as condições objetivas da revolução brasileira estavam dadas, Guerreiro se empenhou em tratar das condições subjetivas neste estudo, pois sua avaliação era de que um momento de aguda fermentação revolucionária surgiria no quinquênio do presidente Jânio Quadros e, portanto, seria necessária a organização de quadros capazes de merecer esse momento histórico.

Por este viés, as reflexões reunidas na obra abordaram a relação da crise de poder e o governo Jânio Quadros desde interpretações do próprio resultado das urnas – compreender como o povo votou naquele pleito e as implicações da votação para fins de organizar a vanguarda popular – até os problemas de representatividade e organização político-partidária. Tal exame levou o autor a discutir historicamente a forma partido, a formação de quadros, as tarefas da esquerda brasileira, o papel da *intelligentsia*, entre outros. Ao levar adiante o engajamento sistemático e a prática da redução sociológica, Guerreiro deixara explícito no prefácio que este livro aspirava à revolução nacional brasileira e os próprios termos de tal empreendimento político:

O modelo da revolução brasileira será necessariamente inédito. Foge assim a domesticações à distância. Não será soviético. Não será chinês. Não será cubano. Em toda sua História, o Brasil tem sido original na América e no mundo. Eis por que o quadro da revolução nacional brasileira será necessariamente independente em relação a qualquer espécie de Internacional (Ramos, 1961a, p. 17).

Assim, estava em jogo o emprego da razão sociológica para dar sentido ao projeto nacional e democrático defendido por Guerreiro: a revolução brasileira, em outras palavras. Suas conjecturas a respeito desse desafio histórico evidenciam a *práxis* política de um sociólogo inserido na militância partidária, cujas teses e análises não foram fruto de especulações de gabinete e, em certa medida, exprimiam as aspirações populares e das forças democráticas em luta naquele período.

4.1 DAS URNAS À BASE: REDEFINIR A ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, o Brasil assistia através do sufrágio o exercício do poder aos reclamos de uma nova estrutura social, isto é, segundo o sociólogo, as vitórias eleitorais de Getúlio Vargas (1950), Juscelino Kubitschek (1955) e Jânio Quadros (1960) indicavam o advento do povo como entidade política apta ao exercício dirigente. Ao contrário do período da República Velha no qual os candidatos da situação eram invariavelmente eleitos, as vitórias de Vargas e Juscelino atentavam para a expressiva identificação das massas com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD), o que significava, do ponto de vista institucional, a delegação das demandas populares a essas organizações partidárias. Sem embargo, a eleição de Jânio Quadros apontava para outra direção, contrária às anteriores, diga-se de passagem. Na avaliação de Guerreiro, a vitória de Jânio evidenciava, de modo geral, a crise da estrutura partidária brasileira: desajustada à realidade nacional, a crise de representatividade das instituições político-partidárias foi seguida de uma crise de poder a partir da posse de Quadros na presidência da república.

Para compreender as razões das crises, o autor destacou, primeiramente, o fato de Jânio Quadros ter sido candidato de oposição ao governo e, portanto, sem apoio oficial do PTB ou do PSD, agremiações que, se tivessem mantido o alinhamento com as massas, teriam sido capazes de eleger o presidente da república em 1960, conforme havia ocorrido em 1950 e 1955. Nesse sentido, uma das conclusões de Guerreiro sobre a relação entre os eleitores e o comando partidário foi que “em 1960, *significativa parcela do eleitorado não votou partidariamente, mas segundo a sua própria decisão*” (Ramos, 1961a, p. 35, grifos do autor). Ao considerar que Jânio não era um político de vinculações partidárias consistentes e, a despeito de ter recebido apoio da UDN, jamais pertencera a essa organização, o sociólogo sinalizou o problema da indiferenciação partidária inerente à eleição de um *outsider*. A aposta da maioria dos eleitores num candidato de escasso compromisso partidário levou nosso autor a uma segunda conclusão:

“a diluição do significado social dos grandes partidos” (Ramos, 1961a, p. 36, grifos do autor). Enquanto o PTB e o PSD haviam lançado a candidatura do Marechal Lott após uma série de divergências internas, e setores da UDN nutriam resistências em apoiar Jânio Quadros por considerá-lo estranho às suas fileiras, a figura de Jânio emergiu à revelia das principais organizações partidárias do Brasil na época, de tal modo que a terceira conclusão de Guerreiro foi: “os nossos três grandes partidos já não controlam mais a situação política do país” (Ramos, 1961a, p. 36, grifos do autor).

Assim, a vitória eleitoral de Jânio Quadros com a generosa margem de cerca de dois milhões de votos⁵² em relação ao principal adversário, de acordo com o sociólogo, lhe conferia considerável direito a decisões próprias no exercício do poder, levando à quarta conclusão: “as proporções da vitória eleitoral do Sr. Jânio Quadros lhe conferiram considerável ‘quantum’ de poder específico em relação às forças que lançaram sua candidatura” (Ramos, 1961a, p. 36, grifos do autor). À vista disso, se configurava a dupla crise (de representatividade partidária e de poder) cuja expressão mais imediata assinalada por Guerreiro foi a possibilidade de uma aventura bonapartista conduzida por Quadros na medida em que obteve como saldo das eleições um cenário no qual os grandes partidos perdiam força, fator que favorecia o presidente a governar se colocando acima da sociedade política. Por bonapartismo, seu entendimento operava nos seguintes termos:

Tecnicamente, quando um Governo se põe *acima* da sociedade política, considerando-se livre de vinculações partidárias, verifica-se o quadro do bonapartismo. O bonapartismo suspende a força política das classes sociais e as transforma por assim dizer em suplicantes diante do Estado. Então o povo, partidariamente desorganizado, passa a ser aparente sustentáculo do poder. O chefe bonapartista, por cima das classes, por cima dos partidos, busca apoio direto do povo. Não há dúvida de que são evidentes os traços de bonapartismo na conduta do Presidente Jânio Quadros, em seu período inicial (Ramos, 1961a, p. 37, grifo do autor).

Apesar das inclinações bonapartistas da gestão de Jânio Quadros, tal fenômeno poderia tornar-se passageiro, a depender da capacidade dos diferentes grupos e categorias sociais na defesa dos seus interesses, apontava o autor. Diante da perda de representatividade dos aparelhos partidários, desarticulados das correntes de opinião e categorias sociais, desacreditados perante o público, viciados no jogo de vantagens sem verdadeiro alcance social,

⁵² No pleito de 1960, do eleitorado de 15.527.951 milhões, compareceram às urnas 12.586.354 milhões (81,06%). Jânio Quadros recebeu 5.636.623 milhões de votos (48,26%), Henrique Lott, 3.846.825 milhões (32,94%), e Adhemar de Barros, 2.195.709 milhões (18,80%). A população brasileira era de 74,31 milhões de pessoas. Para mais informações sobre a eleição presidencial de 1960, consultar: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMWNiMzI4NmYtNmYwOS00YjQ0LTk2NTAtYjRmYmIxMTQ5NDZhIiwidCI6ImFiNzcyYzYzLWVhMzgtNGIxZS1iZWY3LTdiNjBIZDhhY2RmMSJ9>. Acesso em: 21 maio 2023.

as organizações partidárias não conseguiram dar sentido à radicalidade da consciência crítica em curso no que se referia à dimensão institucional, conforme nos pleitos anteriores, já citados. Por essa razão, Guerreiro sublinhava estar na ordem do dia a tarefa da reorganização político-partidária para fins de traduzir em termos institucionais as linhas de força da opinião eleitoral. Contudo, observava que não bastaria qualquer tipo de reforma das agremiações, tampouco a criação de novos partidos por meio da fusão de partidos já existentes, pois era necessário discutir o problema da organização partidária nos seus devidos termos: a questão do número de partidos, seus programas e estatutos se afiguraria secundária enquanto não se admitisse que o essencial era a modificação dos métodos de trabalho partidário.

Segundo o autor, significaria pouco avanço se tais reformas não implicassem novos métodos mediante os quais os partidos pudessem exprimir adequadamente os distintos projetos das camadas sociais do país e, dessa forma, estarem aptos à condução dos acontecimentos com um mínimo de previsibilidade. A rebelião do eleitorado nos últimos pleitos não deveria ser traduzida como uma espécie de retorno às influências de “compadrismo” ou mero fascínio pessoal pelos candidatos, pois a demanda por participação popular, o pensar em termos de projeto enquanto aspiração intrínseca ao povo já havia alçado nossa população à consciência crítica cada vez mais sob a mediação de ideias, concepções e programas das organizações político-partidárias. Isto posto, a crise de representatividade não poderia ser explicada pela ausência do povo (empresário do desenvolvimento nacional), mas, fundamentalmente, pela inadequação dos institutos partidários à realidade econômica e social do país. Por conseguinte, a aposta do nosso sociólogo para melhor ajustar os grandes partidos à nova psicologia popular era menos reagrupá-los em outras agremiações do que torná-los idôneos com o projeto ideológico de seus filiados e simpatizantes:

Os três grandes partidos PSD, PTB e UDN, representando respectivamente os remanescentes da antiga classe dominante, as categorias sociais beneficiárias do desenvolvimento econômico e a classe média em seu sentido tradicional, ainda podem voltar a ter o controle decisivo do eleitorado e das correntes de opinião, se forem internamente reformados, adotando processos de trabalho político que, pela sua consistência, os articulem efetivamente às camadas sociais que lhes correspondem. Eis por que a luta interna se afigura remédio eficaz para debelar a crise que os acomete. Sob a forma de renovações, a luta interna já surgiu naqueles partidos e, na medida em que os leve à **autocrítica**, à prática da **democracia interna** e do estreitamento de suas relações com os seus adeptos, hão de vivificar (Ramos, 1961a, p. 44-45, grifos nossos).

Guerreiro Ramos percebia as disputas no interior dos partidos como algo salutar para a devida reorganização dessas entidades. Todavia, alertou sobre a possibilidade de os círculos dissidentes acabarem adquirindo existência estatutária própria e independente, caso os núcleos

dirigentes das agremiações optassem por se encastelar em cediças posições de confinamento. É lícito lembrarmos que o sociólogo era um intelectual organizado partidariamente, membro do diretório nacional do PTB e, portanto, orientava sua crítica “desde dentro”⁵³, à luz dessa experiência militante. No capítulo anterior, já havia sido enfatizada a importância da forma partido, não obstante, podemos interpretar agora que não se tratava da criação de um partido único de vanguarda, responsável pelo programa de desenvolvimento nacional e democrático, mas da reforma dos partidos já existentes que possuíam expressão eleitoral e inserção nas classes/frações de classe decisivas para a organização do projeto nacional em questão. Dito de outra maneira, Guerreiro estava exercendo a crítica aos principais partidos, incluindo a sua própria agremiação (uma autocrítica, nesse caso) para que assumissem de modo consequente a direção das transformações sociais das quais o Brasil estava grávido.

Não podemos deixar de observar, entretanto, a ausência do PCB na relação dos principais partidos políticos listados pelo autor enquanto responsáveis pela organização popular. Guerreiro será mais incisivo nas ponderações sobre o Partidão em outros momentos da sua obra, como no livro *Mito e verdade da revolução brasileira* ([1963]2016), mas, por ora, podemos inferir alguns aspectos que podem dizer algo sobre a posição do sociólogo em não ter elencado o PCB: o partido estava na ilegalidade, portanto, organizava a classe trabalhadora na clandestinidade, impedido de adentrar ao universo institucional com independência; a linha política do Partidão e sua interpretação da realidade brasileira era considerada demasiada tributária do figurino soviético, de acordo com o autor, carecendo de um processo de nacionalização radical, ou seja, faltava à então maior organização comunista do Brasil praticar o método redutor, postura verificada em PC’s como da China e Iugoslávia.

Embora esses elementos fossem legítimos e fomentassem um debate necessário no campo da esquerda brasileira naquele contexto e ainda hoje, acreditamos ter sido um equívoco tático da formulação de Guerreiro Ramos o isolamento do PCB na constituição da vanguarda nacional e popular, pois, mesmo com todas as críticas necessárias à organização, o partido era uma das forças mais expressivas junto à classe trabalhadora, com influência no âmbito sindical, da cultura, na luta antirracista, etc. Ademais, desde 1958 com a Declaração de Março, o PCB reconfigurava a sua estratégia democrático-nacional, vinculando a conquista do socialismo à ampliação dos espaços democrático-burgueses – primazia da contradição entre nação e imperialismo, seguida da contradição entre forças produtivas em desenvolvimento e relações de produção semifeudais; aposta numa burguesia “nacional”; renúncia à luta armada e adoção

⁵³ Referência ao texto do autor intitulado “O negro desde dentro”, publicado na terceira parte da *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1957).

do caminho pacífico e eleitoral –, horizonte bastante similar ao delineado pelo sociólogo trabalhista, até mesmo em relação ao antagonismo burguesia *versus* proletariado, visto que, a despeito de reconhecerem as diversas expressões da luta de classes, ambos não pautavam uma solução radical a essa contradição naquela etapa histórica, de modo que o desenvolvimento capitalista autônomo comportaria os interesses do povo na sua totalidade.

Se a saída para a crise de representatividade político-partidária passava pela luta no interior das agremiações por meio da prática da democracia interna e exercício da autocrítica, o PCB não ficou alheio a esse processo, seja devido ao momento de “desestalinização” que estava em voga, conforme bem sabia o nosso autor, seja pela efervescência política própria do pré-64 – basta lembrarmos do racha mais conhecido, a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 1962. De qualquer forma, a chave sugerida por Guerreiro era a reorganização partidária para a consolidação de um trabalho de massa com caráter sistemático e permanente, razão que nos leva a crer na importância da participação dos comunistas na construção da vanguarda nacional, fator que até reforçaria a legitimidade da luta do sociólogo na Câmara de Deputados pela legalização do Partido Comunista Brasileiro.

4.2 TIPOLOGIA DA EVOLUÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

No intuito de oferecer uma interpretação à peculiaridade do momento histórico brasileiro, Guerreiro Ramos optou pela construção de uma tipologia (ao estilo weberiano) para abordar os antecedentes da nova realidade política do país. Se o fato decisivo era a emergência da consciência crítica e a afirmação do povo enquanto empresário do desenvolvimento – circunstância que exigia a hegemonia de determinada forma político-organizativa –, o autor, por meio de “tipos ideais”, “conceitos puros”, distinguiu os principais tipos de política experimentados em nossa história. Tais tipos, advertiu, tendiam a ser sucessivos, embora se apresentassem de maneira simultânea em diversas situações, de tal modo que não deveriam ser tomados rigorosamente como realidades históricas, mas como referências teóricas cuja utilidade seria o aprofundamento da compreensão dos fatos. Os cinco tipos elencados foram: a) a política de clã; b) a política de oligarquia; c) a política populista; d) a política de grupos de pressão; e) a política ideológica.

A política de clã e a política de oligarquia representam modelos organizativos típicos do período colonial à República Velha, havendo apenas uma diferença de grau entre ambos: enquanto a primeira dizia respeito à autoridade territorial do senhor sobre núcleos populacionais fechados e autossuficientes, a segunda ultrapassava o estreito limite local e organizava partidos

políticos (Conservador e Liberal), reconhecendo, em alguma medida, o ponto de vista jurídico abstrato para continuar manejando a coisa pública como coisa privada – “Toda a vida brasileira no Império e na República Velha se baseava no compromisso entre as oligarquias e os poderes constituídos nas Províncias e no Centro” (Ramos, 1961a, p. 51). Sem embargo, para fins do nosso estudo, focaremos nos três últimos tipos de política apresentados.

A política populista, cujas condições de ascensão se referem ao contexto no qual o espírito público esclarecido e a opinião se fazem respeitar, não apela para o parentesco em suas várias formas, para a dependência residencial e/ou para a lealdade. O chefe político é um delegado de interesses e, uma vez no poder, segundo Guerreiro, seus adeptos esperam vantagens para suas categorias sociais – o vínculo entre os liderados e o chefe é a confiança pessoal, ao invés da fidelidade clânica, pois o líder populista é sempre um homem que fez algo pelas categorias sociais de seus adeptos e, por essa razão, as sensibiliza politicamente. Assim, não há propriamente a exigência ideológica na concepção de política populista defendida pelo autor, e sim a expectativa de que o líder no poder assegure benefícios diretos e indiretos ao seu eleitorado. Todavia, é necessário observarmos a superioridade desses eleitores em comparação aos integrantes da política de clãs: eles são sensibilizados por motivos nobres porventura, como admiração, simpatia, ou seja, os traços de um líder carismático, algo distinto da dominação exercida por senhores organizadores de clãs e oligarquias.

A despeito de ter começado a surgir na República Velha, a política populista dominou significativamente o período posterior ao Estado Novo, porque sua vigência, conforme o sociólogo, pressupunha um mínimo de probidade nas eleições, fato que só foi possível no âmbito federal a partir de 1945. Por este viés, a superioridade do populismo em relação à política de clã e oligarquia decorreu de sua infraestrutura peculiar, isto é, das condições materiais pós-Segunda Guerra Mundial, que correspondia a um momento de evolução econômica no qual a industrialização constituía-se em sólido processo, perdendo o caráter ocasional ou marginal. É lícito lembrarmos que o pós-2ª GM foi um período decisivo para a industrialização de muitos países latino-americanos – em especial, para os países de tipo B caracterizados por Vânia Bambirra (2013), que deram início à montagem de seus parques industriais nessa época – e, no caso do Brasil, representou o avanço e consolidação do processo de integração ao capitalismo hegemônico iniciado no final do século XIX. Nesse sentido, a nossa realidade nacional pós Revolução de 1930 e Segunda Grande Guerra havia pavimentado o caminho da política populista no Brasil:

O populismo é uma ideologia pequeno-burguesa que polariza a massa obreira nos períodos iniciais da industrialização, em que as diferentes classes ainda não se configuraram e apenas despontam, de maneira rudimentar. Em tais condições, a debilidade relativa do incipiente sistema produtivo não permite que as categorias dos trabalhadores tomem parte nas lutas políticas em obediência a programas próprios ou diferenciados. Ao contrário, justapõem-se num agregado sincrético, que pode ser considerado como o povo em estado embrionário. Esses contingentes recém-egressos dos campos ainda não dominaram o idioma ideológico. Seu escasso ou nulo enquadramento e treino partidário, sua tímida consciência de direitos, eis o que os torna incapazes de exercer influência pedagógica em seus líderes, os quais por isso mesmo, não precisam de ir além de um libertarismo superficial em suas maneiras e ação (Ramos, 1961a, p. 56-57).

Com suas distintas qualificações, foram expressões do populismo Getúlio Vargas e o varguismo, Jânio Quadros, João Goulart, Ademar de Barros, Tenório Cavalcanti, entre outros. Na visão do autor, as condições em que se formaram esses políticos não lhes permitiram atingir o nível da política ideológica, pois nenhum deles representava coerente concepção militante a serviço de camadas sociais definidas com um mínimo de rigor técnico e prático. A nosso juízo, o populismo surge nas condições socio-históricas apontadas por Guerreiro, mas acrescentaríamos que sua sobrevivência, quer dizer, o fato de ter perdurado e ainda se manifestar em nossos processos políticos, mesmo que de modo residual, evidencia sua adaptação ao desenvolvimento capitalista/revolução burguesa. Dessa forma, a falta de instrumentos teóricos e ideológicos para a leitura política da realidade e formação de líderes/quadros dirigentes também faz parte de uma escolha igualmente ideológica do ponto de vista tático e estratégico, e não somente um reflexo do nosso estágio de desenvolvimento das forças produtivas e configuração das classes sociais – a passagem da *classe em si* para a *classe para si* diz algo sobre a superação da política populista, ou, nos termos do próprio autor, a transição do desenvolvimento reflexo para o autocomandado. Em outras palavras, o populismo tem substrato na realidade concreta, mas também na vontade coletiva dos sujeitos ao fazer política priorizando a construção e afirmação de uma figura carismática em detrimento das questões programáticas que deveriam orientar tal liderança.

Já a política de grupos de pressão é contemporânea de avançada estrutura econômico-social e de períodos em que é ponderável a influência de vastas camadas sociais organizadas e da opinião pública nos negócios do Estado. Atuando junto às autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário, com o objetivo de condicionar as decisões em seu proveito, os grupos de pressão constituem um modo de se arregimentar as pretensões de diferentes círculos: não são os donos do poder como as oligarquias e, assim, reconhecem o fundamento público do poder no qual se dirigem enquanto postulantes. Guerreiro destacou que existia uma tendência a conferir aos grupos de pressão o papel de “força sinistra” voltada a agir nos bastidores das

decisões governamentais. Porém, entendia que essa maneira de ver merecia alguns reparos, uma vez que, nos regimes denominados democráticos, os diversos interesses das camadas e grupos sociais organizados correspondem, em última instância, ao requisito de salvaguarda do interesse geral. Nenhuma reivindicação é atendida, nenhum direito é reconhecido pelo poder público sem pressões sociais em seu favor:

O público de uma sociedade industrial moderna é extremamente heterogêneo e dividido e, por isso, o interesse geral, a menos que não passe de abstração, só pode ser visto na perspectiva de cada situação particular em que se encontra o indivíduo. As pressões e os grupos que em razão delas se formam são inevitáveis. **Condená-los, simplesmente, em nome da moralidade, é escamotear a questão que implicam.** A questão consiste em apreciar se são, ou não, lícitas as pretensões, ou na hipótese positiva, qual a escala em que devem ser atendidas na proporção de seu significado social (Ramos, 1961a, p. 58, grifo nosso).

A despeito da possibilidade de atuarem ilicitamente, como, por exemplo, grupos de pressão organizados a partir de círculos do mundo financeiro de dimensões monopolísticas (controle dos meios de informação – imprensa, rádio, televisão, cinema, atividades eleitorais), o sociólogo considerava a existência de tais grupos “inevitáveis nas sociedades industriais não-unificadas, do ponto-de-vista ideológico, pela ditadura de uma classe” (Ramos, 1961a, p. 59), cabendo à resistência organizada o combate às influências ilícitas de determinados grupos. A impotência da condenação moral de tais grupos remete à discussão que já trouxemos no capítulo anterior a partir desse tema, que é a importância dos aparelhos ideológicos. Do nosso ponto de vista, Guerreiro estava ciente das desvantagens econômicas e financeiras inerentes à organização de grupos de pressão numa sociedade de estratificação burguesa, isto é, as classes dominantes levam vantagem nesse jogo. Todavia, a mobilização das massas exige um grau de organização que passa pela articulação de grupos de pressão e domínio dos aparelhos ideológicos, de tal maneira que não basta condená-los como “grupos sinistros”, mas é necessário instrumentalizá-los a serviço das aspirações populares.

Nesse sentido, quando o autor coloca essa situação como inevitável numa sociedade industrial não unificada ideologicamente, podemos pensar da seguinte forma: primeiro, que o capitalismo pode ser concebido como a ditadura do capital (diferente da concepção mais conhecida de ditadura da burguesia), aspecto que coloca em movimento as diferentes frações da classe burguesa de acordo com seus interesses. Assim, apesar de vivermos numa sociabilidade ideologicamente unificada pelo capital, a forma política estatal não se identifica rigorosamente com nenhuma das classes, grupos ou indivíduos, pois se constitui enquanto um aparato terceiro, separado de todas as classes para garantir a reprodução do capital – mercadoria, propriedade privada e os vínculos jurídicos de exploração que promovem a junção entre capital

e trabalho (Mascaro, 2013). Por esse prisma, a existência dos grupos de pressão é própria de uma sociedade na qual diversos segmentos procuram tomar partido na condução e administração da ordem vigente, inclusive para criar as condições de superá-la. Em segundo lugar, se o raciocínio de Guerreiro Ramos projeta a obsolescência dos grupos de pressão através de uma sociedade ideologicamente coesa pela ditadura de uma classe, o único horizonte para tal configuração social é a transição socialista – formação econômico-social em que o proletariado se torna classe dominante, lançando mão das instituições criadas pela burguesia a favor dos trabalhadores na medida em que as mesmas possam definhar e pavimentar a via para um modo de produção superior: o comunismo. No socialismo ainda haverá burguesia, propriedade privada e Estado, assim como os grupos de pressão, mas não serão dominantes numa sociabilidade unificada e organizada sob a racionalidade da classe trabalhadora, e tenderão a caducarem conforme o desenvolvimento do poder popular e da consciência anticapitalista.

A atmosfera propícia para a progressão de grupos de pressão, enfatizou o sociólogo, diz respeito às sociedades nas quais a política ideológica tem função residual, motivo pelo qual tanto o governo Kubitschek quanto a gestão de Jânio Quadros tiveram de recorrer ao apoio desses grupos, cujos interesses contraditórios refletiram nas marchas e contramarchas de cada administração. No caso de Quadros, a crise da estrutura político-partidária operou como agravante para que o presidente buscasse apoio em grupos de pressão. Os exemplos listados por Guerreiro de organizações que atuavam como grupos de pressão foram: as Associações Comerciais, a Sociedade Rural Brasileira, o Conselho das Classes Produtoras (CONCLAP), o Clero, o Clube Militar, a Associação dos Servidores Cívicos da União, assim como Sindicatos, Federações, Confederações e entidades de múltipla denominação. Poderíamos acrescentar que os chamados *think tanks* também atuam como grupos de pressão, a exemplo do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), ambos de orientação anticomunista e responsáveis pela implementação do golpe civil-militar de 1964; o próprio ISEB e a Fundação Getúlio Vargas (considerada atualmente o melhor *think tank* da América Latina⁵⁴); o Instituto Mises Brasil (IMB), entre outros.

A política ideológica, por fim, era a exigência fundamental da fase brasileira vivida por Guerreiro Ramos, em que as diferentes classes sociais se achavam constituídas. Tratava-se, segundo o autor, de uma política exercida do ponto de vista sistemático, de classes ou categorias sociais, pressupondo o povo eleitoralmente livre e cuja adesão dos eleitores teria de ser

⁵⁴ Sobre a posição da FGV nos rankings continental e mundial, ver: <https://portal.fgv.br/noticias/fgv-e-eleita-3o-think-tank-mais-importante-mundo>. Acesso em: 29 ago. 2022.

conquistada pela representatividade dos candidatos e partidos. A crise das estruturas político-partidárias resultava do fato de que tais organizações continuavam em grande escala viciadas pelas obsoletas práticas populistas e oligárquicas, passando ao largo da mudança qualitativa na psicologia coletiva do eleitorado desde, pelo menos, a eleição presidencial de Vargas em 1950⁵⁵: “Este se orienta cada vez mais por critérios ideológicos e, assim, perdeu o temor reverencial pelos grandes nomes que, em outros tempos, mantinham-se indefinidamente nas posições de mando, graças à docilidade de eleitores cativos” (Ramos, 1961a, p. 60). O eleitorado brasileiro já possuía os atributos subjetivos que configurava o lastro da política ideológica, dividido em grandes agrupamentos, cada qual tendendo a participar das lutas políticas em função do conjunto de seus interesses:

A ideologia é precisamente justificação de interesses. Cada agrupamento é compelido a procurar influenciar o aparelho estatal e mesmo a controlá-lo, proclamando a racionalidade de suas pretensões, a vantagem coletiva do prevalecimento de seu ideário no exercício do poder (Ramos, 1961a, p. 62).

É válido reforçarmos que os cinco conceitos puros/tipos ideais apresentados pelo sociólogo no que concerne à evolução política do Brasil tendem a ser momento sucessivos, embora o surgimento de um tipo de política não signifique necessariamente o desaparecimento dos que lhes são historicamente inferiores – costumam continuar em vigência em determinadas esferas da vida nacional com diferentes graus de intensidade. A despeito da nação brasileira no pré-64 ter experimentado uma maturidade histórica (consciência crítica), ainda era possível verificar, conforme o autor, todos os tipos de política mencionados. A etapa exigia a política ideológica, circunstância que demandava uma vanguarda sensível ao ineditismo da vida brasileira para dar aos problemas daquele momento sem precedentes as soluções próprias e originais que exigiam. E para qualificar a atuação dessa vanguarda nacional e popular, era indispensável mobilizar uma teoria sociológica habilitada ao exame radical da forma partido, com vistas a equacionar a vitalidade crítica da sociologia com as tarefas da revolução brasileira.

⁵⁵ O sociólogo sublinhou que depois da eleição de Eurico Dutra, em 1945, com 52,44% dos votos, nenhum candidato até então se elegera com mais da metade dos votos: Getúlio Vargas obteve 46,36% dos votos em 1950, Juscelino Kubitschek, 33,83% em 1955 e Jânio Quadros, 44,78% em 1960. Esses dados, na interpretação do autor, evidenciavam a motivação ideológica das diversas classes/grupos/categorias no Brasil, o interesse pela solução dos problemas nacionais, ao invés da primazia das pequenas vantagens locais e a aspiração uniforme em torno de certas lideranças.

4.3 REFORMA DAS INSTITUIÇÕES PARTIDÁRIAS: QUESTÃO TEÓRICA E PRÁTICA

A emergência do povo, a eclosão da consciência crítica, consistia no ponto de partida para um esforço de teorização da realidade nacional e reorganização do aparelho institucional do país. Guerreiro compreendia que o pré-64 apresentava uma mutação tão rápida, do ponto de vista político-social, que não se fez acompanhar os reajustamentos necessários institucionalmente – “A equação institucional que remanesce, dado seu obsoletismo, freia o movimento global da sociedade brasileira em direção de seus novos alvos” (Ramos, 1961a, p. 68). A organização, complementava o sociólogo, era questão de primeira ordem no sentido teórico e prático naqueles dias correntes, e a organização partidária, em especial, para se adequar à nova etapa da realidade nacional, deveria funcionar sob o pressuposto da participação no poder dos quadros das diferentes categorias sociais que se constituíram, na proporção da importância objetiva de sua contribuição ao esforço coletivo de criação de riqueza. Dito de outra forma, a velha política de circulação das elites, recurso do qual a classe dominante lançava mão para permanecer exercendo o poder, com escassa abertura aos representantes das camadas inferiores da sociedade (a típica dança das cadeiras que pouco ou em nada alterava o resultado do jogo), tendia a ser substituída por uma política de quadros, cuja racionalidade e organização estariam à altura das reivindicações populares e da construção de um projeto nacional e democrático.

É mister, todavia, entendermos a concepção de elite e de quadro formulada pelo autor, para melhor apreciação de sua proposta analítica e normativa. Quanto à primeira categoria, foi apresentada da seguinte forma:

A elite é um círculo de cúpula, de formação por assim dizer aristocrática, visto que atua na presunção de que os governados não são capazes de exercer funções dirigentes ou políticas. Pelo seu preparo, pelos seus atributos essenciais, a elite se propõe missão tutelar. Não é correto apreciar o fenômeno da elite de modo romântico. Acontece, de fato, que, nas sociedades ou nos períodos em que a maioria das pessoas, dada a natureza rudimentar de suas ocupações e ao seu estilo de vida, carecem de consciência pública, não há como evitar o privilegiado exercício do poder político (Ramos, 1961a, p. 69).

A despeito da missão tutelar determinada verticalmente, traço essencial da noção de elite em questão, o sociólogo chama a atenção para que se evite apreciações românticas em relação ao fenômeno, quer dizer, a formação de elites não podia ser assimilada como mera expressão do desejo de determinados grupos em exercer o poder. Não é por acaso que uma classe se torna dominante, mas por força de um conjunto de relações objetivas, e só na medida em que essas relações sejam alteradas, outras classes/categorias sociais conseguem integrar a

esfera decisória da sociedade. Pelo menos desde 1822, conforme Guerreiro, em virtude da sua configuração social, o Brasil só foi governado por elites – política de circulação das elites –, fato que não pode ser interpretado de modo negativo por essência, pois, em alguns episódios, as elites nacionais lograram êxito no papel que os acontecimentos lhes reservaram. Quando o Visconde de Uruguai enfrentou a romântica onda do federalismo em seu tempo, a fim de restringir os poderes das províncias e fortalecer o poder central, visto que não existia povo no Brasil e as populações esparsas no território não tinham hábitos políticos capazes de praticar um autogoverno sem colocar em risco a desagregação nacional, eis um exemplo trazido pelo autor para ilustrar a conduta acertada das elites ao longo da nossa história. Em suma, do ponto de vista sociológico, não caberia vociferar ou brigar com a realidade concreta que nos constituiu, mas diagnosticar e transformá-la a partir do método redutor.

No que se refere ao diagnóstico, Guerreiro já constataria a crise de representatividade inerente às organizações político-partidárias, e atestou que a indiferenciação partidária (manifestada nas urnas por meio da eleição de Jânio Quadros) seria incompatível com a fase de uma sociedade heterogênea, de categorias e classes sociais dotadas de idiossincrasias e cujo amorfismo das primeiras etapas já havia sido superado. Tal sociedade demandava uma política de quadros. Por quadro, o sociólogo definia nos respectivos termos:

O quadro é uma formação democrática, visto que ordinariamente se constitui de pessoas cujas qualificações para o exercício de postos e tarefas são reveladas, aprimoradas e testadas no âmbito das agremiações a que pertencem. O quadro não se destina a funções tutelares, mas a servir aos interesses dos que os elegem, escolhem, ou indicam, a cuja crítica e a cujo controle estão permanentemente sujeitos. Quanto mais idoneamente representativo de uma categoria ou classe social é um partido, mais se faz sentir a necessidade de rigor e consistência em suas manifestações, mais em tais condições se tornam imprescindíveis os quadros (Ramos, 1961a, p. 79).

Diferentemente da política de elite, na qual a missão tutelar exige uma obediência compulsória dos governados, no quadro predomina a competência. Contudo, os eventuais atributos extraordinários de um quadro não justificam ou legitimam relações de poder pautadas pela obediência ou qualquer rigidez vertical. Tais atributos podem, porventura, ser reconhecidos e favorecer o sucesso de um quadro, mas, por si sós, não importariam se não estivessem subordinados aos imperativos da coletividade político-partidária. De acordo com Guerreiro Ramos, o quadro é parte da coletividade partidária, dela sai, nela se forma pelo treino e educação, de tal modo que um partido de quadros não é um simplesmente um partido de personalidades notáveis e influentes cujo prestígio serviria de caução ao candidato e para atrair

votos, conforme pensava Maurice Duverger⁵⁶, um dos mais conhecidos tratadistas da sociologia política, na ótica do nosso autor. O termo quadro, assim como tática e estratégia, tem origem na teoria militar e tornou-se típico do linguajar corrente de autores comunistas e socialistas, tendo entre os últimos outro significado. Era dever da sociologia científica, na concepção de Guerreiro, incorporar o termo ao seu arsenal de conceitos sem, todavia, distorcer as suas implicações de origem.

Não foi por outra razão que o sociólogo trouxe a definição de quadro desenvolvida por Liu Shaoqi⁵⁷, ex-presidente da República Popular da China, subsidiando a definição do conceito para pensar os desafios organizativos na política brasileira. À luz de Liu, reiterava-se a noção de que os quadros são parte da massa, oriundos da massa e trabalhadores entre elas, isto é, emergem das lutas das massas ao mesmo tempo em que dirigem essas lutas. Assim, era precisamente em virtude do interesse do sociólogo pelas massas e suas causas que se apresentava a preocupação particular com os quadros, não se tratava de uma valorização dos quadros em si mesmos, afinal, um quadro isolado da massa não tem capacidade de contribuir para com a luta popular. Nesse sentido, tinha ciência de que os partidos de quadros mais consequentes mantêm escolas para formá-los, e concluía que:

Partidos de quadros foram entre nós o Comunista e o Integralista, e não é casual que até agora tenham sido, nos tempos em que funcionaram livremente, os únicos que conseguiram arregimentar expressivos contingentes eleitorais e militantes, e sobre eles exercer um comando firme, sem o qual, nas condições contemporâneas, dificilmente se consegue levar ao centro do poder a vanguarda de camadas sociais situadas na periferia da esfera decisória de uma sociedade (Ramos, 1961a, p. 80).

Guerreiro tinha diversas críticas ao PCB, assim como não emitia nenhum gracejo sequer aos integralistas – no caso desses últimos, a crítica podia contar com a própria experiência breve do autor nas fileiras integralistas durante sua juventude na Bahia. Sem embargo, é interessante notarmos a valorização específica demonstrada pelo sociólogo no que se referia à forma organizativa dessas agremiações. Tal apreciação foi possível conforme os partidos em questão foram submetidos à redução (como uma ideia ou um minério) para que, desembaraçados de seus componentes secundários, pudessem revelar-se essencialmente. E tanto o Partidão quanto a AIB (Ação Integralista Brasileira) são, fundamentalmente, partidos de quadros, de tal maneira que o procedimento crítico-assimilativo do método redutor viabilizava ao nosso autor a prática

⁵⁶ Maurice Duverger (1917 – 2014) foi um cientista político e sociólogo francês. Sua obra mais reconhecida, *Os Partidos Políticos*, de 1951, seguiu a linha inaugurada pelo sociólogo alemão Robert Michels (1876 – 1936), autor do clássico *Sociologia dos Partidos Políticos*, publicado pela primeira vez em 1911.

⁵⁷ Guerreiro mencionou em nota de rodapé um trecho do livro *On the Party* (Pequim, 1954) de Liu Shaoqi, mais especificamente do capítulo *The problem of cadres*.

da seletividade consciente no que dizia respeito à avaliação dessas organizações político-partidárias. Dito de outra forma, estava em jogo para Guerreiro Ramos a concepção organizativa⁵⁸ cuja direção coletiva e centralizada evidenciava significativos avanços no que concernia à inserção junto às camadas populares e à formação de quadros, sendo secundário, por este viés, o conteúdo programático dessas instituições partidárias – afinal, reduzir um objeto é também neutralizar a intencionalidade da qual o mesmo é portador.

Por sua vez, a conclusão de que a crise de representatividade política demandava uma reforma dos partidos cujo horizonte mais viável para fins da organização popular em torno de um projeto nacional era a construção de uma política de quadros foi consequência do pensar e experimentar a conjuntura sob a orientação da redução sociológica: a emergência da consciência crítica exigia um determinado tipo de organização que, por sua vez, exigia um determinado tipo de quadro. A formação de quadros, por conseguinte, não está meramente no plano do desejo do sujeito em se tornar apto intelectualmente para a investigação de problemas sociais, mas na sua participação junto à organização política capaz de formá-lo mediante as diretrizes estabelecidas pela massa. Ao assumir o ponto de vista da totalidade, Guerreiro sublinhou uma vez mais que os suportes da redução são coletivos e não individuais, pois, ao fundamentar-se numa lógica material imanente à sociedade, não estava em questão propriamente os atos individuais de lucidez, porque um quadro existe em função da organização a qual pertence. E toda organização política, segundo Ademar Bogo (2011), deve ter claro que o processo de formação de um quadro depende de três aspectos primordiais – o programa de formação, a política de quadros e a colocação destes nas atividades concretas:

Enquanto a *formação de quadros* pode ser vista como um *programa de formação*, no qual se preveem conteúdos, metodologias e períodos de estudos intensivos, a *política de quadros* é, em parte, a diretriz da formação destes, mas vai além, uma vez que se deve prever a *colocação dos quadros* dentro de um projeto, de onde vieram e onde irão desempenhar o papel de condutores das lutas pela transformação da realidade, atuando nas diversas frentes de ações e combinando aspectos da realidade local com a política universal da classe (Bogo, 2011, p. 150, grifos do autor).

A conversão do trabalho partidário à política de quadros consistia no desafio da sociologia em “mangas de camisa” no que se referia à reforma dos partidos políticos e superação da crise de representatividade. Inspirado na reflexão de Lukács (2003) sobre a

⁵⁸ Com isso, não queremos dizer de forma alguma que a concepção de partido adotada por comunistas e integralistas sejam equivalentes, nem mesmo que o próprio autor tenha sugerido algo dessa natureza. A aproximação foi feita no sentido de destacar a disciplina organizativa e o papel da agitação e propaganda intrínseca aos partidos que se dedicavam à formação de quadros dirigentes. Não é preciso dizer que o horizonte tático, estratégico, assim como os princípios dessas duas organizações são radicalmente distintos.

organização enquanto questão teórica/intelectual de grande importância, Guerreiro Ramos, como temos destacado ao longo desse trabalho, assumiu a tarefa de pensar a organização no campo das atividades políticas, algo distinto do que já estava habituado, isto é, teorizar o papel da organização como técnica e racionalização administrativa. A partir desse enquadramento teórico fica mais nítida a presença de uma sociologia da organização dos povos na sua obra, o que nos leva a sublinhar que, a despeito de seu amplo reconhecimento na condição de pensador de uma sociologia especial da administração, foi a concretude do pré-64 que exigiu do sociólogo trabalhista a forja de elementos para uma teoria da organização da revolução brasileira. Como simples técnica administrativa, salientou o autor, a organização é requisito indispensável da boa marcha dos negócios de qualquer natureza. Por sua vez, os partidos de elite podem ser bem organizados como qualquer associação e nem por isso deixam de ser partidos com programas elitistas. Acrescentemos que as empresas e instituições da burocracia estatal podem funcionar organizadamente bem e, de forma alguma, deixam de reproduzir a dinâmica irracional do capital. Já nos partidos de quadros, Guerreiro afirmava que a organização tem lógica e importância especiais, transcendentes, não fazendo sentido uma separação mecânica entre questões políticas e questões de organização. Uma agremiação de quadros almeja o uso da razão para projetar e transformar a realidade, quer dizer, busca enfrentar o irracionalismo e a anarquia da produção intrínseca à sociabilidade burguesa, não se limitando a incrementar sua dinâmica interna para administrar a ordem vigente com maior competência: lançar mão do método redutor é conceber o partido de quadros enquanto fenômeno social total.

Por esse prisma, o sociólogo apontou os desdobramentos do pensar a organização como questão teórica de primeira ordem num partido de quadros e na atividade partidária em geral, resumindo, de modo esquemático, em quatro aspectos. O primeiro, “*conferir objetividade ao conhecimento dos fatos sociais em geral e dos acontecimentos políticos, em particular*” (Ramos, 1961a, p. 81, grifos do autor). Não sendo a organização um simples requisito técnico do funcionamento ordenado de uma associação, mas preceito metódico para aqueles que aspiram ao conhecimento objetivo da realidade político-social, a apreensão rigorosa dos fatos só é possível onde exista a *práxis*. A organização partidária – e novamente Guerreiro trouxe à baila o pensamento de Lukács (2003) –, operando a mediação entre teoria e prática e entre homem e história, assegura aos quadros, dirigentes e militantes a emissão de reflexões e diagnósticos ajustados às situações e problemas em evidência. Enquanto no âmbito da teoria pura, tendências e concepções díspares podem coexistir pacificamente na medida em que suas oposições assumam a forma de discussões no interior de uma agremiação sem desintegrá-la, as

mesmas questões se apresentam como tendências rígidas e mutuamente excludentes ao serem concebidas como questão de organização – “A política não é questão acadêmica. É questão prática, de interesses em jogo, e assim a discussão política se desnatura, quando se prende aos aspectos imanentes ou abstratos dos argumentos e proposições” (Ramos, 1961a, p. 82). Portanto, toda tendência ou divergência teórica numa instância partidária deve ser tomada do ponto de vista organizativo, caso contrário, significará jogar água no moinho da abstração, da teoria pela teoria, distanciando-se dos caminhos para sua experimentação e realização concreta. Por isso, a importância da unidade e do centralismo num partido de quadros em vista de institucionalizar o fluxo permanente de observações e informações da base ao topo e do topo à base, assim como o confronto e choque de pontos de vista que clarificam os acontecimentos, expressões de justiça e racionalidade na conduta partidária e firme consciência coletiva. Os partidos nos quais os dirigentes tomam decisões unilateralmente (subjetivismo) estão mais expostos a malogros perante seus associados e simpatizantes, pois tal prática corrobora com o apartidarismo das massas, debilidade e inconstância do voto partidário, sintomas da crise política denunciada pelo autor. Todavia, o centralismo do qual Guerreiro se referia, na nossa visão, era relacional, posto que correspondia às necessidades organizativas das massas determinadas naquele contexto pré-revolucionário. Não se tratava de um princípio organizativo, um imperativo categórico válido para qualquer conjuntura política, mas de uma possibilidade a ser lançada por um partido de quadros dotado de flexibilidade para se adequar às tarefas candentes da revolução brasileira à luz da redução sociológica.

O segundo aspecto diz respeito a “*eleva a massa à consciência do processo global*” (Ramos, 1961a, p. 83, grifos do autor). Os partidos de quadros, diferentemente dos partidos de elite, tendem a buscar uma fundamentação teórica para a atuação, a construção das próprias teses e diretrizes que habilitam sua militância à participação consciente nas lutas sociais. É na agremiação de quadros, conforme o sociólogo, que as massas desenvolvem o querer consciente, o impulso para dominar e dirigir a sociedade de acordo com seus interesses e pontos de vista, legitimados não pela vontade de poder simplesmente, mas pela racionalidade dos acontecimentos – no sentido de não manter a luta popular ao nível do espontaneísmo, das reivindicações imediatas e fragmentadas, mas de assumi-las em movimentos dirigidos para a totalidade. À vista disso, a relação entre disciplina e vontade consciente são essenciais para o cotidiano orgânico de um partido de quadros:

A referência de toda luta episódica à totalidade é a razão de ser dos partidos de quadros, onde, por isso mesmo, é saliente o valor da disciplina, sem a qual a “vontade consciente” não se efetiva de modo eficaz. Os partidos de quadros são dotados de forte

articulação interna, pois se assim não fossem, não poderiam funcionar como a consciência militante das categorias sociais que representam. **No Brasil de hoje, a questão da organização partidária não pode ser dissociada de uma teoria da sociedade brasileira** (Ramos, 1961a, p. 83-84, grifos nossos).

O terceiro aspecto se refere a “*conferir caráter sistemático à ação partidária*” (Ramos, 1961a, p. 84, grifos do autor). Inspirado na gramática do leninismo, o sociólogo sublinhou a prática do *trade-unionismo*, economismo, oportunismo e espontaneísmo dos partidos que atuam à mercê das vicissitudes sem dominá-las teoricamente e sem relacioná-las à totalidade histórica da qual são parte. Destituídos de consistência organizacional e programática, tais agremiações não ultrapassam as posições débeis de circunstância, contentando-se com soluções tópicas para os problemas. Desligadas de uma estratégia geral, as reivindicações atomizadas acabam por condenar as classes sociais à categoria de objeto passivo dos acontecimentos, de acordo com Guerreiro. Por essa razão, a organização partidária, ao submeter o elemento espontâneo à regulamentação consciente, confere sistematicidade à ação dos militantes e os habilita a subordinar as lutas episódicas à estratégia geral de transformação da sociedade. O partido de quadros, assim, se tornara imperativo pelo fato de não ser possível agir sistematicamente no domínio político sem uma organização partidária desse tipo.

O quarto e último aspecto sobre a *práxis* política de um partido de quadros consiste em “*contribuir para a superação da economia política pela política econômica, em outras palavras, pelas decisões políticas*” (Ramos, 1961a, p. 84, grifos do autor). Somente mediante a alienação política dos cidadãos, assegurou o sociólogo, os problemas econômicos são vistos enquanto assunto técnico. Ao trazer a questão do poder para o centro das atenções dos militantes, “os partidos de quadros clarificam a natureza da economia, a qual lhes aparece não mais como algo *reificado*, coisificado, acima de seu poder, mas como sistema de decisões políticas” (Ramos, 1961a, p. 85, grifo do autor). Por esse ângulo, o salário mínimo não consiste num cálculo puramente econômico, mas na expressão da força política dos assalariados, da mesma forma que a inflação não se trata de um problema abstrato de contabilidade e sim de uma equação política. Essa consciência da subordinação do desenvolvimento econômico à política, ou seja, da programação ao poder nacional, emergia gradativamente junto às massas no pré-64, motivo pelo qual Guerreiro Ramos apostava nos partidos de quadros como instituições mais adequadas para os desafios daquele momento histórico.

Por fim, o sociólogo ressaltou que sua descrição de partido de quadros foi estabelecida como “conceito puro”, pois na realidade nunca se concretiza com seus atributos ideais. Fora isso, reafirmou que o partido de quadros é indicado particularmente para nuclear a ação de categorias sociais mobilizadas por um intento revolucionário ou reformista, por conseguinte,

em dissídio com a ordem vigente e seus beneficiários. Em vista disso, há que observar como a abundante literatura sociológica trata da teoria da organização partidária, conforme ponderou nosso autor:

Muitos autores, como Robert Michels e Claude Lefort, advertem que a organização partidária pode acarretar os males da burocratização e da ditadura dos “aparelhos” no partido. O ideal da perfeição e da pureza é um crime em política, diz Gilberto Amado. O fato é que não existe ação política sistemática e eficaz sem organização. Diante da inevitabilidade da organização, o que cumpre realisticamente fazer é encaminhá-la segundo critérios plásticos, hábeis para assegurar, tanto quanto possível, a prática da democracia interna nas associações partidárias. Não existe nenhum esquema ideal de organização partidária. Para cada situação partidária, seu específico modelo, sempre à luz do princípio segundo o qual *é o processo que organiza o processo* (Ramos, 1961a, p. 86, grifos do autor).

Em última análise, estava em jogo assumir a forma partido – mais especificamente, o partido de quadros – como tipo ideal sem cair em idealismos. Estamos convencidos de que a construção de tipos ideais não ocorre nos termos puramente lógicos e axiologicamente neutros, como Weber defendia. Todavia, isso não era uma questão para Guerreiro, de tal maneira que tomar partido ideologicamente era algo intrínseco à sua sociologia. Assim, pensar o partido de quadros enquanto tipo ideal remetia, evidentemente, às definições prévias do sociólogo, o que, por conseguinte, excluía outras definições possíveis. Mas tal formulação não pode ser entendida como idealismo, já que partiu de exames concretos de situações históricas e da *práxis* política do intelectual militante. Dito isso, vale retomar que o partido de quadros advogado por Guerreiro Ramos, além de contemplar os quatro aspectos anteriormente elencados, reúne outros elementos constitutivos dessa tipologia: a) não se tratava de um partido proletário: para o autor, não estava na ordem do dia organizar um partido voltado apenas à independência da classe obreira; b) não deveria necessariamente ser fundado do zero: até mesmo por se tratar de um “conceito puro”, o objetivo era menos edificar uma agremiação do que realizar a crítica metodológica das organizações já existentes e inclinadas ao projeto nacional e democrático de desenvolvimento; c) era de inclinação reformista ou revolucionária: a exemplo dos partidos comunistas e socialdemocratas, mas também de experiências à direita que foram lidas enquanto ruptura com a ordem, como o caso do integralismo, o partido de quadros guerreiriano atuava na contramão do *status quo*, lançando mão da disciplina, centralismo, agitação e propaganda a favor da revolução brasileira; d) tinha como função produzir os quadros da vanguarda nacional: independentemente de se materializar num partido novo, nos já existentes, ou até mesmo nas organizações não partidárias – sindicatos, clubes militares, movimentos sociais, federações,

institutos – seu objetivo era formar homens e mulheres aptos a integrar a vanguarda nacional e popular representante de um novo bloco de poder.

4.4 DAS DOENÇAS INFANTIS DO TRABALHISMO À SOCIOLOGIA DA REVOLUÇÃO

Ao incentivar o exercício da crítica e da autocritica no interior dos partidos políticos para que pudessem se adequar ao avanço da psicologia coletiva do nosso povo naquele contexto histórico, Guerreiro Ramos não poderia deixar de fazer um balanço da sua organização. Para começar, pontuava a necessidade de não disfarçar a crise interna do PTB cujo substrato dizia respeito ao divórcio entre as diretrizes paternalistas de João Goulart e os militantes de base integrados em agrupamentos mais sensíveis ao imperativo de ajustar o partido à melhoria da consciência social de seus presumíveis adeptos e simpatizantes. Nesse sentido, o sociólogo mencionou duas tentativas de renovação programática esboçadas no interior do seu partido em períodos passados. O primeiro esforço estava associado ao ex-senador Alberto Pasqualini que, todavia, não atingiu resultados ponderáveis, restando apenas a nobre intenção. E o segundo consistiu na renovação doutrinária e prática empenhada pela cúpula do PTB mediante a incorporação de San Thiago Dantas sob o patrocínio de Jango. Essa renovação por cima, segundo Guerreiro, esbatendo-se com atitudes reticentes das bases do partido, igualmente não obteve êxito, de modo que a luta interna seguia declarada. Em tais circunstâncias, o autor avaliou ser útil examinar, mesmo que sumariamente, a situação do trabalhismo no Brasil e o papel renovador que a luta interna no PTB provavelmente assumiria diante da conjuntura do pré-64, como de resto nos demais partidos comprometidos com a democracia interna.

O trabalhismo brasileiro, afirmou o sociólogo, estava ainda passando pelos testes das doenças infantis, longe de ser movimento adulto, de tal maneira que os resultados eleitorais já colocados anteriormente (outubro de 1958 e de 1960) pareciam indicar o final de um ciclo do trabalhismo. Contudo, a demanda por um conjunto sistemático de ideias e princípios aptos à condução das massas na luta pela elevação de seus níveis de existência material e não material permanecia no país, razão pela qual um PTB regenerado, com um trabalhismo consistente, poderia oferecer não somente uma alternativa ao povo, mas, devido às suas origens e atuações ao longo da história, mereceria ser o órgão por excelência das aspirações da coletividade trabalhadora do Brasil. Sem embargo, não lograria tal posição se caducasse e não se ajustasse ao nível de maturidade política das massas obreiras demonstradas nos últimos pleitos.

As doenças infantis até então padecidas pelo trabalhismo eram o varguismo, o janguismo, o peleguismo e o expertismo. O autor assinalou que doença e saúde são fenômenos complementares, fatos normais, necessários e de limites muito tênues. “Padecer as doenças da infância e superá-las constituem condição mesma de robustez na idade adulta. Não seria, assim, pertinente ou objetivo incentivar as doenças-fases de nosso trabalhismo como se elas não fossem manifestações incoercíveis de um processo” (Ramos, 1961a, p. 90-91). A primeira delas, o varguismo, consiste no culto à Getúlio Vargas, personalidade a quem, na visão sociólogo, não se associava propriamente diretrizes sistemáticas e um sólido pensamento político, pois tal figura teria sido uma espécie de “gênio do empirismo” e, por essa razão, dócil à resultante dos fatos. Não obstante, quaisquer que tenham sido as lacunas de sua atuação, é inquestionável que suas realizações em conjunto marcaram positivamente a história nacional enquanto estadista. De qualquer modo, o varguismo não teria se consubstanciado numa doutrina, se tratava de resíduo emocional, crença popular na bondade intrínseca de Vargas como governante e daqueles que o seguem. Nesses termos, vinha perdendo eficácia e efeito eleitoral à medida que passava o tempo, conforme evidenciara o resultado das últimas eleições.

Legado político do varguismo, o janguismo fundamentava-se no reconhecimento de amplas camadas populares de que João Goulart era o continuador da obra de Vargas. Lançado na vida política por Vargas, como ministro do trabalho, Jango apresentou-se na liderança das reivindicações populares, ganhando prestígio incontestável junto aos trabalhadores. Em se tratando do presidente considerado o estopim para o golpe militar de 1964, fazemos questão de reproduzir a impressão de Guerreiro em relação à figura de João Goulart naquele contexto, fator decisivo para pensar o destino do janguismo enquanto doença infantil:

Todavia, se é certo que o Sr. João Goulart, neste momento, é dos poucos homens deste país a quem as massas obedeceriam, se se dispusesse a uma jogada revolucionária, tudo indica encontrar-se numa encruzilhada de sua carreira. Ou renova os seus processos de atuação política, abandona o sistema de manipulações de cúpula partidária e sindical e empreende trabalho de base com o objetivo de nuclear em todo o país, mediante o PTB, efetivas forças populares, à maneira do que, por exemplo, faz Julião com as Ligas Camponesas, ou será superado pelos acontecimentos e verá declinar a sua influência (Ramos, 1961a, p. 92).

Ao que tudo indica, Guerreiro estava sugerindo a radicalização organizativa de Goulart como meio para o janguismo deixar de padecer enquanto doença infantil do trabalhismo, caso contrário, correria o risco de ser engolido pelos acontecimentos. Hoje, com a vantagem de podermos olhar para esse fenômeno à distância, é possível darmos razão ao autor, visto que a mobilização popular tardia a partir da pauta das reformas, assim como uma certa negligência

em organizar os setores das forças armadas que o apoiavam, neutralizou a capacidade de resistência do líder trabalhista ao golpe que deu início à longa noite de vinte e um anos.

A terceira doença infantil, o peleguismo, se tratava de um subproduto do varguismo (irmão siamês do janguismo). O pelego, na concepção do sociólogo, é um burocrata sindical que mantém posições ambivalentes entre o governo e a classe trabalhadora, de tal maneira que “Sua habilidade consiste em realizar um jogo de conciliações que permita atender esporadicamente às reivindicações dos trabalhadores, quando as dificuldades destes atingem o limite da tolerância, sem prejuízo da segurança ocasional do governo” (Ramos, 1961a, p. 92). Dessa forma, o peleguismo impedia a concretização de um movimento popular consoante à expressão da força política dos trabalhadores na época. Por outro lado, se não existisse, provavelmente as massas estariam submetidas ao espontaneísmo em suas lutas sociais. No entanto, a superação do peleguismo só seria possível se um partido como o PTB ou qualquer outra agremiação dessa envergadura organizasse politicamente a massa obreira em termos sistemáticos de doutrina e ação adequados à realidade brasileira em questão.

Por último, o expertismo dizia respeito à enfermidade mais recente do trabalhismo identificada pelo autor (derivado da palavra “experto”, que significa perito e lembra o termo inglês *expert*). Segundo Guerreiro Ramos, quando foi reconhecida a necessidade de dar expressão ideológico-sistemática ao trabalhismo, recorreu-se a um doutor e se encomendou uma teoria sob medida, e tentou-se fabricar o teórico do partido de cima para baixo. Em nosso juízo, essa prática continua recorrente nas mais variadas organizações político-partidárias até os dias de hoje, salvo raras exceções. Por esse motivo, a crítica contundente do autor a essa doença infantil que permanece adiando, em certa medida, a conquista da maioria política dos partidos postulantes de uma transformação da ordem social vigente – não está restrita, portanto, ao trabalhismo, mas compreende o amplo espectro da esquerda brasileira –, e que merece ser exposta diretamente devido à sua atualidade e relevância para qualquer debate sobre organização e renovação da nossa *práxis* política:

Assistimos não há muito tempo à tentativa de fazer, por determinação munificente, de cima para baixo, o teórico de partido. Ora, este procedimento contraria frontalmente as leis da sociologia do conhecimento político. O que faz o teórico é essencialmente a situação vital de que participa, a sua biografia, e subsidiariamente a sua informação livresca. O teórico de partido jamais poderia ser um bacharel *ad hoc*, um perito em elaborações *ad usum delphini*, ao sabor das circunstâncias, alguém por assim dizer capaz de elaborar ideologias à minuta. Teóricos de partido os há, mesmo, que não são necessariamente versáteis. Stalin era medíocre como teórico, não obstante ter guiado o seu partido durante quase três décadas. A teoria de um partido nasce de suas entranhas, forma-se mediante a luta interna (Ramos, 1961a, p. 93, grifos do autor).

O trecho selecionado explicita com clareza meridiana a relação da sociologia com a organização política, quer dizer, a redução direcionada à sociologia da organização dos povos. Ser teórico de partido exige o exercício da ciência em ato, reagir aos problemas sociais mediados por agremiações pautadas pela democracia interna, não cabendo ao intelectual em “mangas de camisa” idealizar questões programáticas desde seus gabinetes. As lutas internas no PTB, como em outras organizações partidárias, gravitavam, de acordo com Guerreiro, enquanto antídoto para a crise de representatividade política e iam ao encontro dos suportes coletivos (e não individuais) que caracterizam a redução sociológica. O permanente combate interno surtiria efeitos, tais como: vertebrar o partido em termos de consistência doutrinária e ideológica; incorporação de elementos de vasta capacidade junto aos seus quadros de militantes; e abertura da organização às influências populares, dotando-o de um *quantum* de força capaz de pressionar o governo. Por conta disso, o autor atribuía aos grupos renovadores dos partidos excepcional responsabilidade histórica:

É de desejar que, sem sair do terreno dos princípios, levem às últimas consequências a luta nos partidos, transpondo a esfera da mera crítica e das simples advertências e que se apliquem numa tarefa de organização, visando nuclear o poder de massas, a fim de que estas não fiquem entregues ao espontaneísmo das manifestações de desespero e, ao contrário, sejam conduzidas para construir os suportes de uma ação governamental progressista (Ramos, 1961a, p. 95).

É importante ressaltarmos que a sociologia da organização política desenvolvida pelo autor visava municiar teoricamente as massas sem incorrer às ciladas do idealismo ou a qualquer tipo de esquerdismo no afã de dirigir as lutas sociais para além da dinâmica do espontaneísmo: “A realidade, qualquer que seja, nunca se deixa aprisionar por nenhum conceito, por nenhuma organização. Todo conceito é precário. Toda organização é insuficientemente adequada à realidade” (Ramos, 1961a, p. 97). Guerreiro compreendia como parte integrante da existência humana o desajustamento permanente entre homem e organização social – nesse caso específico, entre partidos e realidade política/eleitorado. Quer dizer, certa tensão e desarranjo é expressão da normalidade, afinal, em nenhum lugar ou época as forças e os partidos exprimem fielmente o sentido das aspirações coletivas, razão pela qual todo verdadeiro político, de acordo com o sociólogo, tem consciência disso e sorri intimamente do ideal de partido perfeito professado por sujeitos livrescos no domínio político. A questão decisiva está no fato de que, além de certa escala, tal desajustamento passa a constituir algo temerário porque expõe a sociedade a se mover de maneira cega. Todavia, perseguir uma forma de organização que pudesse conciliar plenamente o homem à sociedade seria infrutífero, avesso à própria condição humana, diga-se de passagem.

Contudo, para que a reforma partidária incentivada por Guerreiro não fosse reduzida às elaborações de cúpula que confinaram os partidos ao esvaziamento por força de seu empirismo e imediatismo, era indispensável uma teoria da sociedade brasileira. Longe de ser uma exigência acadêmica, tal teoria consistia no instrumento necessário para comandar os acontecimentos, apreender a lição dos fatos e, antes de efetivamente criar um tipo novo de organização político-partidária, transformá-la em realidades sociológicas:

O que se impõe é converter os partidos em efetivas realidades sociológicas, pela crítica e correção de seus erros. O país está vertebrado. A descaracterização dos partidos é incongruência sociológica, na presente fase de nossa evolução econômica e social, muito diversa daquela em que Nabuco dizia, com acerto, que os partidos eram círculos que disputavam as vantagens do poder, aí se sucedendo em rodízio, por falta de substância popular (Ramos, 1961a, p. 98).

Foi justamente o tema da edificação de uma teoria social brasileira que, em última análise, balizou a avaliação do sociólogo em relação ao PCB. Por esse prisma, Guerreiro identificava as virtudes do Partidão pelo fato de ser a única organização partidária de esquerda à época que dispunha de imprensa e quadros militantes disciplinados, motivo pelo qual as demais forças de esquerda, institucionalmente inconsistentes, acabavam a reboque dos comunistas. No entanto, assim como as esquerdas em geral, o PCB carecia, a seu juízo, de formular uma posição revolucionária brasileira no domínio da teoria e da prática, pois o socialismo já consistia num processo ecumênico, multiforme, cujos interesses não se confundiam necessariamente com os da União Soviética ou com os do denominado campo socialista. Dito de outra forma, a convocatória do autor era para que os comunistas praticassem mais a redução sociológica e menos o marxismo-leninismo⁵⁹ disponível naquele período. Evidentemente, uma coisa não exclui a outra, mas, na medida em que o sociólogo apresentava enquanto exemplos de avanço mundial do socialismo as experiências de Cuba, Gana, China,

⁵⁹ Guerreiro Ramos não atribuía legitimidade ao marxismo-leninismo para pensar o Brasil no pré-64, pois, para o autor, se tratava de uma desnaturação da obra de Marx e Engels e que, a despeito de ter sido útil num determinado período da história das lutas socialistas, já não servia mais como fundamento dos processos revolucionários ao redor do mundo. Não temos acordo com essa posição do sociólogo. Entretanto, no contexto em que Guerreiro estava produzindo, a recepção do marxismo era ainda relativamente precária devido às dificuldades de tradução e circulação das obras, predominando a influência de manuais e excertos dos clássicos da ciência do proletariado junto à organização do movimento operário. Portanto, fazia sentido que um sociólogo nacionalista, profundo conhecedor do pensamento ocidental, do pensamento crítico brasileiro e antenado ao que de melhor estava surgindo no sul global, primeiro: fosse crítico e até mesmo hostil às interpretações vigentes de um marxismo-leninismo de crivo stalinista; segundo, mobilizasse o arcabouço teórico que mais conhecia para elaborar uma teoria adequada às circunstâncias nacionais. Assim, Guerreiro reivindicava a obra marxiana, alguns dos principais expoentes da tradição marxista, mas a manejava ao seu modo, desde uma perspectiva distinta a dos militantes do PCB. Podemos criticar e discordar das elaborações do sociólogo acerca desse assunto, mas devemos considerar a posição privilegiada que estamos agora em termos de acesso aos textos (a qualidade da fortuna editorial marxista que circula hoje em nosso idioma) e a vantagem epistêmica de podermos falar cientes dos desdobramentos dos fatos que ele estava enfrentando em vida.

Iugoslávia – com menção a alguns de seus respectivos teóricos (Che Guevara, Kwame Nkrumah, Mao Tse-Tung e Marechal Tito) –, compreendemos que o seu objetivo era enfatizar a capacidade dessas vanguardas nacionais em induzir a teoria revolucionária a partir de suas realidades concretas. À vista disso, o marxismo-leninismo só tinha valor subsidiário para os revolucionários terceiro-mundistas mencionados, pois o êxito de seus combates políticos estava no fato de terem praticado a redução e adequado o marxismo-leninismo a uma teoria social singular que deitava raízes na questão nacional. Por isso, o empenho de Guerreiro Ramos na tarefa de organizar sistematicamente o método redutor e contribuir com a fundamentação de uma sociologia brasileira se confunde com a de nacionalizar a esquerda e forjar as armas teóricas para a organização do nosso povo nos termos de um projeto nacional e democrático, isto é, colocar em marcha a revolução brasileira.

4.5 O PAPEL DA *INTELLIGENTSIA* NACIONAL

Na condição de intelectual público, comprometido com o avanço da ciência e engajado na luta pela organização de um projeto nacional, Guerreiro fez questão de apresentar uma definição de *intelligentsia* e apontar as tarefas intrínsecas a ela. Para o autor, tal termo de origem russa atendia a necessidade de distinguir o intelectual no sentido clássico do termo (escritor, professor, sábio) daquele tipo de intelectual rigorosamente interessado na produção e circulação de ideias enquanto contribui para o processo de reforma social ou revolução. Em última instância, *intelligentsia* se referia àquela parte de uma nação que aspira a pensar com independência, podendo ser subversiva num dado momento particular de uma sociedade, mas não o é sistematicamente. Essa conduta fundada num pensar independente consiste num pensar cujo sujeito se empenha, tanto quanto lhe seja possível, em suspender as habituais influências condicionantes de conduta, quer dizer, o pensar da *intelligentsia* se esforça por ser liberto do ponto de vista de uma classe, pois, de acordo com a concepção Mannheimiana recuperada por Guerreiro, é sensível à natureza dinâmica da sociedade e ao seu conjunto. Nesse sentido, complementou o sociólogo:

Pessoalmente, não creio num pensar imune do condicionamento social. Mas admito, com fortes razões, que todo pensamento ajudado pela consciência crítica dos fatores que o condicionam, alcança necessariamente maior objetividade do que o desservido de autorreflexão (Ramos, 1961a, p. 186).

Sociologicamente falando, as características fundamentais da *intelligentsia* para Guerreiro Ramos eram o pensar independente e a militância. Integrar a *intelligentsia* é procurar

a suspensão dos estereótipos a respeito dos temas para examiná-los de maneira crítica, mas a visão alcançada não serve para a fruição pessoal: destina-se a operar como ferramenta na modificação da realidade. Em última análise, a *intelligentsia* reunia os atributos da própria redução sociológica. As ilustrações mais bem-acabadas da *intelligentsia* na acepção sociológica indicada pelo autor eram a Sociedade Fabiana⁶⁰ na Inglaterra e o círculo weberiano⁶¹ na Alemanha. Os Fabianos, segundo Guerreiro, construíram na Inglaterra de seu tempo a esquerda possível: assimilaram o marxismo e o comunismo sem ultrapassar o limite da tolerância objetiva do seu espaço nacional – “Foram exemplares sob muitos aspectos, principalmente quando criaram um estilo de conduta intelectual diante do marxismo e do comunismo, imune de policialismo” (Ramos, 1961a, p. 189). Assim, levaram as ideias socialistas às organizações partidárias dos liberais e conservadores, além de atuarem como uma força importante na edificação do Partido Trabalhista do Reino Unido em 1906.

Já o salão weberiano, animado pelo próprio Max Weber, um pensador militante na avaliação de Guerreiro, se tratava de um espaço frequentado por eminentes intelectuais alemães que discutiam questões de ciência e filosofia à luz da especificidade do destino germânico. Nosso sociólogo valorizava essa experiência porque, a seu juízo, evidenciava a existência de um tipo de militância que não prejudica o trabalho filosófico e sociológico, antes o estimulava. Weber nunca teria se distraído em seus estudos e em sua vida prática do problema nacional alemão, o que o tornava uma das figuras mais completas da sociologia. A assunção da tarefa de colaborar com a educação política da nação enquanto fim último da ciência era a expressão inocultável do pensamento de *intelligentsia* de Weber e seu círculo.

O apreço de Guerreiro Ramos pela *práxis* política da Sociedade Fabiana e do círculo weberiano revela alguns dos importantes rastros seguidos pelo sociólogo para interpretar e agir sobre a realidade brasileira através do método redutor. Não foi à toa que, na condição de deputado federal pelo Estado da Guanabara, às vésperas do golpe civil-militar, Guerreiro defendia a legalização do PCB a partir de uma visão da organização nacional singular e tributária dessas influências aqui referidas:

⁶⁰ A *Fabian Society* é uma agremiação britânica que advoga um socialismo na linha da socialdemocracia europeia do início do século XX, isto é, uma concepção gradual e reformista de transformação da sociedade. Foi um componente essencial na criação do *Labour Party* em 1906.

⁶¹ Guerreiro sublinhou a existência de dois círculos weberianos: o primeiro, na casa de Dr. Max Weber pai, no qual compareciam sujeitos como Bennisen, Rickert, Julius Goldschmidt, Wilhelm Dilthey; o segundo, organizado por Max Weber filho, frequentado por Immanuel Bekker, Karl Jaspers, Kuno Fischer, Paul Hensel, entre outros. Acrescentaríamos a este segundo salão, também conhecido como círculo de Heidelberg, figuras como o sociólogo Gerog Simmel e o filósofo György Lukács. O exemplo de *intelligentsia* trazido pelo autor se refere a esse último.

Veja V. Ex^a, é impossível [que] se repita no Brasil uma revolução do tipo da que aconteceu em Cuba. Cuba não era uma nação, este país aqui é uma nação. Cuba era um território ocupado pelo estrangeiro. A nação estava marginalizada; para resolver seus problemas os cubanos tiveram de saltar diretamente para o socialismo. [...] Mas no Brasil, um país que tem Pelé, que tem Garrincha, que tem Eder Jofre, que tem o samba, que tem um capitalismo, que tem mercado interno, que tem empresariado industrial, que tem um proletariado urbano estruturado, isto aqui é uma nação, uma nação de vocação inglesa. Somos os ingleses da América Latina (Ramos, 1964, p. 790).

Seguramente, não fazia parte do projetamento de Guerreiro um decalque ou cópia do modelo político inglês, afinal de contas, não se exporta nem se importa figurino de revolução. Sem embargo, a sociologia weberiana e o socialismo fabiano eram subsídios assimilados criticamente pelo sociólogo petebista para dar sentido à organização política do povo brasileiro. Por esse viés, afirmava estar surgindo naqueles dias correntes uma *intelligentsia* propriamente dita no Brasil. Correspondia a intelectuais que faziam realmente política, exibindo em nossa sociedade um estilo de vida intelectual que contrariava as expectativas dominantes – essencialmente a concepção segundo a qual a vida da inteligência seria incompatível com a política. Se é certo que nem todo indivíduo terá a inclinação espiritual para fazer ciência e política de maneira exitosa, num país como o Brasil, ressaltou Guerreiro, o intelectual que viva profundamente a ética da inteligência reconhecerá que seu magistério terá de ser intencional e deliberadamente político, pois não seria inteligente ser de outra forma. Isto posto, o papel da *intelligentsia* nacional pensada pelo autor pode ser sinteticamente colocado nesses termos:

Está diante de nós a tarefa de organizar um Estado Nacional, ou seja, de configurar politicamente o povo brasileiro. Para o intelectual, assumir essa tarefa não corresponde a ser adminículo de uma classe particular. Nas condições atuais da sociedade brasileira, está aberta ao intelectual, pela primeira vez entre nós, a oportunidade de valer por si, na proporção do teor concreto das ideias que exprime. Tais condições necessariamente politizam o trabalho intelectual orientado por um propósito substitutivo. E a *intelligenzia* não é esteticista. Pretende sempre a fundação de algo e o exercício de tarefa pedagógica (Ramos, 1961a, p. 190, grifo do autor).

Observemos que o contexto histórico do pré-64 favorecia a formação de um clima intelectual do qual Guerreiro era produto e produtor, tendo em vista que, ao reconhecer sua gênese e virtualidade, procurou pautar seus contornos e desenvolvimentos através da redução sociológica. Diferentemente das gerações anteriores de intelectuais – principalmente a geração de 1930 – em que o problema da organização nacional gravitava em torno da ausência do povo, e a formação do Estado Nacional era incumbência de uma elite intelectual a ser realizada “de cima para baixo”, a tarefa da geração de Guerreiro Ramos era configurar politicamente o povo que já estava pautando os rumos do país, ou seja, reformar o Estado de acordo com a consciência crítica popularmente manifestada. Por esse prisma, a *intelligentsia* comportaria intelectuais

orgânicos dos variados grupos/classes sociais comprometidos com a revolução brasileira, assumindo o ponto de vista proletário sem reduzir-se a ele ou a qualquer outra classe/fração de classe interessada em dirigir a nação nos termos do desempenho histórico independente. Essa amplitude do pensamento se exprimia na proposição organizativa de uma vanguarda nacional-popular e um partido de quadros oriundos da *práxis* política de um autor que estava tentando compreender as idiossincrasias do nosso povo, questão decisiva para a construção de um caminho revolucionário próprio, original, de acordo com nossa vocação histórica.

Não foi outra razão que levou o sociólogo a mobilizar a metáfora dos “ingleses da América Latina”, pois era absolutamente importante considerar nossas tecnologias de resistência, criatividade, capacidade política e econômica para que o projeto nacional e democrático não virasse um sofisma. Um país dotado de uma cultura popular riquíssima, a exemplo do samba, que reinventou o jeito de jogar futebol e produziu figuras extraordinárias como Pelé, campeões como Eder Jofre, se industrializou estruturando um proletariado ativo a despeito do histórico de escravidão e colonialismo, e com tarefas do processo democrático-burguês penderes, tinha plena condições de jogar e edificar uma formação econômico-social superior sem necessariamente adotar táticas insurrecionais – o que não significava abrir mão de aparelhos coercitivos capazes de assegurar o triunfo da vontade popular materializada no programa da revolução. Assim, estava na ordem do dia a reforma dos instrumentos de luta popular, em especial, os partidos políticos, condição *sine qua non* para organizar a vanguarda que merecesse aquele momento histórico e ajustada à psicologia coletiva de um povo que já não estava votando partidariamente (embora sempre pragmaticamente). Cabia à sociologia crítica e militante da realidade nacional contribuir para o ajustamento das organizações, e como organização consiste numa questão de ordem fundamentalmente teórica/intelectual, a *intelligentsia* brasileira deveria desempenhar relevante papel nessa seara.

5 “AFIRMAR-SE É ARRISCAR-SE”: MITO E VERDADE DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Com o acirramento da luta e das contradições de classe após a turbulência do abreviado governo de Jânio Quadros e a ascensão não menos complicada de João Goulart, nosso sociólogo decidiu avançar na contribuição ao debate sobre o caminho da revolução no Brasil, verificando a temperatura da conjuntura e prescrevendo remédios por meio da redução sociológica. Dessa vez, sua intervenção procurou a audiência da esquerda brasileira de uma forma mais dramática, pois a chance de perdermos o bonde da história que nos levaria a uma etapa superior de desenvolvimento e organização social se avizinhava – e outra oportunidade não ocorreria tão cedo. Escrito sob o signo do drama de Ionesco⁶², *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* foi a última obra de Guerreiro Ramos antes do golpe civil-militar, publicada em 1963 e reeditada em 2016. Após ter cometido a “enorme imprudência” de ter se dedicado ao equacionamento sociológico dos problemas brasileiros na perspectiva do desenvolvimento independente, conforme exibido em seus trabalhos anteriores, o autor voltava a experimentar uma manobra arriscada: contribuir para que a consciência nacional percebesse a dupla ameaça que rondava o movimento emancipador do Brasil, uma de ordem cultural, outra de natureza organizacional. Tal ameaça era traduzida, respectivamente, pela pretensão daqueles que buscavam liderar o movimento por meio de teorias de empréstimo e de ficções conceituais e literárias incapazes de elucidar as tendências concretas do processo brasileiro na etapa em questão, e também pelos aparelhos que instrumentalizavam esses setores a substituir as exigências históricas por critérios grupistas.

À vista disso, Guerreiro propôs a crítica revolucionária da revolução brasileira, sem participar do niilismo ou irracionalismo característico daqueles que criticam a revolução desde seus gabinetes e não correm o risco de colocar-se a serviço da construção de uma alternativa. Assim, o sociólogo colocou na ordem do dia a abordagem científica do fenômeno revolucionário, mobilizando o ferramental da sociologia para reagir ao perigo iminente que, a

⁶² Eugène Ionesco (1909 – 1994), dramaturgo romeno radicado na França, é considerado um dos pais do “teatro do absurdo”. Em 1959, foi publicada sua peça *O Rinoceronte*, que serviu de inspiração a Guerreiro Ramos na redação de *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* – cujo título inicial era *Os Rinocerontes e a Revolução Brasileira*. O enredo da peça coloca em cena a “rinocerite”, epidemia na qual os habitantes de uma pequena cidade se transformam em rinocerontes, metáfora para o pensamento autoritário, com capacidade de contaminação de ideias, homogeneização de comportamentos e anulação da diferença. A sátira do rinoceronte foi o pano de fundo para a crítica de Guerreiro aos grupos da esquerda brasileira que almejavam atuar como vanguarda da revolução nacional. Embora a metáfora pudesse ser utilizada para se referir ao fascismo e às organizações de direita, o sociólogo fez a escolha de realizar a crítica ao seu próprio campo, provavelmente no intuito de corrigir os desvios e anomalias no processo de organização popular – tarefa que a direita não tinha (e nunca terá) compromisso em levar até as últimas consequências.

seu juízo, assombrava o processo revolucionário brasileiro: a possibilidade da revolução se tornar uma façanha metafísica, reduzida a *slogans*, palavras de ordem e fetiches verbais que mistificavam os acontecimentos ao invés de clarificá-los. Ao reforçar sua posição enquanto homem de esquerda, levou às últimas consequências o método redutor para compreender os fatos da conjuntura insólita do pré-64 (às vésperas do golpe) e tentar direcionar o movimento emancipador rumo ao projeto nacional e democrático possível.

5.1 SOCIOLOGIA DA REVOLUÇÃO

Guerreiro Ramos afirmava a existência de uma categoria viva da história do Brasil contemporâneo: revolução. Nesse sentido, os sociólogos e intelectuais brasileiros se encontravam numa situação privilegiada para a promoção do progresso científico, já que o estudo dos processos revolucionários naquelas circunstâncias envolvia mais do que um teste de competência acadêmica ou preparo profissional. Tratava-se de um teste de sensibilidade humanística: “Eis por que nossas presentes considerações refletem vivência e projeto concretos, ao mesmo tempo em que esforço de objetividade – de distanciamento sem prejuízo da participação” (Ramos, 2016, p. 45). Não estava em jogo discutir em tese os trabalhos escritos sobre revolução, inclusive porque os sociólogos, em grande medida, evitaram focalizar diretamente o tema ou, quando o fizeram, adotaram um ponto de vista formal, segundo a avaliação de Guerreiro. A questão decisiva era traír o vício de origem da disciplina sociológica, comprometida com a ordem burguesa, e induzir a constituição de um tratado da revolução brasileira a partir do processo em marcha no país.

Ao analisar a influência de fundadores da sociologia como Comte e Spencer, o autor observou que nenhum deles, assim como nenhum de seus numerosos seguidores, referiu a dinâmica social à categoria concreta de classe, razão pela qual não poderiam chegar a um conceito objetivo de revolução. “Ora, é impossível compreender o fato histórico-social da revolução sem referi-lo às classes sociais” (Ramos, 2016, p. 48). Isso diz muito sobre a abordagem formalista dos estudos sociológicos sobre a revolução, em que o fenômeno é examinado nas suas expressões históricas decorridas ou encerradas, estabelecendo o teto máximo da sociologia universitária oficial: tratar da revolução como processo extinto e descrever suas regularidades aparentes *a posteriori*. Evidentemente, Guerreiro não estava sugerindo que se elaborassem teorias das revoluções que não vingaram. Todavia, sua crítica era ao mesmo tempo uma convocatória para que os sociólogos traíssem as inclinações de origem intrínsecas a sua formação acadêmica através da *práxis* política, único caminho para o

desenvolvimento científico da área e da organização social do país. Por conseguinte, os subsídios para uma compreensão objetiva da revolução se encontram menos nas dissertações acadêmicas dos sociólogos do que nos escritos e atividades dos revolucionários.

Inspirado pela literatura e experiência política dos revolucionários, com especial atenção à tradição inaugurada por Marx e Engels, Guerreiro Ramos enunciou a definição do conceito de revolução norteadora do seu raciocínio:

[...] revolução é o momento, subjetivo e objetivo, em que uma classe ou coalizão de classes, em nome de interesses gerais, segundo as possibilidades concretas de cada momento, modifica ou suprime a situação presente, determinando mudança de atitude no exercício do poder pelos atuais titulares e/ou impondo o advento de novos mandatários (Ramos, 2016, p. 62).

Com base nessa formulação conceitual, o sociólogo evidenciou quatro princípios inerentes à revolução: o princípio da *práxis*, o princípio de limites, o princípio da classe social e o princípio da totalidade. O primeiro mencionado, o princípio da *práxis*, sublinha algo elementar: qualquer transformação social, como no caso da revolução, se efetua necessariamente mediante a atividade humana, isto é, a partir da relação entre o homem e o mundo dos objetos, um e outro se influenciando reciprocamente. A prática, reforçou, é criação simultânea do homem e de seu mundo exterior, e tal atividade é permeada por uma intenção transformadora que supõe um grau de subjetividade inerente ao homem. Assim, o homem não se submete rigidamente às exigências, mas ajusta-se ativamente aos objetos, atribuindo sentido e intencionalidade em suas ações. Esse princípio foi demonstrado por Marx no célebre primeiro tomo de *O Capital* quando o autor alemão refletiu sobre o processo de trabalho:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera (Marx, 2017, p. 255).

Ao partir desse pressuposto, Guerreiro reforçava a singularidade humana ao fazer a história e progredir em sua organização social por ser capaz de prática, de ajustamento ativo às circunstâncias. Em seu juízo, a revolução também é um problema de prática, pois seu modelo, tática e estratégia são induzidas da prática revolucionária, cujo conhecimento deriva da mesma natureza do que tem o operário do seu ofício. O elemento subjetivo contido na prática varia desde o grau mais elementar e espontâneo até o mais qualificado e sistemático. Existem, conforme o exemplo trazido pelo autor, mecânicos de automóveis que aprenderam seu ofício por tentativas e aproximações estritas à experiência. Por outro lado, há os que foram iniciados na teoria do motor a partir da experiência e lograram maior eficácia e segurança nos reparos

dos carros do que aqueles. Desse modo, o conhecimento sistemático da revolução consiste no mais elevado requisito de competência revolucionária, enquanto o elemento espontâneo equivale à forma mais embrionária da consciência. Em diálogo com Lênin, o sociólogo pontuou não se tratar de qualquer tipo de prática aquela a se compadecer com o socialismo, mas somente a que transcende o espontaneísmo e possui um ingrediente teórico sistemático altamente elaborado. Por esse prisma, coube ao consagrado dirigente da revolução russa acentuar que a consciência socialista não surge espontaneamente da luta de classes, lição apreendida por Guerreiro ao evidenciar que, até certo ponto, “a subjetividade do revolucionário pode, pela sua qualidade teórico-sistemática, maximizar os efeitos da luta de classes, dando-lhe a eficácia que o mero espontaneísmo está longe de assegurar-lhe” (Ramos, 2016, p. 64-65). Portanto, o princípio da *práxis* pressupõe a produção de conhecimento desde a manifestação mais simples e espontânea do objeto até o concreto pensado, qualificando a ação dos sujeitos ao tornarem a intervir na realidade material – em termos revolucionários, se refere ao uso da razão para acelerar o processo criador das condições de avanço do povo organizado, assim como qualificar os próprios instrumentos de organização das massas.

O princípio de limites, como o próprio termo indica, exprime o fato de que o desempenho revolucionário tem limites, cuja determinação requer acurado esforço analítico das circunstâncias e nunca é obtida de uma vez por todas. Uma posição que, em certo momento da luta de classes, afigura-se oportuna, em outra, pode se tornar desfavorável, de modo que não há regras fixas nem receitas uniformes nesse domínio: “Em toda situação revolucionária há um número limitado de possibilidades objetivas. O êxito do desempenho revolucionário requer a capacidade de tomar decisões que não ultrapassem essas possibilidades” (Ramos, 2016, p. 65). Por conseguinte, a aptidão de discernir em determinadas situações o que é ou não uma possibilidade objetiva é própria do que o sociólogo caracterizou como competência revolucionária, atributo intrínseco à consciência crítica, já que a revolução significa uma transformação consciente da sociedade – mas que não ocorre por meio da consciência ingênua ou de uma falsa consciência. Dessa maneira, para Guerreiro Ramos, o princípio de limites apresenta afinidade com a categoria de “possibilidade objetiva” pensada por Lukács ao formular que “a teoria objetiva da consciência de classe é a teoria de sua possibilidade objetiva” (Lukács, 2003, p. 189), assim como se aproxima da reflexão de Karl Marx ao constatar que “os homens fazem a sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (Marx, 2011, p. 25).

Isso não significa que o princípio de limites seja incompatível com a iniciativa revolucionária, afinal, “A história só conta as revoluções ocorridas. Não se fez, nem se poderá nunca fazer, a história das revoluções que não aconteceram, não por falta de possibilidades objetivas, mas por falta de iniciativa” (Ramos, 2016, p. 66). As possibilidades objetivas de uma situação social não se efetivam automaticamente, mas por intermédio de ações, decisões, e todo revolucionário autêntico, de acordo com o autor, cria as condições da revolução na medida em que toma ciência de uma virtualidade concreta. Para fins de exemplificar esse raciocínio, o sociólogo menciona: ocasiões nas quais Lênin ficou em dissídio total com seus camaradas, como no contexto de enunciação das *Teses de Abril*, documento que fundamentava a palavra de ordem “Todo poder aos soviets”; a capacidade de iniciativa realista de Che Guevara e demais líderes da Revolução Cubana, desde a tática do foco insurrecional, passando pela fase de Sierra Maestra, até o episódio do bloqueio estadunidense – conforme o autor, devido a essa competência, as lideranças cubanas puderam tirar partido das tensões entre China e União Soviética, coagindo ambas a dar suporte a suas decisões; o realismo de Leonel Brizola na agitação política e organização da Campanha da Legalidade por ocasião da renúncia de Jânio Quadros em 1961. Avaliamos ser interessante compartilharmos diretamente algumas palavras de Guerreiro sobre seu companheiro de partido:

Presentemente, o Sr. Leonel Brizola, tudo o indica, parece não estar disposto a ser agente passivo dos acontecimentos e cada vez mais nele se acentua a característica oposta. É, hoje em dia, um líder populista, que persegue, de modo consciente, o objetivo de interferir na condução dos negócios públicos, segundo diretrizes e métodos que ele mesmo proclama “não convencionais”. Sem nenhuma dúvida, dentre os líderes populistas, o Sr. Leonel Brizola se destaca precisamente por sua capacidade de iniciativa política, fundamentada nas virtualidades concretas da atual etapa em que se encontra o país. O êxito do Sr. Leonel Brizola depende da acurácia de sua avaliação dos acontecimentos, segundo o “princípio de limites” (Ramos, 2016, p. 68).

Observemos que Guerreiro classificava Brizola como líder populista. Sem embargo, a *práxis* política do ex-governador do Rio Grande do Sul extrapolava a categoria populismo desenvolvida pelo sociólogo, pois se tratava de uma liderança cuja linha de ação não se limitava ao “libertarismo superficial” característico da política populista e de seus principais expoentes, de acordo com a formulação exposta no capítulo três. Podemos dizer que Leonel Brizola foi forjado num tempo e espaço de polarização da massa obreira nos termos pequeno-burguês, próprio do início da industrialização, quando as classes despontavam de maneira rudimentar, mas atingiu a política ideológica, isto é, um ponto de vista sistemático de classes e categorias sociais ajustado à psicologia coletiva do pré-64. Brizola conseguia organizar o povo em vista do princípio de limites porque, em última instância, era dotado de rigor teórico e prático que

não se restringia às coordenadas varguistas, tampouco às doenças infantis do trabalhismo. Se tratava de um quadro do PTB tributário de uma concepção militante a serviço das camadas populares e, portanto, uma figura importante para a reforma político-partidária defendida pelo autor, assim como para a constituição da vanguarda da revolução brasileira.

O princípio de classe social foi enunciado da seguinte maneira: “toda revolução tem destinatários” (Ramos, 2016, p. 69). Todavia, uma verdadeira revolução só se realiza, afirmou Guerreiro, quando o seu destinatário é uma classe ou coalizão de classes representativa de avanço no nível das forças produtivas. E se a revolução tem destinatários, a contrarrevolução não é diferente e se destina às classes que pretendem restaurar um estado de forças produtivas já liquidado ou em adiantada liquidação. Nesse sentido, o autor sublinhou que revolução é forma aguda e crítica da luta de classes, logo, para o quadro revolucionário estar concretamente situado na luta de classes é imprescindível uma organização que o coloque em contato permanente com as classes/camadas sociais que representa. A ausência de uma organização capaz de realizar essa mediação inviabiliza as grandes transformações de caráter econômico, político, social, além da própria estabilidade no poder, pois sem suportes sociais organizados, o poder não se conserva nas mãos dos que o exerçam. A exemplo disso, o sociólogo citou o caso de Jânio Quadros que, uma vez na presidência da república, pretendeu fazer uma “revolução” sem tais suportes, não deixando claramente perceptível, em determinado momento, quais eram os destinatários do seu governo:

Um dito popular muito significativo diagnosticou na época o governo do ex-governador paulista. Chamavam-lhe de “vento encanado” porque, explicava-se, “fazia mal a todo mundo”. Conhece-se a sorte do Sr. Jânio Quadros. Caiu do poder, deixando a nação atônita. **O princípio da classe social não é elucubração abstrata de gabinete. É regra induzida da experiência concreta, da prática revolucionária** (Ramos, 2016, p. 70-71, grifos nossos).

À luz do princípio de classe social, o autor reafirma o princípio da *práxis*, destaca o papel da organização partidária na mediação entre a teoria e a prática junto à classe e/ou às camadas sociais que constituem sua base e, por tabela, refuta aquela ideia recorrente em campanhas eleitorais exprimida no “vamos governar para todos”. Por mais ampla que fosse a noção de vanguarda proposta pelo sociólogo, visto que comportava uma coalização de classes e interesses, não estava no plano da revolução brasileira uma transformação para todos os segmentos da sociedade – o projeto nacional tinha seus destinatários, e entre eles não figuravam os setores mais reacionários da burguesia cuja subserviência ao imperialismo e a defesa da lógica oligárquica ainda predominava. Evidentemente, é possível abordarmos o equívoco a respeito de uma vanguarda popular ter apostado na existência de uma burguesia nacional com

projeto autônomo que antagonizasse rigorosamente com o imperialismo. Não obstante, o fundamental para nós nesse aspecto é destacar que só por meio da mais pura abstração seria possível pensar uma transformação em termos de projeto que contemplasse a todos nos marcos da produção desigual do capitalismo. Aqueles que advogam politicamente em nome de todos, na verdade, possuem seus destinatários, mesmo que inconscientemente. Guerreiro tinha clareza quanto a isso, e os destinatários de seu projeto nacional e democrático eram majoritariamente camadas da classe trabalhadora.

Por fim, o princípio da totalidade, segundo o autor, decorre necessariamente do objetivo essencial de toda revolução, isto é, suprimir ou modificar uma situação vigente. Para elucidar esse princípio, o sociólogo recorreu às reflexões de Lênin quando este denunciava os limites das lutas de classes pautadas pelo “economismo” e/ou sindicalismo (*trade-unionismo*), exatamente porque se prendiam aos aspectos tópicos da realidade social, sem compreendê-los em seu caráter geral. A luta econômica ou sindical, quando não integrada numa estratégia e tática referidas à compreensão global da situação vigente, não apresenta envergadura para além das demandas imediatas dos trabalhadores, assim como torna-se sutil instrumento da classe dominante para postergar sua derrocada. Não se constrói uma revolução por meio de movimentos espontâneos da classe ou categoria social, pois o processo revolucionário consiste num movimento consciente que visa a efetivar uma possibilidade objetiva que só pode ser conhecida concretamente enquanto situada numa totalidade. Por esse viés, a utilidade metódica da categoria totalidade no tocante à revolução serve para determinar o elo mais fraco, de tal modo que “Nunca será realmente líder revolucionário quem não saiba, com precisão, enxergar o instante do agora ou nunca, quem preso a comandos rígidos, a fórmulas fixas, não sabe encontrar o elo mais fraco de uma situação e, a partir daí, tomar uma decisão” (Ramos, 2016, p. 72-73). A tese do elo mais fraco da corrente foi uma contribuição importante para nosso autor pensar o princípio da totalidade, razão pela qual avaliamos adequada a reprodução das palavras do ilustre dirigente bolchevique:

Qualquer questão “se move num círculo vicioso”, pois toda a vida política é uma cadeia sem fim, composta de uma série infinita de elos. Toda a arte de um político consiste em encontrar e agarrar-se com força precisamente ao pequenino elo que menos lhe possa ser arrancado das mãos, que seja o mais importante num dado momento e que melhor garanta a seu possuidor a posse de toda a cadeia (Lênin, 2020, p. 179).

A tese do elo mais fraco equivale, na visão de Guerreiro Ramos, à contribuição original de Lênin para a teoria da revolução, pois remete às questões que não tinham sido previstas nem por Marx e Engels. A convicção de Lênin ao afirmar que se o mundo capitalista de sua época

fosse uma cadeia, então, o elo mais fraco desta era a Rússia, abriu a possibilidade da revolução socialista vingar na periferia do sistema, e não somente nos países de adiantada industrialização, conforme era consenso entre intelectuais e dirigentes marxistas até os acontecimentos de 1917. Tal conclusão de Lênin pressupunha análise prévia da situação do capitalismo mundial enquanto totalidade concreta, de modo que o êxito da revolução de outubro atestou que o elo mais fraco da corrente realmente estava onde o revolucionário russo havia apontado, a despeito de sua expectativa quanto à revolução socialista mundial não ter sido confirmada pela falta de adesão dos países de proletariado avançado à derrocada da burguesia na Rússia.

A partir do ponto de vista da totalidade, o sociólogo refletiu sobre o ineditismo de sua etapa histórica e pontuou que a cultura e a técnica não se apresentavam em lugares privilegiados do planeta como ocorria em tempos anteriores: “civilização e barbárie não são categorias geográficas, são categorias sociais” (Ramos, 2016, p. 79). Por esse prisma, os povos materialmente mais defasados tinham a possibilidade de ingressar no mais alto nível de subjetividade da época pela mediação de seus quadros dirigentes. O teatro das revoluções em África e Ásia, desobedecendo aos esquemas teóricos majoritários da primazia do modelo democrático-burguês para os países periféricos, era a evidência da elevação da consciência das massas por meio da universalização da civilização, condição propícia à formação de quadros hábeis para mobilizar tais povos em projetos revolucionários que ultrapassavam significativamente a qualidade material de suas circunstâncias vegetativas. Nesse sentido, Guerreiro pensava a lei de fases ao interpretar seu tempo histórico à luz da redução, isto é, sem cair numa armadilha faseológica/etapista que atribui validade irrestrita a determinados modelos e processos histórico-sociais. Tal enquadramento analítico condicionava a própria percepção de socialismo defendida pelo autor:

Nos dias de hoje, o socialismo se tornou processo mundial. Não é mais apenas teoria de isolados intelectuais subversivos. Não é mais regime concreto geograficamente segregado. É uma força mundial, que se faz sentir sob a forma de consciência reivindicadora dos povos, principalmente dos chamados subdesenvolvidos, e sob a forma de solidariedade ativa das massas, contra o colonialismo em todas as suas modalidades. O socialismo é o modelo de toda revolução popular da presente época, independentemente da qualidade do modo de produção (Ramos, 2016, p. 79).

O sociólogo destacou muito bem o fato de a construção do socialismo demandar necessariamente a integração da luta anticolonial, independentemente do grau de desenvolvimento das forças produtivas da realidade em questão – vale a máxima de Domenico Losurdo: “Quem não quer falar do colonialismo deve calar-se também sobre o fascismo e o capitalismo” (Losurdo, 2018, p. 97). Dito de outra forma, era imprescindível pensar a

sociabilidade do capital na sua universalidade, para que as suas manifestações particulares não fossem tomadas como absolutas. Assim, o colonialismo não era um problema das regiões do sul global, mas também das vanguardas proletárias do norte, pois não há libertação da classe trabalhadora nos países centrais diante da manutenção da superexploração da força de trabalho na periferia. Dessa forma, equacionar a luta anticolonial ao projeto socialista era – e continua sendo – tarefa de todo e qualquer intelectual ou organização que reivindique o poder popular e a edificação do socialismo. O caminho para enfrentar a exploração capitalista e suas expressões mais abomináveis (os fascismos) era socialista. Mas sem a assunção do anticolonialismo colocado na ordem do dia pelas nações subdesenvolvidas em processo de libertação, qualquer projeto democrático, seja ele burguês ou socialista, se torna um tigre de papel.

5.1.1 Atitude, situação e modelos de revolução

A história decorrida das lutas sociais revela que o elemento decisivo que assegura o êxito de toda revolução não é um **modelo prévio** desta, mas a objetividade da **atitude revolucionária** dos que a empreendem. É assim impossível uma teoria da revolução, à maneira de receita a ser seguida em face de **determinada situação** (Ramos, 2016, p. 81-82, grifos nossos).

Ao partir desse pressuposto, o sociólogo compreendia que o êxito de dirigentes como Fidel Castro e Lênin junto a suas bases, por exemplo, se deve menos a uma teoria revolucionária concluída do que à atitude revolucionária que os tornou capazes de tirar partido das circunstâncias particulares que experimentaram quando decidiram tomar o poder. Por conseguinte, “só é possível fazer a teoria das revoluções que aconteceram, e não das revoluções por acontecer. Elaborar uma teoria da revolução como algo final é aspiração de professores. Não é tarefa de revolucionários” (Ramos, 2016, p. 82). Estava em jogo, para Guerreiro Ramos, descrever as características da atitude revolucionária objetiva, proceder a sua fenomenologia, pois aqueles que acreditam numa teoria final da revolução não fazem revolução em lugar nenhum. Da mesma forma, nada mais nocivo à *práxis* revolucionária do que tomar os escritos da tradição marxista (Marx, Engels, Lênin, Stálin, Mao Tse-Tung) como se fossem dotados de atributos bíblicos ou evangélicos. Esse movimento teórico é absolutamente importante para pensarmos as contribuições da redução sociológica às ciências sociais contemporâneas: primeiro, pela assimilação crítica da teoria produzida por dirigentes revolucionários que, na maioria das vezes, sequer são vistos como cientistas, atribuindo-lhes estatuto epistemológico; e segundo, pelo estímulo à sociologia para que a disciplina pudesse colaborar com os processos revolucionários em ato, desviando da tendência escolástica de criar uma “teoria da revolução

final” e caminhando para superar o vício de abordar as revoluções do passado do ponto de vista formal e à revelia da luta de classes.

Quanto à descrição da atitude revolucionária, o autor elencou cinco características fundamentais. A primeira delas se refere à indignação moral, ao imperativo ético inerente a todo processo revolucionário. À vista disso, a atitude revolucionária implica a indignação moral contra uma ordem de coisas que se apresenta à consciência do revolucionário como injusta do ponto de vista do interesse geral da coletividade. O elemento ético não pode estar ausente em nenhuma revolução porque é ele que polariza os esforços dos cidadãos e, sob a força de um imperativo da consciência, os convence aos sacrifícios pessoais cotidianos em nome das tarefas coletivas. A sociedade que os revolucionários desejam construir por ordem da necessidade histórica contém uma ética que, como frisou Guerreiro, é vivida por antecipação: nessa vivência reside o traço distintivo de toda conduta revolucionária.

A segunda característica da atitude revolucionária implica a certeza de que os pilares da ordem social vigente se encontram em processo de irremediável deterioração. Todo revolucionário considera a história como sua aliada, motivo pelo qual Guerreiro assinalava que o revolucionário possui uma “fé sociológica”, quer dizer, uma fé fundamentada nas tendências reais do movimento social, na razão histórica da época, e não em elementos místicos e irracionais. Sem embargo, é possível pensarmos também na fé dos revolucionários em termos místicos e religiosos sem perder de vista o materialismo histórico e dialético, como formulou José Carlos Mariátegui:

O proletariado tem um mito: a revolução social. Dirige-se para este mito com uma fé veemente e ativa. A burguesia nega; o proletariado afirma. A intelectualidade burguesa entretém-se numa crítica racionalista ao método, à teoria, à técnica dos revolucionários. Quanta incompreensão! A força dos revolucionários não está na sua ciência; está na sua fé, na sua paixão, na sua vontade. É uma força religiosa, mística, espiritual. É a força do Mito. A emoção revolucionária, como escrevi num artigo sobre Gandhi, é uma emoção religiosa. Os motivos religiosos se deslocaram do céu para a terra. Não são divinos; são humanos, são sociáveis (Mariátegui, 2005, p. 59-60).

À luz da tese do marxista peruano, a força dos revolucionários não está propriamente na sua ciência, no seu método, mas na fé combativa cuja expressão máxima é a revolução social. Por esse viés, podemos pensar que a atitude revolucionária destacada por Guerreiro tem como substrato a fé sociológica, mas só se realiza na medida em que encontra a emoção religiosa/mística da luta social. Afinal de contas, o marxismo não se tornou a ciência do proletariado somente por explicar melhor do que a tradição científica burguesa a anatomia do modo de produção capitalista, mas porque levou os homens, inconformados com a ordem vigente, a viver perigosamente através do mito revolucionário, da fé no comunismo que busca

o reino dos céus na terra, aqui e agora. É do próprio exame da sociedade do capital enquanto totalidade histórica confrontada com a estrutura econômica para a qual essa sociabilidade caminha por absoluta necessidade que eclode a imaginação e a fé revolucionária, a mística materialista e dialética.

A terceira característica da atitude revolucionária supõe que “o momento da insurreição é condicionado objetivamente pelo processo histórico-social, mas o fato de deflagrá-la é ato responsável e livre do líder ou do aparelho de liderança, que põe a prova a sua clarividência” (Ramos, 2016, p. 83). Em outras palavras, o sociólogo estava sublinhando o fato de que a razão histórica trabalha pelo revolucionário, mas por si só não promove o colapso da ordem social vigente, de tal maneira que uma situação revolucionária pode ser abortada se a vanguarda não for capaz de tomar a iniciativa insurrecional. O processo histórico revolucionário é também um espaço de criação aberto à liberdade pessoal e coletiva – dentro do princípio de limites – e exige de seus quadros e militantes a ciência em ato: o exercício da atitude revolucionária é próprio daqueles que praticam a redução sociológica.

“A atitude revolucionária não se submete a modelos finais de revolução, antes, pelo contrário, confia na possibilidade de inovar no terreno da estratégia e da tática, a fim de responder adequadamente ao ineditismo de vicissitudes históricas concretas” (Ramos, 2016, p. 84): eis a quarta característica da atitude revolucionária. Isso implica que todo revolucionário, nos termos de Guerreiro Ramos, é um revisionista, pois sabe que o êxito de sua façanha depende de tirar partido em tempo hábil das circunstâncias favoráveis ao seu projeto de criação histórica. O exercício da crítica aos modelos e experiências revolucionárias de outros povos, tomando-as como elemento subsidiário (lei do caráter subsidiário da produção científica estrangeira) é decisivo para que a vanguarda passe do plano de colecionadora de ideias para o de produtora de ideias revolucionárias.

A quinta e última característica da atitude revolucionária diz respeito à linha justa da revolução, isto é, “a atitude revolucionária é realista e, portanto, não sacrifica um avanço possível por uma exigência supostamente ortodoxa que exorbite das condições viáveis num determinado momento” (Ramos, 2016, p. 84). Todo revolucionário, de acordo com Guerreiro, tem um problema de linha justa, mas esta não pode ser pautada por nenhuma agência oracular estranha à sociedade nacional, muito menos ser deduzida de postulados dogmáticos e impostos de modo manualesco: é das condições particulares nas quais estão inseridos os quadros e militantes que se induz cientificamente a linha justa da revolução. Tal qualidade se assemelha à noção de *realpolitik* revolucionária desenvolvida por Lukács em seu estudo sobre o pensamento de Lênin:

Desse modo, quando se busca seu contexto e sua fundamentação, a *realpolitik* de Lênin mostra-se *como o ponto mais alto já atingido pelo materialismo dialético*: de um lado, uma análise rigorosamente marxista, simples e sóbria, mas extremamente concreta das condições dadas, da estrutura econômica e das relações de classe; de outro, uma visão clara – não deformada por nenhum tipo de preconceito teórico e desejo utopista – de todas as novas tendências que resultam dessas condições. Mas essa exigência aparentemente simples e, de fato, surgida da essência da dialética materialista – que é, na verdade, uma teoria da história – não é fácil de ser satisfeita. Os hábitos de pensamento do capitalismo educaram todos os homens, sobretudo aqueles orientados cientificamente, no costume de querer sempre esclarecer o novo apenas a partir do antigo, em explicar o atual integralmente a partir do passado (Lukács, 2012, p. 89, grifos do autor).

O realismo intrínseco à atitude revolucionária, em última instância, tensiona a mentalidade científica dominante no sentido de reformá-la, na medida em que se orienta pela indução de novas categorias e conceitos extraídos da análise concreta da situação concreta. Não por acaso, Guerreiro dedicou esforços em organizar sistematicamente o método redutor: consiste em orientações simples, praticadas por todo e qualquer pesquisador rigoroso. Porém, é o simples ao mesmo tempo complexo, ainda mais nas circunstâncias de formação científica de países que experimentaram o colonialismo e permanecem em contextos de subdesenvolvimento e dependência, nos quais a tentação de importar teses e modelos políticos é parte constitutiva da própria sociabilidade.

A atitude revolucionária, não obstante, revela o seu realismo ao tirar partido das possibilidades oferecidas pela situação revolucionária. Conhecer os sintomas da situação revolucionária é tarefa fundamental, segundo o sociólogo, não para contemplá-los como quem se regozija com o mero prazer intelectual, mas à guisa de reconhecimento prévio de um terreno que irá comportar o teatro de batalhas decisivas. Entre tais sintomas, nosso autor elencou cinco, os quais percebia como os mais salientes. O primeiro consiste na “Perda pela minoria dominante do controle da situação econômica e política” (Ramos, 2016, p. 85): tal situação ocorre quando o interesse geral da economia não se compadece com nenhuma composição a que se disponha a minoria detentora do poder. Numa sociedade capitalista, o interesse geral da economia é o interesse do capital que, todavia, pode ser contemplado em diversas composições do bloco de poder. Via de regra, esses cenários são contornados com rearranjos das frações de classe da burguesia de acordo com o padrão de acumulação exigido em determinado contexto histórico. No entanto, o grau de organização da classe trabalhadora e sua vanguarda pode acelerar e intensificar as contradições dessa situação, alçando-a ao patamar revolucionário.

O segundo sintoma da situação revolucionária se refere à “Acentuada consciência coletiva da caducidade do sistema institucional vigente” (Ramos, 2016, p. 87). O descompasso das instituições em relação à realidade social se traduz, subjetivamente, na repulsa popular ao

que se considera sobrevivência do passado, resquício de “antigo regime”. Seguramente, tal aspecto subjetivo tem fundamento concreto no mal-estar resultante da incapacidade das instituições em atender às demandas sociais. Sem embargo, quando uma situação vigente assume, aos olhos das camadas populares, o caráter de “antigo regime”, seus dias estão contados, pois toda revolução é inspirada, reforçou o sociólogo, por um ideal de atualização, de contemporaneidade, que indispõe os seus adeptos contra toda expressão de anacronismo e obsolescência.

“Ineficiência do aparelho governamental no tocante aos negócios ordinários e especialmente à defesa da autoridade e do regime” (Ramos, 2016, p. 88) diz respeito ao terceiro sintoma da situação revolucionária, sendo um de seus sinais mais inequívocos de acordo com o autor. Nessa circunstância, os serviços do Estado entram em falência ostensiva, firmando-se cada vez mais entre as camadas populares a convicção de que constituem peso morto devido a sua escassa ou nula vinculação às necessidades públicas – os próprios agentes estatais passam a aderir às críticas dirigidas às instituições burocráticas e administrativas mediante a atitude do público. A situação revolucionária se aproxima de um desfecho dramático quando, na avaliação de Guerreiro, o aparelho de segurança nacional reage de modo lerdo e insatisfatório, com tolerância às manifestações contra a ordem vigente. Na discussão sobre ideologia e segurança nacional, o sociólogo destacou que a divisão interna nas forças armadas era salutar para o processo democrático e de edificação de um projeto ajustado à consciência crítica e às aspirações do povo brasileiro. Agora, percebemos que numa situação revolucionária as forças armadas podem se adequar às reivindicações das massas, aprofundando a dualidade de poder que se declara com toda a nitidez no momento insurrecional.

A deserção dos intelectuais constitui o quarto sintoma da situação revolucionária. Na ótica de Guerreiro, os intelectuais, enquanto categoria, representam uma camada de pessoas que pretendem conduta inteligente e superior à daqueles que ordinariamente não vivem sob o prisma da reflexão, apesar das suas diferenças de formação teórica e ideológica. Na situação revolucionária, ante a esterilidade funcional da minoria dominante que a incompatibiliza com o povo, os intelectuais acabam se recusando a apoiar o *status quo*:

Os intelectuais conservadores desertam de suas posições antigas, e passam a abraçar novas ideias, tanto mais depressa quanto mais avança o processo revolucionário, ao mesmo tempo em que intelectuais antes marginalizados nas esferas do chamado mundo cultural passam a ser aí admitidos e por fim festejados (Ramos, 2016, p. 90).

Por último, o quinto sintoma da situação revolucionária corresponde aos “Espontâneos movimentos de massa e organização revolucionária” (Ramos, 2016, p. 90). O descontentamento

conduz as massas a ações em defesa daqueles que proclamam seus interesses, desde as formas costumeiras de protesto, como as greves e dissídios, até recursos como a depredação, o motim, o assalto. Além disso, nesta fase, as organizações com fins revolucionários, ocultos ou explícitos, se preparam para o momento culminante com a cumplicidade e tolerância das próprias autoridades – já minadas moralmente e, por isso, tímidas em suas reações à oposição. O sociólogo observava no pré-64 esse sinal:

No Brasil de hoje também não falta esse sinal. O ex-governador Leonel Brizola, por exemplo, que tenta, nos dias atuais, organizar um movimento popular pelas reformas, declara na tribuna da Câmara Federal, na televisão, no rádio e na imprensa escrita, que não acredita numa solução “convencional”, ou seja, que não se ajusta às práticas tradicionais do regime. Igualmente “não convencionais” são, entre outras, organizações como o Pacto Sindical da Unidade e Ação, o Comando Geral de Greve, as Ligas Camponesas, a Frente Parlamentar Nacionalista, o Comando Geral dos Trabalhadores (Ramos, 2016, p. 91).

No que concerne aos modelos de revolução, o sociólogo ponderou ser útil procurar conhecer os modelos possíveis, de tal maneira que modelo não seria sinônimo de arquétipo, mas virtualidade contida num processo em curso: “É algo que o passado confirma, porém que se induz também do presente, do acontecer, aqui e agora” (Ramos, 2016, p. 91). Revolução repousa no agir coletivo, realizando-se ou não conforme determinados atributos subjetivos da coletividade que, por sua vez, não são arbitrários, mas condicionados por questões materiais e necessidades concretas. Em outros termos, se trata de um querer que, só dentro de limites, pode ser manipulado. Por esse ângulo, Guerreiro destacou quatro modelos de revolução pelos quais ocorre episodicamente a mudança de conteúdo do poder numa sociedade: a circulação de elites, a derrocada, a revolução assumida e a revolução direta.

Por circulação de elites referiu-se “às alterações que, sem perda essencial do poder, uma minoria realiza em sua composição interna, pela incorporação de novos membros, provenientes de camadas sociais em oposição ao seu mandato” (Ramos, 2016, p. 94). Por meio desse modelo, acomodam-se interesses de diferentes classes, evita-se a rigidez em suas relações e, no limite, posterga-se a derrocada. A Proclamação da República em 1889 e a Revolução de 1930 foram episódios, segundo Guerreiro, incluídos na categoria de circulação de elites, pois, nesses exemplos históricos, a classe dominante mudou a atitude e novos círculos lograram promoção ao poder, resultando em melhorias concretas para setores expressivos antes desassistidos em suas reivindicações.

A respeito da derrocada, o autor salientou três aspectos, sintetizados da seguinte forma: “A derrocada é (a) assalto armado ao poder, que, uma vez bem sucedido, (b) implica a deposição e, às vezes, liquidação física de governantes, como passo preliminar para (c) a instauração de

novo regime em nome de interesses sociais esbulhados” (Ramos, 2016, p. 95). Fruto da extrema rigidez entre a classe dominante e as demais classes, o que significa a inviabilidade da circulação de elites, a derrocada é obra de militantes iniciados na técnica insurrecional, e sua permanência no poder é exclusivista, isto é, não tolera os beneficiários da antiga ordem. Nesse sentido, o grau de violência dessa intolerância varia proporcionalmente ao antagonismo entre vitoriosos e vencidos. No Brasil, Guerreiro mencionou algumas tentativas frustradas de derrocada, como as quarteladas de 1922 e 1924, os levantes, paulista de 1932, comunista de 1935 e integralista de 1938. Todavia, na sua percepção, círculos derrocadistas nutriam esperanças de uma oportunidade na conjuntura efervescente do pré-64. Os mais notórios eram as Ligas Camponesas dirigidas por Francisco Julião, dissidências do PCB vinculadas à “linha chinesa”, grupos ligados à internacional cubana, e até mesmo o então deputado Leonel Brizola poderia recorrer à tática insurrecional, caso os meios tradicionais sucumbissem no encaminhamento de soluções para a crise nacional.

A revolução assumida é aquela em que “um círculo dominante realiza atendendo a reivindicações de camadas sociais radicalizadas, mas no interesse do desenvolvimento de possibilidades contidas ainda no vigente sistema econômico-social” (Ramos, 2016, p. 97-98). Sua efetivação não implica derrocada, porque se trata de outorga, concessão da classe ou fração de classes que permanecem no poder. Pode implicar circulação de elites, mas não necessariamente – quer dizer, repete a lógica das concessões às demandas de grupos à margem do poder, como na circulação de elites, mas sem precisar integrá-los ao bloco de poder. De acordo com o sociólogo, a abolição da escravatura foi o resultado final de uma revolução assumida em nossa história política nacional, pois, quando Nabuco chamou a campanha abolicionista de “mandato da raça negra” e a Lei Áurea foi votada num congresso, em sua maioria constituído por homens que combateram o abolicionismo até o último momento, exprimiu-se cabalmente o seu sentido. Do mesmo modo, a implementação do Estado Novo foi expressão da revolução assumida ao cumprir o sentido reverberado na Revolução de 1930 – fazer a revolução antes que o povo a fizesse. Logo, podemos constatar que os marcos da revolução burguesa no Brasil oscilaram entre revolução assumida e circulação de elites sem que a ordem dos fatores alterasse o produto: primeiro, Abolição da escravatura, em 1888, seguida da Proclamação da República, no ano de 1889 (revolução assumida e circulação de elites); depois, Revolução de 1930 e o subsequente Estado Novo, em 1937 (circulação de elites e revolução assumida). Essa interpretação, inclusive, vai ao encontro de Florestan Fernandes (2020) quanto à dimensão autocrática da dominação burguesa no Brasil, pois evidencia os

acordos tácitos entre as elites das classes dominantes, o peso das oligarquias e estamentos senhoriais na transição gradual para a modernidade capitalista:

Portanto, a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal ou formal, mas eram socialmente inoperantes) (Fernandes, 2020, p. 210).

E, na conjuntura dos anos 1960, Guerreiro Ramos identificava círculos e sujeitos que perseguiram uma revolução assumida, como era o caso da carreira política de seu companheiro de partido San Thiago Dantas, cuja intenção lembrava a de Nabuco ao abraçar a causa abolicionista no século XIX. E, de fato, o autor confirmava a existência de chances reais para unificar em uma frente a burguesia industrial e a massa dos trabalhadores. Contudo, ponderava que uma pauta como a da reforma agrária, caríssima aos interesses dos trabalhadores, poderia se concretizar enquanto “mandato do operariado rural e urbano” assumido por círculos dominantes, como anteriormente ocorreu com a pauta abolicionista. O mesmo raciocínio valia para as outras reformas de base que, virtualmente, poderiam acabar igualmente submetidas a essa equação política, passando por adaptações que favoreceriam em maior escala as classes dominantes quando comparadas aos seus principais destinatários.

5.1.2 Revolução direta e socialismo

Por revolução direta foi designado o problema da realização do socialismo. Tal modelo se distingue dos demais porque não é mediado por uma minoria, mesmo que construído em nome da maioria, ou seja, só se verifica onde a maioria participa ativamente da política sem delegar as funções de reconstrução social a um grupo restrito que a represente. Por esse prisma, a revolução direta implicava, indubitavelmente, a implantação do socialismo, isto é, “a substituição da propriedade privada dos meios de produção pela propriedade social dos mesmos, de início, mediante a substituição do Estado burguês por um Estado *de* trabalhadores” (Ramos, 2016, p. 102, grifo do autor). Destacou-se o “*de*” para diferenciar e afirmar que não estaria mais em jogo um Estado dirigido por uma burocracia pretendidamente representativa da classe trabalhadora, mas sim um Estado fundamentado na democracia obreira, com intensa capilaridade política, no qual a circulação vertical fosse livre ou somente obstruída por impedimentos consentidos coletivamente. Na visão do sociólogo, esse tipo de revolução ainda não havia se concretizado. Entretanto, era indispensável o debate acerca desse tema:

Discutir, porém, o assunto tem interesse propedêutico, pois conduz à dissipação de inveteradas noções falsas que, no momento, aprisionam a consciência popular e amortecem, quando não paralisam, movimentos políticos e sociais de positivo sentido histórico. A fim de impulsionar para frente o pensamento crítico de nossa época, é necessário submeter à discussão teses e conceitos tidos como tranquilos em meios de vanguarda e que, à luz de critérios intransigentes, revelam-se nefastos (Ramos, 2016, p. 102).

Uma das noções inerentes à revolução direta abordadas por Guerreiro se refere à espontaneidade. O autor levantou essa lebre através da passagem do *Manifesto Comunista* na qual está colocado que “o movimento proletário é o movimento espontâneo de imensa maioria em proveito da imensa maioria”⁶³. Na interpretação do sociólogo, o sentido de espontâneo aqui não significa instintivo, intempestivo, irracional, súbito ou explosivo, mas que um movimento operário é espontâneo quando é “impulsionado por motivos longamente amadurecidos e sedimentados, que refletem estado generalizado da condição subjetiva e objetiva do proletariado em sua ‘imensa maioria’” (Ramos, 2016, p. 116). Assim, o socialismo só se concretizaria quando a maioria da sociedade, pelo alto nível qualitativo de suas condições objetivas, “tende espontaneamente para ele” (Ramos, 2016, p. 103), ou seja, a massa precisa tender ao socialismo para que sua edificação não degenerem em terrorismo – a espontaneidade do movimento operário assegura o êxito da revolução socialista porque a classe trabalhadora não pode ser salva à sua revelia. Essa reflexão apresenta uma certa ambiguidade na obra de Guerreiro Ramos, mas procuramos tratá-la da seguinte forma: a nosso juízo, a espontaneidade ou tendência ao socialismo está diretamente relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas. Porém, em alguns contextos, essa situação material estará real ou virtualmente avançada de acordo com a etapa democrático-burguesa, enquanto em outras circunstâncias históricas, essa possibilidade já havia esgotado e a única alternativa desenvolvimentista seria o socialismo. Não estava nos esquemas do sociólogo trabalhista uma interpretação etapista da história na qual toda nação tivesse que passar pela fase democrático-burguesa para depois alcançar o socialismo. Inclusive, experiências de inclinação socialista no continente africano, como a luta anticolonial dos Mau Mau no Quênia, ou a própria Revolução Cubana, eram exemplos de experiências cujo desenvolvimento das forças produtivas só seria possível por meio de uma formação econômico-social de caráter socialista, pois o barco do desenvolvimento

⁶³ Não tivemos acesso ao texto do *Manifesto* utilizado por Guerreiro Ramos. Ao que tudo indica, se tratava do volume 1 da primeira edição das *Obras escolhidas* de Marx e Engels, publicado pela Editora Vitória em 1956. Entretanto, consultamos algumas edições mais recentes do *Manifesto*, pois o termo “movimento espontâneo” nos pareceu uma tradução estranha para o trecho referido. E o que percebemos foi que a edição em português da Boitempo Editorial, publicada em 1998 e com recentes reimpressões, e a edição em espanhol da Alianza Editorial, de 2001, traduziram, respectivamente, como “movimento autônomo” e “movimento independente”. Ambas as traduções passam ao largo de atribuir ao proletariado a característica de “movimento espontâneo”.

capitalista orientado para uma pujante industrialização e organização do mercado interno já havia zarpado:

O socialismo assume cada vez mais, em nossa época, feição de método político e econômico, adequado para promover o desenvolvimento acelerado de nações onde o capitalismo ou não chegou a medrar, ou se encontra em condições ainda rudimentares. É provável que o socialismo só se torne factível em escala universal, implicando isso a derrocada do capitalismo, depois que os povos periféricos tenham elevado significativamente o nível de suas forças produtivas. Enquanto isso não se efetivar, o imperativo da revolução socialista mundial fica subordinado às conveniências dos diferentes empreendimentos de construção do socialismo em países isolados (Ramos, 2016, p. 114).

Por outro lado, tender espontaneamente ao socialismo não pode ser reduzido ao êxito no desenvolvimento das forças produtivas, é necessário que o povo esteja amplamente mobilizado pelo diapásão da classe trabalhadora e de sua vanguarda. Caso contrário, a revolução socialista seria inútil, pois bastaria elevar gradualmente as condições materiais da sociedade até que o socialismo se realizasse. Entretanto, há o fator subjetivo, as massas precisam desejar a revolução. No caso brasileiro, a avaliação de Guerreiro era de que a possibilidade objetiva gravitava em torno da consecução de reformas de base, da reorganização do bloco de poder nos termos democráticos-burgueses de outro tipo, com participação popular. Não havia ainda uma correlação de forças capaz de concretizar o socialismo, de modo que a revolução brasileira advogada pelo sociólogo tinha vocação socialista (mas não era essencialmente socialista), e isso estava fundamentado na sua interpretação da nossa história política, cultural, e no modo pelo qual ocorreu por essas bandas o processo de industrialização e integração ao capitalismo hegemônico. Era nítido para o autor que o socialismo se tratava de uma necessidade histórica cuja sustentação de modo isolado seria inviável, ou seja, a ideia de “socialismo em um só país”, no limite, não resistiria. Ao mesmo tempo, mediante a concepção de que o socialismo se tornara a tendência histórica dominante de sua época, sua lei estrutural, não caberia hesitar em construí-lo onde fosse possível, a despeito do ônus do isolamento, inclusive pelo fato de que para algumas realidades nacionais as únicas escolhas eram socialismo ou barbárie:

O socialismo hoje é menos doutrina do que processo mundial em marcha, que se realiza de modo multifário e muitas vezes rebelde aos esquemas teóricos, por isso mesmo que condicionado por uma cadeia infinita de circunstâncias. É pueril a pretensão de julgar essas circunstâncias a partir de uma teoria supostamente ortodoxa (Ramos, 2016, p. 115).

Diante das complexidades e contradições que envolviam a construção do socialismo, Guerreiro afirmava ser imprescindível o exercício da crítica da revolução por parte dos

revolucionários, pois nenhum socialista deveria silenciar sobre o que lhe parecesse digno de discussão a partir das experiências dos estados operários. À vista disso, Rosa Luxemburgo representava, para o sociólogo, “a mais pura encarnação da atitude idônea que uma vanguarda deve assumir em face das vicissitudes episódicas do socialismo” (Ramos, 2016, p. 124). Rosa percebia a revolução direta como passo preliminar do socialismo autêntico, quer dizer, enquanto movimento histórico que contava com a ação direta e autônoma da massa, movimento próprio da classe operária e não meramente ligado à organização da classe operária. Nesse aspecto, também não via incompatibilidade entre as noções de ditadura do proletariado e democracia socialista, porque ambas as categorias têm por base a mais ativa e ilimitada participação popular desde a tomada do poder. Por essa razão, o autor julgava pertinente e ainda atual a crítica da marxista alemã ao centralismo dos partidos de feição leninista, como podemos observar no texto *Questões de organização da social-democracia russa*:

Além disso, dessa mesma reflexão, resulta que o centralismo no sentido social-democrata não é, de maneira nenhuma, um conceito absoluto, aplicável em igual medida a qualquer fase do movimento operário. Deve, pelo contrário, ser compreendido como uma *tendência*, cuja realização progride proporcionalmente ao esclarecimento e à educação política das massas operárias no decorrer de sua luta (Luxemburgo, 2018, p. 160, grifo da autora).

As reflexões de Rosa sobre a relação entre espontaneidade e direção consciente também podem ir ao encontro das formulações de Guerreiro Ramos. Para a revolucionária do Partido Social-Democrata Alemão, iniciativa e direção consistem menos em comandar arbitrariamente do que adaptar-se à situação o mais habilmente possível, mantendo o mais estreito contato com o moral da massa. A revolução, mesmo sob o comando da classe trabalhadora, não se trata de uma manobra do proletariado em campo aberto, mas antes, uma luta em plena fragmentação, quebra e alteração dos fundamentos sociais, de tal maneira que, se “o elemento espontâneo desempenha um papel tão importante, não é porque o proletariado ‘não é instruído’, mas porque a revolução não admite instrutores” (Luxemburgo, 2018, p. 308). Por esse viés, é importante atentar para o fato de que cada formação social irá tender espontaneamente ao socialismo de uma determinada forma e temporalidade própria, pois as contradições do capitalismo não se apresentam em linha reta, mas num zigue-zague similar a um raio, expressão do desenvolvimento desigual e combinado que descarta qualquer tentativa etapista de interpretação da história. Conforme exprimiu Rosa Luxemburgo, a história não espera pacientemente até que os primeiros países e camadas retardatários tenham alcançado os mais avançados, para que o todo possa continuar seu movimento como uma coluna robusta e simétrica, mas:

Assim que as condições atingem a maturidade exigida, ela já provoca explosões nos pontos mais exponenciais, que se encontram mais à frente, e em poucos dias e meses de tempestade revolucionária se recupera tudo que fora perdido, o desigual é igualado, com um tranco todo o progresso social é colocado em marcha acelerada (Luxemburgo, 2018, p. 331).

À luz dessas colocações, o fator espontâneo, ao mesmo tempo em que não pode ser calculado pela vanguarda, é a antessala da situação revolucionária. O grau de centralização do partido dirigente mediante tais circunstâncias também não pode ser definido *a priori*, pois o centralismo democrático é concebido enquanto tendência, não se trata de um princípio absoluto, motivo pelo qual Guerreiro discutiu a construção de um partido de quadros como tipo ideal, com traços de inspiração leninista, mas com a grandeza e funcionalidade próprias do Brasil no pré-64. Vale a máxima enunciada pelo sociólogo ao praticar a redução no que se refere à organização político-partidária: “é o processo que organiza o processo” (Ramos, 1961a, p. 86).

5.2 NA TRILHA DO HOMEM PARENTÉTICO

A organização enquanto objeto de reflexão sistemática no campo da filosofia e das ciências sociais, sob a ótica de Guerreiro Ramos, assinalava um novo momento da evolução do saber e conferia ao gênero humano um poder sobre si e sobre as circunstâncias sem precedente na história – o ditado “saber é poder” atingia plena validade. A incorporação de tal avanço no horizonte da consciência adicionava à conduta humana qualidade inédita, denominada pelo autor de atitude parentética: com ela, o homem se habilita a ajustar-se ativamente à sociedade e ao universo; sem ela, em contrapartida, se reduz à matéria bruta dos acontecimentos, unidade indiferenciada de um rebanho. Na medida em que se democratize, a atitude parentética fundará a etapa da história consciente do homem – “De humanização da natureza. De naturalização do homem” (Ramos, 2016, p. 204). A descoberta e o estudo dos efeitos da organização sobre a vida humana estariam destinados, por sua vez, à aquisição de relevância idêntica ao conhecimento sistematizado do inconsciente: “A compreensão do inconsciente caracteriza a conduta superior. Do mesmo modo, a compreensão da organização libera a existência humana de grande parte de suas servidões” (Ramos, 2016, p. 206). Por isso, o empenho do sociólogo em tratar a organização como capítulo essencial da teoria revolucionária, pois não existe teoria revolucionária qualificada sem o conhecimento sistemático da organização e seus efeitos. A despeito de considerar que a teoria da organização, profenômeno da sociedade em geral e da vida humana, estava longe de ter alcançado um acabamento satisfatório, nosso autor enunciava

alguns fragmentos discerníveis dessa teoria, a saber: o existencialismo, a sociologia do conhecimento, a sociologia política, a teoria revolucionária e a ciência social socialista.

Em relação ao existencialismo, de modo geral, Guerreiro observava que a filosofia da existência era inspirada num protesto contra a rotina, contra o dever enquanto condicionamento histórico-social heteronômico, quer dizer, em seu cerne ressoa uma rebeldia contra a organização que se traduz na denúncia daquilo que o sociólogo caracterizou como o escândalo existencial por excelência: o embrutecimento do ser humano, enquanto inconsciente das determinações do elemento organizacional sobre a sua existência. As categorias de opção, liberdade, autenticidade, escolha, projeto, implicam, do ponto de vista existencialista, uma crítica indireta dos efeitos da organização no plano pessoal e coletivo. Na sociologia do conhecimento, estava em jogo a própria ideia da redução sociológica, isto é, a essência da sociologia que, nos termos do autor, diz respeito à “atitude metódica à luz da qual se revelam à consciência os condicionamentos sociais externos de todo fato social e humano” (Ramos, 2016, p. 205). Por este viés, noções como “vontade reflexiva” de Ferdinand Tönnies, “pensamento planejado” de Karl Mannheim, e “imaginação sociológica” de Wright Mills exprimem os rudimentos de um novo modo de existência humana, lúcida e apta a resistir à organização e cujo elemento constitutivo por excelência é a atitude parentética. Quanto à sociologia política, o autor destacou a obra de Robert Michels (*Political Parties*), na qual a organização constitui referência básica no estudo da ação política, apesar dos limites – Michels erigiu o modelo burguês de organização à categoria geral, motivo pelo qual se conformara com o diagnóstico pessimista do problema organizativo. No que concerne à teoria revolucionária, a organização passou a ter merecido lugar de destaque na teoria sob a batuta de Lênin, e coube a Lukács focalizar as implicações filosóficas e metodológicas das observações do dirigente soviético. Por último, a ciência social socialista que começava a se delinear por meio da crítica às organizações partidárias episódicas, em especial aos partidos comunistas, assinalava ser esse o pressuposto fundamental para solucionar o problema organizacional das esquerdas.

É interessante refletirmos acerca dessa noção de ciência social socialista apresentada por Guerreiro, pois, embora ele não a tenha desenvolvido muito, nos parece indicar uma espécie de síntese entre a teoria revolucionária e as ciências sociais, sobretudo a sociologia. Conforme já destacamos nesse trabalho, nosso sociólogo observava com muito interesse as revoluções nacionais que eclodiam no Terceiro Mundo, e pensava o Brasil enquanto parte integrante desse processo, ainda que virtualmente. Percebia a importância do socialismo nessas experiências, de tal maneira que dialogava permanentemente com a literatura marxista de sua época, como também acompanhava os desdobramentos de tais processos revolucionários.

Assim, desferiu críticas às repúblicas populares sem perder de vista o seu caráter inovador, no sentido da organização de uma formação econômico-social superior e suas implicações para as ciências sociais. Portanto, a ciência social socialista seria, tanto o quanto conseguimos compreender, um esforço de sistematização por meio da assimilação crítica da teoria e da prática do chamado socialismo real, com vistas a corrigir e atualizar o conhecimento científico acadêmico. Dos intelectuais apreciados por Guerreiro, Henri Lefebvre e Lucien Goldmann são exemplos que seguramente integram essa categoria de ciência social socialista. O chamado do autor para que os comunistas brasileiros praticassem a redução sociológica, isto é, assumissem um ponto de vista nacional vigoroso ante os processos revolucionários de outros povos, tende à edificação de uma ciência social socialista⁶⁴.

Sem embargo, estes fragmentos teóricos reunidos pelo autor configuravam importantes elementos de sua sociologia da organização. Ao decompor a conduta humana e social em suas minúcias mais sutis, tais autores e suas respectivas tendências teóricas demonstraram analiticamente o que se convencionou chamar de patologia da normalidade, isto é, “a doença cotidiana, lesiva ao ser humano, que não se revela como tal à maioria, porque a organização social dissimula a sua nocividade” (Ramos, 2016, p. 207). Segundo Guerreiro, um defeito só o é quando afeta uns poucos, pois quando afeta a todos ou a maioria, perde o caráter de lesão e se afigura enquanto traço de normalidade. E essa forma de escamoteação só é possível de ser desmascarada quando se examina a ação humana do ponto de vista organizacional.

Ao partir desse pressuposto, Guerreiro Ramos pensava a organização nos seguintes termos:

A organização tem inevitavelmente duas faces. Uma boa, outra má. Sem ela, a vida é impossível: com ela, a vida se desnatura. É o paradoxo ao qual nos referíamos. Se um ideal de justiça só consegue encarnar-se historicamente mediante correspondente organização institucional, uma vez implantada, toda organização institucional tende a ser conduzida de modo privilegiado, em benefício dos que a empolgam. Mas, a inorganicidade nunca é saída para as crises do plano social. **Só a organização corrige os malefícios de uma organização ilegítima ou caduca. O homem está condenado à organização** (Ramos, 2016, p. 218, grifos nossos).

O veneno e o antídoto intrínseco à existência humana em sociedade atendem pelo nome de organização. Tal constatação nos previne de cair em certos idealismos típicos da consciência ingênua, como apostar na capacidade/conhecimento individual de uma pessoa alçada à condição de líder para resolver problemas estruturais, ou também investir na reforma de

⁶⁴ É lícito pensarmos que essa ideia de ciência social socialista talvez fosse uma aposta do autor enquanto núcleo sintetizador de um pensamento crítico capaz de neutralizar o marxismo-leninismo em vigor na época e que, a seu juízo, empobrecia demasiadamente a teoria social de Marx e Engels.

instituições obsoletas movidos pela crença na superação gradualista de seus efeitos maléficos sem tocar nos mecanismos que os (re)produzem sistematicamente. A saída é sempre nos termos organizacionais, ou seja, coletivos, de modo que a mera crítica e denúncia dos aspectos negativos de uma organização é insuficiente para configurar um combate contra suas mistificações: demanda-se pensar a sua substituição por outra organização, adequada aos novos critérios válidos. Não obstante, a edificação de um outro tipo organizacional não significa o fim da história, mas a criação de novas demandas, novos problemas, ainda que em condições existenciais qualitativamente superiores.

No que se refere à forma partido, o sociólogo levantou algumas teses ancorado na obra de Robert Michels para pensar esse tipo de organização. A primeira dizia respeito à compulsoriedade da organização a que não pode se esquivar nenhuma atuação política exitosa. Qualquer partido político é um querer coletivo e, como tal, não assume forma social senão mediante a organização. Na ótica de Guerreiro, esse é o princípio vital, condição *sine qua non* da luta política, decorrente da necessidade de economizar energia e possibilitar o mínimo de unidade de ação a partir do interesse de pessoas numerosas. A organização possui atributos que as pessoas isoladas não têm, já que uma agremiação político-partidária permite a formação de um fundo financeiro, a atribuição de caráter sistemático à sua ação, suprimindo a impossibilidade ou a insuficiência da ação direta das massas. Em síntese, a organização partidária dá sentido às demandas espontâneas do povo que, sem um instrumento de luta, pouco consegue avançar e tornar efetiva a sua força política. Todavia, nosso autor não reforçou o coro aristocrático de Michels que percebia nas massas uma incompetência essencial, um traço de imaturidade objetiva insuperável que sempre justificaria a dominação dos líderes, uma patologia da multidão como fato incontestável – segunda tese destacada. Tal interpretação sugere a relação entre teoria e prática nos mesmos termos da fábrica capitalista, onde o escritório de planejamento é um órgão separado e distante dos trabalhadores, cabendo aos últimos cumprir as determinações técnicas que lhes foram transmitidas. Esse modelo burguês precisava ser superado, inclusive no interior dos partidos revolucionários que, conforme Guerreiro, também reproduziam esse padrão em algum nível. E, em terceiro lugar, o sociólogo focalizou a tese segundo a qual a organização, uma vez constituída, torna-se um fim em si mesma, esfera de relações dotada de lógica própria. Se a organização, por um lado, é requisito fundamental para que indivíduos dispersos passem a agir de maneira consistente, dando corpo à vontade dos sujeitos que, sem o recurso organizacional, agiriam de forma descoordenada e fragmentada, por outro, tende a se libertar do controle daqueles que a compõem e a sujeitá-los aos seus interesses, fazendo emergir em seu seio uma burocracia que os substitui formalmente – “A burocracia, em seu sentido

pejorativo de aparelho com as conotações autoritárias, não é propriamente característica de má organização, mas sequela inevitável de toda organização, seja qual for a sua natureza” (Ramos, 2016, p. 225).

Assim, a organização molda à sua imagem a psicologia dos que a servem, e isso se aplica, evidentemente, às organizações político-partidárias. Foi nesse sentido que mencionamos no capítulo 3 o fato da consciência crítica exigir um determinado tipo de organização e, por sua vez, a organização exigir um determinado tipo de quadro. Quanto mais amplas se tornarem as dimensões do partido, mais sólida tende a vir a ser sua camada burocrática, inelutavelmente. Por essa razão, Guerreiro frisava ser utópico/idealista toda crítica à organização que se conduzisse à hostilidade intransigente contra toda organização, que se resumisse à denúncia dos males da burocracia, afinal de contas:

A crítica da organização só é positiva quando **inspirada na dialética**, e, assim, conclua que os malefícios de determinada forma episódica de organização só podem ser erradicados por outra organização de tipo superior, cuja qualidade será tanto mais elevada quanto mais a consciência parentética participe de sua estrutura (Ramos, 2016, p. 233-234, grifos nossos).

Dito de outra maneira, se estamos condenados a nos organizarmos e a organização constitui o veneno e o antídoto para a nossa existência, o primeiro se refere à robotização dos comportamentos e à desnaturação humana frente aos objetivos reificados pela organização, enquanto o segundo concerne à capacidade de resistir à pressão da organização e não ser engolido por ela, ou seja, o antídoto para o mal da organização é a atitude parentética:

A organização é pressuposto oculto da existência humana. É o veneno do cotidiano, cujos efeitos lesivos passam ordinariamente desapercibidos. Somente quando se examina a existência humana do ponto de vista sistemático da organização, é que se pode perceber o quanto nela é patológico disfarçado em normalidade. A atitude parentética transcende a organização, é uma característica [de] destreza da vida culta, de existência superior, ciosa de liberdade, que defende o ser humano contra o embrutecimento, a rotinização mental, a alienação (Ramos, 2016, p. 208-209).

Quando a sociabilidade capitalista logra converter as pressões contra o indivíduo em pressões moralmente legítimas, a luta pela emancipação humana se torna mais complexa, porque, como observou o sociólogo, inspirado nos estudos de William H. Whyte⁶⁵, é fácil lutar contra a tirania manifesta, não o é lutar contra a benevolência – e poucas coisas foram tão bem calculadas para roubar ao indivíduo suas defesas do que a formulação ideológica na qual seus interesses e os da sociedade podem ser inteiramente compatíveis. À vista disso, Guerreiro

⁶⁵ Willian Hollignsworth “Holly” White (1917 – 1999) foi um sociólogo e jornalista estadunidense, autor do *bestseller The Organization Man* (1956), obra apreciada por Guerreiro Ramos em seus estudos organizacionais.

compreendia o socialismo como um esforço de superação da concepção burguesa de organização, um movimento em permanente autodepuração. A organização socialista, no plano político-partidário e no plano geral da sociedade, não possui modelo pronto e acabado, pois se trata de um processo no qual nenhum indivíduo ou minoria esclarecida detém o segredo de sua fórmula. Mesmo Lênin, com toda a genialidade empenhada na tarefa que o consagrou, não pode ser repetido ou tomado como oráculo. É necessário equacionar dialeticamente os problemas de organização e atribuir novos sentidos às formulações da tradição revolucionária, corrigindo-a e extraindo seus potenciais ocultos e/ou não explorados. À luz do autor, o socialista é um homem-parentético, aquele que luta por um mundo no qual a organização não transcende o homem, mas o homem transcende a organização.

Não por acaso, a formulação teórica sobre o homem-parentético foi considerada uma dimensão específica da redução sociológica, voltada ao “adestramento cultural” dos indivíduos para que se tornassem aptos a identificar o *modus operandi* patológico nas organizações, resistir à rotinização acrítica e criar organizações de tipo superior, com maior grau de liberdade e democracia. Quando o sociólogo apontava que a revolução brasileira tinha uma vocação socialista, estava no horizonte tratar das questões organizativas visando a superação da contradição entre capital e trabalho, estabelecendo um arranjo social dotado de uma racionalidade distinta da lógica mercantil dominante. Por esse prisma, o homem-parentético carregaria o essencial para pensar a construção do socialismo no Brasil: a rebeldia e inadequação à sociabilidade burguesa; a vigilância e o exercício permanente da crítica para que o gênero humano avance (transcenda para o comunismo) e não se desnature durante o processo.

É lícito observarmos que a habilitação cultural do homem-parentético se concretizaria, de acordo com Guerreiro, por meio de uma cultura sociológica – eram nesse sentido as referências ao “adestramento cultural”. Entretanto, não se tratava de uma assimilação livresca, mas de um saber forjado na *práxis*, posto que a efervescência política da época demandava às ciências sociais a construção de uma agenda de pesquisa pautada pela consciência crítica do povo em movimento, empreendimento que só lograria êxito na medida em que fosse orientado pela redução sociológica. Ao mesmo tempo, as organizações políticas também deveriam praticar a redução para ajustarem seus programas às aspirações populares, identificando os enigmas que desafiassem o corpo de conhecimento estabelecido sobre as teorias revolucionárias vigentes. Em última análise, foram as condições objetivas daquela etapa histórica que impeliram Guerreiro Ramos a pensar uma sociologia crítica e militante, arma da teoria para intelectuais, partidos e movimentos organizados em torno da superação da razão colonial e

burguesa, rumo a um novo tipo de formação econômico-social e, concomitantemente, a um novo tipo de homem, o homem-parentético.

5.3 “AOS OTÁRIOS – O MITO”: REVOLUÇÃO NÃO É METAFÍSICA

A equação, já demonstrada por Guerreiro Ramos e discutida nesse trabalho, que envolvia a crise de poder e a crise de saber, implicava nos caminhos independentes para o Brasil resolver seus problemas políticos. A gramática do nacionalismo era assumida amplamente no pré-64, circulando entre organizações e intelectuais localizados à direita e à esquerda no espectro político, de tal maneira que bradar pela soberania nacional, desenvolvimento autônomo ou, em última instância, pela revolução brasileira, correspondia a múltiplos significados e programações. Em tais circunstâncias, o sociólogo chamou a atenção para o fato de que, se por um lado a consciência popular estava alerta e mobilizada em relação à interferência estrangeira nos negócios internos do país, fator político e econômico elementar, por outro, não havia estabelecido a mesma vigilância quanto à domesticação da inteligência mediante aquela etapa do processo histórico-social. Numerosos diagnósticos sobre a crise brasileira foram emitidos, mas não raro apresentavam visões estranhas à nossa vida coletiva e às suas particularidades. Do ponto de vista teórico, era inadequado recorrer a modelos estrangeiros para formular a política nacional, como era o caso do “lacerdismo” – Guerreiro se referia à UDN como o partido do Pentágono – e também, em alguma medida, das organizações comunistas que reivindicavam uma teoria revolucionária ora na versão soviética, ora chinesa, ora cubana. O resultado disso eram interpretações do problema brasileiro acomodadas às visões de fora, às intencionalidades dos objetos culturais importados e que, dramaticamente, empolgavam o nosso meio, razão pela qual o autor declarou que a crise brasileira era também uma crise de cultura política, pois estava na ordem do dia libertar a intelectualidade da servidão em que se encontrava:

Compreender o Brasil e o mundo de hoje na perspectiva própria da história nacional não é imperativo acadêmico, é requisito da existência independente. Evidentemente, nenhum intelectual isolado será capaz de formular esse diagnóstico requerido pelas circunstâncias. Só poderá resultar do esforço integrado e cooperativo de muitos (Ramos, 2016, p. 242).

É útil pensarmos que as críticas do sociólogo dirigidas às organizações político-partidárias de esquerda e de direita, por mais ásperas que tenham sido, não foram desferidas com objetivo de reduzir a experiência política desses dois campos à condição de igualitárias, isto é, não estava em jogo para Guerreiro reforçar uma “teoria da ferradura”, concepção que

atribui ao comunismo e ao fascismo uma equivalência de sinais invertidos, como se fossem duas faces da mesma moeda. Se as críticas endereçadas ao PCB foram ou não acertadas, é algo plenamente discutível. Porém, é necessário tratá-las sob o prisma de quem estava pensando um projeto nacionalista à esquerda, um caminho brasileiro para o socialismo, e não simplesmente alguém disposto a jogar água no moinho da reação em nome de um “liberalismo ilustrado”. Por isso, a preocupação do autor referente ao emprego mecânico de categorias originalmente válidas que, na ausência do método redutor, perdem a força interpretativa original e mais confundem do que esclarecem. Tal linguagem política estaria transformando conceitos e categorias em vulgata, senhas, passes de mágica, de modo que a revolução havia deixado de ser tarefa séria, uma vez que “a fraseologia revolucionária não só substitui a exigência de compromisso existencial como a de indagação teórica rigorosa” (Ramos, 2016, p. 243). Por esse ângulo, muito se falava em desenvolvimento, nacionalismo, luta de classes, democracia, revolução, mas seus significados eram múltiplos e difusos, variando do nacionalismo ingênuo e entreguista⁶⁶ ao socialismo científico. Faltava um ponto de vista rigorosamente nacional para equacionar a transformação radical que o povo brasileiro demandava, afinal de contas, não bastava assumir o engajamento revolucionário por meio de princípios e denúncias, por mais acertados que fossem: era necessário teoria. É sabido que acertar na análise não é garantia de êxito na ação, contudo, quem erra na análise – na construção de um acúmulo crítico garantidor do máximo conhecimento possível da realidade social – jamais acertará na ação tática e estratégica cuja finalidade consiste na edificação de um projeto nacional. Na concepção de Guerreiro, a ausência de uma teoria brasileira que balizasse os anseios populares e reformasse as instituições políticas capazes de mediá-los poderia tornar a revolução um evento mistificador, uma jornada metafísica que não induz nem experimenta as categorias por meio da *práxis* política junto à vida nacional.

⁶⁶ Guerreiro Ramos chegou a publicar os “testes do nacionalista e do entreguista”. Sobre o teste do nacionalista, exprimia os seguintes pontos: 1) O nacionalista coerente acredita no povo como principal dirigente do processo brasileiro; 2) O nacionalista coerente acredita que o Brasil pode, com os recursos internos, resolver os seus problemas, desde que adote regime de base popular, organizado segundo critérios soberanos; 3) O nacionalista coerente acredita que o destino do Brasil não está invariavelmente vinculado ao de nenhuma potência hegemônica, devendo manter relações com todos os povos; 4) O nacionalista coerente não contribui pelo seu trabalho para o êxito de empreendimentos lesivos aos interesses nacionais; 5) O nacionalista coerente participa não apenas por palavras, mas também por tarefas práticas, dos esforços coletivos tendentes a promover a emancipação nacional. Em contraposição, o teste do entreguista era formulado da seguinte forma: 1) O entreguista não acredita no povo como principal dirigente do processo brasileiro; 2) O entreguista não acredita que o Brasil pode, com os recursos internos, resolver os seus problemas. Tende a considerar o desenvolvimento brasileiro essencialmente dependente da entrada de capitais estrangeiros e de ajuda externa; 3) O entreguista acredita que o destino do Brasil está invariavelmente vinculado ao dos Estados Unidos; 4) O entreguista contribui objetivamente, pelo seu trabalho, para o êxito de empreendimentos lesivos aos interesses nacionais; 5) O entreguista não participa conscientemente de nenhum dos esforços coletivos tendentes a promover a emancipação nacional (Ramos, 1960).

Um aspecto digno de nota no que se referia à crise do poder na sociedade brasileira consistia naquilo que o sociólogo definiu como a falta de um centro configurador, centro de poder cuja característica apresentava três sentidos principais. O primeiro deles, o sentido simbólico: “Centro é símbolo ou premissa dominante, ou conjunto de símbolos e premissas em função do qual se configuram as condutas e ações dos cidadãos independentemente das classes a que pertencem” (Ramos, 2016, p. 243). Segundo o autor, sem esse requisito, as condutas se tornam disparatadas, perde-se a referência cardinal do que é superior ou inferior, em suma, não se constitui uma organização social. Esse sentido simbólico foi inspirado em estudos literários, em especial na tese de Nathan Scott⁶⁷ que sugeria a existência de uma crise estética pelo fato de aquela fase histórica apresentar o centro quebrado – “broken center”. Por essa razão, a sociedade não apresentava as condições objetivas que possibilitasse a emergência da grandeza artística como nas obras de Shakespeare, Dante, Racine, porque a ausência de um centro simbólico era equivalente à inexistência de uma unidade vital do ponto de vista da cultura, isto é, os artistas não podiam acessar as imagens primordiais e arquétipos que centralizavam e ordenavam a imaginação poética. O centro de poder, de acordo com Guerreiro, tem atributos similares aos mencionados por Scott na medida em que ordena ações políticas e exerce função arbitral em múltiplas formas. Essa interpretação simbólica do centro configurador dialoga com a concepção de símbolo construída por Muniz Sodré: “Ao contrário do signo, o símbolo não existe para significar – isto é, não remete a nada além dele mesmo – porque sua função primeira é organizar elementos, à maneira de uma sintaxe, opondo-os uns aos outros e combinando-os” (SODRÉ, 1988, p. 46). À vista disso, o símbolo é um operador de estruturas, um agenciador de vazios, de tal modo que, na realidade, significar quer dizer trocar – uma convenção por outra, um termo grupal por outro, sob a égide de um princípio estruturante (nesse caso, o Estado). Apesar de não ter um significado e ser irreduzível a qualquer ordem, o símbolo, afirmou Sodré, não pode prescindir de uma representação material apoiada no grupo que fornecerá as suas possibilidades expressivas.

Entretanto, a relação simbólica constitui sempre um lugar de ambivalência para a organização social porque, ao mesmo tempo em que organiza elementos para a mediação social, traz consigo a possibilidade de morte para o organizado (as identidades socialmente constituídas), por apontar o vazio das diferenças, para o momento da gênese dos efeitos de realidade do grupo, para a negação (Sodré, 1988, p. 48).

⁶⁷ Nathan A. Scott Jr (1925 – 2006), teólogo e crítico literário afro-estadunidense.

Ainda que a aproximação com o pensamento de Muniz Sodré só possa ser feita pontualmente e com limites devido ao campo enunciativo em que cada autor se localiza – Guerreiro, por mais que tenha em alguma medida experimentado a condição de *outsider*, estava produzindo teoria desde o centro, performando uma *intelligentsia/vanguarda* nacional, era no máximo um *outsider within* (Collins, 2016); já Sodré escreve como um negro desde a margem, atua nos interstícios da ideologia dominante e se insere em redes enunciativas de outro tipo –, essa noção de ambivalência em relação à organização social estabelecida pelo símbolo ajuda a pensarmos o pluralismo dialético assumido por Guerreiro Ramos. Conforme nosso sociólogo, quando o centro político se desajusta à realidade nacional, outro lhe toma o lugar, assim se sucedeu ao longo da história do Brasil nos períodos de transição e formação de uma nova ordem social. A sociedade brasileira do pré-64 era vista como um momento transicional, de um desenvolvimento reflexo para um desenvolvimento autônomo, situação que exigia a reconfiguração do centro de poder, um novo símbolo que pudesse organizar a vida nacional cujo lastro material consistia na vanguarda da revolução brasileira, a nova convenção estruturante do Estado. Em tais circunstâncias, a ambiguidade costuma dar a tônica, podendo no decorrer dos acontecimentos acentuar-se até a ambivalência e, no limite, se converter em polarização. Por isso, a prudência de Guerreiro em não tomar a quebra do centro configurador do poder nos termos da contradição entre dois polos estabelecidos, inflando demasiadamente esse tipo de antinomia uma vez que em períodos transicionais/pré-revolucionários a polarização não costuma se apresentar de maneira clara e imediata: coexistem outras possibilidades material e simbolicamente (ambiguidade, ambivalência), logo, tal realidade demanda outros procedimentos dialéticos operatórios.

O segundo sentido do centro configurador diz respeito ao esoterismo de todo poder: “O segredo é a alma do poder e o centro político é constituído pelos que possuem esse segredo” (Ramos, 2016, p. 247). Os que se encontram fora do círculo dos poderes, nesse sentido, podem ter ideia acerca de tais meios, mas sua posição na estrutura social não lhes assegura a possibilidade de intervir ativamente nos acontecimentos ao seu redor por vontade e decisão própria. O conhecimento da natureza e da estrutura do poder não dá poder a ninguém que estiver no âmbito externo dos círculos dominantes minoritários – por isso a distinção do autor entre a dimensão esotérica e exotérica do poder. Em função disso, o exercício do mando, sustentou o sociólogo, não só é matéria essencialmente secreta, como implica constante vigilância, por parte de seus beneficiários, na manutenção das barreiras que os separam do resto da sociedade, de modo que o exercício do poder poderia ser considerado como um grande desenho oculto: “Essa ocultação é requisito essencial de toda força impositiva. Por isso, todo rei nu é rei deposto. O

poder não pode ser nu, senão desde o momento em que se extingue” (Ramos, 2016, p. 248). Daí a importância atribuída por Guerreiro à categoria de sociedade exposta para analisar a crise de poder que o Brasil enfrentava. Quando uma minoria dominante perde a capacidade de resguardar o caráter secreto dos meios que utiliza na manutenção de sua posição em virtude do trânsito desinibido de seus integrantes na dimensão exotérica do poder, configura o fenômeno da sociedade exposta:

Nos momentos extremos de crise o poder se fragmenta, e os circunstantes não poderosos se sentem árbitros das disputas. Desfazem-se as fronteiras entre o palácio e a rua, e os governantes e candidatos a governantes são levados à desmedida na busca frenética do favor popular. Em tais circunstâncias, a reserva é impossível, as autoridades falam demais e, por isso mesmo, deixam de ser autoridades, pois o exercício do poder é incompatível com a incontinência verbal (Ramos, 2016, p. 248).

Na perspectiva de Guerreiro, é fatal para todo poder constituído a diluição entre o esotérico e o exotérico, quer dizer, a propagação da psicologia exotérica entre aqueles que integram o círculo esotérico do poder. Daí a necessidade de quadros com espírito de vanguarda capazes de operar nesse cenário ambíguo e reconfigurar o centro quebrado de acordo com as aspirações concretas das massas em movimento. Por esse prisma, o segredo consistia num elemento importante da dimensão performática da vanguarda nacional formulada pelo autor que, de certa forma, não deixava de comportar uma noção de elite.

O terceiro sentido do centro de poder assinalado pelo sociólogo dizia respeito ao conjunto de pessoas que exercem funções de alta essencialidade na condução dos negócios públicos, isto é, o grupo que, por suas condições objetivas e subjetivas, se supõe com o direito de governar, de impor sua vontade na ação comum, mesmo contra a resistência de terceiros, na linha proposta por Max Weber. Coincidia com o que Wright Mills chamou de elite do poder, de acordo com Guerreiro. Contudo, o decisivo era que essa elite no Brasil se encontrava dilacerada internamente no pré-64, e acarretava numa situação de orfandade política, um país sem time, sem um núcleo de sujeitos dotados de vontade-poder e em cujas mãos estivesse centralizado o comando das principais hierarquias institucionais. Obviamente, os vários postos de comando estavam ocupados, mas o fundamental no raciocínio do autor era que os seus ocupantes não formavam um time, pois lhes faltava consciência mínima de sua função geral, de tal maneira que existiam como soma de indivíduos, não como corpo político propriamente.

A falta de um centro configurador, expressão da crise do poder e seus desdobramentos – a crise do saber e a crise de cultura política – tinha como corolário a encruzilhada do movimento emancipador nacional que, na visão do nosso sociólogo, corria o risco de sacrificar a revolução possível pela metafísica da revolução. A tarefa da vanguarda nacional (uma frente

ampla constituída por categorias, classes e frações de classe interessadas na formação de um novo bloco de poder voltado ao desenvolvimento autônomo, conforme vimos no capítulo 2), era recompor o diretório político da nação com um novo conteúdo de classe. Eis o dilema da revolução brasileira assinalado por Guerreiro Ramos:

A revolução brasileira, entendida como reorganização institucional, tendo em vista reajustar o Estado, não só tornando-o reflexo da correlação de classes dominantes hoje na sociedade, por força do seu desenvolvimento nas últimas décadas, como também para habilitá-lo às novas funções que exige o avançado estágio material que o país vem de atingir, está ameaçada pela imaturidade da liderança do movimento emancipador. Essa liderança se encontra largamente alienada; duplamente, em sua ideologia e em sua organização. Em sua ideologia, porque a sua visão da realidade nacional ainda é reflexa, tributária de formulações estranhas aos termos verdadeiros da equação de nossos problemas políticos e econômicos. No tocante à organização, tal liderança atua sem um mínimo de coordenação, não poucas vezes levando seus representantes mais capazes, acatados e legítimos, a cumprirem diretivas aventureiras e suicidas (Ramos, 2016, p. 251).

A partir dessa concepção do autor sobre a revolução brasileira, podemos fazer algumas ilações, a começar pelo próprio modelo de revolução. De acordo com as categorias apresentadas por Guerreiro, seu modelo de revolução oscilava entre a circulação de elites e a revolução direta. Não seria propriamente o que ele mesmo caracterizou como circulação de elites porque não se tratava meramente de uma concessão da classe dominante e a cooptação de representantes dos interesses populares para a manutenção da ordem, afinal, estava em jogo a construção de um outro bloco de poder, com outro conteúdo classista – ainda que a forma política permanecesse do capital. Todavia, tampouco se tratava da construção do socialismo por meio da ditadura do proletariado, fenômeno que o autor denominou como revolução direta. A revolução possível visava a um rearranjo institucional com vistas a integrar a consciência crítica na condução dos negócios nacionais, empreendimento que demandava a organização de uma vanguarda que refletisse a composição dos grupos interessados no desenvolvimento independente e, por meio desta, levasse adiante a pauta das reformas de base já na ordem do dia (reforma agrária, urbana, política, tributária, educacional). Nesse sentido, é lícito levarmos em conta que a Revolução de 1930 operava enquanto termo médio para o sociólogo, quer dizer, exprimia uma mudança qualitativa de nossa organização político-social ainda que não tivesse superado a sociabilidade burguesa:

A Revolução de 1930 não foi positivamente uma *jornada de otários*. Dela resultou nova equipe de governo, nova “elite no poder”, novo time, em suma, resultaram alterações no quadro dos titulares das decisões estatais, alterações necessárias à reforma institucional de cunho coletivo genérico, e a que se procedeu no primeiro período governamental de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945 (Ramos, 2016, p. 252, grifos do autor).

Por este prisma, entendemos que a revolução brasileira advogada por Guerreiro Ramos no pré-64 compreendia o reformismo e a inclinação ao socialismo, própria da ala esquerda do PTB⁶⁸ na qual o autor se localizava. Se tratava, em última análise, de realizar as tarefas pendentes da revolução democrático-burguesa, mas conduzidas pela classe trabalhadora e seus aliados circunstanciais (pequena burguesia, setores médios, frações da burguesia). Essa via levaria ao acúmulo de forças dos trabalhadores organizados que, naquela conjuntura, não contavam ainda com as condições objetivas e subjetivas para a transição socialista nos termos da revolução direta – o processo histórico não havia forjado uma vanguarda socialista brasileira capaz de se educar junto ao povo e conduzi-lo ao socialismo; a força política da direita também não era desprezível, de modo que a correlação de forças exigia um realismo político sociologicamente orientado para que a tomada de decisão não rifasse o avanço da consciência crítica popular: eis o dilema da revolução possível, e a concretização do golpe de 1964 parece ter dado razão às preocupações do sociólogo. Assim, a consecução dessa revolução democrático-burguesa de tipo novo (Sodré, 1963), sem o monopólio da burguesia, poderia vir a ser uma experiência pedagógica para que as massas atribuíssem outras radicalidades às demandas já em curso e pavimentassem o caminho do socialismo no Brasil. O problema, nesse caso, era que apesar desse tipo de revolução ter estado madura naquele contexto, lhe faltavam as condições subjetivas, ou seja, lideranças capazes de comandar o processo e reconfigurar o centro do poder para que a nação pudesse digerir a revolução brasileira segundo seu metabolismo próprio:

O ativismo que se manifesta nos setores sindicais, na categoria dos sargentos e dos oficiais das forças armadas, e em outras esferas nacionalistas, constitui enorme capital político exposto ao malbaratamento, na ausência de liderança competente e realista, que lhe dê sentido verdadeiramente nacional (Ramos, 2016, p. 253).

Nessa circunstância de “centro quebrado”, Guerreiro tinha uma leitura própria a respeito da situação revolucionária que se abria, uma análise que nos ajuda a compreender suas escolhas táticas e estratégicas sob a alcunha da revolução brasileira:

O país se encontra numa situação revolucionária muito peculiar. Não é uma situação em que os revolucionários se tenham tornado inassimiláveis à estrutura política. Não

⁶⁸ O Grupo Compacto era uma ala do PTB que lutava por uma política ideológica no interior do partido em contraposição ao que identificavam como populismo (a política populista, nos termos apresentados por Guerreiro e já comentado nesse trabalho). Exigiam uma posição nacionalista mais incisiva do governo federal no pré-64, como a limitação do capital estrangeiro, o incentivo à indústria nacional e o compromisso com as reformas de base. Seus principais integrantes foram Sérgio Magalhães, Almino Affonso, Luiz Fernando Bocaiúva Cunha, Fernando Santana, Armando Temperani Pereira, Clidenor Freitas e Doutel de Andrade (Bariani Júnior, 2008).

surgiu ainda a polaridade política e social que tem constituído o antecedente invariável de revoluções como a russa, a chinesa, a cubana, e as ocorridas no continente africano. Enquanto durar essa ambiguidade, é inútil esperar que a revolução aconteça como peripécia de uma brigada; os cavaleiros não virão ao encontro dos que os esperam no obelisco da Avenida Rio Branco. No Brasil de hoje, são indiscerníveis, como círculos compactos e fechados, o poder e o antipoder. O poder está aberto a revolucionários. Como personalidades isoladas, há revolucionários no poder e contrarrevolucionários no antipoder (Ramos, 2016, p. 253).

Para o sociólogo, um dialeto não deveria nutrir uma obsessão pela categoria da contradição, visto que a realidade empírica apresenta múltiplos procedimentos dialéticos operatórios. Por essa razão, Guerreiro assumia o pluralismo dialético para que a redução sociológica pudesse captar a infinidade de graus intermediários entre termos opostos e que deveriam ser estudadas em todas as suas variedades efetivas, em conformidade com a proposta de Gurvitch (1987) ao delinear um caminho metodológico aproximando dialética e sociologia. Como já foi destacado anteriormente, uma dessas possibilidades intermediárias é a ambiguidade, traço característico da conjuntura política do Brasil na antessala do golpe de 1964. Por esse prisma, a revolução possível mediante a crise de poder estava na reconfiguração do centro através da organização de uma vanguarda nacional que se encontrava dissolvida entre as dimensões esotéricas e exotéricas da sociedade brasileira. A conjuntura poderia no decorrer dos acontecimentos se exacerbar até atingir antinomias típicas da polarização/contradição? Sim, e a sociologia em “mangas de camisa” conjecturava a adaptação teórico-metodológica de acordo com o movimento real das forças sociais, ou seja, a vanguarda deveria estar adestrada para avançar ao socialismo conforme as idiossincrasias da realidade nacional. No entanto, a avaliação do autor era de que a polarização política naquela fase de desenvolvimento econômico e social não eclodia nos termos de contradições bem definidas e inconciliáveis, razão pela qual apostou na reordenação institucional pela via de um capitalismo autônomo. Ainda assim, tal projeto que atendia pela denominação de revolução brasileira era uma questão contingente, poderia ou não acontecer. No momento em que Guerreiro enfatizava o caráter ambíguo da correlação de forças e convocava as lideranças nacionalistas oriundas das diversas categorias e frações de classe a tomar posição diante de tal oportunidade histórica, fazia isso pautado pelo princípio de limites, pensando nessa revolução possível para evitar uma jornada de otários largamente empolgada por fetiches verbais, esquerdismos e toda sorte de doenças infantis que adiavam a possibilidade de um desempenho adulto ante a ocasião histórica oportuna. O sociólogo tinha ciência de que sem um centro configurador, a revolução se tornaria metafísica, morreria no vazio das diferenças e virtualidades não exploradas, de modo que:

Um quadro que não vive concreta e rigorosamente, com todos os seus ônus vitais, a radicalidade, não pode fazer uma revolução radical. É impossível impingir ao nosso processo a radicalidade dos manuais de outros países. O desempenho revolucionário não se compadece com a conduta literária. Há no Brasil de hoje poucos homens de esquerda, porém, muitos esquerdeiros. Estes últimos vivem da gesticulação revolucionária e de ficções verbais (Ramos, 2016, p. 253).

O problema identificado pelo autor não se referia à ausência de revolucionários naquela conjuntura, mas ao fato de que existiam enquanto personalidades isoladas sem articularem um comando nacionalmente unificado da revolução apto a dar novos sentidos ao momento intervalar intrínseco à crise brasileira. O desenvolvimento econômico e social do país havia gerado condições que, segundo Guerreiro, encerravam a etapa da nossa história na qual éramos uma nação reflexa e dependente, e inauguravam uma nova fase voltada à autodeterminação. Não obstante, a concreta fórmula política e institucional desse novo período não havia sido encontrada de maneira sistemática, de modo que a revolução brasileira era ideia-força, não processo político orgânico. Sem embargo, é pertinente considerarmos que a dificuldade na articulação da vanguarda revolucionária reclamada por Guerreiro não diz respeito somente à ambiguidade do processo, mas também ao encaminhamento tático vislumbrado, isto é, a pretensão de coordenar e dirigir politicamente uma gama de categorias que incluía a grande burguesia, setores médios, trabalhadores da cidade e do campo. Essa constatação não diminui o fato de que faltava formação de quadros, de organizações, de cultura política e cientificamente adequada à fase histórica em questão, tampouco pretende corrigir o exercício possível para o autor naquele momento, mas coloca entre parênteses o horizonte tático da sua *práxis*.

Contudo, o impasse quanto à fórmula político-institucional levou o sociólogo a desenvolver a noção conceitual de momento intervalar, sublinhando questões instigantes para pensarmos qualquer processo revolucionário. Inspirado pelo sociólogo belga Eugène Dupréel, Guerreiro nos convidava a pensar o quadro de probabilidades que se estabelece entre a causa e o efeito, isto é, no intervalo que pode ser ínfimo ou considerável. Por esse ângulo, o tempo que transcorre entre a causa e o efeito é de extrema importância, pois, se for muito curto, torna a distinção dos dois termos praticamente inútil, impossibilitando a ação tanto sobre a causa quanto sobre o efeito, além de aparentemente soar como se causa e efeito estabelecessem relação direta sem intervalo. No entanto, se for um tempo prolongado, abre-se a possibilidade para que toda sorte de acontecimentos possa resultar com capacidade de impedir a produção do efeito.

Assim, o autor classificou os acontecimentos que se verificam no momento intervalar em três categorias: “1) fatos que não favorecem nem entravam a consecução causa-efeito; 2) fatos desfavoráveis à produção do efeito; 3) fatos favoráveis” (Ramos, 2016, p. 257). O

equivoco dos adeptos da metafísica da revolução, pontuou Guerreiro Ramos, consistia em passar por cima da realidade íntima do intervalo social e, num otimismo leviano próprio da consciência ingênua, acreditar que o efeito decorre necessariamente da causa. No que concerne à realidade social, a causa não basta absolutamente para a produção do efeito, pois ainda são necessárias condições, circunstâncias, presenças e ausências complementares à causa. À vista disso, embora a revolução brasileira não pudesse ser um processo exterior à subjetividade de sua vanguarda, é necessariamente afetada por omissões e atos, ausências e presenças, entre as quais se encontra a do aborto. A causa se situa num quadro de probabilidades das quais uma é a revolução, mas é preciso acrescentar o conjunto de fenômenos que, independentemente da causa, combinar-se-ão com esta no intervalo que separa a causa do efeito. Dirigir um movimento revolucionário, portanto, implica observar e atuar sobre uma série de acontecimentos que não podem ser controlados e calculados, pois são da ordem do aleatório e podem ou não eclodir conforme forem acontecendo os encontros ao longo do processo histórico.

Construir a revolução brasileira, na concepção do sociólogo, passava pela assunção de uma dialética cabocla, orientação teórica própria da redução sociológica cuja inspiração também foi inquirida no controverso jornalista e escritor Justiniano José da Rocha⁶⁹. De acordo com Guerreiro, Justiniano foi um hegeliano à maneira nativa, que viu o processo político nacional enquanto transformação dialética da qual as categorias ação, reação e transação definiam seu sentido – a disputa pelo poder se investia de traços democráticos (ação), autoritarismo (reação) e um meio termo negociado (transação). A transação seria a combinação de superar e conservar, a síntese realizadora do progresso do espírito humano e que, por isso mesmo, exigiria mais prudência, tino e devoção dos estadistas.

Justiniano, lembrou Guerreiro, escreveu o seu folheto para justificar o Ministério da Conciliação, o gabinete do Marquês do Paraná que realizara obra de pacificação política e o reajustamento do poder às demandas vigentes do país na época. Sem embargo, advertia que, no contexto do pré-64, transação não equivalia à conciliação, até mesmo pela natureza distinta dos conflitos político-sociais em comparação ao período imperial. Nas palavras do autor, “a transação de que se fala aqui tem por substrato a união nacional, sem prejuízo, aliás, da luta de classes no interior desse dispositivo solidário, para efeito de emancipação geral do povo

⁶⁹ Justiniano José da Rocha (1812 – 1862) foi um político, escritor e jornalista durante o Segundo Império. Seu nome está associado à gênese da prosa ficcional e ao Romantismo no Brasil. No jornalismo, ficou destacada sua índole panfletária cuja obra mais expressiva foi *Ação; Reação; Transação: Duas Palavras acerca da Atualidade Política do Brasil* (1855). Entrou para a história oficial da imprensa do Império como o maior jornalista, embora seus críticos o tenham tachado de “pena alugada”, porta-voz conservador e subserviente ao poder.

brasileiro” (Ramos, 2016, p. 262). Nos termos da dialética cabocla, do método redutor, a contradição entre nação e antinação/imperialismo; desenvolvimento reflexo/dependente e desenvolvimento autônomo, não subtraía a luta de classes, pois era abordada desde o ponto de vista da totalidade. O novo bloco de poder conduziria os antagonismos de classe em outro nível, assim como também seria conduzido pelos conflitos entre os grupos e seus distintos interesses, alguns inconciliáveis. Isto posto, se tratava de algo distinto da conciliação entre liberais e conservadores da época de Justiniano, tanto pela pluralidade de organizações na constituição da vanguarda nacional, como pela existência de um elemento novo em relação àquela etapa histórica e que fundamentava a amplitude de tal vanguarda: o povo. Ao mesmo tempo, não deixaria de ser um tipo de acerto entre a classe trabalhadora e a elite do poder, na medida em que a estrutura social resistiria, ainda que compelida a pactuar com quem aceitasse se acomodar mediante a reconfiguração da luta de classes. Eis o avanço possível para o movimento emancipador no Brasil segundo a posição nacionalista de Guerreiro encarnada naquela situação histórico-social, isto é, o modo de continuar perseguindo a organização da vida humana associada de um ponto de vista democrático nos marcos do capitalismo periférico em plena Guerra Fria.

O desafio, portanto, da sociologia da organização de Guerreiro Ramos era direcionar os acontecimentos rumo à revolução brasileira de vocação socialista que, na sua própria gramática, correspondia a uma circulação de elites com vocação à revolução direta – reorganização institucional voltada ao desenvolvimento autônomo. Por meio da redução sociológica, o momento intervalar (entre a causa da situação revolucionária e o efeito esperado e desejado) era investigado, experimentado, extraíam-se suas possibilidades e se procurava ajustar a vanguarda popular, os partidos políticos, a essa etapa histórica, de tal forma que agitar a revolução brasileira sem trabalhar pela reconfiguração do centro de poder era condená-la à metafísica, à jornada de otários. À vista disso, Guerreiro percebeu a ambiguidade da conjuntura, o caráter difuso das ideias e quadros revolucionários, os riscos da contrarrevolução e a inadequação de setores da esquerda para tirar proveito daquela situação. Por conseguinte, seu projeto de revolução brasileira depreendia a dialética da ambiguidade como procedimento operatório e caminho possível para avançar politicamente conforme o metabolismo do povo e da nossa realidade nacional.

Nessa relação entre sociologia, poder, revolução, a redução incidia dialeticamente sobre dois aspectos de modo geral: na formação de uma cultura política capaz de subsidiar quadros e organizações na tomada de decisões, no proveito das oportunidades que a conjuntura oferecia; na edificação de uma mentalidade científica realista, cujo clima intelectual pudesse tornar

obsoleta a divisão das ciências sociais nos termos universitários e contribuir para com a fundação de uma sociologia nacional, consoante à consciência crítica em marcha. A consolidação dessas reformas sociais estava diretamente relacionada com a força da revolução brasileira, e a transição socialista dependeria do grau da atitude parentética da vanguarda nacional e popular na condução do processo histórico-social brasileiro.

6 DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO AO SOCIALISMO CABOCLO

Após o percurso pelas obras publicadas por Guerreiro Ramos no decorrer dos acontecimentos do pré-64, abordamos, por fim, a seleção de textos correspondentes ao mesmo período e elaborados para fins de circulação na mídia impressa. Do mês de agosto de 1960 até abril de 1961, Guerreiro escreveu uma série de artigos sobre sua experiência no mundo socialista, que reuniu um conjunto de reflexões a respeito das observações *in loco* realizadas durante sua viagem para a China, Iugoslávia e União Soviética. O sociólogo teve a oportunidade de participar de conferências, congressos, conhecer instituições e lideranças políticas, dialogar com a classe trabalhadora e, fundamentalmente, observar e interpelar aquelas formações econômico-sociais enquanto brasileiro, desde um ponto de vista nacional. É lícito evidenciarmos que, a despeito do autor ter considerado a construção do socialismo nestas repúblicas populares como a expressão mais elevada da história contemporânea, cujos traços da idade da razão eram mais nítidos do que no mundo ocidental, sua análise não se limitou à celebração dos avanços e conquistas das revoluções proletárias. O que esses textos apresentam é o pragmatismo crítico de um intelectual brasileiro dedicado à organização popular nos termos de um projeto de desenvolvimento nacional e democrático, empreendimento que não poderia lograr êxito enquanto desprezasse o processo histórico do denominado socialismo real. Ciente de que compreender tais experiências políticas era, antes de mais nada, uma necessidade científica para fins de pavimentar o caminho da revolução brasileira, Guerreiro praticou a redução sociológica no intuito de assimilar criticamente a realidade concreta dos países socialistas que pôde conhecer para além da literatura especializada. Tal experiência no mundo socialista também nos ajuda a compreender a ambiguidade intrínseca à sociologia da organização dos povos no sentido de evidenciar os avanços e recuos do seu projeto teórico-político que oscilava entre nacional-desenvolvimentismo e socialismo caboclo.

Vale destacar que a viagem do sociólogo foi viabilizada por militantes do PCB⁷⁰ que tinham algum nível de proximidade com o autor, e seus guias, intérpretes e interlocutores durante as semanas em que esteve nas repúblicas socialistas eram quadros dos respectivos

⁷⁰ A tese de Edison Bariani Junior (2008) confirma que a viagem em questão foi articulada por militantes do PCB, embora não tenha citado nenhum nome em específico. Na entrevista realizada por Alzira Alves de Abreu e Lucia Lippi Oliveira em junho de 1981, Guerreiro afirmou ter recebido o convite para ir à China de seu amigo Mário Alves, militante do PCB e diretor do semanário *Novos Rumos*, além de ter contado com o apoio de Osny Duarte Pereira, jurista, desembargador, integrante do ISEB e figura de muito prestígio entre a militância comunista, embora não fosse filiado ao Partidão. Não por acaso, ao regressar da China após quarenta dias de viagem, nosso sociólogo concedeu uma entrevista ao jornal *Novos Rumos* (semana de 5 a 11 de agosto) sobre as impressões que tivera a respeito do país asiático. Outra figura do PCB à qual Guerreiro Ramos manifestou apreço publicamente foi o jornalista Rui Facó, outro membro da equipe editorial de *Novos Rumos*.

partidos comunistas em exercício do poder. Esse fato, a nosso juízo, exige uma certa relativização das polêmicas públicas entre Guerreiro Ramos e intelectuais do Partidão, pois, se por um lado havia discordâncias teóricas que levaram ambas as partes à crítica hostil, por outro, existiam acordos e interesses recíprocos na construção de um projeto nacional. Quer dizer, uma fração de comunistas brasileiros observava com bons olhos a produção teórica e militante do sociólogo trabalhista, assim como Guerreiro também reconhecia, em alguma medida, as virtudes dos comunistas e buscava compor a sinfonia da revolução brasileira próximo a alguns camaradas do PCB. Contudo, essa relação se deu num jogo de diferença e aproximação, ou melhor, no caminho da dialética como diferenciação (identidade e diferença), de modo que no solo comum do nacional-desenvolvimentismo a *práxis* de Guerreiro Ramos (PTB) e do PCB entraram em contato e buscaram expandir-se, eventualmente operaram procedimentos operatórios de complementaridade, ainda que não tenham encadeado um processo ternário. O debate promovido pelo nosso autor a partir de seu estágio no mundo socialista exprime a expansão real e virtual de sua teoria para pensar o Brasil em termos de projeto pautado pela soberania, autodeterminação e, em última análise, coloca questões candentes para refletirmos sobre o caminho da transição socialista de acordo com as nossas características e necessidades enquanto povo.

6.1 UM BRASILEIRO NA CHINA

Ao abrir o debate sobre o mundo socialista começando pela China, Guerreiro Ramos estabeleceu os termos em que se deu a análise das repúblicas populares que pôde conhecer de perto, isto é, sublinhou o duplo interesse que o habitava: humanístico e acadêmico. Nesse sentido, é mister destacarmos três princípios que orientaram a investigação do nosso autor, a saber: 1) o exame e eventuais juízos a respeito das repúblicas socialistas devem ser feitos tendo como referência a própria história desses países; 2) a formação econômico-social superior e mais complexa explica a inferior e de menor complexidade; 3) todas as nações são subsidiárias, exceto o Brasil.

Na entrevista cedida ao jornal *Novos Rumos*, o sociólogo declarou que “Sem o conhecimento da história chinesa não se pode com efeito apreciar a escala da importância histórica do socialismo chinês” (Ramos, 1960b). Por este viés, não caberia comparar a China com países da Europa Ocidental para fins de avaliação do êxito ou fracasso do socialismo, e sim a partir do que era a China antes da revolução de 1949. Esse princípio teve vigência para as demais repúblicas visitadas e estudadas pelo autor, de tal modo que estava em jogo entender

o desenvolvimento econômico e social de nações que decidiram dirigir conscientemente o processo histórico por meio da alternativa socialista, e só se torna possível atingir essa compreensão ao observar o antes e depois da realidade concreta dos países em questão:

Mas, habita-se mal na China – dir-se-á. É exato. Mas em dez anos o socialismo chinês não poderia ter resolvido um problema ao qual cinco mil anos de história decorridos na China não deram solução. Apesar disso, o ritmo atual de construção de moradias é inédito em sua história (Ramos, 1960b).

Observemos que a atitude científica de Guerreiro ao recorrer à História constitui o próprio antídoto às propagandas ideológicas liberais de caráter anticomunista que procuram reverberar o discurso de que o socialismo na prática não funcionou em lugar nenhum. É possível, certamente, realizar comparações proporcionais com as democracias burguesas mais avançadas⁷¹ e ainda assim perceber a superioridade da organização social dos Estados proletários. Mas o elemento decisivo é a situação material do povo pós-revolução, o quanto melhorou, o quão rápido ocorreram os avanços e a capacidade de continuar projetando o desenvolvimento nacional para a maioria da população – “É preciso ver a China como uma estrutura econômica e social em geração, ou em partícipio presente, e não como obra acabada. À luz deste ponto de vista, não tem limites o que ali poderá ser materialmente conquistado em breve prazo” (Ramos, 1960b).

Sobre a lógica do mais complexo explicar o mais simples, Guerreiro desviou do método sociológico durkheimiano, cuja explicação dos fatos sociais demandava o caminho do mais simples ao mais complexo⁷², e assumiu a perspectiva marxiana. A sociedade chinesa, pontuou, é uma crítica militante do capitalismo, pois o explica mais cabalmente do que os livros. Tal percepção fundamenta-se na interpretação de Marx na qual a chave para explicar uma sociedade primitiva é a sociedade complexa, a anatomia do homem é a chave para entender a anatomia do macaco⁷³ e, por conseguinte, “o feudalismo explica o escravagismo, o capitalismo explica o

⁷¹ Guerreiro lembrou durante a entrevista que, apesar do elevado nível material de consumo, os Estados Unidos eram um dos países em que mais se consumiam drogas para dormir, além de que, entre seus cidadãos comuns, não havia sido eliminado o medo em relação ao futuro (medo de não ter trabalho, moradia, de envelhecer). Também comentou o fato de os países nórdicos possuírem as maiores taxas de suicídio.

⁷² “Constituiremos primeiramente o tipo mais rudimentar que possa ter existido, para em seguida acompanhar passo a passo a maneira como ele progressivamente se complicou. Esse método, que poderíamos chamar genético, efetuará de uma só vez a análise e a síntese do fenômeno” (Durkheim, 1999, p. 141-142).

⁷³ “A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mais diferenciada. As categorias que exprimem suas condições, a compreensão de sua própria organização a tornam apta para abarcar a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva arrastando, enquanto que tudo o que fora antes apenas indicado se desenvolveu, tomando toda sua significação etc. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior, não pode, ao contrário, ser compreendida senão quando se conhece a forma superior” (Marx, 2008, p. 264).

feudalismo, e o socialismo explica a forma de produção e organização social que lhe é historicamente inferior” (Ramos, 1960b). O socialismo enquanto crítica viva à sociabilidade burguesa operava como um instrumento para a sociologia das organizações formulada pelo nosso autor, na medida em que enriquecia sua *práxis* política e o libertava de certas idealizações quanto à programação econômica sob a racionalidade da organização dos trabalhadores:

É por isso que o meu estágio na China tem também um interesse acadêmico, no bom sentido da palavra. Só conhecia o socialismo nos livros. Idealizava-o. Foi, para mim, uma experiência decisiva ver o socialismo na prática, sob formas sociais e humanas ordinárias, numa população de 650 milhões de pessoas. Vivendo 40 dias na China, tive o ensejo de encontrar a solução de alguns problemas teóricos de sociologia, que os livros, por si sós, não me proporcionariam. Como sociólogo, volto da China mais competente do que quando saí do Brasil, no dia 13 de abril deste ano (Ramos, 1960b).

Quanto ao terceiro princípio, partir do pressuposto de que, com a exceção do Brasil, todas as nações são subsidiárias, levou o sociólogo, conseqüentemente, à constatação da intransferibilidade do socialismo chinês – uma solução para a China, produto da sua própria história. Conforme ficou demonstrado a partir da redução sociológica, não há modelos no plano da ciência e da revolução que possam ser essencialmente reproduzidos por outros povos em diferentes contextos, razão pela qual “O que temos de aprender na China é a atitude metódica de seus governantes e de seu povo diante da realidade. Os resultados desta atitude aplicada na China não devem ser propostos como panaceias para o Brasil” (Ramos, 1960b). A revolução brasileira consistiria num esforço criativo e original para resolver os nossos problemas sociais, superando a crise de poder e saber identificada por Guerreiro naquela etapa da história e já discutida nesse trabalho. Parte deste empenho inventivo se referia a saber tirar proveito, com audácia e tato, da nossa condição nacional perante o mundo. Quando questionado a respeito de sua ortodoxia ideológica – o sociólogo chegou na China após ter passado alguns dias em Belgrado, e para grande parte dos comunistas chineses, a Iugoslávia era uma experiência revisionista –, o autor explicitou sua postura política pautada por uma visão tática e estratégica da nossa realidade nacional:

Olha aqui, meu caro, **o Brasil é um país aberto, capaz de digerir e assimilar o que existe de legítimo nos sistemas políticos mais diversos.** Não temos nenhuma razão para tomar partido nas brigas de família do mundo socialista. Quanto a mim, não pretendo ser caixeiro viajante da China, nem da Iugoslávia, nem da URSS (Ramos, 1960d, grifos nossos).

O projeto de desenvolvimento nacional que Guerreiro Ramos pensava para o Brasil tinha uma “vocaçãõ socialista”, contudo, priorizava a independência no que dizia respeito à adesão ao bloco em torno da União Soviética e a qualquer alinhamento com potências

estrangeiras que pudesse cercear o processo histórico brasileiro. Não era fortuita, por esse prisma, a admiração do sociólogo pelo modo no qual a Iugoslávia construiu sua revolução socialista e praticou o internacionalismo por meio da política de coexistência ativa e pacífica. Estabelecer relações com o mundo socialista, assimilar criticamente o que essas experiências ofereciam de melhor, não impedia ao Brasil, na sua ótica, de instituir aproximações com os países da Europa Ocidental e com os Estados Unidos, desde que fosse possível acordos que não estrangulassem nossa programação nacional – daí a importância levantada por Guerreiro de articular planificação econômica e política de segurança nacional. A ascensão da China enquanto potência mundial e o socialismo com características chinesas sendo referência no século XXI pode ser, de certa forma, expressão dessa racionalidade política independente que nosso sociólogo visualizava e pretendia equacionar numa escala adequada ao Brasil e à sua posição na América Latina.

Além do mais, esse debate sobre revisionismo no campo marxista era visto como algo cada vez mais infrutífero, até mesmo como uma falsa questão, na visão do nosso pensador:

Que sentido tem atualmente acusar a Iugoslávia de revisionista? A Iugoslávia é o que pode ser. Tem de ser julgada, tendo em conta as suas peculiares condições históricas. A discussão, por exemplo, dos méritos ou deméritos do regime iugoslavo não tem fim em termos de revisionismo ou ortodoxia. Como aliás a discussão de muitos outros assuntos. Quem entrar na controvérsia do revisionismo, em nossos dias, dificilmente evitará enredar-se num cipal de argumentos sofisticados (Ramos, 1961c).

Guerreiro constatou que a discussão sobre o revisionismo ocupava lugar de destaque entre as autoridades chinesas, situação que já não ocorria na União Soviética ou na Iugoslávia, razão pela qual foi na China que pôde sentir pela primeira vez a urgência de operar uma aprofundada reflexão sobre o denominado marxismo-leninismo, assim como de “rever o revisionismo” (Ramos, 1961c). Essa atitude de rever o revisionismo sinaliza dois aspectos teórico-metodológicos da sua sociologia. O primeiro se refere a colocar em perspectiva histórica a concepção de revisionismo, na medida em que, no contexto de rebaixamento e desvio do marxismo de seu itinerário revolucionário, ou quando a União Soviética era o único Estado socialista a ser defendido, o revisionismo assumia um sentido e a discussão acerca do tema alcançava amplamente o movimento operário internacional. O segundo concerne à atualização da ideia de revisionismo, já indicada no primeiro capítulo, que, ao invés de ser entendido enquanto falta a um horizonte cultural anterior a Marx – como o retorno a Kant, Spinoza, Hegel, Maquiavel –, se trata do “exercício da crítica, independentemente de todo critério de conveniência, que não seja o da objetividade e da verdade” (Ramos, 2016, p. 202). À vista disso, rever o revisionismo significa literalmente lançar o revisionismo ao revisionismo, ou seja,

submeter a definição clássica de revisionismo à crítica objetiva, à redução, ajustando a categoria, quando possível, às necessidades históricas do presente. Por meio desse esforço, o sociólogo manteve vivo o termo revisionismo nos debates sobre o socialismo sem remeter à (falsa) polêmica que ainda perdurava nas repúblicas populares, em especial na China, além de ter atribuído um sentido mais interessante à expressão, cuja validade só pode ser verificada através da *práxis* e não pelos ditames e conveniências de uma Internacional.

Um dos temas que abriu a discussão travada pelo sociólogo ao tratar da viagem à China em sua coluna de jornal foi a questão do poder e suas dimensões – esotérica e exotérica. De acordo com o que abordamos no capítulo anterior, Guerreiro desenvolveu essa reflexão em *Mito e verdade da revolução brasileira*, três anos após ter regressado da China, de tal maneira que é lícito pensarmos que a experiência no mundo socialista (e na China, em especial) contribuiu para essa maturação conceitual em sua obra. A vivência com membros do comitê central do Partido Comunista da China (PCCh), inclusive a oportunidade de ter conhecido pessoalmente Mao Tse-Tung, reforçou a meditação sobre o poder já iniciada ante a crise brasileira e cuja síntese foi enunciada nos seguintes termos: “não existe poder sem tensão. Não se mantêm no poder quem imagina tê-lo adquirido de uma vez por todas” (Ramos, 1960c).

Isso não significou a diminuição do valor sociológico dos atos e palavras de cidadãos comuns que o autor conheceu na China, mas um salto qualitativo quanto à análise concreta da realidade chinesa. Nas suas palavras, antes do encontro com Mao, só havia conhecido a China exotérica, de modo que adentrou a uma específica “voltagem mental” quando conversou com quadros e dirigentes de relevantes responsabilidades, especialmente ao ouvir Mao Tse-Tung:

O que nele me impressionou foi menos o letrado, o teórico, do que o hábil administrador da violência. Eis aqui um homem que conseguiu colocar-se no estuário de um processo histórico, não por acidente, mas porque para isso lutou e se mobilizou. Os problemas políticos não têm soluções logarítmicas. A teoria ajuda a diagnosticá-los e resolvê-los. Mas as suas soluções, em última instância, resultam de atos de poder, do exercício consciente da violência (Ramos, 1960c).

Segundo Guerreiro, o comitê central do PCCh era uma zona de alta tensão, configurando o círculo esotérico da vida política do qual Mao Tse-Tung, assim como os demais dirigentes que constituíam a instância, exibiam uma psicologia correspondente à situação em que viviam. Tal psicologia remetia à consciência da duplicidade política, quer dizer, a sabedoria de que uma decisão administrativa tomada de cima para baixo pode transformar o positivo em negativo, a indiferença em cordialidade, a indignação em tolerância, e sem esse esoterismo não há poder constituído: “sem violência não há ordem, contanto que a violência não se transforme em coerção, que é o recurso extremo para dominar daqueles que perderam representatividade

política” (Ramos, 1960c). Em última análise, o autor estava chamando a atenção para a linha tênue que separa o exercício da violência legítima e ilegítima. Em conformidade com a sua concepção de poder de matriz weberiana já apresentada no capítulo 2, a imposição da vontade por um indivíduo ou grupo não pode ser arbitrária, pois a aptidão coercitiva deve ser assegurada e fundamentada através da etapa social e dos valores e fins comunitários – ou seja, é impossível exercer o poder sem violência e coerção, a questão decisiva é o grau de racionalidade conforme o contexto e os fins de seus representantes, processo distinto do colonialismo descrito por Frantz Fanon (e por extensão, do subdesenvolvimento) que “não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. Ele é violência em estado natural, e só pode se inclinar diante de uma violência maior” (Fanon, 2005, p. 79).

Se a conjuntura política brasileira em crise não apresentava um centro configurador de poder, diagnóstico apresentado em 1963 e debatido no capítulo 4, a China narrada pelo sociólogo era o exemplo oposto, isto é, uma formação econômico-social na qual a vanguarda popular (representada pelo PCCh) comandava o processo histórico com respaldo da base em ampla participação política. Com uma ciência adequada à consciência crítica do povo e aos desafios de seu tempo, não havia uma diluição entre o esotérico e o exotérico, a sociedade chinesa não se encontrava exposta e/ou vulnerável às investidas da contrarrevolução. Por esse prisma, as comunas populares ilustravam, segundo o autor, o fato de não existir poder constituído sem o exercício da violência, pois, como toda inovação institucional, a comuna carregava a tensão entre o espontâneo e o calculado, entre o ingênuo e o elaborado, além da necessidade de subverter os hábitos e rotinas de milhares de cidadãos, cujo efeito inescapável é a existência de um contingente de trabalhadores descontentes – no seio do PCCh também havia quadros contrários às comunas, evidência de que a direção não se encontrava desconectada das massas. Sem embargo, a comuna popular, ressaltou, era expressão consequente e necessária das formas de cooperação anteriormente vigentes na agricultura chinesa, mas também produto da imaginação criadora da sua vanguarda nacional e popular.

Se a concretização em massa das comunas populares demandava imposição, exercício da violência, o fundamental a ser observado era o fato de que tal violência não lesava a legitimidade histórica do regime chinês, mas, pelo contrário, tornava-o exemplar a povos como o brasileiro no que concerne à atitude metódica de seus dirigentes já sublinhada pelo autor:

Os chineses se libertaram da opressão graças ao Partido Comunista. Mas a opressão, na China, não eram os estrangeiros e os seus testas de ferro, não eram os japoneses, não eram a nobreza e os mandarins; era um sistema social. Eis porque se após a culminação da guerra de libertação em 1949, quando os comunistas chegam ao poder, não se tivesse iniciado um esforço de substituição do velho pelo novo sistema, o

regime da opressão continuaria a existir. A violência tem sido na história arma clássica para liquidar o anacronismo. Na China de hoje não há tolerância para o anacronismo (Ramos, 1960d).

Como em qualquer forma de organização político-social, seja ela retrógrada ou avançada, há os descontentes, tanto na dimensão exotérica como na esotérica do poder, e na China não era diferente. Todavia, “os descontentes não têm méritos intrínsecos, é a perspectiva histórica à luz da qual eles verberam os fatos que confere ou não validade aos seus julgamentos” (Ramos, 1960d). E no que se refere às comunas populares, o sociólogo observou que era difícil admitir alguma razão que pudesse efetivamente lhes negar validade.

Quanto ao êxito das comunas populares, Guerreiro Ramos compartilhou alguns dados para que o público brasileiro pudesse ter noção do empreendimento. De acordo com seu registro, o movimento das comunas populares havia começado dois anos antes da sua viagem, em agosto de 1958, quando entrou em vigor a Resolução sobre o Estabelecimento das Comunas Populares nas Áreas Rurais, subscrito pelo Birô Político do Comitê Central do PCCh. A partir dessa data, foram organizadas 26 mil comunas como resultado do agrupamento de 700 mil cooperativas agrícolas, de tal modo que, na ocasião da visita do sociólogo à China, menos de 1% das famílias camponesas trabalhavam fora das comunas populares. Assim, constituíam unidades básicas de caráter econômico-estatal e em cada uma delas se combinavam agricultura, indústria, comércio, educação, assuntos militares, ou seja, um complexo agroindustrial de perfil polivalente cuja racionalidade articulava “o princípio do salário (‘a cada um segundo o seu trabalho’), com o princípio do abastecimento (‘a cada um segundo suas necessidades’)” (Ramos, 1960d). Do ponto de vista da produtividade⁷⁴, as comunas apresentavam os maiores índices da história, com incrementos anuais de 20%, 30%, até 50% em todos os setores da

⁷⁴ A título de exemplo, Guerreiro compartilhou os seguintes dados sobre uma das comunas populares que visitou: “No dia 11 de maio do corrente ano visitei uma comuna popular situada a sete quilômetros de Nanquim composta de 10.900 famílias e 480.600 membros (a média é 5.000 famílias). Esta comuna dispõe de.. 52.000 ‘mu’ (o ‘mu’ equivale a 1/15 do hectare) e 13.000 ‘mu’ para peixes (viveiros). Compõe-se de 11 grandes brigadas e 157 pequenas brigadas e naquela data funcionava há vinte meses. Foi formada pela reunião de 20 antigas cooperativas. Uma ideia da produtividade desta comuna pode ser obtida pelo fato de que já em 1958 produzia 815 ‘kins’ de cereais (o ‘kin’ equivale a meio quilo) por ‘um’ contra 483 e 318, respectivamente em 1957 e 1949, ano da Libertação. Em 1959 mudaram o plano das terras e passaram a produzir também vegetais. Nesse ano produziram 8.000 ‘kins’ de vegetais por ‘mu’ e em 1960 espera-se que tal produção atinja 11.000 ‘kins’ por ‘mu’. Atualmente a comuna supre ¼ do consumo de vegetais em Nanquim. Tem lugares reservados para animais domésticos, porcos, frutas e incubadoras para ovos de peixe. Além disso, opera as seguintes fábricas: de coque de carvão de máquinas e instrumentos agrícolas, de tijolos e telhas, de roupas, de massas alimentícias, de conservas, biscoitos e bolos, de produtos químicos (ácido sulfúrico, ácido clorídrico, etc.), de inseticidas, de tortas para porcos, de papel, de móveis de bambu, de cordas, especialmente para amarrar madeira, serraria, de carvão vegetal, de lanchas até 500 toneladas de capacidade. Apenas o seguinte informe. A fábrica de coque foi construída em julho de 1958, cujo semestre com 65 trabalhadores produziu 150 toneladas de coque por mês. Agora com 500 trabalhadores passou a produzir 6.000 toneladas por mês” (Ramos, 1960f).

produção. É certo que manter altos níveis de produtividade num país de extensão continental após a consagração de um governo socialista ao poder exigia sacrifícios de seu povo, submetido às mudanças radicais de seus antigos hábitos para a edificação de uma nova sociedade e de um novo homem, processo que cria inevitavelmente um grupo de descontentes – motivo pelo qual nosso sociólogo dedicou atenção ao tema do poder e da violência inerente ao processo revolucionário. Contudo, a resistência em relação às comunas populares, conforme Guerreiro, se dava particularmente entre os mais idosos, enquanto a juventude e as mulheres se ajustavam entusiasticamente à situação e já experimentavam alguns benefícios, como a intensa campanha de alfabetização de jovens e adultos que estava em curso e já contemplava 85% das crianças em idade escolar com o recebimento de instrução, fora a queda da mortalidade geral e infantil.

Sobre a situação das mulheres junto às comunas populares, o sociólogo observou avanços significativos, não só em comparação à própria história da China, mas também, nesse caso, em relação ao Ocidente. Nas comunas, as mulheres se beneficiaram porque a existência de restaurantes coletivos, lavanderias, jardins de infância, grupos de costura, entre outras agências, as libertaram da servidão do trabalho doméstico. Dito de outra forma, a divisão social do trabalho estabelecida pela comuna representou um passo importante para a libertação da mulher, pois foram criadas as condições para que o denominado trabalho reprodutivo deixasse de ser uma atividade generificada, liberando as mulheres para desenvolverem suas capacidades em outras searas. Inspirado no ensaio sobre “técnicas do corpo” de Marcel Mauss e na interpretação sobre sexo e cultura de Georg Simmel, Guerreiro Ramos percebeu as idiosincrasias da mulher no mundo socialista – um erotismo singular, maior independência ao padrão estético e cultural pautado pelo homem – em contraste com o predomínio masculino das sociedades capitalistas. À vista disso, é interessante atentarmos para o fato de que a questão da mulher e do feminismo nunca foi um problema de primeira ordem nas reflexões de Guerreiro, entretanto, ele aparece de maneira incisiva (ainda que episódico) quando o autor conhece de perto as repúblicas populares. Ao afirmar ter voltado da China (e do mundo socialista em geral) mais competente por ter encontrado durante esse estágio a solução de alguns problemas teóricos que os livros por si só não davam conta, o pensador santo-amarense não estava enunciando um mero exagero retórico:

Em Moscou ou em Pequim, jamais pode ser visto alguém caminhando na rua como Brigitte Bardot ou Marilyn Monroe. Há um erotismo socialista, diverso do capitalista. É preciso mandar aos países socialistas uma expedição de antropólogos para estudar esses novos aspectos do ser humano no século XX. **Provavelmente se venha a verificar que o verdadeiro feminismo esteja começando a aparecer nesses últimos países**, o feminismo de que falava Georg Simmel, em que a mulher não reivindica ser

como o homem à George Sand, mas reivindica ser ela mesma, agente ativo de cultura e civilização, ao lado do homem, e não sob a sua prepotência institucionalizada (Ramos, 1961f, grifos nossos).

Esses traços de emancipação feminina verificados por Guerreiro através da institucionalização das comunas populares estão diretamente relacionados à nova divisão do trabalho e, por sua vez, ao surgimento do homem polivalente. Os problemas econômicos, políticos, sociais, psicológicos, eram resolvidos politicamente, no sentido de que, quando uma situação era definida como problema, era levada à discussão pelas partes implicadas e, da integração dos pontos de vista do problema concreto, surgia a solução a ser adotada. Dessa forma, era eliminada a mediação entre o homem comum e o especialista (sociólogo, economista, psicólogo, cientista político), pois cada um tendia a ser, simultaneamente, conhecedor dessas diversas áreas do saber científico e também trabalhador: “Na comuna popular, todo indivíduo é político, não existe área da existência fora da consciência política. Nestas condições, mediante atitude crítica e prática, a vida ordinária das pessoas tende a ser científica e ciência tende a ser vivida ordinariamente” (Ramos, 1960f). Por esse viés, podemos inferir que a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual estava em vias de superação nas comunas populares, de modo que todos trabalhavam na manutenção da própria comuna e tinham acesso ao conhecimento científico para melhor execução das tarefas e resolução dos problemas. Isso explica o êxito na combinação do princípio do salário e do abastecimento, pois somente por meio de uma divisão social do trabalho distinta da lógica burguesa cujo princípio é a exploração e a valorização do valor seria possível tal nível de organização e qualificação do trabalhador (homem polivalente).

Essa racionalidade que organizava a vida nacional na China, e particularmente as comunas populares, era a grande responsável pelo aumento de produtividade já mencionado. Ao observar e interpelar a dinâmica das comunas, Guerreiro confirmou a tese que havia apresentado em *O problema nacional do Brasil*: “a capacidade política cria a capacidade econômica” (Ramos, 1960, p. 208). Ou seja, a produtividade é menos questão de tecnologia do que de relações sociais. Como a política de produção nas comunas consistia em alocar o esforço produtivo para atender as necessidades da população local ao máximo nível concretamente possível, eliminando o desemprego disfarçado – quando uma atividade é realizada com um número de trabalhadores maior do que o necessário – e a força de trabalho ociosa, liberando, ao mesmo tempo, a inventiva popular mediante a distribuição racional do esforço, tornava-se nítido que o aspecto material do capital, isto é, equipamentos, máquinas, tecnologias, constitui a epiderme do desenvolvimento econômico cuja essência é política e ideológica. A criatividade

popular era fundamental nesse processo, pois, de acordo com o sociólogo, a produtividade tinha chegado num limite em alguns países ocidentais devido ao bloqueio da inventiva das massas, diferentemente do que ocorria na China Popular: “No sistema social chinês, de que a comuna popular é ilustração, as massas são diretamente beneficiárias do aumento da produtividade e por isso, fazem da atividade produtiva uma razão mesma de viver” (Ramos, 1960f). Numa sociabilidade organizada pela razão, as pessoas se reconhecem no próprio trabalho, trabalham melhor para garantir a reprodução material da vida e a conquista de maiores e melhores margens de liberdade, imprescindíveis no que concerne à realização humana do ponto de vista pessoal e coletivo. Em síntese, Guerreiro Ramos evidenciou pelo menos três elementos inerentes às comunas populares que servem de reflexão ao público brasileiro: 1) superioridade na organização da produção; 2) demonstração de que a verdadeira ciência social é teoria crítico-prática para a qual as divisões cristalizadas (econômico, social, político, psicológico) são ficções; 3) capital não é coisa, é relação social.

Não obstante, é preciso considerarmos que o momento no qual Guerreiro visitou a China ainda era recente a implementação do Grande Salto Adiante, iniciativa coordenada por Mao Tse-Tung no ano de 1958 para reorganizar e acelerar a produção rural tendo por base a mobilização e iniciativa das próprias massas, cujo objetivo era fazer do campo a base para um desenvolvimento industrial distinto da experiência soviética, com a adoção de um conjunto de medidas educacionais e de capacitação técnica por meio da organização das comunas populares. Contudo, a despeito de ter sido um empreendimento relevante no sentido de vislumbrar uma via para o socialismo pautado pela criatividade e esforço das massas, inclinado a evitar a reprodução de processos que excluía o povo das decisões políticas em favor da burocracia partidária, conforme evidenciaram as observações do sociólogo, é lícito sinalizarmos que a concretização das comunas enfrentou muitas dificuldades e seus resultados, muitas vezes, foram desastrosos, implicando situações de penúria e retração econômica. De acordo com o professor Márcio Bilharinho Naves (2005, p. 60):

Contribuiu para isso a ocorrência de calamidades naturais de imensas proporções, a retirada dos técnicos soviéticos em virtude do estreecimento entre os dois países e a resistência e o boicote promovidos pelos setores de direita do Partido, mas a causa fundamental dos problemas foram erros de concepção e de aplicação das medidas propostas, o subjetivismo e a improvisação.

Segundo a interpretação de Márcio Naves, os resultados negativos do Grande Salto Adiante corroboraram com o caráter de classe da política econômica sustentada pela ala direita do PCCh – entre eles, Deng Xiaoping, dirigente que a partir de 1978 colocou em marcha um

conjunto de reformas econômicas consideradas decisivas para o crescimento e consolidação da China como potência mundial –, que seria o cerne do problema da transição socialista no contexto chinês. Independentemente dessas contradições intrínsecas ao “socialismo com características chinesas”, a China Popular era um exemplo instigante de emergência da consciência crítica manifestada pelo povo e empenho na adequação política e científica de sua vanguarda nacional às demandas concretas da população, fator essencial na assimilação de Guerreiro Ramos à revolução chinesa.

Enquanto ter se adequado politicamente se referia à constituição do PCCh mediante o processo revolucionário, passando pela racionalidade organizativa da planificação econômica e social, tais mudanças só foram possíveis uma vez que se atualizaram os termos da produção científica. Por isso, Guerreiro insistiu na tecla da superação da divisão das ciências sociais conforme estabelecidas academicamente, pois tal divisão, herança do positivismo domesticado característico da burguesia em decadência no século XIX, encontrava-se obsoleta em relação aos desafios que a história imprimia aos povos da periferia do capitalismo – a crise de poder e saber no Brasil do pré-64 reforçava essa tese do autor. Os chineses praticaram a redução sociológica ao assumirem atitude metódica de, por meio do pragmatismo crítico, terem buscado a superação da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, assim como da divisão técnico-intelectual das ciências apresentadas nos centros universitários. No que se referia à atualização das ciências sociais, a China avançava em passos largos rumo à traição do vício de origem de tais áreas do conhecimento, e a experiência do nosso sociólogo a partir da questão étnico-racial durante sua estadia no país reúne elementos interessantes para meditarmos sobre esse assunto.

De acordo com Guerreiro Ramos, a ciência social que encontrara em vigência na China era uma ciência englobante, histórica, crítico-prática, na qual o elemento empírico e o especulativo se relacionavam dialeticamente, de tal maneira que economia, antropologia, sociologia, à luz do desenvolvimento chinês, não passavam de ideologias conservadoras com fachada de ciência. Aflorava, por esse prisma, aquilo que o autor categorizou como traços do novo saber, do saber fundado na *práxis*, pois no mundo socialista a ciência era literalmente atividade humana:

O físico, por exemplo, veste o macacão e opera no laboratório segundo exigências sociais. E porque lhe corresponde, o seu conhecimento sociológico se desenvolve em alta escala. Por outro lado, submetidos que estão os movimentos sociais a decisões políticas, o que, entre nós, é disciplina econômica, disciplina sociológica, etc., passa a ser aspectos de ordinárias ações coletivas (Ramos, 1961e).

Ao contrário da alienação inerente à sociedade burguesa, cuja divisão técnico-intelectual das ciências exprime a divisão social do trabalho baseada na exploração e valorização do valor, mistificando e circunscrevendo a atividade científica e a construção do saber ao grupo dos esclarecidos, “O socialismo é ilustração em massa. Implica na liberação irrestrita dos poderes pedagógicos da vida associada, tornando toda pessoa um educador” (Ramos, 1961e). A educação enquanto função privilegiada de uma parte da sociedade elevada sobre a outra só fazia sentido, segundo o sociólogo, mediante a alienação capitalista, porque nas formações econômico-sociais orientadas ao socialismo o educador tendia a ser o processo social. Esse novo saber englobante averiguado na China foi caracterizado pelo autor como uma espécie de “politicologia”, por conta dos imperativos políticos estarem sendo vividos em massa e o social ter se tornado objeto da vontade do poder coletivo, de tal modo que a ciência se descompartmentalizava e assumia feição de conduta normal a todos.

Estamos convencidos de que esse “novo saber do século”, a “politicologia” que, paradoxalmente, conforme sublinhou Guerreiro, estava sendo experimentada em massa a despeito de ainda não haver apresentado a elaboração metódica de suas regras, serviu como substrato para o desenvolvimento, alguns anos após sua viagem às repúblicas populares, da noção de ciência social socialista, já tratada no capítulo anterior desse trabalho no tópico sobre o homem-parentético. A ciência social socialista comportava a crítica marxista às vanguardas socialistas, fundamentalmente aos Partidos Comunistas, assim como a adequação das ciências sociais às aspirações dos povos em luta por soberania e autodeterminação, aspecto que implicava a superação do modelo acadêmico e ocidental de ciência. Guerreiro Ramos apostava, portanto, na edificação de um quadro teórico-metodológico que, inspirado na *práxis* política do mundo socialista, expressão do que havia de mais avançado em termos organizacionais na sua época, pudesse contribuir aos seus acúmulos e solucionar os problemas intrínsecos à revolução brasileira. Sua sociologia da organização dos povos, expressão que criamos para dar sentido a essa construção teórico-pragmática cuja ciência social socialista é um dos pilares mais radicais, operava como um instrumento para assimilar criticamente os processos revolucionários socialistas, ao mesmo tempo em que almejava corrigir os desvios teóricos e práticos dessas experiências, com vistas a fundar uma sociologia nacional consoante ao novo saber do século.

Tal projeto político e intelectual colocava nosso autor na contraditória condição na qual classificava a sociologia como uma “pseudociência” ao mesmo tempo em que, não somente atuava enquanto sociólogo, como inclusive desempenhava um papel de pretensão fundacional em relação à crítica sociológica no Brasil. Nesse aspecto, é importante sublinharmos como Guerreiro ironicamente lidou com essa contradição:

Meu caro, não fui eu quem inventou ou criou o mundo ocidental. Quando nasci já o encontrei na sua expressão contemporânea. A profissão que mais atende às minhas propensões é a de sociólogo. Na minha situação biográfica era imperativo ter uma profissão. Escolhi a de sociólogo, que exerço, transcendendo-a, isto é, desrespeitando sistematicamente as fronteiras acadêmicas desta disciplina e concebendo-a como uma ciência englobante, para a qual, o social, o econômico, o político e o psicológico são ficções didáticas e assim devem ser vistos à luz de totalidades concretas (Ramos, 1960g).

À vista disso, a China atestou a validade da sua posição, pois, ao indagar seus interlocutores sobre a possibilidade de conversar com algum sociólogo ou antropólogo, os intérpretes tiveram dificuldade em compreender do que se tratava. Até que um dia comunicaram Guerreiro de que o levariam ao Instituto de Minorias, instituição cujos trabalhos mais se aproximavam da explicação emitida pelo autor sobre o que era sociologia e antropologia. Essa visita o proporcionou um conhecimento sobre as relações étnico-raciais no país⁷⁵ e o tratamento destinado à questão por um governo de orientação socialista, além da oportunidade de ter compartilhado com estudantes chineses a experiência brasileira no que se referia à temática racial.

Ficou nítido para Guerreiro que, enquanto no Brasil e na América Latina os povos indígenas eram defendidos por amigos profissionais, isto é, os antropólogos, construtores de carreiras acadêmicas nos centros urbanos onde se tornam especialistas às custas da cultura dessas populações que continuam expostas à miséria e à marginalidade, na China as minorias eram promovidas ao socialismo, ou seja, tinham a opção concreta de melhorar suas condições materiais de vida para além do modo primitivo⁷⁶ de organização social. A integração das minorias à formação econômico-social chinesa era uma tarefa de primeira grandeza, a qual o PCCh, por meio do Instituto de Minorias, realizava sistematicamente. O sociólogo apresentou um exemplo a partir da integração da etnia Koutsong – povo nômade do sudoeste da China que vivia da coleta de frutas, ervas silvestres, da caça e do cultivo do milho – às comunas populares:

⁷⁵ “A China é um país de muitas nacionalidades, sendo a mais numerosa a Han, que representa cerca de 94% da população. Os 6% restantes, mais de 35 milhões de pessoas, são minorias nacionais, entre as quais a Chuang, a Vigur, a Hui, a Yi, a Tibetana, a Miao, a Mongol, a Buyi, a Coreana. Há minorias na China ainda em estágio tribal, como os nossos boroxós e xavantes” (Ramos, 1960g).

⁷⁶ Guerreiro afirmou que na China “as minorias são promovidas historicamente do estágio primitivo ao socialismo” (Ramos, 1960g). Contudo, é lícito pontuarmos que, primeiro, não se tratava de uma interpretação etapista da sociedade, como se todos os povos estivessem fadados a percorrer mecanicamente determinados estágios evolutivos em termos civilizatórios; e segundo, o termo primitivo empregado pelo autor não remetia às noções de atraso e selvageria, típicas de uma antropologia/etnologia eurocêntrica, mas se referia ao sentido de primeiro, de povos originários, na linha em que Durkheim utilizou no clássico *As formas elementares da vida religiosa* (1996) ao atribuir a alcunha de religiões primitivas às religiões primeiras, mais antigas, e não uma classificação moral dessas experiências históricas.

Pois bem, graças a um penoso esforço [d]os funcionários do Governo chinês, os Koutsongs possuem hoje um governo local socialista, estão organizados em comuna popular. Têm uma cooperativa agrícola de produção e uma equipe de ajuda mútua. Todos se vestem e habitam casas em vez de grutas ou tocas. Cultivam, entre outras coisas, milho, algodão, batata doce, *ananás* [ilegível no original], arroz. Criam animais e aprenderam a lavrar a terra tecnicamente. Dentro em pouco, estarão certamente exercendo atividades industriais e assimilando perfeitamente as linhas do Partido Comunista (Ramos, 1960g, grifo do autor).

Esse trecho da análise do nosso sociólogo pode soar como problemático, na medida em que abre precedentes para uma interpretação negativa do processo chinês, no sentido de que as minorias étnicas estariam, ao fim e ao cabo, submetidas a uma lógica instrumental, beneficiadas apenas enquanto gradativamente renunciavam ao seu modo de vida e assumiam a organização político-social orientada ao socialismo. Seria irresponsabilidade da nossa parte descartar que em algum nível essa hipótese não possa ter se concretizado, pois seria negar as contradições e problemas inerentes à transição socialista em qualquer país onde a classe trabalhadora tenha conquistado o poder. Todavia, a questão decisiva aqui é compreendermos o raciocínio de Guerreiro Ramos no tocante às relações étnico-raciais e a adequação política e científica para o tratamento desse fenômeno social.

Desde o final dos anos 1940, Guerreiro se dedicou ao estudo da questão racial no Brasil, em especial ao denominado “problema do negro”, não como um catedrático, mas enquanto militante junto ao movimento negro de sua época – integrou o Teatro Experimental do Negro (TEN) ao lado de Abdias Nascimento. Tal experiência política proporcionou-lhe o acúmulo teórico que podemos observar nas suas reflexões seminais sobre o negro no Brasil⁷⁷, de modo que uma das críticas levantadas pelo autor foi justamente sobre a incapacidade das ciências sociais dominantes em pensar a situação do negro brasileiro nos termos nacionais, como parte integrante de um projeto de país. Daí sua crítica aguda à antropologia que reduzia o negro ao seu objeto de estudo, à uma peça de museu, quer dizer, se buscava “sobrevivências africanas” nas comunidades negras por meio da lógica do “negro como espetáculo”, como se fosse um elemento estranho à nação, deslocado, e não parte integrante e decisiva do que convencionamos chamar de Brasil. Assim, desenvolviam-se pesquisas tendo o negro como tema⁷⁸ em detrimento da vida do negro; examinava-se o negro em laboratório sem assimilar a sua dinâmica, seu

⁷⁷ A exemplo disso, destacamos o texto “O problema do negro na sociologia brasileira”, publicado pela primeira vez em 1954 como capítulo da *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo*; “Patologia social do ‘branco’ brasileiro”, “O negro desde dentro” e “Políticas de relações de raça no Brasil”, publicados na terceira parte do livro *Introdução crítica à sociologia brasileira* de 1957.

⁷⁸ “O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço de realidade nacional que chama a atenção. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, proteico, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje” (Ramos, 1995, p. 215).

movimento real, tampouco se construía junto ao negro alternativas para o seu progresso. A invenção do “problema do negro”⁷⁹ era um grande negócio para um certo nicho de brancos letrados.

Por esse viés, é legítimo que nosso autor tenha destacado aspectos da *práxis* política da China Popular em relação às minorias étnico-raciais, afinal de contas, a reconfiguração da divisão social do trabalho e a atualização científica concomitante aos desafios da transição socialista produzem necessariamente outras formas de interpelar as relações raciais, distintas das formulações burguesas/ocidentais. E os chineses estavam demonstrando a possibilidade de integrar suas minorias num projeto nacional em conformidade com o progresso material desses povos e com o avanço da revolução. À vista disso, não estava na ordem do dia para a vanguarda nacional chinesa fomentar pesquisas descritivas de suas minorias, como se fossem objetos exóticos, congelados no tempo e, por conseguinte, um problema por afirmarem a própria existência. O Instituto de Minorias era menos um museu antropológico dos povos da China do que um instrumento vivo de promoção e organização política dessas populações, e as comunas populares, uma vez mais, cumpriam importante função no que se referia ao projetamento de uma sociedade mais humanista. Vale lembrar que Guerreiro no início da década de 1950 foi diretor do Instituto Nacional do Negro, instituição vinculada ao TEN que comportava o Museu do Negro. A ideia de museu naquela época já implicava, na concepção do sociólogo, uma superação histórica e social, um espaço de transformação espiritual individual e coletiva, um “sucadêneo de práticas policiais contraproducentes” (Ramos, 1950, p. 50), ou seja, estava em pauta modificar as condições materiais do negro brasileiro e integrá-lo à dinâmica do capitalismo nacional, tarefa indispensável para a sobrepujar o subdesenvolvimento. Portanto, não foi por acaso que o feminismo e a questão étnico-racial estavam em evidência para o sociólogo baiano ao refletir sobre a China e o mundo socialista.

Também nos cabe mencionar as impressões de Guerreiro a respeito do papel da China junto aos países do continente africano. O sociólogo teve a oportunidade de dialogar, durante sua estadia no território chinês, com vários dirigentes africanos, como, por exemplo, pessoas ligadas ao movimento dos Mau-Mau no Quênia, políticos do antigo Congo belga, e destacou a

⁷⁹ Em síntese, Guerreiro averiguou que no Brasil, assim como em qualquer sociedade submetida à colonialidade, as referências culturais, estéticas, científicas, são estabelecidas de fora para dentro, ao invés de serem induzidas das condições particulares de sua própria realidade social. Assim, o modelo europeu de civilização torna-se a norma a ser perseguida – e, conseqüentemente, impossível de ser alcançada –, cristalizando uma relação patológica do brasileiro consigo mesmo. Somente nessas condições o negro pode ser concebido como um problema, um elemento fora do lugar, porque à luz de uma sociologia indutiva o “problema do negro” é reflexo da patologia social do branco brasileiro, uma minoria letrada que adotou critérios de trabalho intelectual alienígenas, protestando contra si mesmos ainda que garantissem a reprodução de privilégios materiais e simbólicos ao seu grupo/classe social.

conversa que teve com uma jovem liderança da Costa do Marfim – de uma beleza negra bem acabada e portadora de um inglês impecável, segundo o autor – sobre a construção do socialismo em África: “Ela me respondeu que é mais fácil as populações africanas ascenderem ao socialismo do que os povos capitalistas. Os povos nativos da África já são comunistas, dizia. Com a descolonização, trata-se de elevar esse comunismo rudimentar a um nível histórico superior” (Ramos, 1960g). Essa tese sobre a transição socialista em países africanos é absolutamente importante do ponto de vista da redução sociológica.

Evidentemente, é necessário um certo cuidado com esse tipo de afirmação emitida pela dirigente marfinense, pois o comunismo enquanto etapa superior do socialismo ainda não existiu na história da humanidade, é tarefa por fazer. As formações econômico-sociais pré-capitalistas, os povos nativos, apresentam outros modos de organizar a produção/reprodução material da vida, por vezes mais humanizadas e integradas à natureza do que a sociabilidade burguesa. Mas isso não significa já estar no comunismo, até porque não se trata de regressar a uma etapa histórica e atualizá-la, mas da criação inédita e heroica, como frisou Mariátegui. Ademais, mobilizar categorias como comunismo, império, estado, entre outras inerentes à modernidade ocidental, também oferece o risco de não assimilarmos a história das organizações pré-capitalistas nos seus próprios termos, dificultando a possibilidade de que essas experiências possam falar por si mesmas. Todavia, mais importante do que fazermos esses reparos sobre a perspectiva comunista da militante marfinense – provavelmente um excesso de sociologismo da nossa parte – é ressaltarmos a força e a criatividade que eclodia naquele momento, o exercício possível em termos de vanguarda, quer dizer, a dimensão performática do enunciado africano e terceiro-mundista: o que se pretendia construir coletivamente é o essencial. E nesse sentido, a experiência marfinense sublinhava que 1) conhecer as virtualidades da cultura nacional, das comunidades originárias, é decisivo em qualquer processo revolucionário inclinado a pensar um caminho próprio para a edificação do socialismo; 2) o processo de descolonização é incontornável para ajustar o padrão das relações étnico-raciais ao projeto de desenvolvimento econômico-social superior. Tais questões acompanharam nosso autor no pré-64 e reforçam o vínculo umbilical entre a redução sociológica, combate ao colonialismo e o papel do Brasil na luta antirracista internacional conforme assumisse sua personalidade histórica (revolução brasileira), premissa para atuar junto às populações negras da periferia ao centro do capitalismo.

Em função disso, não podemos perder de vista essa experiência cultural e política de Guerreiro Ramos na China cercado de dirigentes de países africanos, pensando o Brasil e o Terceiro Mundo. Suas observações a respeito da China Popular ter emergido como um polo de

atração para os africanos não estava sustentada numa visão romântica do país ou meramente pelos discursos de integrantes do governo:

A Rádio de Pequim dirige 70 horas por semana para a África ao invés das 31 horas da Rádio de Moscou. Em 1959, a China recebeu 270 delegações africanas e atualmente mantém relações diplomáticas com o Egito, o Sudão, o Togo, Marrocos, a Guiné (a quem concedeu há algumas semanas empréstimos de 27 milhões de dólares), Gana, tendo reconhecido o governo argelino, a Somália e a República Malgaxe. Sem dúvida a China está fadada a desempenhar relevante papel no movimento socialista africano (Ramos, 1960g).

Nos dias de hoje, em pleno século XXI, a China perdura enquanto crítica viva ao capitalismo, tornou-se uma das maiores potências mundiais e instaurou uma série de debates sobre o “socialismo de mercado/socialismo com características chinesas”. Nesses termos, vale lembrar que a relação com o continente africano continua no horizonte do internacionalismo chinês, a exemplo da Nova Rota da Seda (BRI)⁸⁰ e dos projetos de cooperação mútua, investimento em infraestruturas, industrialização, comércio, produção energética, entre outras atividades estabelecidas nas relações entre China e África, perspectivando uma globalização de novo tipo, com características distintas da executada pelas potências ocidentais. O muro de Berlin caiu, a União Soviética deixou de existir, as experiências africanas de orientação socialista foram derrotadas, mas a China continua desempenhando um papel relevante junto à África, de tal sorte que ainda permanece fadada a ser referência para o movimento socialista africano, como já assinalava Guerreiro Ramos sessenta anos atrás. Contudo, a pergunta que fica é: que tipo de intercâmbio e influência poderia o Brasil exercer junto aos povos em África se tivéssemos levado a sério os elementos prescritivos e performáticos produzidos pelo nosso sociólogo?

6.2 UM BRASILEIRO NA IUGOSLÁVIA

Ao dar continuidade às reflexões sobre o mundo socialista e tratar das peculiaridades da experiência iugoslava, o sociólogo apresentou uma síntese preliminar daquilo que considerava ser o significado universal do socialismo, cuja formulação é digna de nota em seus próprios termos:

⁸⁰ *Belt and Road Initiative* (BRI), mais conhecida como a Nova Rota da Seda, consiste num projeto desenvolvimentista e de governança global protagonizado pela China, não centrado em países ocidentais e pautado pelo investimento em países da Europa, Ásia e África. Dos 147 países integrantes da Nova Rota da Seda, 43 são do continente africano, quer dizer, a maioria dos países que recebem investimentos e constituem parcerias com o Estado chinês estão localizados em África. Para mais detalhes, acessar: <https://greenfdc.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri>. Acesso em: 17 fev. 2023.

O conflito mundial de nosso tempo é entre o socialismo e o capitalismo. As posições de meio termo entre esses polos, em última análise, constituem manifestações de escapismos ou oportunismo. Ademais são crescentes os índices objetivos de que o sistema capitalista é incapaz de resolver os problemas dos povos em nossa época. O socialismo é um processo ecumênico incoercível no mundo de hoje, sua ideia-força e sua diretriz dominante. Portanto as soluções adequadas dos problemas contemporâneos e o seu entendimento só podem ser obtidos na perspectiva socialista. Todavia, a perspectiva socialista não se confunde invariavelmente com a perspectiva de nenhuma “esfera de interesse”, por exemplo, com a perspectiva soviética ou a chinesa, embora elas se incluam entre as mais historicamente positivas de nosso tempo e frequentemente coincidam com o sentido universal de socialismo. Reduzir o presente conflito mundial ao dilema – campo soviético e “mundo livre” – é não só perigoso, como objetivamente falso (Ramos, 1960h).

Sem ignorar a vocação universal do socialismo para a superação dos problemas postos pela própria humanidade, Guerreiro enfatizou a autonomia de cada realidade nacional na construção do caminho para a transição socialista. Só a história explica as posições adotadas pela China, URSS ou Iugoslávia referente à edificação de um Estado proletário, ou seja, não estava no plano da filantropia ou do altruísmo a escolha da coexistência ativa e pacífica na Iugoslávia, mas sua própria história produziu dirigentes como Tito e as respectivas mediações táticas e estratégicas. Além disso, diferentemente de outras repúblicas populares da Europa Oriental, a ascensão do Partido Comunista Iugoslavo ao poder foi resultado de um esforço decisivo dos comunistas do próprio país, de modo que o Exército de Libertação Nacional liderado por Tito cumpriu, conforme nosso autor, papel protagonista no movimento de resistência e libertação. As tropas russas chegaram em 1944 e tiveram uma contribuição secundária, logo se retirando, sem a permanência por longo tempo como em outras zonas europeias transformadas em repúblicas populares, tais como Hungria, Polônia, Bulgária, entre outras.

A raiz da política de coexistência ativa e pacífica, de acordo com Guerreiro Ramos, se encontrava no dispositivo de forças internas constituído ao final da Segunda Guerra Mundial no contexto iugoslavo, pois a controvérsia entre a União Soviética e as potências ocidentais chegava a um equilíbrio cujo desdobramento foi o governo de Tito estabelecido em novembro de 1954. Assim, “foi jogando com os interesses hegemônicos em luta e tirando partido dos antagonismos das potências aliadas que Tito conseguiu fazer da Iugoslávia o primeiro Estado comunista depois da URSS” (Ramos, 1960h). Quer dizer, a coexistência ativa e pacífica não brotou da cabeça iluminada do marechal Tito; ao contrário, se tratou da política resultante de uma situação real experimentada pelo PC iugoslavo ao final da 2ª GM, da mesma forma em que as diretrizes políticas implementadas pela China e União Soviética para a transição socialista estavam fundamentadas nas circunstâncias concretas da história dessas nações. Por

isso, Guerreiro insistia que nenhum país deveria ser concebido enquanto messias do socialismo, por maior admiração que pudéssemos nutrir pelas revoluções dirigidas pela classe trabalhadora ao redor do mundo e suas contribuições à emancipação humana. Praticar a redução sociológica, nesse sentido, é não renunciar ao raciocínio objetivo, à mentalidade científica, em proveito do sectarismo emocional. Não à toa, o autor percebia a transição socialista como um jogo de interesses avesso à fixidez e em permanente movimento histórico, de modo que nenhuma nação isolada pode representá-lo.

Uma vez mais, é pertinente realçarmos a chave interpretativa da dialética como diferenciação no esquema guerreiriano. A partir da contradição entre Ocidente e mundo socialista, o sociólogo percebia a possibilidade da afirmação de projetos de desenvolvimento autônomos no Terceiro Mundo, alinhados com a identidade nacional e a história de cada povo inclinado a se levantar contra aqueles que os oprimem. Foi assim que a Iugoslávia equacionou a política de coexistência ativa e pacífica, caminho próprio para a construção do socialismo que, apesar de ecumênico, edificava-se de variadas maneiras ao redor do mundo. O momento “fichtiano” experimentado na periferia do capitalismo demandava um pragmatismo crítico capaz de assimilar a polarização entre os blocos oriental e ocidental sem perder de vista a singularidade de cada realidade nacional. Toda revolução vitoriosa levou essa diretriz às últimas consequências, e era esse o exercício que nosso autor buscava performar de acordo com a situação brasileira e latino-americana. A peculiaridade do Brasil estava na ambiguidade dialética do momento pré-revolucionário, fato que não impedia o país de colocar em marcha um projeto independente de desenvolvimento, nem de tirar proveito da contradição da Guerra Fria – na verdade, esses eram os dois movimentos fundamentais para a construção da revolução brasileira. O não alinhamento a nenhum bloco hegemônico não se tratava de uma condição indispensável para o desenvolvimento autônomo dos países subdesenvolvidos, mas, no caso brasileiro, a prescrição do sociólogo trabalhista era de não adesão aos blocos, razão de seu interesse científico sobre o realismo iugoslavo e afinidade com a política de coexistência ativa e pacífica.

Diretriz da política internacional e um dos fatores inerentes à originalidade da transição socialista na Iugoslávia, a coexistência ativa e pacífica, segundo Guerreiro, podia ser descrita a partir de três características fundamentais: 1) é política internacional presidida por atitude dialético-indutiva; 2) é contrária à política de blocos ou “esferas de interesse”; 3) fundamenta-se numa concepção ecumênica do socialismo. Nosso sociólogo elaborou essa abordagem esquemática a partir de suas considerações junto ao *V Congresso da Aliança Socialista do Povo*

Trabalhador da Iugoslávia no qual participou enquanto delegado brasileiro e representante do PTB, sediado em Belgrado e que contou com a participação ilustre do marechal Tito.

A primeira característica é de suma importância pois, de acordo com o autor, costumava-se designar a coexistência ativa e pacífica por “neutralismo”, termo que causava confusões. A Iugoslávia não era neutra em relação às duas grandes potências do período da Guerra Fria, não se tratava de uma neutralidade no sentido vulgar da palavra, mas, ao contrário, de preconizar e intervir constantemente nos eventos de alcance mundial. A diferença se dava porque tal interferência não se verificava de maneira sistemática e invariável pró ou contra algum bloco e, assim, por princípio, a Iugoslávia podia estar com a URSS num dia e contra em outro momento, a depender das circunstâncias. Por isso, Guerreiro Ramos salientou ser essa posição induzida, passo por passo, da conjuntura mundial e orientada pelos interesses gerais do socialismo: “Isso não corresponde a uma política de chantagem, como levemente já andou se dizendo por aqui. A coexistência ativa e pacífica tem alto teor ético e, por isso mesmo se esforça por depurar-se de toda sorte de subalternidade” (Ramos, 1960i). Em outras palavras, o fato de não estar alinhada ao bloco socialista não tornava a coexistência ativa e pacífica iugoslava um jogo que tirava proveito às custas de prejuízos para populações subalternizadas. As relações estreitas de Tito com Nasser⁸¹ e Nehru⁸², seu compromisso no combate ao colonialismo que, segundo o relato do nosso autor, pôde ser medido, de certa forma, através do respeito e da simpatia manifestada pelas nações africanas cujas delegações marcaram presença no congresso em Belgrado, corroboravam com a dimensão ética da política internacional iugoslava: induzida dialeticamente da realidade nacional e orientada ao socialismo, não havia neutralidade, mas a tomada de partido em prol dos condenados da terra.

Sobre a segunda característica, Guerreiro a considerou expressão de um saudável elemento utópico na coexistência ativa e pacífica, pois, via de regra, não há possibilidade de se construir política desligada de “esfera de interesses” – a própria coexistência exprimia um conjunto de interesses da sociedade iugoslava. Por outro lado, o sociólogo percebia a utopia como aspecto indissociável da vida política, sua projeção moral capaz de habilitar forças em ascensão, ainda que minoritárias em determinada circunstância, e dinamizar as situações constituídas:

⁸¹ Gamal Abdel Nasser (1918 – 1970), militar e político egípcio, liderança do movimento terceiro-mundista e referência do pan-arabismo. Foi presidente do Egito de 1954 até sua morte.

⁸² Jawaharlal Nehru (1889 – 1964), estadista indiano, líder da ala socialista no congresso nacional, foi o primeiro-ministro de mandato mais longo na história da Índia, de 1947 até 1964.

Posições como a de Tito, Nasser, Nehru, Nkrumah, Sekou Touré, são ricas de teor histórico pelo seu caráter polêmico, desesclerosante. Em consequência com esta característica, o Marechal Tito condena as organizações militares, os chamados sistemas de segurança coletiva do “mundo livre”, o Pacto do Atlântico, o rearmamento da Alemanha e justifica o Pacto de Varsóvia como “reação defensiva dos países socialistas” (Ramos, 1960i).

Nos parece que a recusa à esfera de interesses proclamada pela coexistência ativa e pacífica se referia estritamente à negação do reboquismo, quer dizer, a Iugoslávia não pretendia ficar a reboque dos interesses das potências hegemônicas e seus respectivos blocos, e isso não significava renunciar aos próprios interesses políticos ou aderir a um neutralismo vulgar. Contudo, é lícita a constatação do elemento utópico feita pelo autor na medida em que o não alinhamento reforçava o combate aos vícios capitalistas e desvios pequeno-burgueses ainda presentes nas repúblicas populares, buscando um horizonte qualitativamente superior nas relações internacionais.

Quanto à terceira característica, Guerreiro mobilizou as noções de *latu sensu* e *stricto sensu* para tratá-la, e compreendia que a Iugoslávia representava um “socialismo lato”, enquanto as repúblicas populares do bloco socialista eram expressão de um “socialismo restrito”. O socialismo lato era evidenciado no programa da Liga dos Comunistas da Iugoslávia ao indicar o propósito de coesão efetiva mundial intrínseco ao seu projeto político, perspectivando uma nova economia mundial e, por conseguinte, a superação da divisão internacional do trabalho nos termos imperialistas do capital. A concepção ecumênica/*latu sensu* do socialismo “se baseará na intensificação do desenvolvimento econômico de todos os países, que repousará em relações novas por seu conteúdo e bem mais ativas que no sistema capitalista entre todas as economias nacionais” (Ramos, 1960i). Se o socialismo era um processo ecumênico e os problemas da humanidade tendiam a serem resolvidos nos termos socialistas, como enunciava o sociólogo, também ficou nítido que a sua realização só poderia transcorrer por meio de cooperação e integração internacionais entre os países. Os caminhos para a transição socialista são múltiplos, tanto quanto as realidades nacionais existentes. Mas o socialismo só poderia desenvolver plenamente suas capacidades num mundo racionalmente orientado de modo superior à lógica mercantil, e não apenas concentrado em alguns países ou blocos.

Ao dar continuidade às reflexões sobre a transição socialista inspirado na experiência iugoslava, Guerreiro Ramos trouxe para o debate um notável intelectual orgânico daquele país, o então vice-presidente Edvard Kardelj. Para isso, destacou a obra *Socialismo e Guerra*⁸³, livro

⁸³ KARDELJ, Edvard. *Socialismo e guerra: um exame da crítica chinesa à política de coexistência*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. Essa primeira edição brasileira foi traduzida da edição servo-croata de 1960.

no qual Kardelj responde às críticas dos chineses a respeito da política de coexistência ativa e pacífica. Naquela época, conforme nosso autor, os chineses bombardeavam a política de coexistência de Khrushchov e Tito em nome de certa ortodoxia leninista, a qual julgavam ser a representação fiel. Sem embargo, não havia mais lugar para um “Santo Ofício do marxismo”, de tal modo que nem China, nem União Soviética pediam atestado de ideologia para colaborar com países como Gana, Guiné, Cuba, República Árabe Unida, entre outros. Nesse sentido, a Iugoslávia encontrava muitas afinidades com esses países terceiro-mundistas e, por princípio, construía tais relações orientada pelo socialismo *lato* que, segundo o sociólogo, podia ser assimilado nas palavras do próprio Kardelj (1961 apud Ramos, 1960j):

O processo da revolução socialista mundial não se realiza como uma guerra de posição entre duas frentes, senão como um processo social intrínseco no qual as revoluções e as guerras revolucionárias e anticolonialistas se entrelaçam com a evolução, isto é, com os processos de luta política pacífica e a conquista gradual das posições políticas pelas forças socialistas e outras forças progressistas assim como a evolução material que se opera na base da sociedade. Naturalmente, um tal caminho requer que haja diversidade de formas políticas na época de transição do capitalismo ao socialismo.

A partir da distinção entre socialismo *lato* e restrito, Guerreiro também chamou a atenção para a diferença entre “forças socialistas” e “campo socialista”, de modo que as forças socialistas transcendem ao campo, isto é, operam nos meandros da sociabilidade burguesa (campo capitalista), fortalecendo as tendências progressistas no seu interior, assim como podem também, se levamos adiante o seu raciocínio, corrigir os desvios pequeno-burgueses, burocráticos, entre outras anomalias que porventura incidam sobre o próprio campo socialista. É intrínseca à concepção ecumênica de socialismo a diversidade tática no que concerne à superação do modo de produção capitalista, razão pela qual se tornava lícito combinar táticas insurrecionais e institucionais para derrotar a burguesia, a depender do contexto histórico e social – “O problema da paz e da guerra não pode ser discutido à luz de exegeses abstratas de textos de Marx, Engels e Lênin, mas tendo em vista a correlação de forças “socialistas” e “capitalistas” no mundo atual” (Ramos, 1960j). Por este viés, a realidade concreta de cada país é quem determina a escolha tática que, diga-se de passagem, não pode ser fixa, pois a correlação de forças não permanece engessada no tempo. Assim, uma vanguarda nacional pode hoje organizar a classe trabalhadora priorizando a disputa eleitoral e amanhã convocá-la para o assalto ao poder por meio da violência revolucionária, e vice-versa: “é o processo que organiza o processo” (Ramos, 1961a, p. 86). A questão decisiva é o jogo, a redistribuição de forças capaz de manter os trabalhadores na iniciativa de reterritorializar a produção material e de sentidos

monopolizada pela classe burguesa. A coexistência ativa e pacífica é uma das formas de experimentar esse jogo.

Outro aspecto que se evidencia no diálogo de Guerreiro com Kardelj é a relação poder/saber, já debatida ao longo desse trabalho em relação à crise brasileira. Por se tratar de uma questão inerente à transformação social, a tensão entre saber e poder se manifestara, conseqüentemente, nos contextos de transição socialista, de tal maneira que o sociólogo assinalou com bastante entusiasmo a publicação de *Socialismo e Guerra*, pois consistia num esforço renovador da teoria marxista em tempos nos quais a criatividade teórica havia sido sufocada pelo stalinismo. Ademais, o livro do vice-presidente da Iugoslávia inovava do ponto de vista técnico-formal, pois colocava a polêmica noutra patamar: “O autor se revela competente dialética e demonstra que a polêmica não é necessariamente um gênero em que só valem descomposturas e imputações dogmáticas” (Ramos, 1960k).

A essência da polêmica entre os comunistas chineses e iugoslavos dizia respeito à tese da inevitabilidade da guerra, defendida pelos chineses. Em vista disso, teóricos chineses concebiam a guerra e a paz de formas absolutas, quer dizer, o capitalismo seria a guerra inevitável e o socialismo a paz inevitável, de tal maneira que a paz só seria possível com o aniquilamento do capitalismo até o fim. Essa interpretação, estranha à tradição inaugurada por Marx e Engels, anulava a possibilidade de jogo, excluía as contradições dos processos históricos e a correlação de forças que conduz (ou não) à guerra. No limite, a guerra se tornaria impossível somente quando o último burguês tivesse desaparecido, e o triunfo do socialismo representaria um obstáculo cabal à guerra – a possibilidade de um país socialista ser responsável por uma guerra reacionária na etapa de transição estava fora de questão (Kardelj, 1961). Impor aos países socialistas a diretiva da inevitabilidade da guerra significava incorrer, de acordo com Guerreiro, na prática do bonapartismo. Nosso sociólogo desenvolveu a noção de bonapartismo, abordada no capítulo 3, a qual dizia respeito ao governo que se coloca acima das classes sociais e de suas vinculações partidárias, buscando apoio diretamente junto ao povo desorganizado, destituído de uma vanguarda. No caso da polêmica levantada pelos chineses, o autor entendeu que Kardelj destacava um aspecto esquecido do bonapartismo, “o que caracteriza a posição de um país revolucionário, que procura fazer adotar por outros, de modo hegemônico, conduta que lhe pareça a mais conveniente. A campanha anti-iugoslava liderada pela China estaria a mostrar os pruridos bonapartistas ou hegemônico desse país” (Ramos, 1960k).

Naquela fase histórica, na qual o campo socialista estava incomparavelmente mais sólido do que no tempo de Lênin, que, aliás, foi um dos precursores da coexistência ativa quando a Rússia era o único país socialista do mundo – “Lênin era contrário à posição de

Trotsky, no tocante à guerra, posição que muito se aproxima da diretriz que, no caso, os chineses adotam hoje” (Ramos, 1960k) –, o incitamento à guerra em nome do socialismo correspondia, na visão do sociólogo, a uma aventura bonapartista. E tal tipo de bonapartismo equivaleria à sobrevivência de traços burgueses interferindo no desenvolvimento dos Estados proletários, ou seja, se trata de um fenômeno que, a despeito de eclodir em contextos de desorganização da classe trabalhadora – crise de representatividade política, debilidade dos instrumentos de luta (partidos, sindicatos, movimentos sociais) –, pode perdurar nas etapas cuja classe esteja organizada e no poder.

Por fim, é válido trazermos alguns elementos da meditação de Guerreiro Ramos acerca do desenvolvimento econômico-social da Iugoslávia, fruto de sua visita a organizações agrícolas e industriais em Belgrado e arredores. Segundo o sociólogo, foi em Belgrado que ouviu pela primeira vez a expressão “relações sociais socialistas” empregada sistematicamente, fato que o levou a tirar algumas consequências do termo: os teóricos iugoslavos a tematizavam em oposição às “relações sociais capitalistas”, de modo que a produtividade dos sistemas econômicos depende da qualidade das relações sociais, por sua vez, avaliadas pelo maior ou menor grau de agência dos trabalhadores sobre a produção. Nesse sentido, o autor pôde reforçar a tese defendida em *O problema nacional do Brasil* cuja assertividade já havia sido verificada no estágio na China, que concerne ao fato de que “a capacidade política cria a capacidade econômica” (Ramos, 1960, p. 208). Naquela situação histórica, as relações sociais socialistas condicionavam maior produtividade econômica do que as relações sociais burguesas, e a Iugoslávia não era exceção quanto a esse aspecto. Seu crescimento na produção agrícola e industrial,⁸⁴ corolário da melhoria da qualidade de vida da população, não ocorreu exclusivamente por conta do avanço científico e tecnológico, mas, essencialmente devido à participação ativa da classe trabalhadora na organização das atividades econômicas e de seus

⁸⁴ “No tocante à produção industrial, segundo informe do Marechal Tito lido no Congresso da Aliança, verificam-se os seguintes saltos de 1953 a 1959:

- energia elétrica, de 2.9 a 8.1 mil milhões de Kwh;
- carvão, de 11,2 a 21,1 milhões de toneladas;
- petróleo, de 172 a cerca de 600 mil toneladas;
- aço, de 515 mil a 1.300.000 de toneladas;
- produtos laminados de cobre, de 3,9 a 32,7 mil toneladas;
- produtos de alumínio, de 829 a 26.300 toneladas;
- maquinarias agrícolas, de 8,3 a 31,4 mil toneladas;
- outras maquinarias, de 26,8 a 58,7 mil toneladas;
- cabos de chumbo, de 1,3 a 36,4 mil toneladas;
- receptores de rádio, de 37,6 a 250,2 mil aparelhos;
- tecidos de algodão, de 132 a 229 milhões de metros;
- tecidos de lã, de 17,3 a 33 milhões de metros;
- calçado de couro, de 5,2 a 12,3 milhões de pares;
- calçado de borracha, de 64 a 13,3 milhões de pares” (Ramos, 1960l).

resultados. O fator decisivo estava na racionalidade da programação, capaz de organizar as relações sociais de produção em termos mais adequados ao emprego das forças produtivas com vistas à emancipação humana.

Todavia, como já sublinhamos a partir das polêmicas entre chineses e iugoslavos a respeito da coexistência ativa e pacífica, a programação econômica da Iugoslávia, por extensão, não poderia ter ficado de fora das candentes discussões e tensões do mundo socialista, até mesmo porque a tática da coexistência está diretamente ligada à planificação da sua economia. Aliás, todo esse debate sobre guerra e paz, relações internacionais e transição socialista remete à formulação do nosso sociólogo no tocante ao processo entre ideologia e segurança nacional, abordado no capítulo 2: se a política de segurança nacional deve estar umbilicalmente de acordo com a estratégia geral de uma nação, significa que a planificação econômica não se resume aos gabinetes e ministérios da área, pois deve ser assimilada ideologicamente por todos os quadros de uma vanguarda respaldada pelo seu povo. Portanto, as variações táticas no modo de tecer relações políticas no exterior tem como substrato as particularidades históricas de cada país na construção da via ao socialismo, de modo que não fazia sentido para Guerreiro, um intelectual brasileiro que observara as experiências das repúblicas populares do ponto de vista das conveniências do Brasil, tomar partido nas querelas que questionavam se a Iugoslávia era realmente socialista ou um projeto revisionista, cravejado por desvios burgueses que a impediam de edificar uma formação econômico-social com características superiores. Ao praticante da redução sociológica:

Interessa-lhe menos indagar se as comunas populares na China são um desvio esquerdista do que se elas constituem ou não um empreendimento bem sucedido nas condições peculiares daquele país. Interessa-lhe menos indagar se a autogestão operária é um desvio direitista do que avaliar em relação ao passado da Iugoslávia se ela constitui ou não um avanço. Ora, as observações que fiz na China e na Iugoslávia me autorizam a afirmar que as comunas populares e a autogestão operária levam para a frente os povos desses países. Esta atitude é tanto mais pertinente quando hoje se admitem abertamente os “caminhos independentes do socialismo”, quando mesmo a China e a Iugoslávia proclamam que os seus respectivos modelos de desenvolvimento não podem ser mecanicamente transplantados (Ramos, 1960l).

Uma vez mais, o que estava em jogo para o autor era o avanço material dos países socialistas comparados ao seu próprio passado, mesmo que, de certa forma, as repúblicas populares apresentassem também maior capacidade produtiva quando cotejadas aos países capitalistas. O fundamental estava nos acúmulos de experiências como a da Iugoslávia na pavimentação de um caminho independente para a transição socialista, sem atribuir à sua *práxis* o estatuto de modelo para as revoluções no Terceiro Mundo, mas inspiração e insumos a ser assimilados crítica e criativamente pelas vanguardas na periferia do capitalismo, em especial

ao Brasil que vivia no pré-64 um dos momentos mais criativos politicamente. Se as comunas populares ou a autogestão operária representavam fidedignamente o marxismo era secundário, uma discussão no âmbito do varejo. O fundamental se discutia no atacado, isto é, o progresso da classe trabalhadora, sua organização em termos de projetos autônomos capazes de acelerar a obsolescência da sociabilidade burguesa.

6.3 UM BRASILEIRO NA UNIÃO SOVIÉTICA

O primeiro contato de Guerreiro Ramos no território russo lhe produziu uma série de afecções e que, apesar de aparentarem ser meramente anedotas de cunho pessoal, constituem reflexões valiosas sobre a redução sociológica. Por essa razão, começamos destacando essas primeiras impressões do sociólogo baiano na terra da primeira revolução proletária da história.

Estar em Moscou foi uma experiência que não reverberou apenas questões de cunho político em nosso autor, pois remetia de maneira mais ampla à formação filosófica e literária que o acompanhara desde a juventude. Todavia, pisar no chão que comportou a revolução de outubro de 1917 se tratava de uma vivência ímpar para um intelectual orgânico do Terceiro Mundo:

Qualquer que seja o juízo que afinal se faça das vicissitudes do regime soviético, parece incontestável a importância daquele fato na evolução da humanidade. Os homens de vanguarda em toda parte do mundo, não podem deixar de reconhecer que, se não resultou dele a efetivação de um “milênio”, estabeleceu as condições que têm permitido acelerar a eliminação das desigualdades entre os povos. A Revolução de outubro, é, sem dúvida, memorável data da história do homem (Ramos, 1960m).

Não por acaso, logo ao direcionar o debate na imprensa escrita para o tema da URSS, Guerreiro fez questão de reforçar seu apreço pelos avanços que a classe trabalhadora conquistara a partir da revolução russa, afinal, o sociólogo pretendeu fazer a crítica às experiências socialistas desde um ponto de vista à esquerda, sem incorrer em espantalhos e caricaturas típicas de liberais, conservadores e figuras da direita em geral. Uma perspectiva brasileira, crítica, ciente dos desafios dos povos em luta por soberania e autodeterminação na periferia do sistema, não poderia engendrar uma sociologia da organização de costas para a União Soviética e a revolução construída pela sua gente – “Com Lênin, a organização passou a ter merecido lugar de destaque na teoria da revolução, cabendo a Lukács, posteriormente, focalizar as implicações filosóficas e metodológicas das observações do líder soviético” (Ramos, 2016, p. 205). A ideia de ciência social socialista, tratada desde o capítulo 4, tem como

substrato, entre outras experiências de luta dos trabalhadores, a revolução de outubro de 1917, marco na reorientação científica por meio da *práxis* e que não ficou restrito aos círculos marxistas: as ciências sociais tiveram que lidar com o fenômeno revolucionário que eclodiu no leste europeu e abalou o mundo. Não obstante, refletir sobre seus limites, desvios e anomalias sob o prisma da redução sociológica era contribuir com a teoria social brasileira rumo à pavimentação do caminho para a revolução no Brasil.

Sem embargo, como mencionamos de início, o estágio na Rússia dialogava com a formação filosófica e literária de Guerreiro Ramos, pois tal experiência “Estava associada ao nome de alguns pensadores que tiveram marcada influência em minha formação, entre eles, Dostoievsky, Berdiaeff, e o tchecoslovaco Rainer Maria Rilke para quem o encontro com a Rússia foi iluminação poética, inspiração constante de sua produção artística” (Ramos, 1960m). Dos três nomes elencados, destacamos o de Nicolai Berdiaev, teólogo russo radicado na França, autor de algumas obras sobre cristianismo e luta de classes, responsável pelos primeiros contatos do jovem Guerreiro com o marxismo⁸⁵. Para além da catarse ao ter concatenado os fragmentos colhidos nas páginas de Dostoievsky, Gogol e Tolstói, reconhecendo-os então enquanto realidade maciça, a viagem à URSS proporcionou ao sociólogo baiano percorrer parte do próprio caminho intelectual da redução sociológica, na medida em que o personalismo e o existencialismo católico – do qual Berdiaev era figura influente – foram inspirações teóricas que perduraram no seu pensamento sociológico, marcando a dimensão antropológica de sua produção de conhecimento (Azevêdo, 2006).

Nessa direção ocorreu também o encontro de Guerreiro Ramos com o filósofo armênio Jacob Bazarian, funcionário da Academia de Ciências da URSS que havia morado alguns anos em São Paulo. O sociólogo já conhecia seus livros e o trabalho especializado de Bazarian sobre história da filosofia no Brasil, tema de muitos dos seus trabalhos publicados em russo. Numa tarde em Moscou, Bazarian realizou sua crítica à obra *A Redução Sociológica*, cujo relato de Guerreiro é valioso para nosso estudo:

Bazarian está de acordo com a tese essencial da obra, mas gostaria de vê-la – disse-me – sem as referências acolhedoras a Husserl, Heidegger, Jaspers e a outros filósofos que ele julga reacionários. Havia muita simplificação no que me dizia Bazarian, ao lado de ponderações muito procedentes. Bazarian vai me desculpar, mas sua atitude padece de estreiteza, no caso, menos dele pessoalmente, do que resultante do regime político em que vive, o qual professando uma filosofia oficial, necessariamente incompatibiliza o filósofo funcionário com os aspectos positivos que se encontram

⁸⁵ “Mas vocês devem ver que o Berdiaeff foi um homem que escreveu vários estudos admiráveis sobre o marxismo. O marxismo era a obsessão dele. E eu conheci o marxismo, isto é, tive notícia de Marx, através dos estudos de Berdiaeff, no final da década de 30” (Ramos, 1995, p. 136).

porventura nas concepções irracionalistas. Minha discordância com Bazarian, não impediram, no entanto, que fizéssemos relações muito cordiais (Ramos, 1960m).

É interessante notarmos que, no contexto de lançamento do livro em questão, Jacob Gorender, outro pensador marxista e quadro do PCB, publicou um artigo dedicado à crítica ao método redutor intitulado *Correntes Sociológicas no Brasil*, no qual uma das argumentações foi da mesma ordem da ponderação feita por Bazarian, isto é, o diálogo com autores fora do marxismo, tributários do existencialismo, da fenomenologia e partidários de posições políticas conservadoras. Em última análise, se condenava o ecletismo de Guerreiro Ramos, considerado uma ameaça ao rigor sociológico tão enunciado pelo autor. Sem apontar objeções essenciais à obra, ou seja, sem manifestar desacordo com a definição da redução sociológica e suas leis – de maneira semelhante à Bazarian, Gorender demonstrou parecer estar de acordo no fundamental –, o intelectual pecebista identificou os limites da proposta guerreiriana na assimilação de filósofos inclinados ao irracionalismo e no ecletismo que buscava combinar o existencialismo com o marxismo. A despeito de participar de algumas restrições feitas por Jacob Gorender a autores como Heidegger, Jaspers e Husserl, Guerreiro afirmou que elas não atingiam o pensamento exposto em seu livro, pois:

A redução, em que se fundamenta todo o nosso trabalho sociológico, é originalmente, uma intuição básica, resultante de nossa condição de intelectual brasileiro, sensível à tarefa de fundamentação teórica da cultura nacional. Mas o desdobramento analítico dessa intuição não se verifica num meio abstrato, e sim, num espaço filosófico-cultural concreto, o do século XX, e Jaspers, Husserl, Heidegger, além de outros, são momentos concretos do saber do século XX em elaboração. Por isso, não podiam deixar de ser referências inevitáveis de nossa elaboração (Ramos, 1965, p. 42).

Nesse trecho, Guerreiro reforçou o aspecto da assimilação crítica da redução sociológica, atitude que neutraliza inclinações policialescas quanto à trajetória e concepções políticas de determinados intelectuais. Não se tratava, evidentemente, de ignorar a colaboração de Heidegger, por exemplo, com o regime nazista, mas de valorizar sua contribuição ao pensamento social da época, como o de tantos outros autores, sem aderir ao sistema de nenhum deles. A questão do ecletismo, o fato de Guerreiro Ramos transitar pelas obras de tantos sociólogos clássicos e contemporâneos, dizia respeito ao exercício de extração dos enunciados gerais que constituem o núcleo do raciocínio sociológico: “Como se pode formar um sociólogo razoavelmente competente se não ‘extraí’ desses autores o ‘núcleo’ de enunciados gerais da disciplina?” (Ramos, 1965, p. 42-43). E no que concerne ao irracionalismo intrínseco a certos autores manejados pelo sociólogo, é possível estabelecer uma interpretação dialética dessa literatura e incorporar os elementos positivos dessas concepções, conforme salientou a partir de seu diálogo com Bazarian. O avanço da ciência, a superação da crise de poder e saber do Brasil

às vésperas do golpe de 1964, não poderia obter êxito mediante a censura do amplo estudo das grandes obras de seu tempo por conta de disputas escolásticas. Tal estreiteza não é compatível com a racionalidade de uma vanguarda revolucionária. Assim, nosso autor vivia a catarse de estar em Moscou, considerava-se um amigo da URSS, mas sem adotar as “habituais maneiras sectárias de admirá-la e louvá-la” (Ramos, 1960m), atitude que seria fatal para uma sociologia da organização do povo brasileiro.

Seguindo seu itinerário pela Rússia, o sociólogo constatou outro problema referente à nossa realidade nacional: o Brasil não tinha consciência mundial. Seu contato com dirigentes, intelectuais e administradores no mundo socialista o fez perceber que nesses países qualquer parte do planeta era uma realidade próxima, sentindo-se alarmado com o provincianismo brasileiro. Para Guerreiro, era inacreditável atribuir suspeição a qualquer pessoa que proclamasse amizade e simpatia pela União Soviética naquela altura dos acontecimentos, na medida em que “Este obscurantismo, este provincianismo, ainda largamente reinantes em nossos meios governamentais e políticos, não honram o Brasil, e não se compadecem com o estado de espírito de nosso povo” (Ramos, 1960n). Na sua visão, não era interessante para o Brasil e tampouco para a URSS que as relações internacionais entre esses países fossem mediadas majoritariamente pelos partidos comunistas, pois, além de robustecer o déficit de consciência mundial dos nossos problemas – “Hoje, em matéria de política internacional, batemos recorde de suburbanismo, temos menos consciência mundial do que a Guiné, o Senegal ou Gana, países ao lados dos quais figuramos como **parvenus**, facilmente contentados mais com brilharescos do que com êxitos efetivos” (Ramos, 1960n, grifo do autor) –, também não contribuía para uma apreensão cultural e científica mais rica a respeito da realidade brasileira por parte dos russos.

Os caminhos para a superação desse modo sectário de se relacionar com a URSS estavam abertos, pois, de acordo com Guerreiro, “Os russos não pedem atestado de ideologia dos seus convidados, são sensíveis a críticas e estão cada vez mais dispostos ao intercâmbio livre de ideia e opiniões” (Ramos, 1960n). Para ilustrar seu ponto de vista quanto ao avanço da liberdade de pensamento na União Soviética, mencionou o debate que travou com os técnicos da seção para a América Latina do Instituto Mundial de Economia e Relações Internacionais durante seu estágio, no qual apresentou sua avaliação sobre o PCB – desajustado às exigências da coletividade brasileira, dócil às diretivas de Moscou e com insuficientes iniciativas para correção dos vícios stalinistas. Além disso, afirmou ter sublinhado o primarismo e o esquematismo de algumas interpelações soviéticas a respeito do Brasil, a exemplo do verbete “Enciclopédia Soviética”. O fato de ter sido possível a realização desse diálogo numa repartição

do governo soviético revelava, segundo o autor, a desestalinização enquanto tendência liberalizante de amplo alcance junto ao povo, fator que favorecia o investimento numa mudança qualitativa das relações internacionais Brasil-URSS e que dependia, naquele contexto, de decisões políticas dos quadros brasileiros capazes de constituir a vanguarda nacional adequada aos interesses do povo.

A questão da liberdade na União Soviética também foi interpelada por Guerreiro Ramos através do exercício que o próprio denominou “sociologia do ócio e da gratuidade”, que consistia nada menos do que nas observações que realizara sobre situações cotidianas do povo russo, como interações em restaurantes, hotéis, momentos de lazer em espaços públicos, etc. Por esse viés, o passeio do autor pelo parque Gorki rendeu-lhe uma instigante reflexão: “Posso dizer hoje que há um modo socialista de passar o tempo, de ser gratuito. Pessoas que nunca se viram podem num instante se dar as mãos na Rússia e dançar como se fossem velhos **camaradas**. A moça e o rapaz soviético me deram a impressão de serem muito responsáveis” (Ramos, 1960o, grifo nosso). Para quem desejasse ter ideia da jovialidade russa, o sociólogo recomendava especialmente o parque Gorki, local de toda a sorte de divertimentos, inclusive de diferentes tipos de dança (das tradicionais, folclóricas, até as modernas).

Nos chama a atenção o fato desse testemunho de Guerreiro ao passear pelo parque contemplar importantes elementos em relação: temporalidade, lazer, responsabilidade, cujo pano de fundo é a camaradagem, aspecto decisivo para pensarmos a liberdade fora dos marcos da sociabilidade burguesa. Na obra *Camarada: um ensaio sobre pertencimento político* (2021), Jodi Dean refletiu sobre os sentidos do termo camarada, utilizado até hoje pela militância comunista. De acordo com a pensadora estadunidense,

O termo “camarada” designa uma relação política, um conjunto de expectativas de ação em direção a um objetivo comum. Sublinha o que há de comum entre aqueles que se encontram de um mesmo lado – independentemente de suas diferenças, os camaradas estão juntos na luta (Dean, 2021, p. 20).

Trata-se de uma figura genérica para aqueles que se encontram do mesmo lado da trincheira e compartilham um horizonte político em comum, conforme sintetizado na primeira tese da autora: “Tese um: ‘Camarada’ dá nome a uma relação caracterizada por uma condição comum, pela igualdade e pela solidariedade. Para os comunistas, a condição comum, a igualdade e a solidariedade são utópicas, rompendo as determinações da sociedade capitalista” (Dean, 2021, p. 98).

Partindo desse pressuposto, camaradagem não é sinônimo de amizade, embora possa existir amizade entre camaradas. Não há a necessidade da criação de vínculos de amizade para

se compartilhar um horizonte comum de luta, mas o compromisso com seus iguais rumo à conquista do objetivo pelo qual se combate, ou seja, organização e disciplina são essenciais, pois as tarefas são cumpridas devido à responsabilidade estabelecida uns com os outros na relação política de camaradagem, e não por preferências afetivas individuais. Tal pertencimento político demanda disciplina enquanto qualidade libertadora, e não como mera restrição (sentido empregado no senso comum): “quando temos camaradas, somos libertados da obrigação de ser, saber e fazer tudo por conta própria; há um coletivo maior dotado de uma linha, um programa e um conjunto de tarefas e metas” (Dean, 2021, p. 148). O modo no qual os russos experimentavam o ócio no parque, numa alegria compartilhada entre iguais (independentemente de laços pessoais) e sem comprometer suas respectivas responsabilidades individuais e coletivas – “Não ficam a dever a nós, ocidentais, na fruição dos divertimentos, mas uma vez encerrados, desligam-se facilmente das servidões do jogo e retornam ao sério com naturalidade” (Ramos, 1960o) – consistia na forma russa de viver a intensidade da regra numa formação econômico-social não orientada pela mercadoria. Experimentar esse jogo foi uma escolha que o povo soviético fez por meio da revolução e, assim, encontravam o destino na medida em que se tornavam senhores do instante, do momento presente (o aqui e agora) cujo passado e futuro eram dados imanentes. A disciplina, o sacrifício (questões de responsabilidade), necessários para a produção material da alternativa socialista, o modo de passar o tempo e viver o ócio (questões de temporalidade), estavam fundamentadas no pertencimento político comum (camaradagem) que estabelecia um sentido outro de liberdade, distinto da irreversibilidade inerente à liberdade jurídico-política de comprar e vender mercadorias do modo de produção capitalista.

À vista disso, nosso sociólogo percebeu que o cidadão soviético estava liberado de alguns medos comuns nas sociedades ocidentais, pois já ingressara num nível existencial comparativamente privilegiado em relação a outros povos. O medo de se casar, de não encontrar trabalho, de não deixar casa para a família, de não educar os filhos, da doença e da velhice desamparada, não angustiavam o cidadão comum na Rússia. A taxa de nupcialidade na URSS era uma das mais elevadas do mundo (12 por mil), enquanto Estados Unidos e Grã-Bretanha apresentavam, respectivamente, 8,3 e 7,6 por mil. Ademais, o escasso desemprego e os programas de proteção à infância implementados pelo governo soviético qualificavam as condições de vida do povo, proporcionando maior margem de liberdade para planejamentos pessoais:

Tais condições propiciam naturalmente ao cidadão um sentimento de segurança quanto a manutenção da família, que entre outras razões, explicam a alta nupcialidade. A menor taxa de mortalidade do mundo é a da URSS, ou seja, 7,2 por mil em 1958, enquanto a dos Estados Unidos gira em torno de 9 e a Grã-Bretanha, em torno de 11. Presentemente o número de matriculados no ensino superior na URSS é o quádruplo do conjunto das matrículas na Grã-Bretanha, França, República Federal da Alemanha e Itália. Em 1958, prepararam-se na URSS 94.000 engenheiros, enquanto o total de engenheiros graduados nos Estados Unidos foi apenas 35.000 (Ramos, 1960o).

Essas condições de vida impactavam, inclusive, a formação dos adolescentes no mundo socialista que, segundo Guerreiro, lhe pareceu dotado de um pensamento mais maduro do que o adolescente ocidental. Para além do que já foi citado, isso ocorria, em alguma medida, pelo fato de o raciocínio sociológico na URSS, como em outras repúblicas populares, ser popularizado. As ciências sociais/humanidades constituíam a bagagem ordinária de toda pessoa instruída, eram nutrientes consumidos em larga escala. O sociólogo constatara isso por meio de conversas ocasionais com cidadãos das mais diversas situações e também através do que circulava na mídia, a exemplo das revistas chinesas que guardou durante o estágio. Eram revistas similares ao *Cruzeiro*⁸⁶ e à *Manchete*⁸⁷ no Brasil, porém, operavam como instrumentos de popularização do saber sociológico:

É inconcebível numa revista mundana do mundo socialista, por exemplo, reportagem sobre o marido da princesa Margareth, noticiário sobre as aventuras de Ali Kahn ou sobre a vida íntima de personalidades como a nossa Norma Benguel. Todos os motivos de tais revistas têm invariavelmente grande teor coletivo. A realidade social no mundo socialista apresenta enorme conteúdo pedagógico-formativo, apesar do esquematismo e do sectarismo que frequentemente marcam os pontos de vista dos que nele vivem (Ramos, 1961d).

Por esse prisma, nosso autor trazia à tona o tema da responsabilidade da mídia, dos meios de comunicação de massa e sua relação com o pensar o país em termos de projeto, ao constatar que a população soviética, de modo geral, não experimentava as mesmas angústias presentes nas sociedades ocidentais, e tampouco criava valor a partir do espetáculo da vida privada de figuras públicas ou celebridades. Guerreiro concluiu que esse conjunto de fatos condicionava uma psicologia coletiva muito distinta da nossa, e conseqüentemente, demandava uma psicanálise específica do mundo soviético:

Nosso sistema social, em grande parte, segrega uma carga de angústia que o soviético e também o chinês desconhecem. Não é verdade que os pequenos burgueses passamos o melhor da existência preocupados com a casa própria, o pé de meia, a educação

⁸⁶ *O Cruzeiro* foi considerada a principal revista ilustrada brasileira da primeira metade do século XX. Circulou entre 1928 e 1975.

⁸⁷ *A Manchete*, lançada em 1952, foi considerada a segunda maior revista brasileira de sua época, atrás somente da *Cruzeiro*. Deixou de circular no ano 2000.

própria e dos filhos, a doença e o futuro? Os traumas dos cidadãos soviéticos não são exatamente iguais aos nossos (Ramos, 1961b).

Tal psicologia coletiva, própria da dinâmica dos povos que apostaram na transição socialista, estava amparada pelo paradigma da planificação. Para Guerreiro Ramos, planificação não era apenas uma técnica administrativa, mas correspondia também à forma de pensamento e ação da sociedade e dos indivíduos: “Desde que os cidadãos passem crescentemente a compreender as leis da sociedade e a ver claro os seus alvos, habilitam-se para ajustar, se me permitem livremente, os seus interesses individuais aos interesses coletivos” (Ramos, 1960o). É lícito ressaltarmos que esse ajuste entre interesses pessoais e coletivos mediados pela planificação era pensado à luz da atitude parentética, dimensão intrínseca à redução sociológica. Dito de outra forma, o socialismo, enquanto etapa superior à organização social pautada pela mercadoria, condicionava as relações humanas nos termos de uma sociedade mais livre e democrática, com melhores possibilidades de realização dos sujeitos. Porém, não se tratava da harmonia entre indivíduo e organização/sociedade – “Toda organização é insuficientemente adequada à realidade” (Ramos, 1961a, p. 97) – afinal, certo nível de desajuste é próprio da existência humana e sempre ocorrerá, mas da capacidade de defender o ser humano da rotinização mental, do embrutecimento, do horror burocrático, da alienação. Por isso, o socialista deveria assumir a atitude parentética, quer dizer, estar habilitado a identificar os malefícios de determinada forma episódica de organização, ciente de que tais malefícios só poderão ser erradicados por outra organização de novo tipo, superior, cuja qualidade será tanto mais elevada quanto maior for o grau de consciência parentética de sua estrutura (Ramos, 2016). A busca pela organização de um novo modo de produção no qual se lançaram as repúblicas populares era um empreendimento corajoso, necessário, e com muitos graus a percorrer, na ótica do nosso autor. Todavia, sua preocupação gravitava na chance desse processo cristalizar uma organização social que engolisse o indivíduo, pois é o homem quem deve transcender a organização, e não o contrário.

Por último, gostaríamos de destacar algumas reflexões de Guerreiro Ramos mediante sua visita ao mausoléu na Praça Vermelha, em Moscou, onde se encontram embalsamados dois notáveis líderes da revolução russa: Lênin e Stalin. Ao contemplar o rosto do revolucionário georgiano, o autor se impressionara pela serenidade e o leve sorriso cético que o marcava – não era a face de um homem que sentia a consciência pesada. Tal experiência o levou a formular algo elementar, mas que, por vezes, é escamoteado ou tratado como escândalo: Stalin deveria ser julgado rigorosamente em termos políticos, e já era hora de estudar sua trajetória com realismo. “A glória – disse uma vez Rilke – é a soma de equívocos que se dizem de uma pessoa.

Stalin é sem dúvida figura acima da medida comum. Porém, [há] muita mistificação contribuindo para a formação de sua extraordinária lenda em nossos dias” (Ramos, 1960p). Para realizar a tarefa de interpelar cientificamente a figura de Stalin, o sociólogo sugeriu a mobilização de depoimentos como os de Trotsky, Kardelj, Tito, entre outros, assim como uma leitura crítica do discurso de Khrushchov.⁸⁸

Sem embargo, a despeito do relatório Khrushchov ter sido um pontapé inicial para a desmistificação em torno de Stalin, tal documento, de acordo com Guerreiro, carecia de uma assimilação dialética da história, de modo que o ex-secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) aparentou ser um discípulo de Carlos Lacerda, ressaltando atributos morais para descrever as circunstâncias concretas vividas pelo antigo estadista soviético – evidência de que até mesmo um dirigente da URSS pode ter problemas com o método dialético. No mesmo diapasão em que refletimos, no terceiro capítulo⁸⁹, sobre as formas maniqueístas de se examinar fenômenos ideológicos que levam invariavelmente aos juízos entre o bem e o mal, ao julgar que os defeitos estruturais de um regime político eram expressões diretas da deficiência de caráter de seu chefe de Estado, Khrushchov mobilizara o mais puro psicologismo, isto é, a essência do lacerdismo:

A falta de cultura política e inclusive o desconhecimento do método marxista levaram Khrushchov ao lacerdismo, quando tentou a desestalinização. É certo que o stalinismo é um anacronismo, é incompatível com a etapa atual em que se encontra a União Soviética, país onde a educação do povo atingiu um dos mais altos níveis do mundo contemporâneo. Mas não é o stalinismo que explica o curso da história soviética de 1924 a 1953, período em que dominou Stalin. São as condições peculiares desse período que explicam Stalin e sua política. Naturalmente, certos atributos pessoais de Stalin tiveram importância na sua carreira. Mas foi a lógica particular do processo histórico russo que se serviu daqueles atributos para cumprir o seu determinismo (Ramos, 1960p).

Do ponto de vista científico, de uma sociologia crítica – do exercício do revisionismo nos termos de Guerreiro –, Stalin era fundamentalmente produto do processo social e político de determinada etapa da história da Rússia, uma liderança que expressava a consciência possível de seu povo e, portanto, impossível de ser estudado sem pensar os cruzamentos entre biografia e história, sem a capacidade analítica de se deslocar por essas dimensões. Por isso, o sociólogo sublinhou que Stalin (e o stalinismo) não explica o contexto soviético desde sua ascensão enquanto secretário-geral do PCUS – e posteriormente como primeiro ministro – até

⁸⁸ O Discurso Secreto ou Relatório Khrushchov diz respeito à intervenção de Nikita Khrushchov, então secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, durante o XX Congresso do PCUS, em 1956, de motivação crítica e denunciativa dos desvios cometidos por Stalin, como o culto à personalidade e os expurgos.

⁸⁹ Ver tópico 3.2 Sociologia, Ideologia e Segurança Nacional.

a sua morte, mas as circunstâncias intrínsecas àquela situação concreta é que explicam Stalin. Não significa, evidentemente, que Guerreiro Ramos estivesse reduzindo Stalin a um agente cego dos acontecimentos, ao contrário, “Sua grandeza, como a Lênin, consiste em grande parte em que transcendeu, por um esforço de compreensão sistemática, os fatos de sua época. Ambos agiram guiados por uma teoria do mundo e uma teoria do fenômeno russo ou soviético” (Ramos, 1960p). Há determinações sociais, mas os indivíduos têm a possibilidade de influir sobre elas, de fazer a história e não esperar que a história se faça: eis a postura teórica reivindicada pelo nosso autor para se compreender a figura de Stalin.

Ao meditar sobre o legado de históricos dirigentes soviéticos como Lênin e Stalin, o sociólogo, todavia, não deixou de assinalar os limites do Estado operário russo que, na sua visão, consistia no descompasso entre a realidade econômico-social do país e a superestrutura político-ideológica, ou seja, a URSS se encontrava atrasada político e ideologicamente em relação à sua estrutura econômica e social: “A planificação soviética, a despeito de seus resultados comparativamente espetaculares, pelo seu dogmatismo e ultracentralismo, já começa a constituir um freio à maior expansão do sistema econômico” (Ramos, 1960p). Nesse aspecto, a experiência chinesa tinha muitas lições a oferecer aos soviéticos, na medida em que “A planificação chinesa balanceia razoavelmente o centralismo com o democratismo no tocante à organização da produção e, por isso, liberando a inventiva popular de peias, consegue os recordes de crescimento que nós aqui mesmo em artigos anteriores focalizamos” (Ramos, 1960p). Essa rigidez ideológica caracterizada pelo autor como deveras centralizada e dogmática, já apresentava, segundo o próprio, consequências no campo econômico – estagnação do sistema produtivo –, mas também no que se referia à produção cultural e científica do país. O oficialismo soviético estava abafando a criatividade intelectual em vários níveis, fator que constituía um impasse para o povo da primeira república socialista da história:

Comparada com o seu passado, a Rússia é hoje um país de má pintura, má escultura, má arquitetura, música medíocre, má poesia, má literatura, péssima filosofia. A ciência aplicada é ali talvez a mais avançada do mundo, mas no domínio da ciência pura já não se pode dizer a mesma coisa da contribuição soviética. O povo soviético vive hoje um impasse cuja superação, que acreditamos não esteja longe de acontecer, constituirá um dos mais fascinantes dramas de nosso tempo, do ponto de vista sociológico (Ramos, 1960p).

Ao seu modo, a União Soviética passava por problemas na relação poder-saber, de tal forma que o avanço qualitativo à luz da revolução de 1917 foi mais expressivo nas ciências aplicadas, visto o progresso econômico, tecnológico e administrativo da sociedade russa. Por outro lado, isso transcorreu em detrimento da formação de uma mentalidade científica cujo

clima intelectual pudesse estimular amplamente a criatividade artística, filosófica, sociológica (das ciências humanas e sociais) com liberdade e compromisso com a verdade. Guerreiro apostava na superação dramática do referido impasse e na virtualidade sociológica que se abriria. Contudo, o drama escalou para o terror, materializado pela restauração capitalista e o fim da União Soviética. Mas o capítulo sobre a superação das ciências sociais academicamente configuradas, em busca da edificação de uma mentalidade científica realista e engajada a projetos revolucionários de poder, ainda está por ser escrito, e a teoria social brasileira, especialmente a redução sociológica, tem muito a contribuir para com essa jornada.

Portanto, o estágio de Guerreiro Ramos no mundo socialista compreende uma vivência significativa no que concerne à construção de sua sociologia crítica e militante. Observar o cotidiano das repúblicas populares, conhecer seus dirigentes, debater o horizonte revolucionário com quadros do continente africano, se apropriar dos distintos modelos de planificação implementados na China, Iugoslávia e União Soviética, foram, sem dúvida, atividades enriquecedoras da teoria social delineada pelo autor para pensar o Brasil, em especial, da sua sociologia da organização dos povos. Tais experiências, ao reforçar algumas teses já apresentadas pelo sociólogo e trazer à tona novas respostas (e conseqüentemente, novas perguntas) aos problemas intrínsecos à sociabilidade capitalista, reforçava a inevitabilidade do socialismo enquanto projeto de emancipação humana. O desafio, todavia, era construir o caminho brasileiro que levaria nosso povo a dar sua contribuição na história no sentido de resgatar o homem ao homem. À vista disso, o nacional-desenvolvimentismo atuava como porta de entrada e princípio de limites da revolução brasileira defendida pelo sociólogo baiano no pré-64, cuja programação comportava essencialmente reformas de caráter institucional. Entretanto, a porta de saída estava na transição socialista, de tal forma que a superação de problemas estruturais, a exemplo do racismo e do patriarcado, assim como a adequação científica para responder às demandas populares, só seriam possíveis através da divisão social do trabalho capaz de estabelecer uma formação econômico-social superior, isto é, orientada ao socialismo. Um socialismo a ser construído de acordo com a nossa realidade nacional, com as idiosincrasias do nosso povo, pavimentado num caminho próprio: um socialismo caboclo. A redução sociológica, por esse viés, é arma da crítica à irracionalidade burguesa, instrumento que habilita a sociologia brasileira a pensar o país em termos de projeto autônomo, rumo a nossa segunda e verdadeira independência.

7 REDUÇÃO SOCIOLÓGICA E A MENSAGEM NA GARRAFA LANÇADA AO MAR: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa procurou trabalhar com duas formas de abordar a redução sociológica: o modo como foi sistematicamente apresentada; e a maneira na qual foi experimentada. Quando Guerreiro organizou de modo sistemático a redução sociológica em sua obra de 1958, enunciando as definições, antecedentes (filosóficos e sociológicos), leis, correspondia à exibição de pressupostos teórico-metodológicos que, oriundos da *práxis*, dos acúmulos resultantes de suas investigações, podiam ser amplamente divulgados. Tratava-se daquilo que José Paulo Netto e Vicente de Paula Faleiros (1986) denominaram como método de exposição. Outra dimensão consistiu em examinar como o autor viveu a redução sociológica e testou suas hipóteses diante da conjuntura desafiadora do Brasil no pré-64, acompanhar os ajustes e atualizações da sua teoria social a partir dos acontecimentos nesse contexto histórico. Tal sentido se refere ao método de investigação. Por esse ângulo, a redução sociológica emerge enquanto método de investigação, num primeiro momento, ao final dos anos 1940, até receber os contornos de método de exposição em 1958. Ao considerarmos que esse empreendimento teórico-metodológico acompanhou a vida de Guerreiro Ramos, é lícito afirmarmos que a redução continuou a ser permanentemente experimentada, submetida à crítica e incrementada, conforme procuramos demonstrar nos anos que antecederam a ditadura civil-militar, mas também durante a produção intelectual do nosso sociólogo no exílio.

O termo método esteve reiteradamente associado à redução sociológica, o próprio autor a caracterizou como método redutor, e reconhecemos as implicações metodológicas inerentes à redução. Todavia, não participamos da ideia de que a redução sociológica seja mais uma metodologia de pesquisa das ciências sociais entre tantas outras que costumam ser “aplicadas” pelo investigador no trabalho de campo, a exemplo do que correntemente acontece com o funcionalismo, estruturalismo, interacionismo simbólico, entre outras opções oferecidas no campo acadêmico. Tampouco entendemos que método seja algo a ser aplicado de acordo com o critério/gosto do freguês, pois diz respeito ao corpo a corpo do pesquisador junto ao seu objeto de pesquisa:

O método não é um componente aleatório, não é um objeto de eleição de escolha arbitrária. O método, na verdade, *é uma relação necessária entre o sujeito que investiga e o objeto investigado*. Quando eu digo *necessária*, quero usar toda força do termo; é uma relação necessária à medida que, para abordar um fenômeno determinado, e abordá-lo na sua verdade constituinte (porque a verdade dos fenômenos não está dada, ela é uma verdade que se constrói na história dos fenômenos) só uma perspectiva metodológica é adequada. O método é como que a

equação da razão constituinte entre o sujeito e o objeto (Netto; Faleiros, 1986, grifos dos autores).

É característico da redução sociológica induzir da realidade concreta as categorias constituintes de determinado objeto, visando distinguir o essencial daquilo que é secundário, na medida em que se depura os elementos que dificultam uma percepção radical e exaustiva do fenômeno. Essa dimensão, tributária do método científico de Marx, é o pano de fundo metodológico da redução, o aspecto que pode ser incorporado enquanto contribuição ao debate sobre método nas ciências sociais. Porém, a redução sociológica, como já destacamos no início deste trabalho, não é um método em estado puro, nem se esgota enquanto orientação metodológica. Consideramos que se trata de uma estratégia de intervenção, um conjunto de procedimentos teórico-práticos destinado a orientar nossa produção científica e refundar a sociologia brasileira enquanto área do conhecimento, dotando-a de valor pragmático em vista do processo de desenvolvimento nacional. Estava em jogo para Guerreiro Ramos aquilo que Mário Schenberg (1991) classificou como a formação da mentalidade científica, quer dizer, a criação de um clima intelectual no país, pautado pela realização de pesquisas científicas, capaz de mudar a maneira de pensar das pessoas na medida em que se prospera um pensamento mais objetivo e realista. Esse clima intelectual incidiria, por sua vez, na cultura política, condicionando os partidos, sindicatos, movimentos sociais, administração pública, a tomarem melhores decisões políticas conforme as demandas e aspirações das massas. Por essa razão, a redução sociológica buscava atuar, fundamentalmente, em duas frentes: na reorganização do campo científico (sociológico, por excelência); na organização das lutas populares, isto é, na construção da revolução brasileira. A síntese dessas dimensões está na sociologia da organização dos povos que interpelamos ao longo dessa investigação.

Muitos trabalhos⁹⁰ já abordaram a produção teórica de Guerreiro Ramos no pré-64 e a contribuição da redução sociológica para o pensamento social brasileiro. Mas poucos assumiram a radicalidade da sociologia do divino mestre no sentido de pensar o caráter da revolução possível e necessária ao nosso tempo. Essa tese procurou interpelar a obra do autor visando seus potenciais ocultos, não realizados, de tal forma que nos interessa mais a “vocação socialista” da revolução brasileira advogada pelo sociólogo do que verificar o quão correta ou datada pode ser considerada sua leitura política naquela conjuntura. Se a gramática da revolução já apresentava problemas e limitações na sociologia do tempo de Guerreiro, podemos dizer que após a queda do muro de Berlim, fim da União Soviética e colapso do chamado socialismo real,

⁹⁰ Alguns exemplos foram mencionados no estado da arte apresentado na introdução.

não somente a sociologia, mas as ciências sociais, em larga medida, deixaram de tematizar a revolução, fato que perdura até os dias atuais – a categoria revolução deixou de gravitar nos currículos universitários e interesses de pesquisa quando comparado ao período analisado nesse trabalho, salvo algumas exceções.

Sem embargo, a revolução continua sendo uma necessidade histórica, cada vez mais urgente visto toda a sorte de infortúnios que aprofundam a exploração, as desigualdades sociais que ameaçam de extinção não só a vida humana, mas também o planeta em que habitamos. Tal situação nos exige mais do que a resignação para administrar racionalmente uma ordem atravessada pela irracionalidade, mais do que um protesto de caráter distópico sem horizontes a construir porque ainda acreditamos ser mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo (Fisher, 2020). E, nessa virada obscura em que a história insiste em nos convocar, a sociologia só poderá responder ao chamado conforme assumir uma postura crítica e militante, com envergadura para formular projetos nacionais desde o ponto de vista da totalidade e integrar na sua agenda de pesquisa a temática da revolução: eis a mensagem na garrafa lançada ao mar por Guerreiro Ramos.

Abrir a mensagem dessa garrafa no século XXI não significa ressuscitar o mito do capitalismo autônomo dirigido por uma *intelligentsia* classe média culturalmente distante e afetivamente próxima ao povo, inclinação do projeto intelectual e político de Guerreiro Ramos de acordo com Edison Bariani (2008), muito menos alimentar a crença na existência de uma burguesia nacional interessada no desenvolvimento do país por vias democráticas e em oposição ao grande capital. Se é correto que o golpe de 1964 soterrou qualquer possibilidade de capitalismo independente ou mesmo de uma democracia burguesa com maior participação dos trabalhadores – a revolução democrático-burguesa de tipo novo (Sodré, 1963) –, também é verdadeiro que as ideias derrotadas permaneceram vivas na corrente subterrânea e, como o materialismo do encontro de Althusser, podem tomar a superfície de assalto a depender da “pega”, do aleatório, das contingências da história. Nesse sentido, entendemos a produção teórica de Guerreiro como “saber de salvação” somente na medida em que corta na própria carne e aponta para a aniquilação da disciplina nos termos acadêmicos vigentes: a “redenção sociológica” estaria na traição do seu vício de origem, na superação do compromisso teórico-político de administrar a ordem burguesa, seja no centro ou na periferia do sistema sob orientações desenvolvimentistas. Uma sociologia em “mangas de camisa” para o nosso século, mais do que nunca, precisa estar engajada com a transição socialista. O programa da revolução brasileira em condições de organizar nosso povo para a construção de uma formação econômico-social cuja racionalidade opere segundo suas necessidades é de caráter socialista,

não porque assim desejemos, mas devido à leitura científica da realidade, à prática da redução sociológica.

Vale ressaltarmos que viver sob os preceitos da redução sociológica, de modo geral, não era exclusividade de Guerreiro Ramos nem do ofício de sociólogo, mas uma postura intrínseca à mentalidade científica, ao realismo da pesquisa independentemente da área de conhecimento. Por esse prisma, toda contribuição técnica/científica apta a interferir na realidade exprime a redução sociológica, quer o estudioso tenha consciência disso ou não. Os trabalhos de Marx e Engels, por exemplo, foram citados por Guerreiro enquanto expressões da redução, assim como tantos outros pensadores que já mencionamos ao longo dessa pesquisa. Além disso, nosso autor recomendava a diversos profissionais (economistas, administradores, engenheiros, etc.) a assunção da prática redutora, de tal maneira que, ao fim e ao cabo, o enfoque criativo e original da redução sociológica foi organizar sistematicamente algo particular ao trabalho científico, mas que nem sempre se manifestava conscientemente, ainda mais em contextos atravessados pela colonialidade e pela dependência. As consequências por não termos no plano da consciência uma pauta de intervenção/estratégia de ação para produzirmos conhecimento científico adequado à nossa realidade nacional, a de um país cujo DNA apresenta mais de três séculos de escravidão e colonialismo, custaria – e tem nos custado, na verdade – um preço alto. Estamos convencidos de que as ciências sociais no Brasil ainda estão tentando retomar os sentidos por conta do soco desferido pela redução sociológica há 65 anos, a despeito de seus elementos que já caducaram no decorrer do processo histórico.

Contudo, temos que considerar o seguinte: o castigo no boxe só é pedagógico na medida em que, independentemente do resultado da luta, assimilamos os golpes recebidos e reelaboramos nosso jogo. A derrota e marginalização das ideias de Guerreiro Ramos no contexto brasileiro acabaram, em larga medida, por neutralizar a possibilidade de as ciências sociais assimilarem a pancada e reconhecerem o mérito do lutador que a desferiu. E o que sucedeu, correndo o risco de extrapolarmos na metáfora, foi que o árbitro central interpretou o *knockdown* como consequência de uma cabeçada (golpe ilegal), punindo Guerreiro na pontuação – de tal sorte que o próprio adversário acreditou ter levado uma cabeçada ao invés de um golpe limpo e efetivo! Por conseguinte, a punição foi decisiva para a soma dos pontos na papeleta dos juízes que marcaram a derrota do sociólogo santo-amarense na contagem final. Ao contestar o resultado injusto da luta, o divino mestre foi banido da federação brasileira de boxe e impedido de participar de eventos nacionais, tendo que continuar a fazer da sociologia um esporte de combate fora do Brasil, fator que contribuiu para o ostracismo do seu legado. O referido acontecimento teve, de acordo com a metáfora, suas razões políticas e institucionais,

cuja expressão mais acabada foi a cassação e exílio do autor pela ditadura civil-militar, mas também precisamos sublinhar a existência de questões inerentes ao seu próprio pensamento que dificultaram a divulgação da sua sociologia e o seu reconhecimento enquanto clássico. Acreditamos que a principal delas se refira àquilo que, ao mesmo tempo, é expressão de sua originalidade intelectual, como muito bem caracterizou Ruy Mauro Marini: “Figura marcante era ali Alberto Guerreiro Ramos, professor de Sociologia, crítico irreverente de tudo que cheirasse a oficialismo, eclético incorrigível [...]” (Marini, 2011, p. 58). O ecletismo, o trânsito por várias tradições teóricas sem aderir a nenhuma delas, assim como a recusa em assumir identificações coletivas e seguir escolas, traço da visão personalista de mundo, não são posturas teóricas que facilitam a difusão do conjunto da sua obra, muito pelo contrário. O personalismo, segundo Jean Lacroix (1977), não é filosofia nem ideologia, mas uma inspiração, a intenção radical da humanidade, a fé que ela tem em si própria e, portanto, uma palavra-senha significativa para doutrinas diversas, ou seja, não importa qual será o modelo social eleito desde que apresente as condições para o desenvolvimento humano livre e democrático. Tal concepção encontrará dificuldades para reverberar num mundo plenamente mercantilizado no qual o rótulo é crucial para que algo possa ser vendável, seja como produto relacionado à cultura dominante, ou a expressões contra-hegemônicas/anti-sistêmicas, conforme destacou Muryatan Barbosa (2015).

É lícito afirmarmos que essa fé na humanidade, a mensagem profunda do personalismo, incorporou-se no par redução sociológica/revolução brasileira durante o contexto por nós investigado, até porque tal inspiração não tem valor por si só e necessita se encarnar numa obra para poder se realizar. Mas decodificar essa mensagem demanda um certo esforço para lidar com as ambiguidades, choques e ruídos peculiares à sociologia do autor em si mesma, já que basta observarmos que, a despeito de ter atuado junto a grupos nacionalistas de esquerda numa etapa considerada pré-revolucionária da história do Brasil, Guerreiro não se deixou capturar plenamente pelas tendências do momento, de modo que categorizar suas ideias e ações constitui um desafio para quem se propõe a investigar o seu legado teórico. Nós construímos, evidentemente, uma interpretação possível do pensamento de Guerreiro Ramos historicamente situado, extraímos uma sociologia da organização dos povos e uma leitura particular da redução sociológica, de acordo com nossos anseios diante problemas concretos dos dias correntes. Porém, isso não exclui a legitimidade de outras interpretações, tanto as mais antigas e que nos inspiraram, quanto as que ainda estão por vir, muito menos elimina a dificuldade de estudar uma produção tão complexa como a sociologia em “mangas de camisa”. Elaborar uma síntese da redução sociológica (se trata de uma metodologia, orientação epistemológica, teoria

decolonial...?), definir programaticamente a revolução brasileira pautada pelo autor, entre outras questões fundamentais para propagandearmos (no sentido leninista do termo) as suas ideias e contribuições para com a sociologia contemporânea, não consiste numa tarefa qualquer. E tal desafio é inerente, de certa forma, ao próprio humanismo militante (personalismo) que acompanhou o sociólogo ao longo de sua carreira: uma bênção para a crítica aguda a toda e qualquer sociologia paroquial; uma maldição para a circulação de suas ideias entre as gerações subsequentes de cientistas sociais e militantes.

Práxis, totalidade, revolução: procuramos demonstrar o papel crucial dessas categorias na produção teórica de Guerreiro Ramos no pré-64, pois, a nosso juízo, são as categorias que precisam estar na ordem do dia se ainda quisermos fazer das ciências sociais um instrumento voltado à emancipação humana ao invés de condená-las, no futuro, a serem estudadas “como folclore político de uma ordem social que desapareceu” (Moura, 1978, p. 121). Por meio delas, podemos inclusive desviar do dilema que habitou nosso sociólogo em outras fases de seu pensamento e que se expressa na antinomia entre uma sociologia pautada pelo modelo/sistema social *versus* uma sociologia baseada na noção de pessoa, na autorrealização do indivíduo, questão explorada por Ariston Azevêdo (2006) em sua tese de doutorado. Ao assumir o ponto de vista da totalidade e interpelar dialeticamente os problemas em torno da revolução brasileira, Guerreiro percebeu na prática que a consolidação de uma sociologia nacional seria produto da consciência crítica dos indivíduos enquanto povo, de suas demandas por realizações pessoais/coletivas, e da formação econômico-social organizada por essa vontade geral, ou seja, um sistema/modelo social. O próprio personalismo enquanto *práxis* considera que “Indivíduo e comunidade são as duas categorias fundamentais da pessoa: mantêm nela uma tensão que a obriga sempre a ultrapassar-se” (Lacroix, 1977). Dessa maneira, desenvolver a pessoa não implica eliminar a individualidade, mas ordená-la num conjunto para o qual, pela sua própria individualidade, deve concorrer, pois a personalidade autêntica só se adquire à força da impessoalidade desejada e da objetividade mediadora.

Se a redução sociológica era produto da consciência crítica em marcha naquele contexto e seus suportes eram coletivos, a refundação da sociologia no Brasil era uma aposta que só poderia vingar mediante o êxito da revolução brasileira. Dito de outra forma: sempre estará em jogo um modelo social a serviço do homem, científica e ideologicamente justificado. Inclusive, vale destacar que a tradição sociológica inaugurada por Durkheim, de quando em vez duramente criticada por Guerreiro pelo fato de ter “desconsiderado a possibilidade de o meio social pudesse vir a ser avaliado segundo as necessidades que têm os homens e as mulheres de realização de suas potencialidades” (Azevêdo, 2006, p. 238), não renunciou à assunção de um

individualismo moral cuja pedra de toque era uma concepção de pessoa humana. Tal elaboração se tornou evidente quando o sociólogo francês posicionou-se em relação ao caso Dreyfus⁹¹, reforçando a tese de que “Não há razão de Estado que possa desculpar um atentado contra a pessoa quando os direitos da pessoa estão acima do Estado” (Durkheim, 2017, p. 45), isto é, a dimensão sagrada da pessoa humana pressupõe um individualismo que não pode ser confundido com sua expressão utilitarista burguesa, pois remete à simpatia por tudo o que é humano e a uma maior piedade por todas as dores e misérias humanas, assim como reitera uma necessidade fervorosa de combatê-las e mitigá-las com elevado sentimento de justiça. Essa humanidade sagrada, que não se esgota no indivíduo em particular porque espalhada por todos seus semelhantes, diz respeito à noção de pessoa humana que fundamenta a sociologia durkheimiana:

Assim, caminha-se pouco a pouco em direção a um estado que hoje praticamente se atingiu, no qual os membros de um mesmo grupo social não terão mais nada em comum entre si senão sua qualidade de homens e os atributos da pessoa humana em geral. Essa ideia da pessoa humana, com as diferentes nuances em função da diversidade dos temperamentos nacionais, é, portanto, a única que se mantém imutável e impessoal, para além da corrente cambiante das opiniões particulares; e os sentimentos que ela desperta são os únicos que se encontram mais ou menos em todos os corações (Durkheim, 2017, p. 55).

Compreendemos, por esse viés, que as regras do método sociológico desenvolvidas por Durkheim e que pavimentaram o caminho de consolidação da sociologia enquanto disciplina acadêmica tinham como substrato um humanismo, uma concepção de pessoa humana, de modo que não seria adequado imputar negligência quanto às potencialidades e realizações humanas na referida construção teórica. Podemos, evidentemente, criticar e apresentar os limites de tal perspectiva, no entanto, precisamos pensar da seguinte forma: se toda teoria/modelo social está a serviço do homem, a pergunta decisiva não deve ser se um autor ou tradição teórica assume a primazia da pessoa humana ou do sistema social em abstrato, mas sobre qual concepção de homem se orientam determinados projetos políticos que servem de substrato para elaborações sociológicas. Nosso intuito foi evidenciar que o humanismo radical (Azevêdo, 2006) da sociologia guerreiriana não apenas tensionava a construção universal da categoria homem – excludente porque reduzida ao homem branco burguês – mas também se dirigia ao homem

⁹¹ O caso Dreyfus, que teve início em 1894 e terminou em 1906, se refere ao julgamento e a condenação do capitão do exército francês, o judeu Alfred Dreyfus, acusado de traição por espionagem em favor dos alemães. O processo foi marcado por antissemitismo, conspirações e acobertamento dos verdadeiros culpados em nome da preservação da imagem das autoridades oficiais, o que acabou por desencadear a manifestação pública de intelectuais, dentre os quais Émile Durkheim, denunciando as inconsistências do processo que julgou e condenou Dreyfus e suas implicações quanto à defesa dos direitos humanos. Doze anos depois, a Corte de Apelação viria a declarar a inocência de Dreyfus, reabilitando-o por completo.

historicamente situado: brasileiro, mestiço, terceiro-mundista, ávido por participar das grandes decisões políticas até então deliberadas pelas classes dominantes em seus salões e gabinetes. O projeto teórico-político de Guerreiro Ramos era humanista e universal porque nacionalista e revolucionário, ainda que tal ideia de revolução estivesse mais associada ao reformismo institucional.

Se o chão onde as ideias do sociólogo baiano fertilizaram era o Brasil, e sua radicalização eclodiu num momento *sui generis* da nossa história (pré-64), sua inclinação era universal, internacionalista e solidária aos povos do Terceiro Mundo. Sem a pretensão de escrever um tratado revolucionário que servisse de modelo a toda e qualquer nação periférica, ao pensar o processo brasileiro e tirar proveito dessa condição existencial, sua contribuição teórica alçava voos mais amplos. O Brasil tinha muito o que aprender com as experiências socialistas, com as lutas anticoloniais e de libertação nacional no continente africano, mas também tinha muito o que ensinar, de tal maneira que esse intercâmbio só aconteceria em termos humanistas e democráticos mediante a organização de uma vanguarda nacional dotada de quadros cuja formação científica e ideológica estivesse ajustada à psicologia coletiva das massas. Por isso, a obsessão de Guerreiro em formular uma teoria do Brasil, uma sociologia crítica, nacional, engajada com as grandes questões do nosso povo: a sociologia em “mangas de camisa” era munição contra a consciência ingênua dominante nas esferas de decisão política e que não mereciam aquele momento histórico pré-revolucionário. A preocupação sociológica do autor era diretamente proporcional à sua preocupação com o destino do país e, como para aqueles que experimentam a consciência crítica não existe a possibilidade de pensar a transformação da realidade em termos de projeto sem assumir o ponto de vista da totalidade, a sociologia da organização que identificamos por meio da pesquisa é uma sociologia da organização dos povos, no plural, pois extrapola os problemas intrínsecos à revolução brasileira, podendo inspirar e ser assimilada criticamente por qualquer coletividade subalternizada que decida tomar as rédeas do próprio destino.

Rompemos o século XXI com o continente latino-americano puxando o freio de emergência em relação ao neoliberalismo: a vitória eleitoral de Hugo Chávez, protagonizada pelo MVR (Movimiento V República), na Venezuela, em 1998, marcou o início da Revolução Bolivariana cujos ecos chegaram na Bolívia, com a eleição de Evo Morales pelo MAS (Movimiento al Socialismo) e Rafael Correa, no Equador, pelo Movimiento Alianza PAIS (Patria Altiva i Soberana), nos anos de 2005 e 2006, respectivamente. O Brasil, ao seu modo, viveu e contribuiu para com esse momento histórico através da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 e dos mandatos subsequentes do Partido dos Trabalhadores (PT) até 2016,

integrando o que se convencionou chamar de onda progressista na América Latina. Atualmente, temos observado um retorno dessa onda após um período de derrotas e ascensão da extrema direita no âmbito continental e mundial, a começar pelo regresso do presidente Lula à cadeira presidencial em 2022, para o exercício do seu terceiro mandato. Diante desse quadro político – que também conta com a emergência da China como a segunda maior economia do mundo, mostrando a força e o método do seu projeto orientado ao socialismo –, estamos convencidos de que uma sociologia da organização dos povos permanece absolutamente necessária. Urge a construção de uma agenda de pesquisa sociológica voltada aos problemas e enigmas, não mais do nacional-desenvolvimentismo, mas da construção do socialismo no século XXI, tarefa que demanda, no sentido da redução sociológica, o revisionismo das experiências clássicas que ainda permanecem de pé, como China, Vietnã, Coreia Popular e Cuba, estabelecendo a crítica independente de qualquer critério de conveniência que não seja o compromisso com a verdade, e o estímulo ao pragmatismo e engajamento no trabalho sociológico em vista daquilo que de melhor a classe trabalhadora segue produzindo enquanto processo de transformação social e construção de quadros capazes de assumir a vocação de vanguarda do socialismo em nosso tempo.

Estamos cientes de que a sociologia de Guerreiro Ramos pode colaborar com estratégias de desenvolvimento nos marcos da democracia burguesa, mediante reformas e intervenções na busca por maior racionalidade à administração da ordem do capital. Seu desinteresse pela edificação de um Estado socialista, presente em seus trabalhos no período de exílio nos EUA, pode indicar que, do ponto de vista político, o sociólogo ainda aspirava a uma sociabilidade mais livre e democrática, porém sem a necessidade (ou mesmo a viabilidade) de ter como utopia concreta a revolução direta nos termos em que havia dedicado sua militância no Brasil até o momento em que teve seus direitos políticos cassados. Esse elemento conjuntural justifica, em alguma medida, os ajustes e as novas elaborações teóricas da sua sociologia no contexto estadunidense. Sem embargo, somos partidários de que não houve uma ruptura teórico-política entre a sociologia de Guerreiro Ramos pré-golpe e pós-golpe de 1964, tampouco uma renúncia ao socialismo no conjunto da sua proposta por uma nova ciência das organizações.

Sustentamos nossa interpretação quanto à permanência do horizonte socialista na obra de Guerreiro partindo de duas ponderações do próprio autor. Uma delas diz respeito à problemática por ele levantada quando a redução sociológica foi criticada por supostamente não assumir o ponto de vista proletário, questão remetente ao vício por fetiches verbais, pois, se um texto sociológico não apresentasse a expressão “classe operária”, necessariamente não se trataria de uma contribuição teórica revolucionária (Ramos, 1965). A outra ponderação

concerne à denominada virtuosidade da adesão ambígua (Ramos, 2016), quando o sociólogo comentava sobre as contradições e desafios nas trajetórias militantes de Brecht e Lukács⁹² junto às organizações marxista-leninistas. Em vista disso, defendemos a ideia de que não se pode levar ao pé da letra o discurso de Guerreiro Ramos sobre a teoria da delimitação dos sistemas e o paradigma paraeconômico⁹³ ser incompatível com o socialismo, ou que o marxismo era a maior desgraça⁹⁴ na história do pensamento brasileiro. Não queremos, obviamente, negar as circunstâncias históricas e institucionais que o levaram a emitir tais posições, no entanto, é lícito observarmos essa postura enquanto protesto disfarçado em ironia (adesão ambígua), até porque as prescrições sociológicas em seu último trabalho continuaram a ser uma crítica viva à sociedade do capital, de tal forma que só teriam a chance de triunfar numa sociabilidade de outro tipo, não orientada pela lógica burguesa. De acordo com a tradição científica inaugurada por Marx e Engels, essa outra formação econômico-social é chamada de socialismo, mas podemos dar qualquer outro nome, o importante é a ideia – e essa não apresenta incompatibilidade substancial com a proposta guerreiriana. A redução sociológica só pode fornecer uma adesão ambígua ao capitalismo, protestar ironicamente contra os fracassos das experiências do socialismo real, afinal de contas, o riso é o limite.⁹⁵

O fato de Guerreiro não ter realizado uma defesa aberta do socialismo em sua obra produzida no exílio não significa que em seu conjunto não esteja presente a ideia do socialismo, ou que a redução sociológica tenha renunciado ao ponto de vista da classe trabalhadora. Seguramente, não encontraremos nos trabalhos do autor as expressões e palavras de ordem típicas do vocabulário da militância comunista, mas não é isso que garante a vitalidade das ideias voltadas a uma *práxis* transformadora. É possível, ao contrário, escrever um texto cravejado de expressões que remetem à radicalidade política sem, contudo, conseguir dizer algo

⁹² Guerreiro defendia a tese de que tanto Lukács quanto Brecht jamais conciliaram com a diretriz marxista-leninista no que se referia ao trabalho estético, exercendo uma adesão ambígua junto ao Estado Soviético e da Alemanha Oriental, respectivamente.

⁹³ Em síntese, a teoria da delimitação dos sistemas e o paradigma paraeconômico partem do princípio de que, num sistema social politicamente regulado, a economia de mercado não pode ser tomada como a única fonte de inspiração de todas as regras de convivência (modelo unidimensional), de modo que é necessário valorizar e restaurar outros sistemas produtivos que não o mercado autorregulado. Por meio da delimitação organizacional, o mercado é considerado um enclave social legítimo e necessário, mas limitado, regulado e parte integrante de uma variedade de enclaves tão legítimos quanto (modelo multidimensional).

⁹⁴ “Essa marcação que eu tenho com o marxismo, no fundo é uma preocupação cretina pelo Brasil, pois acho que o marxismo é a maior desgraça na história do pensamento brasileiro” (Ramos, 1995, p. 168). Trecho extraído de sua entrevista à Alzira Alves de Abreu e Lucia Lippi Oliveira.

⁹⁵ *O Riso é o Limite* foi um programa humorístico produzido e exibido pela TV Rio entre 1961 e 1964, sob a direção de Carlos Manga. No Apêndice 1 de *Mito e verdade da revolução brasileira*, Guerreiro apresentou um texto criticando a obra de Álvaro Vieira Pinto, *Consciência e realidade nacional*, e batizou uma das subseções com o nome do programa, aludindo sarcasticamente a figura do filósofo isebiano a algum dos personagens do programa de humor.

relevante para a luta social. Assim, entendemos que há uma mudança tática no modo de Guerreiro Ramos fazer sociologia e pensar a transformação da realidade antes e depois do exílio, mas a estratégia revolucionária perdura, pois o humanismo radical manifestado no projeto defendido no pré-64 continuou ressoando nos anos 1970 e 1980, de modo que o socialismo permanece enquanto possibilidade a contrabando na *Nova ciência das organizações*:

Esta é uma revolução silenciosa que, embora não faça manchetes na imprensa, constitui, na perspectiva deste livro, a história do futuro, isto é, a práxis de emergente modelo de relações entre os indivíduos, e entre estes e a natureza. Em outras palavras, este modelo restaura o que a sociedade centrada no mercado deformou ou, em parte, destruiu: os elementos permanentes da vida humana (Ramos, 1981, p. XVI).

Da revolução brasileira (democrático-burguesa de tipo novo) à revolução silenciosa que eclodia em vários lugares do mundo por meio da *práxis* de grupos minoritários que representavam a crítica da sociedade moderna e de sua ideologia, tanto nos países capitalistas quanto nos socialistas, não há ruptura radical ou conversão total no pensamento de Guerreiro, e sim um redirecionamento teórico-prático sem abdicar da ideia sintetizadora da redução sociológica – “A ‘conversão total’ é privilégio de uma segunda infância intelectual que deve suceder a uma amnésia completa” (Mészáros, 2013, p. 34). Além disso, aceitar passiva e literalmente suas declarações antimarxistas ou as afirmações sobre a incompatibilidade da nova ciência das organizações com o socialismo nos levaria a crer que um sociólogo da envergadura de Alberto Guerreiro Ramos era ingênuo o suficiente para sugerir o isolamento do mercado, um modelo multidimensional de sociedade, sem alterar o metabolismo que reproduz a lógica mercantil responsável por determinar nossa vida pessoal e coletiva. Defendemos que houve uma mudança qualitativa na dialética da ambiguidade, a movimentação do jogo em outros termos, mas o socialismo perdura enquanto ideia, quer dizer, como possibilidade do indivíduo compreender que sua participação num processo político singular consiste numa decisão histórica, na capacidade de projetar a exceção no comum das existências, de convencer nosso entorno individual de que não estamos condenados à formatação existencial pelas exigências do Estado, pois há também a fabulosa exceção das verdades em devir (Badiou, 2012). E essa ideia do socialismo é conservada na sociologia em “mangas de camisa”, ainda que as ferramentas teóricas e organizativas para tal mediação tenham, de certa forma, se modificado. É mister, todavia, interpelarmos a redução sociológica à luz da hipótese comunista:

A Ideia do comunismo (seja qual for o nome que tiver, isso tem pouca importância: nenhuma Ideia é identificável por seu nome) é aquilo por que podemos falar do processo de uma verdade na linguagem impura do Estado e assim deslocar, por algum

tempo, as linhas de força pelas quais o Estado prescreve o que é possível e o que é impossível (Badiou, 2012, p. 144).

Dito isso, nos cabe destacar que a atitude de Guerreiro Ramos em teorizar a revolução brasileira de vocação socialista no pré-64 não foi um equívoco circunstancial que só tem valor como peça de museu em seu arquivo sociológico, mas consiste na sua sombra, naquilo que potencialmente se projeta junto ao seu humanismo, de modo mais ou menos consciente, a despeito das derrotas políticas acumuladas e projetos não realizados. Hoje, mais do que na época em que escreveu seus trabalhos, é impreterível o investimento numa racionalidade que possa organizar a vida humana associada nos termos da autorrealização, do bem-estar e do suprimento das necessidades básicas. Por esse viés, uma mentalidade científica realista, crítica e militante, com competência para formar quadros habilitados a pensar o país no sentido de projeto, dentro e fora das instituições, continua absolutamente necessária.

A pandemia de covid-19 evidenciou o desastre retumbante da gestão neoliberal do Estado, cujo irracionalismo rifou, em larga medida, a vida dos trabalhadores, sendo o Brasil um dos exemplos mais atroz de que o vírus de maior letalidade é o próprio capital. Pensar, ante tais problemas e desafios, um trabalho sociológico pragmático, sem rebaixar a construção de um programa máximo (a revolução direta/socialismo), e que articule produção de ciência e tecnologia, segurança nacional, planificação econômica, organização e participação popular, constitui tarefa de primeira grandeza à intelectualidade brasileira portadora de algum compromisso com o nosso povo. E ao partimos do pressuposto de que a hipótese do socialismo atravessou a obra guerreiriana de modo mais vigoroso no período examinado neste trabalho, justificamos nossa escolha e reforçamos a importância dessa discussão nas ciências sociais aqui e agora. Guerreiro Ramos foi uma oportunidade, representou a possibilidade de o Brasil desenvolver sua personalidade histórica e edificar um projeto à altura do seu próprio povo – e fez da sociologia a arma mais afiada para tal combate. Façamos da nostalgia a espada.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves. Terceiro painel – Guerreiro Ramos e o desenvolvimento brasileiro. **Revista de Administração Pública**, v. 17, p. 63-92, 1983.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- AZEVEDO, Ariston; ALBERNAZ, Renata Ovenhausen. A Redução Sociológica em Status Nascendi: os estudos literários de Guerreiro Ramos publicados na revista *Cultura Política*. **Organizações & Sociedade**, v. 17, n. 52, p. 47-68, 2010.
- AZEVÊDO, Ariston. **A sociologia antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos**. 2006. 355 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- BADIOU, Alain. **A hipótese comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BAMBIRRA, Vânia. **A teoria marxista da transição e a prática socialista**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.
- BARBOSA, Muryatan Santana. **Guerreiro Ramos e o personalismo negro**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- BARIANI JUNIOR, Edison. **Guerreiro Ramos e a redenção sociológica**: capitalismo e sociologia no Brasil. 2008. 329 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, 2008.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BOGO, Ademar. **Organização política e política de quadros**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- CARLI, Ranieri. **György Lukács e as raízes históricas da sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.
- CHAVES FLORES, Elio. O conceito de “comunidade humana universal” na obra de Guerreiro Ramos. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 13, 2015.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Estado e Sociedade**, v. 31, n. 1, Janeiro/Abril 2016.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.

DEAN, Jodi. **Camarada**: um ensaio sobre pertencimento político. São Paulo: Boitempo, 2021.

DIEGUES, Carlos; FILHO, Landim. “O nacionalismo é um meio”. **O Metropolitano**. Rio de Janeiro, 25 jan. 1959.

DIOP, Cheik Anta. **Nations nègres et culture**. Paris: Éditions africaines, 1955.

DREIFUSS, René Armand. **State, class and the organic elite**: the formation of the entrepreneurial order in Brazil (1964-1965). 1980. 1103 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of Glasgow, 1980.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. **O individualismo e os intelectuais**: edição bilingue e crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

EDINGER, Edward F. **Anatomia da psique**: o simbolismo alquímico na psicoterapia. São Paulo: Cultrix, 2006.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Edipro, 2010.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kottter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FREHSE, Fraya. Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 36, p. 131-156, 2005.

FREIRE, Américo. O social-trabalhismo do deputado federal Guerreiro Ramos. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 13, 2015.

FREITAS, Renan Springer de. **Ciladas no caminho do conhecimento sociológico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.

FREITAS, Renan Springer de. Em busca da sociologia não paroquial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, p. 137-150, 1998.

GORENDER, Jacob. Correntes Sociológicas no Brasil. In: RAMOS, Guerreiro. **A Redução Sociológica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM Editores, 1980.

GURVITCH, Georges. **Dialética e sociologia**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.

HARNECKER, Marta. **Tática e Estratégia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

JAGUARIBE, Hélio. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

KARDELJ, Edvard. **Socialismo e guerra**: um exame da crítica chinesa à política de coexistência. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

LACROIX, Jean. **O personalismo como anti-ideologia**. Porto: RÉS Editora Limitada, 1977.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O que fazer?**: questões candentes de nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2020.

LESSA, Sérgio. Lukács: o “falso socialmente necessário”. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 389-398, set./dez. 2020.

LOSURDO, Domenico. **O marxismo ocidental**: como nasceu, como morreu, como pode renascer. São Paulo: Boitempo, 2018.

LÖWY, Michael. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários**: A evolução política de Lukács (1909-1929). São Paulo: LECH Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, György. **História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. **Lênin**: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **Marx e Engels como historiadores da literatura**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUXEMBURGO, Rosa. **Textos escolhidos – Volume 1 (1899-1914)**. Org. Isabel Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

LY, Abdoulaye. **Les masses africaines et l'actuelle condition humaine**. Paris: Présence Africaine, 1956.

MAIA, João Marcelo E. História dos intelectuais no Terceiro Mundo: reflexões a partir do caso de Guerreiro Ramos. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 13, 2015.

MAIO, Marcos Chor. Cor, intelectuais e nação na sociologia de Guerreiro Ramos. **Cad. EBAPE.BR**, v. 13, Edição Especial, Artigo 5, Rio de Janeiro, Set. 2015.

MANNHEIM, Karl. **Libertad y planificación**. México: Fondo de Cultura Económica, 1942.

MANNHEIM, Karl. **Libertad, poder y planificación democrática**. México: Fondo de Cultura Económica, 1953.

KARL, Mannheim. A estrutura dos principia media. In: FORACCHI, Marialice Mencarini (org.). **Karl Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982. p. 174-187.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. Orgs. Roberta Traspadini, João Pedro Stedile. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão com seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

MÉSZÁROS, István. **O conceito de dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MOTTA, Luiz Eduardo. A Política do Guerreiro: nacionalismo, revolução e socialismo no debate brasileiro dos anos 1960. **Organizações & Sociedade**, v. 17, n. 52, 2010.

MOURA, Clóvis. **A sociologia posta em questão**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Mao: o processo da revolução**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

NETTO, José Paulo; FALEIROS, Vicente de Paula. Teoria, método e história na formação profissional. **Cadernos ABESS**, n. 1, p. 43-72, 1986.

NETTO, José Paulo. Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Primeiro painel – contribuição de Guerreiro Ramos para a sociologia brasileira. **Revista de Administração Pública**, v. 17, p. 09-34, 1983.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional: volume I: a consciência ingênua**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional: volume II: a consciência crítica**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

PIZZA JÚNIOR, Wilson. Trajetória parlamentar de Alberto Guerreiro Ramos. **Rev. Adm. Pública**, v. 31, n. 5, p. 24-28, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAGO, Elisabeth Juliska. **O nacionalismo no pensamento de Guerreiro Ramos**. 1992. 209 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **O drama de ser dois**. Salvador: sem editora, 1937.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O museu como sucedâneo da violência. In: NASCIMENTO, Abdias et al. (org.). **Relações de raça no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Quilombo, 1950. p. 47-50.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Nota metodológica. **Digesto Econômico**. Rio de Janeiro, n. 85, p. 133-136, dez. 1951.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo: prefácio a uma sociologia nacional**. Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1954.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Sociologia de la mortalidade infantil**. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad Nacional, 1955.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Centro e periferia no mundo. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 11 mar. 1956.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Debutante em política, Guerreiro Ramos quer conhecer os fatos antes que sejam notícia. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, 18 mai. 1959a.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Significado de Vanguarda Popular. **O Semanário**, n. 143, 1959b.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Editôra Saga, 1960a.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Na China de hoje vi o mundo de amanhã. **Novos Rumos**. Rio de Janeiro, semana de 5 a 11 ago. 1960b.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O Brasil, Mao-Tse-Tung e o esoterismo do poder. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 14 ago. 1960c.

RAMOS, Alberto Guerreiro. É em função da história da China que se deve julgar o que se passa hoje na China. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 21 ago. 1960d.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Brasil está desajustado à realidade mundial enquanto a China avança com rapidez. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 28 ago. 1960e.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Comunas populares acabaram com o desemprego disfarçado na China: homem polivalente. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 4 set. 1960f.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Problemas das minorias na China e no mundo africano. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 2 out. 1960g.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Tensões no mundo socialista e a posição da Iugoslávia. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 9 out. 1960h.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Josip Broz-Tito e a política de coexistência ativa e pacífica: 3 características. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 16 out. 1960i.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Edvard Kardelj faz teoria do marxismo escrevendo sobre os problemas concretos: teses. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 23 out. 1960j.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Guerra e paz do ponto de vista do socialismo e a contribuição de Kardelj. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 30 out. 1960k.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Iugoslávia dá salto para a frente no desenvolvimento econômico e social: produção. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 6 nov. 1960l.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Moscou guarda ainda seu estilo antigo em meio à bossa nova de Corbisier. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 13 nov. 1960m.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Rússia recebe visitante com vodka e sem exigir o atestado de ideologia. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 20 nov. 1960n.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Cidadãos soviéticos não tem medo de casar e caminham com vigor para a idade da razão. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 27 nov. 1960o.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Máscara de Stalin implantada na Praça Vermelha retrata um ciclo de utilidade histórica. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 11 dez. 1960p.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A crise do poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961a.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Homem na Rússia não mais tem medo de não achar trabalho e de deixar a família sem casa. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 15 jan. 1961b.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O revisionismo é uma questão falsa e o marxismo é algo a fazer: a posição dos chineses. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 22 jan. 1961c.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Adolescente do mundo de lá é mais maduro e grave do que o de cá: tem melhor instrução. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 19 fev. 1961d.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Embora não sejam modelares os sistemas sociais da Rússia e China já dão os seus frutos. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 26 fev. 1961e.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Técnicas do corpo na Europa Ocidental refletem o homem em sua natural prepotência. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 7 mai. 1961f.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Inquérito sobre a crise político-militar. **O Metropolitano**. Rio de Janeiro, 23 set. 1961g.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Discurso proferido ao Congresso Nacional a 18 de fevereiro de 1964, p. 788-806. **Diário do Congresso Nacional**, 1964.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**: introdução ao estudo da razão sociológica. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Administração e estratégia do desenvolvimento**: elementos de uma sociologia especial da administração. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1981.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RAMOS, Guerreiro. **A Redução Sociológica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho**. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2009.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Florianópolis: Insular, 2016.

RANGEL, Ignácio. Dualidade básica da economia brasileira. Instituto Ignácio Rangel, 1999.

SCHENBERG, Mário. Formação da mentalidade científica. **Estudos Avançados**, v. 12, n. 5, p. 123-151, 1991.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Luiz Antônio Alves. **A sociologia crítica de Guerreiro Ramos: um estudo sobre um sociólogo polêmico**. Rio de Janeiro: CRA-RJ, 2006.

SOARES, Luiz Antônio Alves. **Guerreiro Ramos: considerações críticas a respeito da sociedade centrada no mercado**. Rio de Janeiro: CRA-RJ, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988.

TOGLIATTI, Palmiro. **Socialismo e democracia: escritos escolhidos do período 1944-1946**. Rio de Janeiro: Ilha, 1980.

TOLEDO, Caio Navarro. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

TORRES, Alberto. **A organização nacional: Primeira parte, A Constituição**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 2011.

ZIZEK, Slavoj. **Em defesa das causas perdidas**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANEXO 2 - Capa do jornal *O Metropolitano* (edição que circulava aos sábados junto ao *Diário de Notícias*) do dia 25 de janeiro de 1959, com destaque para a entrevista concedida por Guerreiro Ramos ao periódico estudantil.

BILHETE DA SEMANA
 As que confundem UME COM UNE - UNE com UME.
 Por favor, UNE é nacional e UME é Metropolitana. Ambas são boas e têm ideal. Não emprestem a uma, os feitos da outra.

O METROPOLITANO
 ÓRGÃO OFICIAL DA UNIÃO METROPOLITANA DOS ESTUDANTES
 Rio de Janeiro, 25 de Janeiro de 1959

EXPEDIENTE:
 DIRETOR: Paulo Alberto Monteiro de Barros
 REDATOR-CHEFE: Carlos Diegues
 SECRETÁRIO: Eraldo Landim Filho
 SUBSECRETÁRIO: Rogério Helvas Bessa
 CHEFE DE REPORTAGEM: César Guimarães
 SUPERINTENDENTE: Antônio Barroso Fernandes

"O NACIONALISMO É UM MEIO"
 Declarações do Sociólogo Guerreiro Ramos: Sai do I.S.E.B. Para Continuar Fiel Aos Meus Princípios. Não Acredito Em Sociologia de Gabinete

LER NA PÁGINA 6

Ao Sr. Presidente da República
 DOS mais louváveis, talvez o único na história brasileira, o progresso de industrialização e de metas do presidente Kubitschek. Pela primeira vez encontramos um governo com objetivos definidos tentando alterar a fisionomia econômica do nosso país. Dia a dia, processam-se investimentos, rampem-se estradas, constroem-se indústrias necessárias e básicas, aumenta-se o índice de potencialidade da nossa energia; dão-se, assim, largos passos para desenvolver e expandir nossa economia. Ao lado de todas essas providências, não encontramos, porém, medidas adequadas e específicas no trato e solução de outros graves aspectos da questão social. Talvez oriundo do ritmo

UME Promoverá Baile de Carnaval
 A União Metropolitana dos Estudantes fará realizar nos próximos dias 23 de janeiro, um grande baile de Carnaval em suas dependências no Calabouço. Dada a importância da festa, que contará com a presença de candidatas à Rainha do Carnaval. A entrada será franca e os comentários do Calabouço e todos os demais estudantes estão convidados.

Escola ao Lado de Prostituição
 ESTA é a situação da Escola Profissional Rivadávia Correa. Não é nenhuma escola, mas um estabelecimento de ensino profissional de Prefeitura. Não está situada em nenhuma aldeia semi-civilizada, mas na av. Marquês Pôrto, próximo à praça da República. Não se trata de discutir a existência de hotéis suspensos naquela região de nossa cidade, porque tal fato é do domínio público... O que é absurdo e inconcebível é o desconhecimento, por parte das autoridades da Prefeitura de Costumes e Diversões, que fica a menos de dez metros daquela local, não se faziam ainda proibido o funcionamento da Escola. Não poderemos permitir que se alunos da Escola, Rivadávia Correa, continuem expostos a semelhante VEXAME. O METROPOLITANO não desistirá enquanto não surgir solução para esse grave aspecto da nossa cidade assim e maravilhosos... Dignidade, seria organizada, pelo menos, DECENTIA!

AO LADO DE PROSTITUIÇÃO
 Esta autoridade (na obrigatoriedade, e mais que isso) O DEVER de fechar a prostituição ou quando não, de manter uma lei agrária como a de um estabelecimento de ensino, se, por uma ou outra razão, essas autoridades não tiverem coragem

O prof. Guerreiro Ramos, quando sua concedia a primeira entrevista, depois de sua saída do ISEB.

Fonte: Diegues; Filho (1959)

ANEXO 3 - Trecho da entrevista concedida por Guerreiro Ramos ao jornal *O Metropolitano* do dia 25 de janeiro de 1959.

Pág. 6 O METROPOLITANO Domingo, 25 de Janeiro de 1959

"O NACIONALISMO É UM MEIO"

Guerreiro Ramos Explica Sua Saída do I.S.E.B.: Sai Para Continuar Fiel aos Meus Ideais — A Sociologia Está Relacionada Com a Economia — O Brasil Não Está Sendo Dirigido à Altura do Seu Conteúdo — A Estatização é Inevitável — Juscelino Governo é Diferente de Juscelino Pessoa

Reportagem de Carlos Diegues e Landim Filho

A entrevista foi marcada em cima da hora pelo telefone. O professor Guerreiro Ramos nos dava o endereço e dentro de meia hora já estávamos em seu gabinete entre os livros da vastíssima biblioteca do professor. Conversamos com Guerreiro Ramos, antes da entrevista, explicando a finalidade e o teor de nossas perguntas. Em breve, o assunto girava em torno do ISEB. Não quero fazer declarações sobre o ISEB, o professor não queria incentivar a discussão de semanas atrás. Não posso citar fatos, e os fatos é que podem provar com quem está a razão. O professor continuava a fazer considerações sobre o caso. Então, vamos começar a entrevista. Assim firmes.

... sua mão de obra ocupada na agricultura. A agricultura não pode desenvolver-se quando há industrialização no sentido em que empregamos o termo. Desenvolver o Brasil é industrializá-lo. Em 1959 o Brasil tinha sua agricultura 37,29 por cento de sua mão de obra, cifra esta que o coloca no nível dos países atrasados. Só conseguirá vencer o atraso pela industrialização. Todavia a industrialização que se recomenda não é indiscriminada; é necessário compreender que há critérios diferenciados no encaminhamento da industrialização do Brasil.

Capitalismo
 (A ECONOMIA NACIONAL É CARACTERIZADA COMO CAPITALISTA?)

... realização deste empreendimento, suprimindo a incapacidade dos proprietários privados de capitais. Empreendimentos como a Siderúrgica Nacional e a Petróleo não poderiam ser concretizados, se o Estado não funcionasse como empresário. Mas eis um problema: o Estado deve saber o que faz com a população social. Se a interferência do Estado, na economia, é inevitável, não tem, porém, mérito intrínseco; o mérito desta interferência depende da intencionalidade que preside a conduta do Estado. O Estado pode mobilizar a poupança social e aplicá-la mal. Isso acontece um tanto no Governo Kubitschek. Muita coisa se deve ao governo mas em certo sentido levando pela influência negativa do

Cinco Princípios do

O sociólogo Guerreiro Ramos comenta trechos da sua reportagem

Fonte: Diegues; Filho (1959)

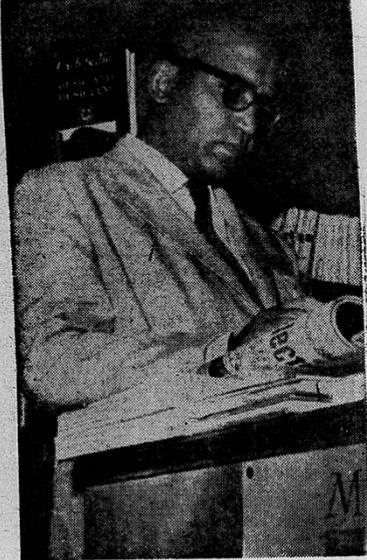
ANEXO 4 - Registro do encontro de Guerreiro Ramos com o Marechal Tito, publicado junto ao texto de autoria do sociólogo intitulado “Josip Broz-Tito e a política de coexistência ativa e pacífica: 3 características”, em *O Jornal* do dia 16 de outubro de 1960.



Fonte: Ramos (1960i)

ANEXO 5 - Texto publicado por Guerreiro Ramos no jornal *O Metropolitano* (edição que circulava aos sábados junto ao *Diário de Notícias*) do dia 23 de setembro de 1961.

inquérito sobre a crise político-militar



professor guerreiro ramos

crise marca advento de

uma consciência popular

Antes de passar à análise da situação atual, seria conveniente a retomada dos acontecimentos das eleições de 1960, tais como ficaram expostos à crítica ulterior. Comprovou-se, naquelas eleições, que os quadros dominantes da política brasileira não mais detinham as alavancas do poder subexercedor do mandato que o povo lhe conferiu.

Costuma-se dizer que Jânio foi vítima de pressões no governo. Evidentemente, sim, na medida em que outros presidentes (Juscelino e Vargas) o foram e todos o são, no Brasil e no mundo. Seria infantilidade pretender-se exercer o poder de evitar o embate Nação x Anulação, que seria um ajuste de contas catastrófico.

No setor da política externa, a orientação de Jânio é irreversível e o próprio gabinete tem consciência disso. Por certo, surgiram problemas recentes de extrema delicadeza, como a renovação da Secretaria Geral da ONU e a erupção

Fonte: Ramos (1961g)

APÊNDICES – ARTIGOS DE GUERREIRO RAMOS PUBLICADOS EM *O JORNAL* ENTRE 1960 E 1961

O Brasil, Mao Tse-Tung e o Esoterismo do poder - I⁹⁶

Guerreiro Ramos

Já é tempo e do interesse de todos que se preserve no Brasil a possibilidade de discutir e examinar os problemas da revolução mundial e da revolução brasileira “sine ira ac studio”, e ainda com aquela atitude humanística resumida no dito de Tertuliano e segundo a qual – “nada do que é humano me é estranho”. Penso que tenho o direito de exigir se reconheça em meus estudos e atividades profissionais um esforço sistemático de objetividade e até mesmo obstinação em me conduzir conforme critérios cuja licitude desafia quaisquer arguições. De uns anos até aqui, à medida que os meus trabalhos vêm ganhando em influência, ao lado de aprovações e respeito, tornei-me alvo de diatribes e interpretações preconceituosas que, em alguns meios, tem contribuído para desnaturar a minha imagem e semelhança. Recentemente, contou-me um amigo, parlamentar de ideias ditas avançadas, que ouvira de um nosso ministro de Estado, militar, referência alarmista a meu respeito. Seria eu uma espécie de perigoso agitador, no Brasil.

Ora, vejo que estão em moda na imprensa do Rio a primeira pessoa e o tom humorístico em artigos sobre assuntos sérios. Sem nenhum intuito competitivo (a primeira pessoa e o humorismo não são o meu forte), vou aproveitar a voga antes que ela se extinga, para fazer alguns esclarecimentos muito pertinentes à série de artigos dominicais que inicio hoje neste jornal.

Toda minha produção sociológica, a partir dos estudos reunidos em “O problema nacional do Brasil”, está presidida pela convicção, firmada em cuidadosa indagação analítica de fatos de que o país está vivendo uma situação revolucionária. Por isso, entendo que o que cumpre ao sociólogo é propiciar elementos para esta situação seja tratada lucidamente e não deixada ao jogo cego dos fatores que a compõem.

Não honra a cultura política das autoridades formais deste país tornar clandestina a discussão de assuntos e problemas que encerram considerável carga de interesse por isso que vitais para todos. Vitais e também mortais, enquanto se decida ignorá-los por obtusa aversão a

⁹⁶ Artigo publicado em *O Jornal*, dia 14 de agosto de 1960.

lançar pela janela modos de pensar e agir que a vida tornou caducos. Em grande parte é a falta de cultura ou de sensibilidade política dos titulares convencionais do mando no Brasil que explica a atual crise do poder em nosso país. Falo intencionalmente em “titulares convencionais” para dar toda força ao que se poderia chamar “titulares efetivos”. As convenções são necessárias, normais e inevitáveis em toda sociedade. O poder tem os seus ritos, assim que toda figura poderosa, seja numa tribo, seja numa sociedade moderna, tende, por imperativo mesmo de economia de esforços, a exercer o poder mediante modelos convencionais, os quais vigem ou não, conforme o seu conteúdo significativo coincida ou não com as exigências coletivas, num determinado momento. A crise do poder é declarada pelo descompasso entre as convenções e as exigências coletivas. A sociedade brasileira pela (experiência?) econômica e social que adquiriu nas últimas (décadas?) [ge]rou ou está gerando novos critérios e agentes de poder, que até agora não encontraram a sua adequada equação convencional ou seus novos modelos institucionais. A confusão que vulgarmente se proclama existir no momento é expressão episódica de tal crise. Quem quer que prive, ainda que em escala mínima, com as nossas autoridades, já não digo dos últimos escalões, mas dos primeiros, fará esta observação melancólica: elas não têm poder efetivo. Nossos titulares dos postos convencionais de poder não estão comandando as forças políticas.

É como se no Brasil tivesse verificado mudança geral de números de telefone sem que se tivesse distribuído àqueles titulares a lista nova. Discam um número esperando falar, por exemplo, com a Igreja, mas responde do outro lado uma casa de tolerância ou coisa que o valha. O presente panorama da sucessão presidencial ilustra o desarvoramento dos mandatários. Desta maneira ou vamos assistir em breve a uma pacífica substituição de tripulantes do poder à maneira do que acontece nos quartéis quando uma guarda rende a outra, ou vamos para uma solução dramática da crise. Será difícil prever qual das duas hipóteses é mais provável?

Uma coisa aprendi nas viagens que fiz pela chamada “cortina de ferro”: não existe poder sem tensão. Não se mantêm no poder quem imagina tê-lo adquirido de uma vez por todas. E aqui se começa a perceber a relação entre as considerações anteriores e o título do presente artigo. Viajei pelo mundo socialista. Vou expor minhas impressões durante alguns domingos neste jornal. São, aliás, menos impressões do que reflexões sobre o Brasil, tomando como pretexto as experiências que vivi. No tocante às minhas formulações teóricas, pouco acrescentei ao que já sabia. Quando em Moscou o meu intérprete me perguntou se desejava visitar as instalações do “Gosplan”, respondi-lhe que não, pois sabia já o que era aquele serviço. Queria, sim, ver gente, conversar, dialogar com pessoas responsáveis. Os debates acalorados que se seguiram às duas longas conferências que realizei no Instituto Mundial de Economia e Relações

Internacionais de Moscou foram mais proveitosas para mim do que a visita ao Kremlin. Naquelas palestras pude fazer minhas provocações, romper a carapaça das colocações sectárias e obter uma relação verdadeira com os técnicos, homens e mulheres que me ouviam. Dedicarei a este encontro artigo especial.

Ver, por exemplo, Mao Tse-Tung, foi a maior lição de psicologia do poder que recebi. Quando Mme. Chen Ping veio [me] dizer que seria recebida por Mao Tse-Tung em companhia de um grupo de latino-americanos (visitava a exposição dos trabalhos de regularização do Rio Amarelo) fiquei excitado. Ia ver um homem de poder. Tão legendário como Gengis Khan. Não sei porque me lembrei de Goethe. Agora reconheço a procedência da associação. Goethe estimava muito os poderes da intuição artística. Vi Mao Tse-Tung sob o signo de Goethe.

Durante quase 3 horas acompanhei nos menores detalhes as palavras e os gestos de um homem incontestavelmente poderoso. Por toda parte na China encontram-se retratos, estátuas e bustos de Mao Tse-Tung. E esta ubiquidade do chefe do Partido Comunista Chinês é séria. O povo a acolhe como elemento fundamental de sua realidade. Na Itália, na França, na Inglaterra, ouvi muitas vezes italianos, franceses e ingleses improvisarem piadas e gracejos a propósito de retratos e estátuas de heróis de suas respectivas histórias. Em tais países, a presença desses heróis já está extinta, não é mais realidade séria para ninguém. Não posso imaginar um cidadão na China fazendo anedota a propósito de Mao Tse-Tung. Este nome e o seu portador ganharam ali um sortilégio a que praticamente nenhum chinês está imune. Positivamente Mao Tse-Tung não é anedota na China, é um símbolo da história viva.

Na sala em que nos encerramos com Mao Tse-Tung, fiz enorme esforço para não me deixar ofuscar pelo seu prestígio do conhecido líder. E como recompensa das energias que isso me custou, creio ter aprendido aspectos essenciais da psicologia do poder. Antes de ver Mao Tse-Tung tinha conhecido a China exotérica. A despeito do valor sociológico dos atos e palavras dos cidadãos comuns que conheci na China, experimentei uma específica voltagem mental quando conversava com homens de relevantes responsabilidades e especialmente quando ouvi Mao Tse-Tung.

O que nele me impressionou foi menos o letrado, o teórico, do que o hábil administrador da violência. Eis aqui um homem que conseguiu colocar-se no estuário de um processo histórico, não por acidente, mas porque para isso lutou e se mobilizou. Os problemas políticos não têm soluções logarítmicas. A teoria ajuda a diagnosticá-los e resolvê-los. Mas as suas soluções, em última instância, resultam de atos de poder, do exercício consciente da violência.

O Comitê Central do Partido Comunista Chinês é uma zona de alta tensão. Constitui o círculo esotérico da vida política e os que o compõem, como Mao Tse-Tung, exibem uma

psicologia correspondente a situação que vivem. Aí se tem a consciência plena da duplicidade política. Aí se sabe que uma decisão administrativa de cima para baixo pode repentinamente mudar o positivo em negativo, transformar a indignação em tolerância, a indiferença em cordialidade. Sem esse esoterismo não há poder constituído. É dizer: sem violência não há ordem, contanto que a violência não se transforme em coerção, que é o recurso extremo para dominar daqueles que perderam representatividade política.

Em próximo artigo procurarei ilustrar estas observações com alguns incidentes concretos da vida chinesa. Mas para concluir, voltemos ao Brasil. Em nosso país tudo indica ter chegado no limite a capacidade dos mandatários para usar a violência de modo politicamente positivo. Mas nenhuma sociedade tolera a orfandade política. A brasileira inclusive.

É em função da história da China que se deve julgar o que se passa hoje na China⁹⁷

Guerreiro Ramos

A China é hoje o lugar do planeta de maior interesse sociológico. Visitei-a no momento azado. Duplamente. Em primeiro lugar, porque ali se realiza uma experiência de direção consciente do processo histórico em que, mediante a atividade transformadora do homem, está sendo produzida, numa rapidez sem precedentes, uma nova sociedade. Em segundo lugar, porque no ponto em que se encontravam os meus estudos e as conclusões a que chegara no domínio da ciência social, ir à China e observá-la diretamente, era o que de mais lógico devia fazer. O primeiro sociólogo brasileiro que visitou a China – fui eu. Este esclarecimento não é feito para atender a minha vaidade, mas para melhor descrever a perspectiva particular na qual viajei pela China. Objetivamente é, no mundo de hoje, um privilégio ser brasileiro. Quando a esta condição se acrescenta a de ser sociólogo, então o privilégio não tem medida.

Por suas dimensões de território e população, por suas peculiaridades de formação histórica, pelo substrato ocidental de sua psicologia coletiva, pelo fato de, graças ao desenvolvimento econômico, estar surgindo como potência média mundial num momento de declínio da Europa e de perplexidade dos Estados Unidos, o Brasil é uma nação que tem perspectiva, sendo-lhe fadado exercer relevante papel ecumênico. Não me esgote na condição de brasileiro, sou sociólogo. Não me esgote da condição de sociólogo, sou brasileiro. Não é um trocadilho. É uma advertência absolutamente essencial para ser compreendido. Evidentemente

⁹⁷ Artigo publicado em *O Jornal*, dia 21 de agosto de 1960.

há muito brasileiro indigno deste atributo que a sorte lhe deu. Há muito sociólogo transviado, corrijo-me, muito transviado travestido de sociólogo (nosso país está cheio desta criatura bizarra) gente que ficaria bem em outros papéis, mas nunca no de sociólogo.

Todas as vezes, que, no exterior, me conduzi à altura da condição de brasileiro, tive compensações e vantagens apreciáveis. No exterior, ninguém resiste ao brasileiro que, com audácia e tato, saiba tirar partido de sua condição nacional. Posso ilustrar o que digo com incidentes que vivi no mundo socialista. Também aqui aproveitei bem o meu tipo como diriam os franceses.

Logo na Iugoslávia comecei a me irritar com a basbaquice de delegados latino-americanos [do] Congresso da Aliança Socialista do Povo Trabalhador, no qual representei o PTB. Nos encontros com autoridades iugoslavas, só abriam a boca para dizer interjeições. Puros “yes men”. Eu estava ávido para aproveitar as oportunidades raras desses encontros a fim de conhecer e discutir pormenores das tensões políticas entre países socialistas. Lembro-me que certo dia recebi convite para jantar em casa de Vukmanovic, ou “Tempo” como [ordinariamente] é conhecido em Belgrado. “Tempo” é um dos homens fortes do regime iugoslavo, herói da guerra revolucionária, atual presidente da Federação dos Sindicatos. Em seu gabinete já tínhamos palestrado durante mais de uma hora sobre as particularidades do sistema iugoslavo, especialmente sobre gestão obreira. Chegando à noite em sua casa encontrei outros convidados estrangeiros. Vivi horas de grande interesse.

Foi, então, a primeira vez que senti o gostoso sabor de conhecer pequenos fatos de bastidor, fatos chave para quem não sofre de pobreza de imaginação. Mas a conversa, depois de incidir sobre a União Soviética, orientou-se para a China. “Tempo” atacou a China, acusou de “faraônico”, o desenvolvimento chinês. “Tempo” entrava aqui num assunto que eu conhecia. Comecei a fazer reparos ao que ia dizendo e acabei numa discussão acesa com o meu anfitrião. Nunca me esquecerei dos rostos angustiados de alguns estrangeiros presentes alarmados com a minha impertinência. Dois dias depois compareci a uma recepção oferecida pelo marechal Tito no Palácio Branco aos participantes do Congresso da Aliança Socialista. Comprimia-me numa sala repleta de agente. Alguém bate no meu ombro. Era “Tempo”. Apresentou-me a uma autoridade cujo nome não pude guardar. Disse-lhe: “conheça um brasileiro valente na discussão”. E acrescentou: “minha mulher e eu admiramos a sua bravura intelectual”. Fiquei orgulhoso porque senti nestas palavras algo mais do que uma amabilidade.

Experiência da China

Fui para a China depois de um estágio de oito dias em Belgrado. Tal procedência – senti logo na primeira semana de Pequim – deixava os meus intérpretes um tanto desconfiados quanto à minha ortodoxia ideológica. Para eles a Iugoslávia não é o país do revisionismo? Também aos meus amigos chineses colocava questões tabus, assuntos incômodos. Falei-lhes algumas vezes de aspectos do socialismo iugoslavo que me pareciam válidos. Disse ao mais graduado dos meus três intérpretes: “Olha aqui, meu caro o Brasil é um país aberto, capaz de digerir e assimilar o que existe de legítimo nos sistemas políticos mais diversos. Não temos nenhuma razão para tomar partido nas brigas de família do mundo socialista. Quanto a mim, não pretendo ser caixeiro viajante da China. Nem da Iugoslávia. Nem da URSS”. Agora acrescento: para mim todos os países são subsidiários, exceto o Brasil. Sem expressar esse pensamento, mas por ele dominado, na Universidade Popular de Pequim, considerada a escola superior em que se preparam dirigentes do Partido Comunista Chinês, fiz uma palestra de mais de duas horas, em que analiticamente expus a realidade atual do Brasil e suas possibilidades. Oh meu Deus, não mereço tanto! Quando terminei minha sensação foi de espanto diante da veemência dos aplausos e do particular acento grato daqueles olhos sobre mim. Em suas palavras de agradecimento, disse o Reitor, entre outras coisas, dirigindo-se aos professores e estudantes: “É uma pena que o professor Guerreiro permaneça tão pouco tempo em Pequim. Sinto que ele tem muito a nos dizer de proveitoso”.

Estas considerações são necessárias para que o leitor possa alcançar o meu ponto de vista, simultaneamente brasileiro e sociológico, ou seja, que se esforça em eximir-se de qualquer intenção apologética e sectária. Quando digo que a China é um dos lugares do mundo de maior interesse sociológico, enuncio uma verdade incontestável. Para começar a demonstrá-la, gostaria de dedicar o resto deste artigo às comunas populares, com o que retomo o fio de ideias interrompido no artigo anterior.

Poder e violência

As comunas populares ilustram que não há poder constituído sem o exercício da violência. Sem dúvida, o funcionamento atual das comunas populares não se pode verificar sem que se subvertam hábitos e rotinas de milhares de cidadãos. Não pode deixar de haver descontentes em número considerável entre os trabalhadores das comunas. Dentro do próprio Partido Comunista Chinês há militantes contrários às comunas. Da tentação dos testemunhos apologéticos, Deus me defenda. Todavia, em nada perde a comuna, quanto ao seu avançado

caráter social e humano, se sublinharmos o fato de que ela não constitui ainda na China uma forma social incontestada. Como em toda inovação institucional, nela está presente uma tensão entre o ingênuo e o elaborado, entre o espontâneo e o calculado. A comuna popular é produto normal, conseqüente, necessário de formas de cooperação anteriormente vigentes no agro chinês, mas é também produto da imaginação criadora do grupo dirigente do Partido Comunista. Sua concretização em massa demanda o exercício da violência, requer imposição. O que é essencial é notar que essa violência não lesa a legitimidade histórica do regime chinês. Ao contrário, torna-o exemplar a povos como o brasileiro, quanto a atitude metódica dos seus dirigentes. Os chineses se libertaram da opressão graças ao Partido Comunista. Mas a opressão, na China, não eram os estrangeiros e os seus testas-de ferro, não eram os japoneses, não eram a nobreza e os mandarins; era um sistema social. Eis porque se após a culminação da guerra de libertação em 1949, quando os comunistas chegam ao poder, não se tivesse iniciado um esforço de substituição do velho pelo novo sistema, o regime da opressão continuaria a existir. A violência tem sido na história arma clássica para liquidar o anacronismo. Na China de hoje não há tolerância para o anacronismo. Contra ele está organizada uma guerra sem quartel. Todos os regimes têm os seus descontentes, os retrógrados como os avançados. Mas os descontentes não têm méritos intrínsecos, é a perspectiva histórica à luz da qual eles verberam os fatos que confere ou não validade aos seus julgamentos. No tocante às comunas populares, é difícil admitir em nome do que se poderia negar-lhes validade. Alguns esclarecimentos mais concretos sobre as comunas populares se impõem neste ponto.

Êxito das comunas

O movimento das comunas populares começou a cerca de dois anos, em agosto de 1958. Na data de 29 desse mês o Partido Comunista as adotou oficialmente pela famosa “Resolução sobre o Estabelecimento das Comunas Populares nas Áreas Rurais”, subscrito pelo Birô Político do Comitê Central do Partido reunido em (Peitaino?). Em menos de dois meses se organizaram 26.000 comunas como resultado do reagrupamento de 700 mil cooperativas agrícolas. Atualmente menos de 1% das (famílias?) camponesas trabalham fora das comunas. Estas constituem unidades básicas de caráter simultaneamente estatal e econômico e em cada uma delas se combinam a agricultura, a indústria, o comércio, a educação, os assuntos militares. As cooperativas, que eram unicamente unidades de produção agrícola, foram substituídas pelas comunas, organizações polivalentes, complexos agroindustriais dentro dos quais os trabalhadores, por princípio, não permanecem confinados num setor da atividade mas, dentro de prazo curto, se tornarão multi-adestrados. Nas comunas se procura combinar o princípio do

salário (“a cada um segundo o seu trabalho”), com o princípio do abastecimento (“a cada um segundo suas necessidades”). A propriedade é coletiva. Comunas populares estão sendo organizadas nos centros urbanos, nos bairros das fábricas, nas universidades, nas minas, nos órgãos do Estado.

Visitei demoradamente essas unidades em Pequim, Nanquim, Xangai, Kaifeng, Hangzhou. Posso anotações abundantes sobre elas. Num artigo de jornal não posso utilizá-las como gostaria. Do ponto de vista da produtividade, a comuna apresenta índices que são os maiores da história. Incrementos anuais de 20%, 30%, 50% são comuns em todos os setores da produção. Quando, na Europa, mencionava o fato, algumas vezes me perguntavam se tal crescimento não se fazia às custas do sacrifício do homem. Minha resposta é a seguinte. Admito que as comunas populares, na medida que altera radicalmente antigos hábitos dos camponeses, suscitem algum descontentamento, principalmente entre os mais idosos. Não há dúvida, porém, de que a população jovem se ajustou entusiasticamente à nova situação. As mulheres são particularmente beneficiadas, pois os restaurantes coletivos, os jardins de infância, os grupos de costura, as lavanderias e outras agências as libertaram da servidão aos trabalhos domésticos. Intensa campanha de alfabetização de adultos se realiza em toda parte. 85% das crianças em idade escolar recebem instrução. A mortalidade geral e a mortalidade infantil baixaram. Se me perguntassem se eu me ajustaria ao sistema de vida dos camponeses que vi nas comunas populares responderia negativamente. Meus vícios capitalistas são minha segunda natureza. Renunciar a eles, seria renunciar a viver. Posso, no entanto, afirmar que, em relação às condições de vida dominantes no agro chinês há onze anos, as comunas populares são um paraíso. É em função da história da China que se deve julgar o que se passa hoje na China. Voltaremos ao assunto.

Brasil está desajustado à realidade mundial enquanto a China avança com rapidez⁹⁸

Guerreiro Ramos

Preconceitos de toda ordem estão impedindo que os especialistas em ciência social dos centros universitários do Ocidente aproveitem os fatos da experiência chinesa e soviética na renovação da teoria social e econômica. Visitei muitos centros universitários europeus e, de modo geral, eles me deixaram penosa impressão. É espantosa a gratuidade das cogitações da

⁹⁸ Artigo publicado em *O Jornal*, dia 28 de agosto de 1960.

imensa maioria dos profissionais que trabalham em tais instituições. Muitas vezes tive de fazer esforço para esconder minha comiseração, ao conversar com pessoas respeitáveis, consideradas autoridades em ciência social nos lugares por onde andei no Velho Mundo. Não é que lhes faltassem inteligência e capacidade criadora.

A desatualização desses profissionais decorre de que sua imaginação está bloqueada pelas estruturas sociais caducas em que vivem. Contam-se nos dedos os raros especialistas imunes às influências esterilizadoras dessas estruturas. Para um Charles Bettelheim, um Pierre George ou um Edgar Morin na França, contam-se centenas de nulidades. Para um Myrdal na Suécia, legião de retardados. Para uma Joan Robinson na Inglaterra, sem número de ferdinandos, como certo catedrático que encontrei em Londres em 1956. Nos Estados Unidos, não é diferente a situação. Ali homens como Paul Sweezy, Paul Baran e Wright Mills são excepcionais.

Apuro terminológico

Todavia a afirmativa inicial deste artigo precisa ser esclarecida. Não quero dizer que seja exemplar a teoria racial produzida no mundo socialista. Nos países socialistas, na verdade, é medíocre a teoria social comparada com o rico teor conceitual implícito na prática. Não conheci na China e na União Soviética nenhum especialista em ciência social a altura da realidade concreta dessas nações. Um marxismo muito primário é quanto satisfaz aos que se poderiam chamar de sociólogos e economistas na China e na União Soviética. Do ponto de vista da especulação, eles me parecem uns “brucutus”. Muito enquadrados, muito monótonos, muito cacetes, para evitar o sinônimo vulgar deste último termo. Encontrei, no entanto, um ambiente teórico particularmente excitante na Iugoslávia. Os textos e as falas dos marxistas iugoslavos têm apuro terminológico e elaboração acadêmica, bem como certo quantum de ineditismo pouco frequentes na China e na União Soviética. Não escondo minha simpatia pelo antigo camponês e hoje chefe de Estado, o saudável primeiro ministro Nikita Khrushchov (“Não é um homem, é um touro” dizia-me em Moscou alguém depois de vê-lo e impressionado com a sua energia). Creio, porém, que a falta de estilização na conduta oficial de Khrushchov está passando um pouco da conta. Seu famoso discurso sobre Stalin, a despeito de positivo, no resultado final, é um dos documentos mais primários quanto à forma e substância, que um chefe de Estado já pronunciou em nossa época.

Mao Tse-Tung tem outro gabarito e se impõe mais rigorosas exigências do que Khrushchov. A despeito de sua simplicidade, não deixa de apresentar-se dentro de um mínimo de formalismo, indispensável no exercício de sua eminente investidura. Além disso, exprime-

se em frases aparentemente chãs, mas carregadas de sentido e oportunidade e sempre dominadas por intenções firmes, tudo isso indicando que ele é um paciente artesão dos recursos verbais. O grau de estilização que verifiquei existir no pensamento e na conduta dos governantes e intelectuais da Iugoslávia é um ponto a favor e não contra o socialismo neste País. O informe que o Marechal Tito leu perante o V Congresso da Aliança Socialista do Povo Trabalhador da Iugoslávia em 18 de abril do ano corrente, do qual participei, é um documento de valor político e científico, cuja temperança e elegância verbal em nada prejudica sua eficácia. Avistei-me com intelectuais iugoslavos como o vice-presidente Edvard Kardelj, Veljko Vlakovitch, Boris Zihlerl, Stanojeic Ilija, Jovanovic Boziohar, Branislav Soskic, Svetislav Arandelovic. São todos homens em atitude de pesquisa, em cujos escritos e conversas percebi a incidência de um marxismo não dogmático, como colhi algo de novo do ponto de vista teórico.

Volto, porém, dos países socialistas que visitei convencido da inatualidade do pensamento brasileiro enquanto permaneça alheio ao que se passa concretamente em nações como a China e a União Soviética, entre outras. Constitui intolerável boçalidade interditar à inteligência nacional o conhecimento e a reflexão sistemática das inovações que estão surgindo na parte do mundo contemporâneo em que vingaram os sistemas socialistas.

Modificação que se impõe

É necessário criar nos meios técnicos e científicos do Brasil um ambiente irrespirável para aqueles que, recorrendo a processos terroristas, procuram impossibilitar o conhecimento e a discussão das experiências em curso no mundo socialista. Se este País tivesse uma política, no tocante à cultura, segundo o seu interesse e suas conveniências, não toleraria nem um minuto a dilapidação de recursos materiais e humanos que implica o atual funcionamento do nosso sistema universitário, e de um conjunto de órgãos administrativos que interferem nas atividades educacionais. Somente após a modificação do dispositivo de poder vigente hoje na sociedade brasileira, passaremos a ter os suportes reais necessários para a reorientação que se impõe.

Se eu fosse governo neste País, mandaria à China alguns dos nossos economistas de formação anglo-americana, com bolsa de pelo menos um ano, pois que frequentemente são os mais cegos a determinados aspectos do processo econômico que só se mostram numa perspectiva político-sociológica, a perspectiva dominante no mundo socialista. Não lhes faria mal uma suave lavagem de cérebro. Os economistas de formação anglo-americana trabalham, de modo geral, com uma noção feiticista ou fiscalista de recursos e de capital, que os contraindicam para as funções de aconselhamento e informação, junto a governos de países sub-industrializados. Também no (tocante à natureza?) do “know-how”, a disciplina econômica

anglo-americana é, não em pequena escala, modalidade sutil da mente mágica e pré-lógica. O modelo chinês de desenvolvimento demonstra na prática o caráter falacioso da teoria econômica dominante nos centros universitários anglo-americanos. A programação deste lado de cá do Atlântico, por exemplo, ainda não adquiriu categoria verdadeiramente científica porque em grande parte se baseia naquela concepção errônea de recurso e capital, de que os planejadores chineses já se desvencilharam.

Na China a programação em ato é científica. Digo programação em ato para distingui-la da programação em hábito ou de um conjunto sistemático de conceitos referentes à programação. Os mais competentes planejadores do desenvolvimento chinês de certo seriam reprovados em programação se examinados por técnicos da CEPAL, embora sua prática implique uma teoria econômica superior à dos cepalianos. O que acontece é que eles não manejam o arsenal de instrumentos analíticos em que habitualmente estão treinados os economistas anglo-americanos. Alguém já disse que a China está escrevendo um novo tratado de economia política. Esse tratado, porém, não existe sob a forma de “text-book” em letra de fôrma; existe sob a forma de ação e conduta ordinárias de planejadores e trabalhadores. Constitui eminente tarefa para sociólogos e economistas de países como o Brasil – a de proceder à reflexão sistemática da experiência chinesa.

Desatualização

Não tenho a menor dúvida de que o Brasil está dotado de todas as condições que tornam exequível a referida tarefa. Quando no meu livro “A Redução Sociológica” enunciei as regras metódicas para a execução de um esforço dessa natureza, houve quem me atribuísse sentimento de xenofobia e especialmente de aversão aos norte-americanos. Que mesquinhez! Na China e na União Soviética surpreendi-me algumas vezes, na maior angústia, ao avaliar o grau de desinformação e de alheamento do meu País. O Brasil está escandalosamente distraído de seus interesses e desajustado à realidade mundial. Deixamos a nossa imaginação envenenar-se por “slogans” a respeito do comunismo, da China, da União Soviética e somos partícipes de uma conspiração contra o nosso interesse, enquanto nada fizemos para modificar esta situação. Vamos iniciar no próximo ano um novo período governamental em que sem dúvida ao futuro presidente se apresentará o imperativo de reorientar a programação. O atual Programa de Metas constitui um grande avanço na evolução de nossa administração econômica. No entanto, seus pressupostos metódicos são inadequados à presente realidade do País. Para a resolução das questões programáticas do próximo governo, o modelo chinês de desenvolvimento tem

apreciável utilidade subsidiária. Nesta sequência de artigos pretendo apresentar as razões desta convicção.

Comunas populares acabaram com o desemprego disfarçado na China: homem polivalente⁹⁹

Guerreiro Ramos

Vou falar hoje das comunas populares. Não em tese, mas concreta e monograficamente. Viajei para a China com enorme curiosidade de ver as comunas, pois elas vêm resolver na prática, não apenas problemas de produção, como problemas teóricos. A comuna não é somente forma superior de organização da produção; ela demonstra que (a) a verdadeira ciência social é teoria crítico-prática para a qual o econômico, o social, o político e o psicológico são ficções e ainda que (b) capital não é coisa: é relação social.

Homem polivalente

Na comuna os problemas econômicos, sociais, políticos e psicológicos são resolvidos politicamente. Uma vez definida como problema, determinada situação, esta é logo levada a discussão pelos que a sofrem. Da integração dos pontos de vista sobre o problema concreto surge a solução, logo a seguir adotada. Elimina-se a mediação entre o homem comum e o economista, o sociólogo, o cientista político, o psicólogo. Cada um tende a ser, simultaneamente, economista, sociólogo, cientista político, psicólogo e também trabalhador. O homem da comuna é polivalente, é o primeiro embrião do homem total que aparece na história e sem o qual o comunismo não pode concretizar-se. Na comuna popular, todo indivíduo é político, não existe área da existência fora da consciência política. Nestas condições, mediante atitude crítica e prática, a vida ordinária das pessoas tende a ser científica e ciência tende a ser vivida ordinariamente. A era científica já começou para o chinês. Jamais vi camponeses tão joviais e familiarizados com o raciocínio técnico e científico como os que encontrei nas comunas populares. Neste ponto faço grande esforço para não mencionar tudo o que me vêm à cabeça. (Por exemplo, o agro chinês é mais científico do que o agro norte-americano. Os Estados Unidos são um país atrasado em relação à China, meus senhores. Ainda estão no século XIX, enquanto a China já entrou no século XX. Não tem importância que o agro norte-

⁹⁹ Artigo publicado em *O Jornal*, dia 4 de setembro de 1960.

americano seja menos precário materialmente do que o chinês. O que importa qualitativamente é a atitude do trabalhador diante do trabalho e da vida em geral, e a natureza da relação social comum, cotidiana. Neste terreno, o campônio chinês deixou longe o norte-americano, bem como o europeu-ocidental. Quando as aparências deixarem de enganar!)

Essência ideológica do capital

Ademais, a comuna popular acabou com o desemprego disfarçado. Trata-se de que hoje no agro chinês não existe força de trabalho ociosa. Pela eliminação do desemprego disfarçado uma atividade agrícola que antes das comunas ocupava 100, passou hoje a ocupar 60, 50 e até 40, liberando-se mão de obra para outras tarefas. A política de produção das comunas consiste em distribuir (ou alocar como dizem os economistas) o esforço produtivo racionalmente, de modo a atender, no nível máximo concretamente possível, as necessidades da população local. Observado as comunas compreendi, de uma vez por todas, que o desenvolvimento é menos função de capitais em seu sentido físico (máquinas, equipamentos, etc.) do que das relações sociais; em suma, confirmei as teses que expus no capítulo do meu livro “O Problema Nacional do Brasil”, intitulado, “O Controle Ideológico da Programação Econômica”. O aspecto material do capital é sua epiderme. O capital é essencialmente ideológico. Uma ideologia, um sistema de relações sociais que libere a inventiva popular e que permita a racional distribuição do esforço produtivo da população torna subsidiária a importância dos capitais físicos. O desenvolvimento econômico é função do sistema social; é um problema de política aplicada.

Atividades comunais

Vamos agora ao episódico. Quero falar de coisas que registrei em comunas populares visitadas demoradamente por mim. Consulto as notas do meu caderno de viagem. No dia 11 de maio do corrente ano visitei uma comuna popular situada a sete quilômetros de Nanquim composta de 10.900 famílias e 480.600 membros (a média é 5.000 famílias). Esta comuna dispõe de.. 52.000 “mu” (o “mu” equivale a 1/15 do hectare) e 13.000 “mu” para peixes (viveiros). Compõe-se de 11 grandes brigadas e 157 pequenas brigadas e naquela data funcionava há vinte meses. Foi formada pela reunião de 20 antigas cooperativas. Uma ideia da produtividade desta comuna pode ser obtida pelo fato de que já em 1958 produzia 815 “kins” de cereais (o “kin” equivale a meio quilo) por “mu” contra 483 e 318, respectivamente em 1957 e 1949, ano da Libertação. Em 1959 mudaram o plano das terras e passaram a produzir também vegetais. Nesse ano produziram 8.000 “kins” de vegetais por “mu” e em 1960 espera-se que tal produção atinja 11.000 “kins” por “mu”. Atualmente a comuna supre $\frac{1}{4}$ do consumo de vegetais

em Nanquim. Tem lugares reservados para animais domésticos, porcos, frutas e incubadoras para ovos de peixe. Além disso, opera as seguintes fábricas: de coque de carvão de máquinas e instrumentos agrícolas, de tijolos e telhas, de roupas, de massas alimentícias, de conservas, biscoitos e bolos, de produtos químicos (ácido sulfúrico, ácido clorídrico, etc.), de inseticidas, de tortas para porcos, de papel, de móveis de bambu, de cordas, especialmente para amarrar madeira, serraria, de carvão vegetal, de lanchas até 500 toneladas de capacidade. Apenas o seguinte informe. A fábrica de coque foi construída em julho de 1958, cujo semestre com 65 trabalhadores produziu 150 toneladas de coque por mês. Agora com 500 trabalhadores passou a produzir 6.000 toneladas por mês.

Os membros desta comuna recebem gratuitamente os cereais, base da alimentação chinesa e dispõem de 255 creches, 92 jardins de infância, 42 escolas primárias, escola secundária, escola agrícola técnica (nível médio), dois hospitais, sete clínicas, nove maternidades, conjunto recreativo, cinema, palácio cultural, 91 bombas de água e ainda serviços de alto-falantes, telefones, telégrafo e telefone sem fio. Tive ocasião de ver funcionar nesta comuna um arado elétrico teleguiado.

Na China não é excepcional unidades como esta que observei em Nanquim. Idêntica multiplicidade de aspectos caracteriza milhares de outras dispersas pelo agro chinês. Em Pequim, em Kaifeng, em Hangzhou, vivi algumas horas em diferentes comunas, todas, no entanto semelhantes, quanto ao seu caráter polivalente.

Produtividade

É necessário ver de perto a comuna para se compreender como o problema da produtividade está mal colocado no Ocidente. A produtividade é menos questão de tecnologia do que de relações sociais. Em alguns sistemas sociais do Ocidente a produtividade chegou ao limite pois que neles a inventiva das massas está bloqueada. No sistema social chinês, de que a comuna popular é ilustração, as massas são as diretamente beneficiárias do aumento da produtividade e por isso, fazem da atividade produtiva uma razão mesma de viver. Testemunhei a este respeito algo de espantoso naquela cidade de Hangzhou, a capital da seda.

Na China há um provérbio que diz: “No céu há o paraíso, na terra Suzhou e Hangzhou”. Eu vi Hangzhou em maio, com os seus templos, pagodes e palácios, seus pássaros (inclusive uma espécie de pombo preto – o papagaio chinês), seus peixes de ouro. Hangzhou foi uma pausa no meu caminho, no meu intenso programa de viagens, visitas e entrevistas. Aí descansei um dia inteiro, sem intérpretes, sem companheiros, sozinho num apartamento do belo hotel da cidade, diante do famoso Lago do Oeste. Tomei um barco e fui ver as ilhas do Lago. Na primeira

em que me detive despertou-me logo a curiosidade um grupo jovial de operários que se divertiam, aproveitando dia de folga. Estavam divididos em subgrupos em torno de mesas. Mas como se divertiam? Assim. Em cada subgrupo, um operário falava de cada vez, com naturalidade, dos programas de sua equipe, das inovações da semana, das taxas de produção que esperavam atingir no mês seguinte. Estavam presentes algumas moças eleitas as melhores operárias do ano em sua fábrica. Eram estrelas, tão dignas de atenção e interesse como aqui no Rio as “certinhas” da frota do Lalau. Ver para crer. Na China de hoje, o trabalho é, em toda extensão da palavra – a razão da vida.

Problema das minorias na China e no mundo africano¹⁰⁰

Guerreiro Ramos

Não encontrei na China nem “sociólogos”, nem “antropólogos”. A sociedade chinesa passa muito bem sem esse tipo de profissional. Não somente isso. À luz do modelo chinês de desenvolvimento, pode-se apreciar como que no Ocidente se chama habitualmente de “sociologia”, “antropologia” e “economia” são ideologias conservadoras travestidas de ciência. Digo habitualmente porque, por exemplo, sob o rótulo de “sociologia”, podem-se realizar estudos sérios sobre problemas humanos e sociais, como é o caso de Wright Mills nos Estados Unidos e de Edgar Morin na França.

Até entre “antropólogos”, podem-se encontrar homens como Leslie White e Gordon Childe que, naturalmente, usam o título profissional com ironia. Certa vez alguém disse ao autor deste artigo: “Como é que v. proclama ser a “sociologia” uma pseudociência e, ao mesmo tempo, é considerado um sociólogo?” Respondi-lhe: “Meu caro, não fui eu quem inventou ou criou o mundo ocidental. Quando nasci já o encontrei na sua expressão contemporânea. A profissão que mais atende às minhas propensões é a de sociólogo. Na minha situação biográfica era imperativo ter uma profissão. Escolhi a de sociólogo, que exerço, transcendendo-a, isto é, desrespeitando sistematicamente as fronteiras acadêmicas desta disciplina e concebendo-a como uma ciência englobante, para a qual, o social, o econômico, o político e o psicológico são ficções didáticas e assim devem ser vistos à luz de totalidades concretas”.

¹⁰⁰ Artigo publicado em *O Jornal*, dia 02 de outubro de 1960.

Ciência englobante

Na China testei a validade de minhas posições teóricas. Ali a ciência social em vigência é uma ciência englobante. Uma ciência histórica, crítico-prática, isto é, em que o elemento especulativo e o elemento empírico, se relacionam dialeticamente. Logo nos primeiros dias de Pequim indaguei se podia conversar com os sociólogos ou antropólogos da terra. Notei que os meus intérpretes tinham dificuldades de compreender o que era sociólogo ou antropólogo. Um belo dia me anunciaram que seria levado ao Instituto de Minorias, a entidade cujos trabalhos ordinários mais se aproximavam daquilo que eu lhes explicara ser sociologia e antropologia. Fui recebido no dia 27 de maio do corrente ano, pelo diretor do Instituto que me expôs pormenorizadamente a atividade do órgão e me mostrou duas diferentes dependências. Neste estabelecimento de ensino e pesquisa vi os tipos humanos mais bizarros e variados. Minha sensação de estranheza só se dissipou quando, numa sala repleta de estudantes, lhes dirigi a palavra e teci considerações sobre o que havia apreendido no Instituto e sobre a experiência brasileira, no tocante a relações de raça. Mais uma vez experimentei o milagre da comunicação. Todas as estranhezas aparentes se anulam quando os seres humanos se comunicam realmente.

Multinacionalidade

A China é um país de muitas nacionalidades, sendo a mais numerosa a Han, que representa cerca de 94% da população. Os 6% restantes, mais de 35 milhões de pessoas, são minorias nacionais, entre as quais a Chuang, a Vigur, a Hui, a Yi, a Tibetana, a Miao, a Mongol, a Buyi, a Coreana. Há minorias na China ainda em estágio tribal, como os nossos boroxós e xavantes. Uma das lições que recebi na China foi ter conhecido como o Governo trata essas minorias tribalizadas, em fase social rudimentaríssima. Enquanto no Brasil e na América Latina os indígenas são defendidos por amigos profissionais (os antropólogos) que, às custas de seus objetos de festa e culto, de seus costumes e singularidades, fazem carreiras nos centros urbanos, onde se tornam “especialistas”, a despeito de os ditos indígenas continuarem expostos à miséria, lá na China, as minorias são promovidas historicamente do estágio primitivo ao socialismo. As comunas populares resolvem os problemas das minorias. Vi exposições de várias comunas populares que funcionam em localidades habitadas por primitivos. Numa dessas exposições mostraram-me o retrato do chefe da comuna integrada por uma tribo. Era um rapaz, um antigo escravo liberado e a tribo, que até bem pouco era nômade, passara a ser sedentária, graças à comuna.

A integração das minorias primitivas no socialismo é um trabalho político ao qual o Partido Comunista Chinês atribui grande importância. É o Instituto de Minorias que prepara o

pessoal para a realização desse trabalho. Vou contar a seguir resumidamente a história da nacionalidade dos Koutsongs, que ilustra o eficiente método chinês de tratamento das minorias. Os Koutsongs, localizados no Sudoeste da China, perto do Vietnã, eram nômades, habitavam as florestas e viviam da coleta de frutas e ervas silvestres, da caça, e só conheciam a cultura do milho. Na velha sociedade dos Koutsongs, as crianças viviam desnudas e os adultos se vestiam precariamente com folhas de árvores e peles de animais. Em matéria de comércio, adotavam o escambo. Desnudos, temiam aparecer nas cidades. Quando desejavam comerciar, aproximavam-se das estradas, nelas deixavam as mercadorias e esperavam os transeuntes escondidos nas árvores. Quando passava alguém, propunham-lhe uma troca. Os Koutsongs não conheciam o arroz nem o sal. Pois bem, graças a um penoso esforço (sic) os funcionários do Governo chinês, os Koutsongs possuem hoje um governo local socialista, estão organizados em comuna popular. Têm uma cooperativa agrícola de produção e uma equipe de ajuda mútua. Todos se vestem e habitam casas em vez de grutas ou tocas. Cultivam, entre outras coisas, milho, algodão, batata doce, *ananás* [ilegível no original], arroz. Criam animais e aprenderam a lavrar a terra tecnicamente. Dento em pouco, estarão certamente exercendo atividades industriais e assimilando perfeitamente as linhas do Partido Comunista.

Futuro da África

Em Pequim encontrei vários líderes africanos. Conheci um político ligado ao movimento dos Mau-Mau em Quênia. Um outro, do Congo ex-belga, Dominique, meu companheiro no jacto soviético que me conduziu de Pequim a Moscou. Lembro-me de uma jovem líder da Costa do Marfim, tipo bem acabado de beleza negra, falando um inglês impecável. Perguntei-lhe como seria possível praticar o socialismo na África. Ela me respondeu que é mais fácil fazer as populações africanas ascenderem ao socialismo do que os povos capitalistas. Os povos nativos da África já são comunistas, dizia. Com a descolonização, trata-se de elevar esse comunismo rudimentar a um nível histórico superior. A líder da Costa do Marfim me ajudou a compreender muita coisa que ainda era obscura para mim. Não é sem motivo que a China é cada vez mais um polo de atração para os africanos. A Rádio de Pequim dirige 70 horas por semana para a África ao invés das 31 horas da Rádio de Moscou. Em 1959, a China recebeu 270 delegações africanas e atualmente mantém relações diplomáticas com o Egito, o Sudão, o Togo, Marrocos, a Guiné (a quem concedeu há algumas semanas empréstimos de 27 milhões de dólares), Gana, tendo reconhecido o governo argelino, a Somália e a República Malgaxe. Sem dúvida a China está fadada a desempenhar relevante papel no movimento socialista africano.

O presente artigo é o último da série sobre a China. Em livro que estou preparando, pretendo apresentar de maneira mais sistemática e minuciosa as minhas observações sobre aquele país.

Tensões no mundo socialista e a posição da Iugoslávia¹⁰¹

Guerreiro Ramos

Dou início hoje a uma série de artigos dominicais sobre problemas do mundo socialista. Como sempre, tenciono tratar a matéria, sem pagar nenhum tributo ao sectarismo e numa perspectiva brasileira. Vou tentar resumir preliminarmente o que penso no tocante ao significado universal do socialismo. O conflito mundial de nosso tempo é entre o socialismo e o capitalismo. As posições de meio termo entre esses polos, em última análise, constituem manifestações de escapismos ou oportunismo. Ademais são crescentes os índices objetivos de que o sistema capitalista é incapaz de resolver os problemas dos povos em nossa época. O socialismo é um processo ecumênico incoercível no mundo de hoje, sua ideia-força e sua diretriz dominante. Portanto as soluções adequadas dos problemas contemporâneos e o seu entendimento só podem ser obtidos na perspectiva socialista. Todavia, a perspectiva socialista não se confunde invariavelmente com a perspectiva de nenhuma “esfera de interesse”, por exemplo, com a perspectiva soviética ou a chinesa, embora elas se incluam entre as mais historicamente positivas de nosso tempo e frequentemente coincidam com o sentido universal de socialismo. Reduzir o presente conflito mundial ao dilema – campo soviético e “mundo livre” – é não só perigoso, como objetivamente falso.

Interesses concretos

A concretização do socialismo se apresenta aos povos e às classes sociais sob a forma de interesses concretos e não de opções ideais.

A União Soviética defende seus interesses. A China também os seus. E o próprio neutralismo é a ideologia correspondente a interesses muito reais de um grupo de nações. É ingenuidade admitir uma posição socialista quimicamente pura, isto é, desvinculada de

¹⁰¹ Artigo publicado em *O Jornal*, dia 09 de outubro de 1960.

interesses concretos. Terei ocasião de demonstrar analiticamente esses pontos de vista, para mim tranquilos, nos artigos desta série. Eles são aqui enunciados, em caráter introdutório, além de visar a certos setores da esquerda sectária, mal contentes com o que consideram o oportunismo de meu modo de ver ou, na melhor hipótese, com a “inocência útil” dos meus artigos sobre a China, neste jornal.

O mundo socialista não é [ilegível no original] e ideologicamente homogêneo. Pelo menos são discerníveis aí três posições: a posição soviética de princípio e de fato, observada pela União Soviética e a maioria das repúblicas populares, exceto a Iugoslávia e a China; a posição chinesa, que se definiria como soviética de palavra e chinesa de fato; e a posição da Iugoslávia, que se definiria como um socialismo tático infenso por princípio à política de blocos e aberta a composições eventuais com quaisquer países – desde que atendam topicamente a reivindicações universalizantes. Vamos ocupar-nos a seguir da Iugoslávia.

Posição da Iugoslávia

O que explica a posição internacional desse país é a sua história. Não é a filantropia ou o altruísmo de Tito que explica a “coexistência ativa e pacífica” da Iugoslávia, é antes a história da Iugoslávia que produz Tito. À diferença de outras repúblicas populares da Europa Oriental, a ascensão ao poder do Partido Comunista Iugoslavo foi decorrente, de modo decisivo, do esforço dos comunistas deste País. Não se pode dizer que as tropas russas tenham liberado a Iugoslávia. Quando elas aí chegaram em 1944, já o Exército de Liberação Nacional chefiado por Tito se tornara o fator preponderante no movimento de resistência, assim que a presença dos russos foi uma ajuda na Liberação, não o fator por excelência da mesma. Assinala-se que as tropas russas se retiraram logo a seguir, enquanto permaneceram longo tempo em outras zonas europeias hoje transformadas em repúblicas populares.

A raiz da atual política de “coexistência ativa e pacífica” da Iugoslávia se encontra no dispositivo de forças que internamente se constituiu nesse País no período final da segunda Grande Guerra. A controvérsia entre as potências ocidentais e a União Soviética chegava a um equilíbrio de que a resultante foi o Governo de Tito. Houve um momento em que Stalin encorajou os “chetniks”, as tropas do traidor Mihailovitch. Por outro lado, as potências ocidentais, depois de apoiarem Mihailovitch, abandonaram-no e enviaram armas aos guerrilheiros comunistas, aparentemente russófilos. O governo que se constituiu em novembro de 1954, sob a chefia de Tito, tinha como suporte coalizão de diversos partidos em igualdade de direitos. A este propósito é esclarecedor o episódio ocorrido por ocasião do encontro anglo-

russo de outubro de 1944 em Moscou. Churchill estende a Stalin uma folha de papel sobre a qual havia escrito:

“Na Romênia, Hungria e Bulgária: URSS, 80%; Na Iugoslávia: Grã-Bretanha e URSS, 50% e 50%; Na Grécia: Grã-Bretanha, 100%”.

Conta René Coudrier que Stalin fez um sinal de aprovação e assinou a folha de papel (vide **La Diplomatie Soviétique est-elle Socialiste?** (III), in **La Nouvelle Réforme**, n.º 1958). Foi jogando com esses interesses hegemônicos em luta e tirando partido dos antagonismos das potências aliadas que Tito conseguiu fazer da Iugoslávia o primeiro Estado Comunista depois da URSS. A coexistência ativa e pacífica não é primariamente uma doutrina que sai da cabeça de Tito; é, no ao contrário, antes de tudo, uma situação real, vivida pelo Partido Comunista Iugoslavo, no período final da última Grande Guerra.

Segundo V. Dedier (Fala Tito, citado por Isaac Deutscher) a instauração do regime comunista na Iugoslávia se fez contra a vontade de Stalin. Este desaconselhava Tito:

- “Tome cuidado, a burguesia sérvia está muito forte!

- Camarada Stalin, não sou dessa opinião, replicou Tito. A burguesia sérvia está muito fraca!”

O próprio Tito revelou que Stalin o exortava a aceitar a restauração da monarquia e uma eventual ocupação britânica da Iugoslávia para assegurar a manutenção do trono. E ainda que certa coalisão procedida por Tito, a conselho de Stalin, com homens do antigo regime “provocou profunda indignação entre os militantes do Movimento Nacional de Libertação” (Vide I. Deutscher, **A Rússia depois de Stalin** Rio, 1956).

Circunstâncias concretas

Estes fatos são apresentados aqui para demonstrar que são circunstâncias concretas que explicam os diferentes matizes da política internacional das nações socialistas, desde o monolitismo da URSS e de seus aliados mais estritos à atual posição reticente da China e ao neutralismo declarado da Iugoslávia.

Nenhum país é ou será messias do socialismo. Por mais admiração que nos mereçam a URSS, a China e a Iugoslávia, pelas contribuições que têm dado para a emancipação da humanidade, não se justifica renunciemos ao raciocínio objetivo em proveito do sectarismo emocional. O socialismo se concretizará inevitavelmente na história mediante um jogo completo de interesses. Assim que em cada momento da história é preciso sempre perguntar onde está o interesse do socialismo, o qual não se encontra jamais definitivamente representado por nenhuma nação isolada.

Josip Broz-Tito e a política de coexistência ativa e pacífica: 3 características¹⁰²

Guerreiro Ramos

Minha primeira vivência direta do mundo socialista se verificou em Belgrado, no período de 16 a 24 de abril do ano corrente, por ocasião do V Congresso da Aliança Socialista do Povo Trabalhador da Iugoslávia, no qual representei o Partido Trabalhista Brasileiro. Vinha de Zurique, cidade ideal para se ler Husserl e Heidegger. Teria muito a dizer sobre as relações entre os espaços históricos e as ideias filosóficas, em outra oportunidade, porém, Belgrado comparada com Zurique me pareceu uma cidade pobre. Hospedaram-me no “Metropol”, hotel em que se encontravam as delegações ao Congresso. Foi aí que, pela primeira vez, vivi numa atmosfera de tensões políticas de significado mundial. O “Metropol” era também lugar onde cada qual aproveitava o ensejo para discutir e fazer política. Todos os contatos tinham relevância. Percebi, por exemplo, que o ministro do Trabalho da Guiné e o delegado de Kenia, amigo de Jomo Kenyatta, o suposto chefe dos Mau-Mau, tinham tanto interesse pelo Brasil quanto eu pelas suas respectivas terras. O “Metropol” era uma universidade política em que as experiências mais diversas se transfundiam. Eu era um debutante no mundo socialista. Minha enorme curiosidade por tudo e todos não me deixava dormir. Aproveitava grandes partes das noites para longos cavacos com os delegados, principalmente os da África. Em Belgrado, já me encontrava no mundo proibido, segundo a perspectiva habitual do brasileiro. É algo excitante, compreender-se-á facilmente, ver-se um brasileiro normal lançado de súbito numa das capitais de grande conspiração socialista. Ser projetado para fora do seu ordinário sistema social e econômico e vê-lo sob outro ângulo. Os países socialistas, sem exceção, têm acurada consciência mundial. O visitante estrangeiro é sempre pessoa a que se dispensa grande atenção. Na Iugoslávia, na URSS e na China pude apreciar não somente isso, como certa atenção fora do comum para com o Brasil. Momento de grande emoção significou para mim e meu companheiro de delegação, o deputado Leo de Almeida Neves, aquele em que palmas veementes acolheram ao nome do Brasil, quando foi anunciado o meu discurso de saudação do Congresso. Esses e outros pormenores de minha viagem verdadeiramente contam no que aprendi e no que me renovei.

¹⁰² Artigo publicado em *O Jornal*, dia 16 de outubro de 1960.

Pretendo hoje focalizar a política de coexistência ativa e pacífica da Iugoslávia a partir de considerações sobre o marechal Tito que vi diariamente durante o Congresso e com o qual palestrei em duas ocasiões.

Estadista

O antigo operário mecânico, hoje Presidente da Iugoslávia tem a presença convincente de grande estadista. Num País como o Brasil em que a revolução é ainda tema literário (a prova disso é a tragédia do nacionalismo entre nós), é difícil obter-se a produção de um homem como Tito. O nosso processo histórico-social ainda não oferece condições para tanto. Tito é demonstração eloquente de que o teórico de um partido ou de um movimento político não é necessariamente um doutor. A autoridade de Tito, no domínio da teoria e da prática políticas, seria inconcebível não tivesse ele sido modelado pelo curso de uma vida marcada de tarefas e missões arriscadas. Nascido em 1893, já em 1907 abandonou a escola para trabalhar a princípio como serralheiro, depois como metalúrgico. Participou da 1ª Grande Guerra, foi prisioneiro dos russos em 1915. Andou pela Sibéria. Volta à Iugoslávia em 1920, ano em que se filiou ao Partido Comunista. Militou na clandestinidade. Cumpriu 5 anos de prisão em seu País. Em 1937 é secretário geral do PCI. Comandou a luta armada contra os nazistas, ocupantes de seu País. Em reconhecimento aos seus êxitos, é-lhe conferido o título de Marechal desde 1943. Após o entendimento Tito-Subasic, é nomeado por eleição, até os dias de hoje.

Características da coexistência

Tito é um dos principais artífices da “coexistência ativa e pacífica”, diretriz de política internacional que, entre outras coisas, confere originalidade ao socialismo iugoslavo. Em que consiste?

Esquemáticamente, a coexistência ativa e pacífica pode ser descrita pelas características seguintes:

I – é política internacional presidida por atitude dialético-indutiva. Este ponto é fundamental. O termo “neutralismo” com que habitualmente se designa a coexistência ativa e pacífica não é dos mais felizes, pois leva a confusões. A Iugoslávia não é neutra entre as duas grandes potências. Tito não preconizava a neutralidade no sentido vulgar da palavra. Ao contrário, preconiza e pratica interferência constante nos eventos de alcance mundial. Apenas tal interferência não se verifica de modo sistemático, invariável, pró ou contra nenhum bloco. Por princípio, a Iugoslávia pode estar hoje com a URSS e amanhã contra, conforme as circunstâncias.

Sua posição é, a cada passo, induzida da conjuntura mundial e obedece aos interesses gerais do socialismo. Isso não corresponde a uma política de chantagem, como levemente já andou se dizendo por aqui. A coexistência ativa e pacífica tem alto teor ético e, por isso mesmo se esforça por depurar-se de toda sorte de subalternidade. E'(sic) esta diretriz que, por exemplo, recentemente levou Tito a defender o direito da República Popular da China a representar-se na ONU, apesar dos conhecidos ataques que esse país lhe dirige. O esforço da China Continental para isolar a Iugoslávia não tem tido êxito. Por ocasião do Congresso aqui referido, pude ouvir a avaliar o respeito e a simpatia que lhe devotam as nações africanas, ao lado das quais o Marechal Tito se tem colocado sempre no combate ao colonialismo. São particularmente estreitas as relações de Tito com Nasser e Nehru, com os quais mais de uma vez tem conferenciado em Brioni. Aliás, neste momento, a própria URSS parece ter desistido de hostilizar frontalmente a Iugoslávia – e o que se pode concluir da cordialidade que caracteriza os entendimentos entre Tito e Khrushchov nesta XV Assembleia (sic) Geral da ONU.

II – “E'(sic) contrária á (sic) política de blocos ou de “esferas de interesse”. Aqui se patenteia um saudável elemento utópico na coexistência ativa. Ora, onde e quando deixará de haver política desligada de “esfera de interesse”? A própria coexistência ativa e pacífica não é, ela também, expressão de interesses? Mas a utopia, por outro lado, é indissociável da vida política. E'(sic) a projeção moral da política que habilita as forças em ascensão, embora minoritárias em dado momento, a dinamizar as situações constituídas. Posições como a de Tito, Nasser, Nehru, Nkrumah, Sekou Touré, são ricas de teor histórico pelo seu caráter polêmico, desesclerosante. Em consequência com esta característica, o Marechal Tito condena as organizações militares, os chamados sistemas de segurança coletiva do “mundo livre”, o Pacto do Atlântico, o rearmamento da Alemanha e justifica o Pacto de Varsóvia como “reação defensiva dos países socialistas”. Visivelmente se refere à URSS e à China quando proclama a necessidade de combater as práticas hegemônicas e as políticas de “grande potência”. Seriam ambas as coisas vícios do capitalismo, atuantes nos países socialistas que, assim, não estariam à altura das relações sociais e internacionais contemporâneas.

Diz o Programa da Liga dos Comunistas da Iugoslávia: “é preciso excluir das relações entre países socialistas as sobrevivências dos fenômenos negativos que o capitalismo introduziu nas relações entre os países e os povos, grandes e pequenos, fortes e fracos, desenvolvidos e atrasados, brancos e de cor, avançados e menos avançados do ponto de vista cultural”. A Iugoslávia é, no mundo socialista, o país em oposição frontal à China, no tocante à questão das relações com o mundo capitalista. A “guerra é uma coisa superada, um absurdo com os atuais meios de aniquilação”, disse Tito em seu informe do Congresso da Aliança, o que não implica

em dizer que a paz possa ser assegurada sem luta contínua com o imperialismo. Tito considera a paz um processo objetivo do mundo contemporâneo, no qual as forças socialistas crescem de modo incoercível. Em outro artigo, voltaremos a focalizar o problema da guerra na perspectiva iugoslava, para tanto recorrendo ao recente livro de Edvard Kardelj, “Socialismo e Guerra”.

III – *fundamenta-se numa concepção ecumênica do socialismo*. Há um “socialismo restrito” que designaria tão somente o campo das chamadas repúblicas populares. Contra ele, a Iugoslávia opõe o “socialismo lato”, cujo objetivo, como afirma o Programa da Liga dos Comunistas, “é a unidade econômica do mundo, unidade que ultrapassará as formas capitalistas e imperialistas da divisão internacional do trabalho, que se baseará na intensificação do desenvolvimento econômico de todos os países, que repousará em relações novas por seu conteúdo e bem mais ativas que no sistema capitalista entre todas as economias nacionais”. É uma política animada pelo intento de conseguir “a coesão efetiva do mundo inteiro”. Este propósito mundializante ficou bem claro no informe de Tito ao Congresso da Aliança, quando assinalou a necessidade de eliminar a corrida armamentista e de converter os recursos atualmente aplicados para fins militares em meios de erradicar a miséria e a fome. Segundo o marechal Tito, os gastos em 1958 atingiram 120 bilhões de dólares, soma que corresponde à (sic) totalidade da renda nacional dos países subindustrializados, onde vivem 1.300.000.000 habitantes. A irracionalidade desta política se torna escandalosa quando, segundo ainda Tito, é sabido que a ajuda estrangeira aos países subindustrializados alcançou em 1958 apenas 3,3 bilhões de dólares e que estes mesmos países pagaram aos inversionistas 6 bilhões de dólares.

Posição da Iugoslávia

A Iugoslávia teve a primazia no lançamento da “coexistência ativa e pacífica”. É o país em que essa política atingiu a mais qualificada formulação sistemática. Não fossem outros, só esse mérito dá à Iugoslávia lugar eminente na história das relações internacionais e um eminente papel construtivo no equilíbrio de forças do mundo contemporâneo.

Edvard Kardelj faz teoria do marxismo escrevendo sobre os problemas concretos: teses¹⁰³

Guerreiro Ramos

Edvard Kardelj, o Vice-Presidente da Iugoslávia, tornou-se alvo de minha simpatia desde o primeiro momento que o vi. Kardelj é figura eminente do socialismo iugoslavo e mundial. Enquanto examinava a sua expressão humana no ensejo da primeira sessão do V Congresso do Povo Trabalhador da Iugoslávia ocorre-me lembrar o que Isaac Deutscher conta em um dos seus livros. Em fevereiro de 1948, Stalin teria confiado a Kardelj, então Ministro das Relações Exteriores de seu País, que dissera a Mao Tse-Tung, logo depois da guerra, que a revolução chinesa “não tinha futuro”, que o conhecido líder “devia procurar um *modus vivendi* com Chiang Kai-shek, incorporar-se ao governo deste e desmobilizar o exército comunista”. Stalin pensava assim pouco antes de Mao Tse-Tung assumir o poder em 1949! Acontecimentos igualmente interessantes como este, de que sabia ter sido Kardelj testemunha e partícipe, justificam minha curiosidade por sua pessoa. Conversei com Kardelj no Palácio Branco, quando ali o Marechal Tito recebia as delegações estrangeiras ao V Congresso da Aliança Socialista. Referindo-me a discurso que pronunciara, disse-lhe:

- Apreciei particularmente a parte do seu discurso em que afirma que na Iugoslávia a prática está adiante da teoria.

- Mas os professores – respondeu-me – não devem ter gostado da afirmativa.

Teoria e Prática

E enveredamos a seguir por considerações sobre as relações entre teoria e prática. Kardelj se inclui entre os maiores teóricos do marxismo contemporâneo. Seu pensamento está sempre referido a situações e problemas concretos. A Kardelj tem correspondido, na equipe dirigente da Iugoslávia, a tarefa de defender a experiência socialista desse País, contra as [mistificações] que, a seu respeito são difundidas no exterior.

Escreveu, por exemplo, “Os Problemas da Política Socialista no Campo”, a fim de demonstrar o caráter atual e revolucionário da socialização da agricultura na Iugoslávia e, nestes dias, publicou “Socialismo e Guerra”, para responder aos ataques dos chineses à política de coexistência ativa e pacífica. São as principais teses de Kardelj em “Socialismo e Guerra” que a seguir focalizaremos.

¹⁰³ Artigo publicado em *O Jornal*, dia 23 de outubro de 1960.

Antes de passar aos pontos específicos da discussão há que relevar um aspecto preliminar da obra de Kardelj. Não tem sentido, nesta altura dos acontecimentos que vivemos, apreciar os problemas à luz de um ponto de vista formal de um marxismo “verdadeiro”, que seria interpretado monopolisticamente por esta ou aquela autoridade, esta ou aquela instituição, este ou aquele país. Em matéria de política internacional, ao contrário do que ocorre quando tratam de questões internas, os chineses veem ultimamente sustentando posições dogmáticas, que não apenas os estão marginalizando no mundo socialista, como levando-os ao ultra sectarismo. Os chineses têm bombardeado a política de coexistência de Khrushchov e de Tito em nome de certa ortodoxia do leninismo, cuja interpretação correta seria a deles e não parecem compreender que, no mundo de hoje, não há mais lugar para o que o sociólogo polonês Leszek Kolakowski chamou de Santo Ofício do marxismo. No tempo em que a Rússia era o único país socialista e estava ameaçada pelo cerco mantido contra ela pelas potências capitalistas, justificava-se o comando internacional do socialismo. Nesta situação os partidos comunistas em cada nação funcionaram como sentinelas da URSS que representava os interesses universais do socialismo. Hoje o socialismo é um processo ecumênico, cujos fins não se identificam necessariamente com os fins da URSS e da China, embora esses países tenham ainda papel revolucionário de largo alcance. Os Partidos Comunistas de velha feição, isto é, fiéis ao comando internacional exercido de modo hegemônico constituem não só instrumentos obsoletos de luta, como, algumas vezes fatores retrógrados, reacionários, no processo emancipador dos povos. A própria conduta da URSS demonstra isso. Para colaborar com outros países, a URSS não pede aos seus respectivos Governos atestados de ideologia.

Cólera do Santo Ofício

A Iugoslávia atraiu para si a cólera do Santo Ofício do marxismo porque pertenceu um dia ao aprisco soviético ou do “socialismo restrito”. Constitui um mau exemplo às repúblicas populares que até agora mantêm seu vínculo com Moscou. Por outro lado, os chineses, evitando atacar frontalmente a União Soviética, em matéria de política internacional, o fazem indiretamente atacando a Iugoslávia. Afinal nem a China, nem a URSS se preocupam com a pureza ideológica de sistemas sociais e das diretrizes de política externa de países como Guiné, Gana, República Árabe Unida e mesmo Cuba, com as quais vive em paz. A Iugoslávia preferiu colocar-se na órbita em que gravitam esses últimos países, antes que no campo soviético. Digo mal, a Iugoslávia nos dias correntes, sente grandes afinidades com aqueles países, mas por princípio se coloca na do que, em artigo anterior chamei de “socialismo lato” segundo o qual nas palavras de Kardelj:

“O processo da revolução socialista mundial não se realiza como uma guerra de posição entre duas frentes, senão como um processo social intrínseco no qual as revoluções e as guerras revolucionárias a anti-colonialistas se entrelaçam com a evolução, isto é, com os processos de luta política pacífica e a conquista gradual das posições políticas pelas forças socialistas e outras forças progressistas assim como a evolução material que se opera na base da sociedade. Naturalmente, um tal caminho requer que haja diversidade de formas políticas na época de transição do capitalismo ao socialismo (**Socialism and War**, pág. 76)”.

Capitalismo Residual

A concepção lata de “forças socialistas” transcende a de “campo socialista” traços de “capitalismo” em vigência de modo residual, por exemplo, o hegemonismo, o chauvinismo. Por outro lado, as “forças socialistas” operam no “campo capitalista”, na medida em que aí fortalecem as tendências progressistas. O problema da paz e da guerra não pode ser discutido à luz de exegeses abstratas de textos de Marx, Engels e Lênin, mas tendo em vista a correlação de forças “socialistas” e “capitalistas” no mundo atual. Não me interessa indagar – escreve Kardelj – que “Marxismo” é melhor ou “mais correto” o “Iugoslavo” ou o “Chinês” ou qualquer outro Marxismo. E acrescenta: “a política chinesa não é o que é baseada no Marxismo, mas porque o reflexo de um contexto específico de fatores objetivos e subjetivos na sociedade chinesa contemporânea”.

Quais as teses chinesas sobre a guerra e como Kardelj as refuta? Responderemos à pergunta em próximo artigo.

Guerra e paz do ponto de vista do socialismo e a contribuição de Kardelj¹⁰⁴

Guerreiro Ramos

O livro de Kardelj, “Socialismo e Guerra”, é um documento que se tornará clássico na história do marxismo. Kardelj, nesta obra, recoloca o exercício da crítica no plano em que habitualmente Lênin se movimentava. Há muito tempo não líamos estudo, editado num país socialista, de tão alta qualificação como este. Por incrível que pareça, o marxismo como teoria não se desenvolveu nos países socialistas na proporção de suas realizações práticas. Na União Soviética, o stalinismo sufocou a criatividade teórica e só agora surgem ali trabalhos que

¹⁰⁴ Artigo publicado em *O Jornal*, dia 30 de outubro de 1960.

parecem ilustrar um esforço renovador no domínio do pensamento, como por exemplo o de M. Draguilev sobre “A Crise Geral do Capitalismo”. A China tem Mao Tse-Tung, teórico eminente que dinamizou o marxismo, mas a grande maioria de seus escritos ficam a uma distância muito grande do famoso líder.

A primeira observação que tenho a fazer sobre o livro de Kardelj diz respeito ao seu aspecto técnico-formal. O autor se revela competente dialeta e demonstra que a polêmica não é necessariamente um gênero em que só valem descomposturas e imputações dogmáticas. Kardelj trava polêmica sobre a guerra com os chineses, mas não nos termos terroristas em que estes últimos a colocaram. Podemos até compreender as razões do ultra esquerdismo dos chineses, no tocante à questão de guerra, jamais aplaudi-los, quando pretendem que os que não pensam do mesmo modo, sejam traidores, revisionistas, lacaios do imperialismo. As vanguardas revolucionárias do mundo só podem acolher com simpatia trabalhos como este de Kardelj, que contribui para a liquidação do terrorismo e da intimidação, em nome de supostos interesses do socialismo.

Pruridos Bonapartistas

No que concerne as relações internacionais, os chineses, acentuando a possibilidade iminente da guerra ou afirmando a inevitabilidade da guerra, divorciam-se do que convém ao socialismo no mundo. A China tenta extrapolar para o mundo socialista, diretriz que reflete as condições peculiares em que se encontra de bloqueio restrito liderado pelos Estados Unidos.

Ora, impor, nestas condições, aos países socialistas a diretiva de inevitabilidade da guerra é incorrer na prática do bonapartismo. Kardelj realça um aspecto esquecido do bonapartismo, tal o que caracteriza a posição de um país revolucionário, que procura fazer adotar por outros, de modo hegemônico, conduta que lhe pareça a mais conveniente. A campanha anti-iugoslava liderada pela China estaria a mostrar os pruridos bonapartistas ou hegemônico desse país.

Kardelj procura demonstrar os fundamentos da coexistência ativa e pacífica. Para ele, é incontestável o pensamento de Lênin, segundo o qual o imperialismo segrega a guerra, como solução última de suas contradições internas. Nas condições atuais do mundo, porém, a guerra não é inevitável. Conduzir a política internacional nesta suposição é levar água ao moinho da plutocracia internacional e, especialmente, é oferecer balão de oxigênio a moribundo sistema econômico, para o qual o armamentismo é justamente um dos meios fundamentais de adiar o iminente colapso. A tese da inevitabilidade da guerra é assim de conteúdo reacionário, por seus resultados finais.

Processo Ecumênico

A superioridade militar da União Soviética sobre os Estados Unidos constitui, do ponto de vista técnico, fator decisivo de contenção da guerra. Mas, além disso, há que considerar a correlação de forças políticas vigentes no mundo contemporâneo. A paz é verdadeiro processo ecumênico, na medida em que o “socialismo se tornou o fator dominante de nossa época”, ou seja, tanto quanto laboram pela paz não apenas os países comunistas, mas também os outros movimentos anti-imperialistas, em considerável escala. Sustentar a inevitabilidade da guerra com base em textos fragmentários de Lênin seria, segundo Kardelj, incorrer num **socialismo abstrato**. Kardelj mostra aliás que Lênin é um dos precursores da coexistência ativa, pois não só a admitia doutrinariamente, como a praticou nos tempos em que a Rússia era o único país socialista do mundo. Lênin era contrário à posição de Trotsky, no tocante à guerra, posição que muito se aproxima da diretriz que, no caso, os chineses adotam hoje.

Dizia Lênin:

“Encontramo-nos numa situação em que – embora não tenhamos logrado a vitória nos quadros internacionais, uma vitória única e sólida – temos todavia conquistado as condições graças às quais podemos coexistir com os países capitalistas, os quais são agora obrigados a entrar em relações comerciais conosco”.

E ainda:

“Toda nossa política e toda nossa propaganda de nenhum modo procuram excitar os povos à guerra, mas antes a pôr um termo à guerra. A experiência também demonstrou que só a revolução socialista constitui a solução para as guerras eternas. Assim, pois, nossa política não consiste na excitação à guerra”.

Solução das Contradições

No mundo de hoje, em que o campo socialista está incomparavelmente mais forte e consolidado de que no tempo de Lênin, o incitamento à guerra em nome do socialismo corresponderia a uma aventura bonapartista. A imposição daquele regime, de fora, ou pelas armas é, segundo Kardelj, a desnaturação mesma do socialismo. A referida espécie de bonapartismo seria uma sobrevivência do capitalismo interferindo no socialismo. Em seu livro, Kardelj aponta vários outros anacronismos na prática do socialismo em nossos dias. Para terminar, este belo trecho do livro de Kardelj:

“É evidente que não somos pela paz abstrata e contra a guerra abstrata, mas pela paz inteiramente concreta e contra a guerra inteiramente concreta. Em 1941, nós, comunistas

iugoslavos, não éramos pela paz, mas pela guerra, quando a burguesia iugoslava era, na época, pela paz. Mas hoje o problema se apresenta inteiramente de outro modo. Repito: **o dilema decisivo do socialismo mundial reside hoje primeiramente na questão de saber se a principal contradição política internacional do mundo moderno – antagonismo entre o mundo do socialismo e o mundo do capitalismo – deve ser inevitavelmente resolvida por uma nova guerra mundial, ou bem se resolverá pelo processo da revolução social interno nos diversos países** (o grifo é de Kardelj), e, em segundo lugar, na questão de saber se o socialismo é bastante forte para impor, pela paz e um sistema estável de coexistência, o segundo caminho próprio para resolver tais contradições, isto é, o caminho [ilegível no original] social interno que, considerado do ponto de vista político e histórico, é o único que corresponde ao espírito e aos interesses diretos do socialismo e da civilização humana moderna”.

Iugoslávia dá salto para a frente no desenvolvimento econômico e social: produção¹⁰⁵

Guerreiro Ramos

Não conheço bem, em seus pormenores, como funciona o sistema econômico iugoslavo. Os oito dias que passei em Belgrado foram muito intensos, mas os gastei assistindo às sessões diárias do V Congresso da Aliança Socialista do Povo Trabalhador e em conversas com autoridades iugoslavas e líderes da África e da Ásia. Por estes últimos tinha particular interesse e não quis deixar passar a oportunidade para, na base de contatos pessoais diretos, aprofundar minha compreensão do fenômeno africano e asiático, ao qual espero dedicar pelo menos um artigo nesta série. Depois de encerrado o Congresso, fui convidado a viajar pelo interior da Iugoslávia durante oito dias, mas não pude aproveitar a oportunidade, pois a Embaixada Chinesa já me havia remetido passagem para Budapeste de onde devia seguir para Pequim, com escala em Moscou, Omsk e Irkutsk.

No entanto, visitei em Belgrado e arredores, algumas repartições, organizações agrícolas e industriais, numa das quais assisti interessante sessão de um conselho obreiro. O meu estágio em Belgrado me permitiu reunir abundante documentação dificilmente obtida em circunstâncias diversas da que vivi na referida capital. Sobre essa documentação é que fundamento as observações que, a seguir, farei a respeito do desenvolvimento econômico e social da Iugoslávia.

¹⁰⁵ Artigo publicado em *O Jornal*, dia 06 de novembro de 1960.

Relações Sociais Socialistas

Em Belgrado ouvi pela primeira vez a expressão – “relações sociais socialistas”, empregada em sentido sistemático. Os teóricos iugoslavos a tematizam e a opõem a “relações sociais capitalistas”. O marechal Tito em sua fala inaugural ao Congresso, logo no primeiro período, refere-se à “edificação das novas relações sociais socialistas”. Tirei inúmeras consequências dessa expressão. Posso, por exemplo, dizer agora: a produtividade dos sistemas econômicos depende da qualidade das relações sociais e esta se avalia pela escolha, maior ou menor, em que os trabalhadores são agentes ativos da produção. As relações sociais socialistas asseguram maior produtividade do sistema econômico do que as relações sociais capitalistas. Nestas os trabalhadores são agentes passivos, naquelas tendem a ser ativos, nisto que participam mais diretamente da organização das atividades econômicas e de seus resultados.

O sistema econômico iugoslavo, como de resto o de todos os países socialistas, é mais produtivo do que os dos países capitalistas. Tomando-se 1937 como ano base, a produção industrial do conjunto dos países capitalistas e socialistas foi em 1957 respectivamente 202 e 867. A Iugoslávia apresenta índices de crescimento dos mais elevados, mesmo no mundo socialista. Se a sua renda nacional não atinge a taxa anual de incremento da ordem de 15% como a da China, alcança, porém, a de 10,5 %, tal a que se verificou no período 1953-1959. Nesse período, a taxa de incremento médio anual do produto nacional bruto dos Estados Unidos alcançou apenas 2,4%. A taxa de crescimento da economia iugoslava deixa a distância a do Brasil e de outros países subindustrializados, comparecendo em lugar de relevo no quadro geral das economias socialistas.

Salto Para a Frente

A economia iugoslava até 1952 padecia de enormes dificuldades que começaram a ser decisivamente vencidas, a partir de 1953. Assim é que de 1948 a 1952 o crescimento médio anual da produção industrial foi 6,6%, enquanto permanecia estagnada a produção agrícola. Todavia no período 1953-59 a produção industrial e agrícola cresceram em média anual respectivamente 13,2% e 7,2%.

Pode-se dizer que a Iugoslávia nesses últimos anos tem vivido também uma espécie de salto para a frente, embora não apresente êxitos dramáticos como os que caracterizam a China contemporânea. Todavia, constitui façanha pouco comum na história a transformação acelerada que se verificou na estrutura ocupacional da população iugoslava. A produção agrícola que, poucos anos antes da guerra, era 75% da população total, baixou para 60% em 1953 e

atualmente tal percentagem é 50%. Nestas condições a Iugoslávia já pode ser considerada um país industrial. Esse rápido desenvolvimento industrial não se verificou em detrimento da produtividade do trabalho nos campos. A Iugoslávia é hoje autossuficiente em trigo e açúcar. De 1953 para 1959 a produção de milho subiu de 3,8 a 6,7 milhões de toneladas, a produção de adubos sintéticos de 108 mil a 1,4 milhões de toneladas, o número de tratores aumentou 13 vezes e as inversões totais em meios básicos da agricultura elevou-se de 15,6 bilhões de dinares a 115 bilhões de dinares.

No tocante à produção industrial, segundo informe do Marechal Tito lido no Congresso da Aliança, verificam-se os seguintes saltos de 1953 a 1959:

- energia elétrica, de 2.9 a 8.1 mil milhões de Kwh;
- carvão, de 11,2 a 21,1 milhões de toneladas;
- petróleo, de 172 a cerca de 600 mil toneladas;
- aço, de 515 mil a 1.300.000 de toneladas;
- produtos laminados de cobre, de 3,9 a 32,7 mil toneladas;
- produtos de alumínio, de 829 a 26.300 toneladas;
- maquinarias agrícolas, de 8.3 a 31,4 mil toneladas;
- Outras maquinarias, de 26,8 a 58,7 mil toneladas;
- cabos de chumbo, de 1,3 a 36,4 mil toneladas;
- receptores de rádio, de 37,6 a 250,2 mil aparelhos;
- tecidos de algodão, de 132 a 229 milhões de metros;
- tecidos de lã, de 17,3 a 33 milhões de metros;
- calçado de couro, de 5,2 a 12,3 milhões de pares;
- calçado de borracha, de 64 a 13,3 milhões de pares.

Transformações

Todas estas transformações da base material implicam em melhoria das condições de vida da população. O consumo individual, no período 1953-1960, vem crescendo a 7,3% ao ano. A participação dos víveres no consumo baixou de 54% em 1953 para 43% em 1959, enquanto a participação dos bens duráveis no consumo total aumentou de 6,2% em 1956 em 1959. Antes da última guerra a renda nacional por habitante da Iugoslávia era cerca de 100 dólares, hoje é da ordem de 350 dólares.

No mundo socialista verifica-se candente discussão a respeito do sistema econômico iugoslavo. Acredito que a Iugoslávia constitua um mau exemplo na órbita comunista aos olhos dos dirigentes da União Soviética. De certo há, nas repúblicas populares, correntes no momento

contidas, que se interessariam pela modificação do modo como atualmente elas se articulam à economia soviética.

Não é por acaso que, de vez em quando, descobrem-se surtos ou indícios de titismo nas repúblicas populares. Nagy seria um titista. Seu fim foi o paredão. Gomulka conteve-se a tempo. O sistema econômico iugoslavo não é socialista, é capitalista, diz-se, de vez em quando, em publicações ortodoxas da União Soviética. Estas controvérsias são indicações que servem para dar a medida das tensões ideológicas no mundo socialista. Todavia, o sociólogo brasileiro, isto é, o sociólogo que examina as experiências de diferentes países do ponto de vista das conveniências do Brasil não pode tomar partido nestas querelas. Interessa-lhe menos indagar se as comunas populares na China são um desvio esquerdista do que se elas constituem ou não um empreendimento bem sucedido nas condições peculiares daquele País. Interessa-lhe menos indagar se a autogestão operária é um desvio direitista do que avaliar em relação ao passado da Iugoslávia se ela constitui ou não um avanço. Ora, as observações que fiz na China e na Iugoslávia me autorizam a afirmar que as comunas populares e a autogestão operária levam para a frente os povos desses países. Esta atitude é tanto mais pertinente quando hoje se admitem abertamente os “caminhos independentes do socialismo”, quando mesmo a China e a Iugoslávia proclamam que os seus respectivos modelos de desenvolvimento não podem ser mecanicamente transplantados.

A propósito, registro aqui para terminar o que me contou uma das autoridades do Governo Iugoslavo, o atual presidente da Federação dos Sindicatos Svetozer Vukmanovitch ou “Tempo”, como é mais conhecido. Certo ministro de uma nação asiática (oculto o nome [por] discrição), enquanto ouvia de um governante iugoslavo detalhada exposição sobre o funcionamento do sistema econômico de seu país, tomava nota todo o tempo. Ao fim da entrevista revelou que assim procedia a fim de poder realizar em sua terra o que tinha aprendido na Iugoslávia. Naturalmente informou “Tempo” – o asiático foi desencorajado. A ocorrência é bem ilustrativa da ausência de intenções hegemônicas na política externa da Iugoslávia.

Moscou guarda ainda seu estilo antigo em meio à bossa nova de Corbisier¹⁰⁶

Guerreiro Ramos

¹⁰⁶ Artigo publicado em *O Jornal*, dia 13 de novembro de 1960.

Quando às três horas da tarde do dia 25 de abril deste ano [ilegível no original] o chão de Moscou pela primeira vez, um profundo sentimento de gratidão à vida me tomou inteiramente. Ali estava eu na terra em que ocorrera o maio acontecimento do século – a Revolução de outubro de 1917. Qualquer que seja o juízo que afinal se faça das vicissitudes do regime soviético, parece incontestável a importância daquele fato na evolução da humanidade. Os homens de vanguarda em toda parte do mundo, não podem deixar de reconhecer que, se não resultou dele a efetivação de um “milenium”, estabeleceu as condições que têm permitido acelerar a eliminação das desigualdades entre os povos. A Revolução de outubro, é, sem dúvida, memorável data da história do homem.

Moscou não era todavia, para mim, apenas uma cidade que me suscitava reflexões de ordem política. Estava associada ao nome de alguns pensadores que tiveram marcada influência em minha formação, entre eles, Dostoievsky, Berdiaeff, e o tchecoslovaco Rainer Maria Rilke para quem o encontro com a Rússia foi iluminação poética, inspiração constante de sua produção artística. Mas era só isso Moscou para mim? Muito mais ainda era o que não posso dizer porque está além da consciência, constituindo gama de vivências que se apagou na memória, no entanto interferindo de modo insidioso nas minhas reações diante daquele mundo estranho em que, de repente, fora lançado. Eu não fiz nenhum esforço para conter-me na consciência. Abri as comportas da subconsciência, e entreguei-me de mil maneiras à fruição da circunstância moscovita. E assim me restitui à infância e à puberdade. E assim andei por Moscou, como se a vida estivesse cumprindo uma das grandes promessas que me fizera.

Moscou

Naquele dia Moscou era apenas escala de sete horas no meu trajeto para Pequim. Meti-me no carro soviético, espécie de cadillac posto à minha disposição pela Embaixada Chinesa e, em companhia de um intérprete, fui dar uma volta pela cidade. Próximo ao aeroporto, uma serie interminável de recém-construídos blocos residenciais padronizados e depois a cidade em seus moldes clássicos. Reconheci Moscou, como um personagem de Proust. O que, na imaginação, eram fragmentos colhidos em leituras de Dostoievsky, Tolstói ou Gogol, se concatenava formando uma realidade maciça – Moscou, com as suas abbadas, ruas largas, praças, igrejas, monumentos, o Kremlin. Bem sei que edificios modernos como o Metro, a Universidade Lênin e o Ministério da Indústria Leve, com alguns traços do nosso Ministério da Educação (ambos foram concebidos por Le Corbusier) alteram a antiga paisagem. Mas o novo não venceu o velho no domínio da arquitetura e assim reconheci na Moscou de pedra o que a imaginação me anunciava. Eu sabia que, de volta de Pequim, devia permanecer uma semana em Moscou. E,

por isso, naquelas sete horas, procurei ver o quanto pude a fim de reservar a minha estadia futura para outras experiências que não poderia realizar apenas com os olhos e os ouvidos. Finalizei a escala jantando no restaurante do aeroporto. As 22 horas e cinco minutos, reembarcava no jato soviético, em direção de Pequim, com os olhos saciados de tanto ver e nos ouvidos a música das palavras russas.

Brasil

Antes de passas às reflexões sistemáticas de ordem sociológica a respeito da União Soviética, permito-me, neste artigo, falar de algumas pessoas que conheci em Moscou e que me prestaram grande ajuda. Uma delas é o economista Alexandro Roskov que publicará, ainda este ano, alentado volume sobre o desenvolvimento social do Brasil. Roskov foi meu intérprete, e como tal, incansável. Não conheço no Brasil quem melhor tenha reunido material sobre a formação de nossas classes e de suas lutas políticas. Roskov me surpreendeu, pois tinha na ponta da língua informes estatísticos sobre o Brasil que, entre nós, somente experimentados especialistas conhecem.

Foi assim de grande valia a colaboração que Roskov me prestou, traduzindo as duas palestras que realizei no Instituto Mundial de Economia e Relações Internacionais, onde conheci um grupo de técnicos competentes com os quais debati questões econômicas, políticas e sociais do Brasil.

Bazarian

Conheci o filósofo Jacob Bazarian, armênio que viveu alguns anos em São Paulo e hoje trabalha na Academia de Ciências. Bazarian morre de saudades de São Paulo. Foi com prazer que falamos de amigos comuns: Mario Schemberg, Caio Prado Junior, Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes. Bazarian é especialista em história da filosofia no Brasil, assunto de muitos trabalhos seus em língua russa. Conhecia já seus livros. Fez, numa tarde, cerrada crítica ao seu estudo “A Redução Sociológica”. Bazarian está de acordo com a tese essencial da obra, mas gostaria de vê-la – disse-me – sem as referências acolhedoras a Husserl, Heidegger, Jaspers e a outros filósofos que ele julga reacionários. Havia muita simplificação no que me dizia Bazarian, ao lado de ponderações muito procedentes. Bazarian vai me desculpar, mas sua atitude padece de estreiteza, no caso, menos dele pessoalmente, do que resultante do regime político em que vive, o qual professando uma filosofia oficial, necessariamente incompatibiliza o filósofo funcionário com os aspectos positivos que se encontram porventura nas concepções

irracionalistas. Minha discordância com Bazarian, não impediram, no entanto, que fizéssemos relações muito cordiais.

Halperin

Maurice Halperin, ex-professor na Universidade de Boston, norte-americano agraciado pelo Governo Brasileiro, pois realizou estudos e pesquisas aqui, vive hoje com sua senhora em Moscou. Foi ouvir minhas palestras. Ao fim da primeira, apresentou-se-me e convidou-me para jantar. Passei uma noite agradável em casa do professor Halperin, um entusiasta da URSS, que me descreveu com pormenores certos aspectos da vida em Moscou pelos quais estava interessado. Halperin é uma vítima do macartismo, tem filhos nos Estados Unidos e naturalmente ama o seu [frase inconclusa].

Não pude deixar de comover-me quando ouvi o casal Halperin falar de seus filhos ausentes com os quais se comunica uma vez por semana pelo telefone internacional. Foi o prof. Halperin quem me referiu ocorrência que traduz bem as disposições de convivência pacífica e de colaboração que animam o povo e os dirigentes soviéticos. Certa vez – contou-me o prof. Halperin – um homem de negócios norte-americano, discursando num banquete perante autoridades russas, disse: “Se os Estados Unidos adotarem o regime socialista, nenhum país do mundo jamais ultrapassaria os seus níveis de produtividade e bem estar social”. Os soviéticos aplaudiram. Disse mais o norte-americano: “Quando o primeiro homem chegar à Lua, não encontrará uma bandeira. Encontrará duas bandeiras: a da URSS e a dos EUA”. Aplausos calorosos.

Ideal: Paz

Senti no homem soviético da rua o desejo de viver em paz, um simpático interesse pelos estrangeiros e seus países. A política de desarmamento de Khrushchov não é algo arbitrário, traduz exigência da coletividade na URSS, desejosa de ver liberados os recursos fabulosos aplicados em despesas militares, a fim de mais depressa ingressar em níveis de existência superiores aos vigentes. Segundo estimativa de Fritz Sternberg (vide **The Military and Industrial Revolution of Our Time**. Pág. XII), a URSS reserva para despesas militares 20% a 25% de seu produto nacional bruto, proporcionalmente o duplo do custo do setor militar dos Estados Unidos, cerca de 12% do produto nacional bruto norte-americano. Pode-se avaliar o que significaria, para o povo soviético, a conversão de tais fatores na produção de bens para o consumo normal.

No Hotel Ucrânia em que fui hospedado, aproveitei todas as oportunidades para formar ideia precisa da psicologia atual do povo. Muito do que direi em próximos artigos se baseará no acervo de informações que obtive em contatos informais com pessoas de vários níveis sociais, naquele hotel cosmopolita.

Por sinal aí tive um tratamento que acredito pouco comum. Quando os funcionários souberam que eu era convidado da Academia de Ciências, passaram a redobrar suas atenções. Na URSS, a ciência tem grande prestígio popular e o cientista, principalmente quando **acadêmico**, desfruta de tratamento que eu quase diria privilegiado. Tratei, portanto, de tirar partido de minhas imunidades de cientista, e quando não tinha companheiros na mesa, não parava de conversar com as robustas moças que me serviam e que, satisfazendo a minha curiosidade, ajudaram-me a aprofundar o conhecimento do seu país.

URSS

Vou dizer nos próximos artigos coisas nem sempre agradáveis sobre a URSS. Escrevo estas linhas em caráter introdutório, para assinalar a minha gratidão aos que me proporcionaram conhecer Moscou. Considero-me um amigo da URSS, mas isso não quer dizer que adote as habituais maneiras sectárias de admirá-la e louvá-la. Quero finalmente sublinhar com orgulho que não devo as minhas viagens aos países estrangeiros a nenhuma cavação. Pelo menos duas vezes, fui proposto, à minha revelia, para compor a delegação do Brasil à ONU. Uma delas por generosa indicação do embaixador Roberto Campos quando superintendente do BNDE. Sei de outra, por informação do embaixador Mendes Viana, quando secretário geral do Itamarati. Em nenhuma dessas ocasiões, os patrocinadores de minha candidatura lograram êxito. É natural, portanto, que nutra pela França, China, URSS e Iugoslávia sentimentos de sincera amizade, pois graças a autoridades governamentais desses países consegui viajar um pouco pelo mundo e assim compreender muitos aspectos do drama atual da humanidade que, não fossem esses ensejos, dificilmente estariam ao alcance do meu entendimento.

Rússia recebe visitante com vodka e sem exigir o atestado de ideologia¹⁰⁷

Guerreiro Ramos

¹⁰⁷ Artigo publicado em *O Jornal*, dia 20 de novembro de 1960.

O Brasil não tem consciência mundial! Durante o meu itinerário no mundo socialista, a todo momento me vinha à cabeça esta reflexão. Nos países socialistas, qualquer parte do planeta é uma realidade próxima. Naturalmente esta afirmação é válida em termos. É certo, considerando-se a camada social dos dirigentes, administradores e intelectuais. Em contato com essa gente, senti, alarmado, as proporções do provincianismo do meu País. Como se explica que, nesta altura dos acontecimentos, tenhamos permitido deixar as nossas relações e ligações, por exemplo, com a URSS, praticamente aos cuidados dos amigos profissionais desse País, notadamente dos comunistas? É inacreditável que até este momento ainda se marque de suspeição qualquer pessoa que proclame sua simpatia e amizade pela URSS. Este obscurantismo, este provincianismo, ainda largamente reinantes em nossos meios governamentais e políticos, não honram o Brasil, e não se compadecem com o estado de espírito de nosso povo. Na medida em que permitamos que os comunistas sejam por assim dizer os intermediários invariáveis de nossas relações com a URSS, prejudicamos a visão e a discussão de fatos relevantes, em termos hábeis. Presumo que o Governo Soviético não se interessa em perpetuar esta situação e está, ao contrário, avido por estabelecer relações francas e normais com todos os países. Presumo que o Governo Soviético, seus titulares mais lúcidos pelo menos já perceberam que os partidos comunistas no exterior cumpriram o seu papel histórico. A influência é irreversível e só tem a ganhar daqui para diante se exercer-se de modo indireto, como a influência planetária dos Estados Unidos. Os partidos comunistas são instituições anacrônicas que só sobrevivem pela força do hábito e da inércia. Não se admita que estejamos professando o anticomunismo no sentido corriqueiro da palavra. A inatualidade da posição dos militantes comunistas deve ser descoberta por eles mesmos e superada pela livre iniciativa deles. Nada de cruzadas santas, no caso.

Desejo dar aqui um testemunho que reforça minhas suposições e ilustra a liberalidade dos soviéticos. Num dos debates com os técnicos da seção para a América Latina do Instituto Mundial de Economia e Relações Internacionais, expus-lhes minha opinião sobre o Partido Comunista do Brasil. Disse-lhes que a despeito de minha admiração pela fibra moral e inteligência de muitos dos seus militantes, considerava aquela agremiação sem futuro no Brasil, na medida em que continuasse a obedecer às diretrizes soviéticas. O nosso PCB frequentemente se encontra incompatibilizado com o sentimento nacional. É, assim, entidade politicamente marginal, cuja expressão popular só adquire dimensões consideráveis quando ocasionalmente sua conduta se ajusta ao que, no momento, constitui exigência de coletividade brasileira. Pedindo o seu interesse para recentes documentos de discussão publicados em “Novos Rumos”, disse-lhes ainda que, embora uma ala moça do PCB lutasse pela correção dos seus vícios

stalinistas, pessoalmente não alimentava esperanças quanto ao êxito de tais esforços. Não lhes escondi que essas deficiências não eram provavelmente específicas do Partido Comunista do Brasil, mas de todos os Partidos Comunistas sistematicamente dóceis às diretivas de Moscou. Não perdi a oportunidade para alertá-los quanto ao primarismo e esquematismo de certas interpelações soviéticas da realidade brasileira. Por exemplo, não hesitei em confessar-lhes que o verbete da “Enciclopédia Soviética” sobre o Brasil era uma coleção de disparates. De todos os modos, o fato de ter sido possível esse diálogo numa repartição do Governo Soviético conta a favor deste, pois revela que a desestalinização não constitui mera tática, mas corresponde ao surto de tendências liberalizantes de amplo alcance no seio do povo russo. Muitas ocorrências poderiam, aliás, acrescentar em apoio dessa convicção. Entre outras, a que passo a narrar, muito significativa, apesar de aparentemente irrelevante.

Convidei uma noite amigo soviético para jantar comigo no hotel onde me hospedaram. Na mesa lhe pedi que fizesse a escolha do “Menu” à maneira russa rigorosa. “Vamos ao vodka” disse-me o amigo. “Você já o bebeu aqui?” E como lhe respondesse negativamente, alarmou-se. Chamou uma das moças que serviam e comentou a minha virgindade em vodka. Ela ponderou sorrindo: “Esta é a primeira vez que o sirvo. Mas ele já está aqui há três dias. Como é que até agora não lhe ofereceram vodka. Isto é falta de organização.” E frisou: “falta de organização.” Eu pensei comigo mesmo: “uma crítica desta ordem diante de um estrangeiro não devia ser possível no tempo de Stalin.”

Estão abertos largos caminhos para dessectarizar as relações entre URSS e países como o Brasil. Os russos não pedem atestado de ideologia dos seus convidados, são sensíveis a críticas e estão cada vez mais dispostos ao intercâmbio livre de ideia e opiniões. O Reitor Pedro Calmon foi agora convidado a visitar a URSS. Faço-lhe daqui um apelo para que aceite o convite. Por sua insuspeição, muito poderá ajudar aos brasileiros não pecebistas, mas amigos da URSS, a compor um dispositivo de intercâmbio entre o Brasil e aquele país, em moldes idôneos e úteis, do ponto de vista científico e cultural. A meia clandestinidade de nossas relações com a URSS é duplamente nociva. De um lado, robustece o provincianismo a que nos referimos, dificultando a propagação no Brasil da consciência mundial de seus problemas. Hoje, em matéria de política internacional, batemos recorde de suburbanismo, temos menos consciência mundial do que a Guiné, o Senegal ou Gana, países ao lado dos quais figuramos como **parvenus**, facilmente contentados mais com brilharescos do que com êxitos efetivos. Por outro lado, se tornarmos francas nossas relações com a URSS esta mesma se beneficiará, aprendendo com a experiência de contatos culturais não sectarizados a ver com maior exatidão a realidade dos países e, portanto, o panorama mundial.

Flagrante do unilateralismo soviético na focalização de problemas políticos é, por exemplo, o verbete sobre **Nacionalismo**, constante no **Pequeno Dicionário Filosófico**, organizado por M. Rosenthal e P. Ioudine. Ali se define o nacionalismo como “ideologia política da burguesia visando a excitar os ódios nacionais entre os trabalhadores, a reforçar o domínio de uma nação sobre a outra.” E mais: “O nacionalismo é engendrado pelo regime capitalista, porque a propriedade e o capital dividem necessariamente os homens, atizam o ódio nacional, agravam a opressão. A burguesia propaga o nacionalismo para semear a discordância entre os trabalhadores de nações diferentes, impedir que se unam para a luta emancipadora, desviá-los da luta de classes e substituir esta pela hospitalidade entre as nações. – Na época do imperialismo, a burguesia faz do nacionalismo arma ideológica de que se serve para preparar as guerras imperialistas e para justificar a escravização dos outros povos. – O imperialismo atual utiliza o nacionalismo burguês para preservar seu sistema colonialista, para lutar contra o movimento de libertação nacional dos povos que oprime, para enfraquecer o campo da paz, da democracia e do socialismo”.

Não é difícil perceber a indigência dessas afirmativas. Rosenthal e Ioudine estão atrasados mais de um século no tocante ao conceito de nacionalismo, pois só o consideram em seu significado europeu. Em nenhuma linha do verbete focalizam o sentido novo que o fenômeno assumiu nos países periféricos. Apesar do interesse que os intelectuais soviéticos revelam pelos acontecimentos em toda parte do mundo, não raro incorrem em simplificações grosseiras como a referida, o que resulta em grande parte do confinamento partidário mediante o qual as informações lhes chegam. Somente a livre comunicação dos povos entre si poderá estabelecer condições que permitam o desaparecimento de tais equívocos.

Cidadãos soviéticos não têm medo de casar e caminham com vigor para a idade da razão¹⁰⁸

Guerreiro Ramos

Depois de visitar a casa onde morreu Lênin, hoje transformada em museu, meu intérprete, Alexandro Roskov me levou a um rio próximo para ver os banhistas. Vi belas moscovitas de <<maillot>>. A moça soviética não traz nenhum estigma da vida difícil. É alegre, robusta, desfreudizada, franca e, no entanto, muito feminina. O comunismo, pelo que vi na União Soviética, não é incompatível com a estética do corpo, com a moda, e até com o romantismo. Enquanto a população chinesa me dava a impressão de legião de pessoas fardadas, pois quase todas usam um tipo semelhante de indumentária, verifiquei em Moscou certo propósito de expressão individual no traje dos homens e mulheres. No Metrô detive-me observando os passageiros. Deram-me impressão de limpeza, [ilegível no original] e saúde e com frequência de elegância. Minha ascensorista do Hotel Ucrânia, por exemplo, visivelmente sabia que era muito bonita e realçava os dons que a natureza lhe deu com vestidos e ademanos dignos de nota numa coluna social.

O parque Gorki, que percorri demoradamente, deve ser em especial aconselhado a quem desejar ter ideia da jovialidade russa. Ali se encontra toda sorte de divertimentos, inclusive diferentes quadras de danças, segundo as preferenciais, das folclóricas e tradicionais às modernas. Andei pelo parque Gorki fazendo um pouco de sociologia do ócio e da gratuidade. Posso dizer hoje que há um modo socialista de passar o tempo, de ser gratuito. Pessoas que nunca se viram podem num instante se dar as mãos na Rússia e dançar como se fossem velhos camaradas. A moça e o rapaz soviético me deram a impressão de serem muito responsáveis.

Não ficam a dever a nós, ocidentais, na fruição dos divertimentos, mas uma vez encerrados, desligam-se facilmente das servidões do jogo e retornam ao sério com naturalidade. Por menos trabalhado pelos preconceitos anti-socialistas que me considerasse, não pude deixar de me espantar com as reações de entusiasmo do público russo num espetáculo de **ballet** que assisti no **Teatro Boichoi**. Uma das cenas apresentava a história de uma jovem assediada por dois apaixonados. A moça morria e se transformava numa flor, a qual, comovida com os apelos e as lágrimas do apaixonado mais fiel, [ilegível no original] à antiga condição de rapariga. Nunca vi aplausos tão delirantes como nos lances e no final desse **ballet** que me pareceu um

¹⁰⁸ Artigo publicado em *O Jornal*, dia 27 de novembro de 1960.

pouco piegas. Em Copenhague onde passei quatro dias, visitei o **Tivoli**, o equivalente do parque Gorki em Moscou. Fiz esta reflexão: no modo dinamarquês e pode-se dizer ocidental de divertimento, predomina o sentido da **privacy**, da privatividade. Os divertimentos soviéticos têm especial teor coletivo. No **Trivoli**, vi pares felizes, famílias passeando. O **Parque Gorki** foi feito sobretudo para acolher a massa.

Não desejo incidir numa atitude apologética. É, no entanto, muito fácil perceber, sem maiores indagações, que a população soviética ingressou já num nível de existência comparativamente privilegiado em relação a outros povos. Para não ficar apenas no domínio das impressões, vou recorrer a alguns dados demográficos. Dou muita importância ao fato de que a taxa de nupcialidade da URSS é uma das mais elevadas do mundo, ou seja 12 por mil, enquanto a dos Estados Unidos é de 8,3 por mil e da Grã-Bretanha é 7,6 por mil. O cidadão soviético está liberado de alguns medos que afligem o homem ocidental, entre os quais o medo de casar. Na União Soviética não há praticamente desemprego e a proteção à infância é um dos pontos de honra dos programas assistenciais do Governo.

Tais condições propiciam naturalmente ao cidadão um sentimento de segurança quanto a manutenção da família, que entre outras razões, explicam a alta nupcialidade. A menor taxa de mortalidade do mundo é a da URSS, ou seja, 7,2 por mil em 1958, enquanto a dos Estados Unidos gira em torno de 9 e a Grã-Bretanha, em torno de 11. Presentemente o número de matriculados no ensino superior na URSS é o quadruplo do conjunto das matrículas na Grã-Bretanha, França, República Federal da Alemanha e Itália. Em 1958, prepararam-se na URSS 94.000 engenheiros, enquanto o total de engenheiros graduados nos Estados Unidos foi apenas 35.000.

Não conheço nenhum estudo sobre as particularidades demográficas dos países socialistas. Todavia é relevante o estudo da matéria. Nada melhor para avaliar a escala de desenvolvimento de uma sociedade do que a estrutura de sua população. Nos países capitalistas, quanto mais a estrutura econômica evolui mais se incrementa a camada de pessoas em idade adulta e se restringe a camada de indivíduos em idades moças. Quando se comparam pirâmides de população de países em fases diversas de desenvolvimento, pode-se observar que os mais atrasados apresentam pirâmides com base larga e as partes superiores estreitas, acontecendo o inverso nos países adiantados. Todavia, as pirâmides de população da URSS não parecem sujeitas ao tipo de variação estrutural que se verifica no Ocidente. Comparam-se, por exemplo, as distribuições por idade da população soviética em 1879, 1927, 1941, 1946, 1951 e 1959 e poderá notar-se uma persistência do predomínio das idades moças. Os percentuais das idades se alteram naturalmente, com o aumento da duração média da vida (em 1959 da ordem de 68

anos), mas a forma geral de pirâmide de população mantém-se estável: larga na base, estreita nas partes superiores.

A dinâmica das populações socialistas tende a ser conscientemente controlada ou sujeita ao paradigma da planificação. Naturalmente estamos empregando aqui a palavra planificação em sentido diverso do comum. A planificação, no caso, não seria tão só uma técnica administrativa, mas também forma de pensamento e ação da sociedade e dos indivíduos. Desde que os cidadãos passem crescentemente a compreender as leis da sociedade e a ver claro os seus alvos, habilitam-se para ajustar, se me permitem livremente, os seus interesses individuais aos interesses coletivos. As populações socialistas estão numa fase de implantação de um novo modo de produção. Tem muitos graus de desenvolvimento a percorrer e, por isso, na base do capital-trabalho, precisam de gente para ser encaminhada às tarefas produtivas. É provável que num estágio de opulência se faça acentuar a necessidade de limitar os nascimentos, não pelas razões dominantes nos países capitalistas, mas por outras razões que só poderemos conhecer concretamente quando se apresentarem. Caminhamos, sem dúvida, no sentido de efetivar um dia na história do planeta a idade da razão. A velha ficção dos filósofos será uma realidade, pelo menos do ponto de vista demográfico. Neste plano da população, dar-se-á o caso de desaparecer a contradição entre indivíduo e sociedade?

Máscara de Stalin implantada na Praça Vermelha retrata um ciclo de utilidade histórica¹⁰⁹

Guerreiro Ramos

Todos os dias se forma em Moscou imensa fila de pessoas para ver Stalin e Lênin em seu mausoléu na Praça Vermelha. Com as minhas imunidades de convidado oficial, fui direto ao recinto onde se encontram embalsamados, um ao lado do outro, os corpos dos dois grandes líderes. Eu vi Stalin nas vestes habituais com que a imprensa mundial o retratava nos seus últimos anos de vida. Num desvão da escada passei rente ao seu rosto que examinei durante período de tempo certamente superior ao que de costume se concede, pois foi a sentinela, um tanto impaciente, que me fez sinal para seguir adiante. A glória – disse uma vez Rilke – é a soma de equívocos que se dizem de uma pessoa. Stalin é sem dúvida figura acima da medida comum. Porém, muita mistificação contribuindo para a formação de sua extraordinária legenda

¹⁰⁹ Artigo publicado em *O Jornal*, dia 11 de dezembro de 1960.

em nossos dias. O mito de Stalin continuará, por muito tempo, a empolgar imaginações incautas, mas já é tempo de estudar essa personalidade com realismo. Para essa tarefa, há que mobilizar depoimentos como os de Trotsky, Tito, Kardelj, entre muitos outros. O famoso discurso de Khrushchov no 20º Congresso do Partido Comunista da URSS é documento de excepcional interesse, enquanto serve para mostrar que existe entre os que integram o grupo dirigente da URSS uma consciência da duplicidade de Stalin. O discurso de Khrushchov levantou um pouco diante do público a cortina que dissimulava ou dissimula o que se pensa em **petit comité** de Stalin, na camada dirigente da URSS. Ao público era um Stalin convencional que se apresentava. O discurso de Khrushchov foi um começo de desmistificação. É pena que a desmistificação de Stalin, procedida por homens insuspeitos como Khrushchov, não tivesse prosseguido.

O stalinismo já encerrou o seu ciclo de utilidade histórica, embora exista no mundo de hoje legião de indivíduos presos em suas malhas. É inevitável que em toda época haja um entulho de formas superadas de existência. Seria romântico deblaterar contra o stalinismo, negar já não digo sua inevitabilidade na Rússia, mas ao menos sua utilidade histórica. É difícil imaginar como um país que ainda na década de vinte era habitado em maioria por mujiques descalços e analfabetos poderia tornar-se, em cerca de duas décadas depois, uma potência de primeira ordem, do ponto de vista político e econômico. Nas condições sociais vigentes na Rússia quando o Partido Comunista chegou ao poder em 1917, o socialismo teria de ser outorgado, administrado de cima para baixo. Lênin compreendeu cedo este imperativo e mascarou as distorções a que procedeu na tradição ocidental do marxismo com uma série de argumentos sofisticados. Stalin seguiu-lhe a orientação e caminhou decidido para o exercício da tutela do povo, em nome da ficção da classe operária.

O rosto de Stalin que contemplei no mausoléu da Praça Vermelha me impressionou pela serenidade e o leve sorriso do ceticismo que o marca. Não era o rosto de um homem que sente a consciência pesada. Naturalmente – pensei enquanto olhava o estadista embalsamado – naturalmente Stalin não pode ser julgado senão em termos políticos, por mais que esta regra escandalize aqueles que jamais suspeitaram o que seja a lógica da razão de Estado. Nikita Khrushchov, de certo modo, conduziu-se, por assim dizer, como um discípulo do nosso Carlos Lacerda, ao tentar desafazer o mito de Stalin, arguindo os seus atributos morais, descrevendo o “mar de lama” em que nadava o ex-líder comunista. O famoso discurso de Khrushchov é um documento lacerdista, que mostra como até mesmo no grupo dirigente da URSS ainda não se assimilou bem a dialética.

Afinal julgar que os defeitos estruturais de um regime político possam ser decorrentes de deficiência de caráter de um chefe de Estado não constitui o mais puro psicologismo, a essência do lacerdismo? A falta de cultura política e inclusive o desconhecimento do método marxista levaram Khrushchov ao lacerdismo, quando tentou a desestalinização. É certo que o stalinismo é um anacronismo, é incompatível com a etapa atual em que se encontra a União Soviética, país onde a educação do povo atingiu um dos mais altos níveis do mundo contemporâneo. Mas não é o stalinismo que explica o curso da história soviética de 1924 a 1953, período em que dominou Stalin. São as condições peculiares desse período que explicam Stalin e sua política. Naturalmente, certos atributos pessoais de Stalin tiveram importância na sua carreira. Mas foi a lógica particular do processo histórico russo que se serviu daqueles atributos para cumprir o seu determinismo.

Qualifiquemos, todavia, a última afirmativa. Stalin não foi bem um agente cego do processo. Sua grandeza, como a Lênin, consiste em grande parte em que transcendeu, por um esforço de compreensão sistemática, os fatos de sua época. Ambos agiram guiados por uma teoria do mundo e uma teoria do fenômeno russo ou soviético. Foram líderes subjetivos. Depois da morte de Stalin, ainda não apareceu no Governo Soviético uma personalidade que se lhe possa equiparar em eminência. Khrushchov está muito longe disso.

O magno problema da União Soviética em nossos dias consiste no descompasso entre a realidade econômica e social daquele país e sua superestrutura política e ideológica. A União Soviética é uma nação política e ideologicamente atrasada em relação à sua estrutura econômica e social. Esta estrutura não se compadece mais com o atual regime de férrea ditadura do Partido Comunista. A planificação soviética, a despeito de seus resultados comparativamente espetaculares, pelo seu dogmatismo e ultracentralismo, já começa a constituir um freio à maior expansão do sistema econômico. Os chineses teriam, neste particular, muitas lições a oferecer aos soviéticos.

A planificação chinesa balanceia razoavelmente o centralismo com o democratismo no tocante à organização da produção e, por isso, liberando a inventiva popular de peias, consegue os recordes de crescimento que nós aqui mesmo em artigos anteriores focalizamos. Mas na URSS, já se percebem sinais de estagnação no sistema produtivo, por força daquele centralismo e dogmatismo. Por isso, os governantes soviéticos estão muito preocupados em interessar o povo trabalhador na produtividade e não perdem ocasião para exortá-lo neste sentido. Agora mesmo deu-se muito destaque na URSS ao caso de uma moça que deixou de ganhar mais, preferindo permanecer no posto em que se encontrava, porque assim podia comunicar sua

experiência a outros trabalhadores. O governo soviético procura por todos os meios elevar o sentido coletivo da população.

Por outro lado, a ditadura ideológica do Partido Comunista na URSS não pode coadunar-se com a elevada instrução de seus quadros médios e superiores. O oficialismo no tocante à produção cultural e científica, o aprisionamento ideológico a que estão submetidos os soviéticos não podem durar muito. A ditadura ideológica abafa a criatividade intelectual. Comparada com o seu passado, a Rússia é hoje um país de má pintura, má escultura, má arquitetura, música medíocre, má poesia, má literatura, péssima filosofia. A ciência aplicada é ali talvez a mais avançada do mundo, mas no domínio da ciência pura já não se pode dizer a mesma coisa da contribuição soviética. O povo soviético vive hoje um impasse cuja superação, que acreditamos não esteja longe de acontecer, constituirá um dos mais fascinantes dramas de nosso tempo, do ponto de vista sociológico.

Homem na Rússia não mais tem medo de não achar trabalho e de deixar a família sem casa¹¹⁰

Guerreiro Ramos

Na União Soviética e na China Continental podem ser registrados aspectos desfavoráveis no sistema habitual de vida das pessoas. Eu mesmo os tenho mencionado nesta série de artigos, o que me tem valido não digo a inimizade, mas certa reserva de elementos ligados ao Partido Comunista. Lamento que isso aconteça, mas não visitei aqueles países com a intenção de tornar-me apologeta de suas realizações. Quando mais não seja, meus compromissos com o público na qualidade de sociólogo não me permitem aquela atitude. De toda maneira, os leitores isentos de sectarismo hão de, por certo, reconhecer que provavelmente jamais se disse num órgão de imprensa conservador, como O JORNAL, coisas tão favoráveis ao mundo socialista como as que tenho escrito aqui. Isso tem sido possível exatamente, graças a maneira rigorosa à luz da qual tenho apreciado a documentação que colhi em minhas viagens pelos países socialistas.

Pretendo hoje dar ao leitor uma ideia concreta das condições materiais de vida do homem soviético. O que vou expor deixa muito bem a URSS. Na URSS alguns temores que angustiam o homem comum do Ocidente desapareceram. Entre eles, o temor de não encontrar

¹¹⁰ Artigo publicado em *O Jornal*, dia 15 de janeiro de 1961.

trabalho, o temor de não deixar casa para a família, o temor dos pais de que os seus filhos não se eduquem, o temor da doença, o temor da velhice desamparada. A população soviética, embora ainda num nível que não é o ideal, está a cavaleiro dessas ameaças. Evidentemente tais fatos devem condicionar uma psicologia coletiva muito diferente da nossa. Nosso sistema social, em grande parte, segrega uma carga de angústia que o soviético e também o chinês desconhecem. Não é verdade que os pequenos burgueses passamos o melhor da existência preocupados com a casa própria, o pé de meia, a educação própria e dos filhos, a doença e o futuro? Os traumas dos cidadãos soviéticos não são exatamente iguais aos nossos. Deve haver uma psicanálise específica do mundo soviético. Que fale sobre esse fascinante assunto um competente médico psiquiatra como o dr. Araújo Lima que, em recente estudo, já proclamou haver correlação entre imperialismo e angústia. Eu fiz algumas observações nesse domínio na China e na URSS, mas não é esta a oportunidade de relatá-las.

Vou a seguir aproveitar informes de um artigo publicado em “Izvestia” de 24.7.60 (vide *Problemes Economiques*), Ia *Documentation Française* nº 676 (Dezembro, 1960), para mostrar, de maneira qualificada, como vive uma família operária na URSS. Apresento-vos o pedreiro Alexandre Andreievitch Botchkov, operário da fábrica “A Foice e o Martelo” (Serp I Molot) em Moscou. Vamos examinar o orçamento de sua família correspondente a 1959. Botchkov é casado com Alexadra Nikolaievna que se ocupa da casa. Tem três filhos. O velho ganha em média 1.620 rublos por mês. Seu filho, Valentino, aprendia na oficina em que trabalha seu pai, ganha cerca de 500 rublos. A filha, Galina, recebe como datilógrafa na direção da fábrica um salário de 680 rublos e à noite faz um curso no Instituto Metalúrgico. Olya, a mais moça, cursa o 6º ano na Escola Secundária. Moram perto da fábrica num apartamento de duas peças. Moram mal. A crise de habitação é uma das chagas da URSS, apesar de ser ele o país onde mais se constrói nos dias correntes. A renda total da família em 1959 foi 37.734 rublos, dos quais 33.557 rublos somas fornecidas pela empresa e pelas organizações sociais para viagens e estágios em sanatórios; e finalmente 862 rublos a conta de entradas diversas. A família está em ascensão do ponto de vista financeiro. No ano passado Valentino passou de aprendiz a operário e este ano Galina se graduaria como engenheira. A renda familiar aumentará em consequência. O quadro seguinte permitirá melhor avaliar o nível da família.

DESPESAS	Despesas da família em 1959		Estrutura das despesas em %	
	em rublos	% de 1953	1953	1959
Todas as despesas em espécie:	40.118	179.9	100.0	100.0
- Produtos alimentícios e cantina	19.108	159.6	53.7	47.6
- Tecidos, vestimentas e calçados	6.262	2 vezes	14.1	15.6
- Móveis e objetos de casa	2.465	2.7 vezes	14.1	15.6
- Despesas de interesse cultural	1.650	4.4 vezes	4.0	6.1
- Cinema, teatro, etc	261	81.8	1.4	0.7
- Sanatório, casas de repouso e campos de recreação	2.670	-	-	5.7
- Alugueis e serviços	1.021	122.9	3.7	2.5
- Transportes	1.095	96.7	5.0	2.7
- Outras despesas	2.412	146.0	8.7	7.1
- Impostos	3.174	185.7	7.7	7.9

A família teve um déficit em 1959 em virtude da construção de uma “datcha” (casa de campo). Note-se que não há despesas com ensino. O ensino de qualquer grau na URSS não custa dinheiro a ninguém. O item “Despesas de interesse cultural” não se refere a ensino. As despesas com aluguel e serviços (água, luz, etc.) são notavelmente pequenas. De modo geral, a família aumentou o seu poder aquisitivo de 1953 para 1959, considerando-se que os preços nesse período têm baixado. Graças a recente lei adotada pelo Soviete Supremo sobre a redução de impostos de empregados e operários, estima-se que os Botchkov crescerão sua renda de 1.800 a 2.000 rublos. Considerando-se que o operário soviético recebe ajuda suplementar sob a forma de instrução gratuita, assistência médica gratuita, etc., seu salário aumenta de 30 por cento a 50 por cento conforme a quantia. Ademais, levando-se em conta este fato, pode-se avaliar que a despesa com alimentação de uma família operária absorve não mais de 35 por cento de seu orçamento.

A família Botchkov, informa o jornal, no ano de 1959, adquiriu três roupas (para o pai, a mãe e o filho), dois sobretudos de adulto, um impermeável, vários vestidos, calças compridas e diversas outras peças menos importantes. Tem televisão, máquina de coser, pequena biblioteca e mobiliário confortável. Compare finalmente o leitor os dois quadros abaixo.

CONSUMO POR PESSOA EM 1959 DA FAMÍLIA BOTCHKOV		
Designação dos produtos	1959	
	em kgs.	em % de 195
Farinha de trigo	126.5	97.7
Batatas	83.4	97.1
Legumes	53.0	116.5
Frutas	30.6	148.5
Carne e produtos de carne	98.5	169.0
Peixe e produtos de peixe	24.8	137.5
Leite natural	178.1	146.1
Manteiga	13.0	216.7
Ovos (unidades)	103	210.2
Açúcar	33.7	162.0

Consumo ideal da família americana, segundo o Comitê Heller da Universidade de Califórnia	
(Por pessoa e por ano em kgs.)	
Farinha de trigo	98.5
Batatas	32.8
Legumes	126.0
Frutas	97.1
Carne e produtos de carne	84.1
Peixe e produtos de peixe	7.2
Leite natural	196.3
Manteiga	4.4
Ovos (unidades)	364
Açúcar	36.2

Os autores deste estudo, publicado em “Izvestia”, os sr. M. Chmelev e V. Routgaizer em sua parte final advertem: “Há na União Soviética, famílias que se vestem e alimentam não tão bem quanto a família Botchkov. Mas graças a realização das metas do Plano Setenal, a produção de artigos de consumo aumentará em proporção sem precedentes, o que reduzirá a distância entre a categoria de trabalhadores de salários elevados e a de salários baixos, assim como a distância entre seus respectivos consumos de produtos alimentares, de vestimenta e sapatos”. O leitor por sua vez terá no artigo de hoje muito material para suas reflexões.

O Revisionismo é uma questão falsa e o Marxismo é algo a fazer: a posição dos chineses¹¹¹

Guerreiro Ramos

Quando cheguei em Pequim em fins de abril do ano passado, acabava de sair um número de **Peking Review** contendo artigo sobre leninismo e revisionismo, ao qual as autoridades chinesas davam grande importância. Lembro-me que em Kaifeng latino-americanos e amigos chineses fizemos uma leitura comentada do texto. Nessa reunião reparei, impressionado, no matiz especial que a palavra revisionismo tem para os chineses. Revisionismo na China é um pecado contra o Espírito Santo. Por isso a Iugoslávia, para os chineses, é qualquer coisa de abominável. Ora, eu vinha de Belgrado, tinha ali feito algumas relações muito cordiais e além disso observações que não me permitiam estar de pleno acordo com esse ponto de vista. Foi na China que senti, pela primeira vez, a urgência de proceder a aprofundada reflexão do chamado marxismo-leninismo e de rever o revisionismo. Na URSS o tema já não tem alta prioridade e Khrushchov, em mais de uma ocasião, se referiu ao assunto com um misto de zombaria e impaciência.

O revisionismo, enquanto denunciado por Lênin, notadamente até 1917, foi uma defesa do marxismo contra adulterações. Lênin escreveu admirável pequeno ensaio resumindo a essência da luta contra o revisionismo. Chama-se **Marxismo e Revisionismo** e foi publicado em 1908 em recopilação intitulada **Em Memória de Karl Marx**. Encontra-se também no vol. I de **Obras Escolhidas** de Lênin, editado no Brasil. Nesse período, Lênin retoma o esforço de vigilância realizado por Engels logo após a morte de Marx. Engels não deu trégua aos que queriam “emendar”, “refutar” ou “reajustar” o pensamento de Marx. Foi também como um guardião fiel da herança de Marx que Lênin combateu Bernstein, Kautsky (em certo momento) e os adeptos de Mach, entre outros pensadores cujos trabalhos ameaçavam desviar o marxismo de sua verdadeira rota. A partir de 1917, porém, o imperativo de ganhar e conservar o poder na Rússia, leva Lênin a um saudável maquiavelismo na defesa dos que pretendem ser o correto pensamento de Marx. Nem Marx, nem Engels viveram uma oportunidade como a em que se encontrou Lênin em 1917 e nos anos seguintes, de depor um regime feudal-capitalista e fundar uma ordem socialista.

A tarefa não era nada escolástica e em muitos de seus detalhes podia ser inquinada de desviacionista. Lênin poderia ter reconhecido isso mas não o fez. Por que? Numerosos são os

¹¹¹ Artigo publicado em *O Jornal*, dia 22 de janeiro de 1961.

motivos que teriam levado o famoso revolucionário a não declarar o desacordo de algumas de suas linhas de ação com o que Marx escrevera, e, ao contrário, a proclamar a perfeita consonância daquelas com o pensamento do autor de “O Capital”. Uma delas consiste em que, se o fizesse, decerto escandalizaria provavelmente a maior parte dos bolchevistas que tinham um respeito quase religioso pelos ensinamentos de Marx. Outro motivo – e este é o que importa para nós, agora – consiste em que o líder da revolução de 1917 teria percebido a necessidade de organizar mundialmente o socialismo marxista, a fim de lastrear o esforço de reorganização social na Rússia, em outras palavras, a fim de garantir o êxito da revolução comunista. A dissolução da II Internacional e a constituição, em Moscou, do Comintern (Março de 1919) destinavam-se a assegurar ao Partido Bolchevista a hegemonia no movimento socialista mundial.

Durante o período em que funcionou o Comintern, o Partido Bolchevista foi um oráculo do marxismo. Qualquer linha discrepante da proclamada pelo Partido era desvio e revisionismo, qualquer interpretação de Marx que entrasse em conflito com a interpretação do Comintern. Enquanto a União Soviética era o único país socialista e estava ameaçado por forças externas foi justa a disciplina militar a que o Comintern submeteu grande parte da esquerda no mundo. Desde o momento, porém, em que esta situação desapareceu, como em nossos dias, não permanece mais a razão revolucionária da militarização do pensamento e da ação do socialismo. O Comintern desapareceu em 1943 e em 1947 foi criado o Cominform. Stalin, desde 1928, ao assegurar a vitória sobre Trotsky, tornou-se o grande sacerdote do Santo Ofício do marxismo. Sua palavra decidia o que era desvio ou revisionismo na teoria e na prática do marxismo.

Hoje em dia, é cada vez mais evidente que perde sentido a discussão do marxismo em termos de revisionismo ou ortodoxia. O revisionismo é uma falsa questão. Que sentido tem atualmente acusar a Iugoslávia de revisionista? A Iugoslávia é o que pode ser. Tem de ser julgada, tendo em conta as suas peculiares condições históricas. A discussão, por exemplo, dos méritos ou deméritos do regime iugoslavo não tem fim em termos de revisionismo ou ortodoxia. Como aliás a discussão de muitos outros assuntos. Quem entrar na controvérsia do revisionismo, em nossos dias, dificilmente evitará enredar-se num cipóal de argumentos sofisticados.

O marxismo é a atmosfera cultural de nosso tempo. É provável que já se tenha dito isso. Sartre em “La Raison Dialectique” o considera como “l’indépassable philosophie de notre temps”. Em carta a Roger Garaudi (“Perspectives de l’homme”) afirma ainda que “le marxisme est á faire”. Assim entendido, só tem a ganhar liberando-se de oráculos, desmilitarizando-se. O

pensamento e a ação tem de demonstrar a sua validade enquanto estejam certos ou não estejam errados. De forma alguma, enquanto estejam de acordo com os ditames de uma internacional.

Adolescente do mundo de lá é mais maduro e grave do que o de cá: tem melhor instrução¹¹²

Guerreiro Ramos

O novo saber do século não tem nome ainda. Já surgiu, porém. Muitos homens de pensamento já o praticam em nível magistral. A todo momento aparecem livros das mais diferentes qualificações em que reponha inconsciente o novo ponto de vista englobante. No Brasil já houve tentativa de institucionalizar um esforço de integração das ciências no estudo da realidade nacional, mas a juvenilidade, a irresponsabilidade, a debilidade emocional e picaretagem de alguns de seus promotores levaram-na ao malogro. No entanto, restam ainda pessoas isoladas que continuam fiéis àquele propósito, afora o grupo dos admiráveis rapazes da Faculdade de Economia de Minas Gerais que, em breve, não tenho dúvida, serão conhecidos em escala nacional.

Eis aqui, por exemplo, uma reportagem “Brasil Século XX” de Rui Facó que constitui amostra de mobilização balanceada de história, economia, sociologia, psicologia social. Gostaria que jornalistas do tipo de Rui Facó, Renato Guimarães, Mário Alves, capazes de circular, sem dificuldade, por diferentes domínios disciplinares, fossem formados de modo sistemático, não privativamente no PCB, mas em nossas escolas oficiais de jornalismo. Que é que explica o interesse que desperta um texto como “Brasil Século XX”, quaisquer que sejam as nossas discordâncias com muitas de suas afirmativas? É o fato de que ali tudo está referido ao social, é dizer: os assuntos estão tratados de modo concreto.

Não é por acaso que Rui Facó é autor que pensa de modo concreto. Ele é socialista. Tive ocasião de verificar que, no mundo socialista, a ciência social são “as humanidades”, é a bagagem ordinária de toda a pessoa instruída. É o leite nutriente que todos consomem. O adolescente do mundo socialista me pareceu ter um pensamento mais maduro e grave do que o do mundo ocidental.

Nas minhas conversas ocasionais, com gente da mais diversa situação, na URSS, na China, na Iugoslávia, na Hungria, verifiquei que o raciocínio sociológico é ali popularizado.

¹¹² Artigo publicado em *O Jornal*, dia 19 de fevereiro de 1961.

Guardei exemplares de revistas chinesas, correspondentes a O CRUZEIRO e MANCHETE no Brasil. São documentos da popularização do saber sociológico. É inconcebível numa revista mundana do mundo socialista, por exemplo, reportagem sobre o marido da princesa Margareth, noticiário sobre as aventuras de Ali Khan ou sobre a vida íntima de personalidades como a nossa Norma Benguel. Todos os motivos de tais revistas têm invariavelmente grande teor coletivo. A realidade social no mundo socialista apresenta enorme conteúdo pedagógico-formativo, apesar do esquematismo e do sectarismo que frequentemente marcam os pontos de vista dos que nele vivem.

O novo saber do século está sendo vivido no mundo socialista em escala de massa. Não se elaboraram ainda as regras metódicas deste saber e as débeis tentativas neste sentido não se verificaram no mundo socialista. É um paradoxo, cuja explicação procuraremos dar em outra oportunidade. Verdadeiramente só tenho notícia de dois homens com plena consciência da tarefa de definir o novo saber do século: Jean-Paul Sartre e Edgar Morin. O autor de CRITIQUE DE LA RAISON DIALECTIQUE disse com justeza que “Ce marxisme est á faire”. O fermento deste novo saber se encontra, com efeito, no Marx que escreveu A IDEOLOGIA ALEMÃ e o chamado MANUSCRITO DE 1844, no Marx que escreveu: “as ciências naturais englobarão a ciência do homem, do mesmo modo que a ciência do homem englobará as ciências da natureza”. (Ao escrever esta frase de Marx [ilegível no original] a lembrança, agora, um camponês de certa comuna popular, que visitei, perto de Shangai, fazendo para mim, demonstração de como funcionava um arado teleguiado).

Já tenho falado nestes artigos da importância do livro de Sartre. Desejo hoje dizer uma palavra sobre Edgar Morin. Reencontrei-o em Paris, no mês de junho passado. Em 1959 me falar de projeto de uma “Antropologia Sociológica”. É o nome que ele dá ao que estou chamando o novo saber do século. Quando lhe perguntei por esse projeto, disse-me que fora obrigado a adiar sua elaboração. Senti, porém, que ele vive intensamente sua ideia e que, em breve, a exporá com os desdobramentos analíticos que requer. Morin é este saber “em pessoa”, para usar maneira de dizer de Husserl. Está neste momento ocupado na direção e produção de um filme sociológico, de longa metragem. Do novo DISCURSO DO MÉTODO que planeja, podemos, porém, ter indícios em muito do que tem escrito na revista que dirige, ARGUMENTS, e nos seus livros, LE CINEMA OU L’HOMME IMAGINAIRE (ESSAI D’ANTROPOLOGIE SOCIOLOGIQUE), LES STARS E AUTOCRITIQUE.

Embora não sejam modelares os sistemas sociais da Rússia e China já dão os seus frutos¹¹³*Guerreiro Ramos*

O problema da reforma das ciências é eminentemente social. Não tem solução no domínio do pensamento abstrato. Mesas redondas sobre a integração das disciplinas a nada conduzem, enquanto os seus participantes não puserem em questão as estruturas ou sistemas sociais de que tais disciplinas são ingredientes. As ciências são produtos sociais, participam da natureza dos sistemas sociais que até engendram. A palavra de ordem – “integração das ciências” – com o intuito de encaminhar a reforma do saber em nosso tempo é despistadora, escamoteadora. Esta palavra de ordem dá por aceita a vigente divisão do trabalho científico, sem nela reconhecer uma alienação. A economia, a sociologia, a ciência política são episódios da sociedade alienada. Só numa sociedade alienada, isto é, numa sociedade cujo comando ou governo é privilégio de restrita camada, é que os fenômenos econômicos, sociais e políticos são obscuros, misteriosos, seu conhecimento exigindo um complicado e complexo esforço analítico da inteligência. A economia, a sociologia e a ciência política são elas mesmas formas sutis de alienação. Numa sociedade em que o homem seja regatado, em que os indivíduos se apropriem dos resultados de suas ações, desaparece o “mistério” do econômico, do social e do político, os quais se tornam transparentes, pois se revelam a todos como suas próprias decisões.

Nos sistemas sociais vigentes no marco da alienação, a prática da verdadeira ciência só é possível fora dos cânones e dos quadros institucionais dominantes ou consagrados. Os que tiverem verdadeiro e intransigente espírito científico terão necessariamente de ser em tais sistemas – “outsiders”. Nenhuma verdade radical pode ser tolerada em instituições universitárias ou acadêmicas prestigiadas na sociedade alienada.

O atual esquema de divisão das ciências obedece ao princípio maquiavélico – “divide e impera”. Impõe-se para confundir e não para esclarecer as mentes. Nestas condições, a reforma do saber é em si mesma, dependente da transformação estrutural da sociedade. Em certo momento, as instituições acadêmicas e universitárias acabam por ser obstáculo ao próprio trabalho científico genuíno, pois os seus beneficiários, por mais avançados que sejam as suas disposições subjetivas, contém o seu ímpeto generoso quando o seu “status” e os seus privilégios são ameaçados. E na verdade, o novo saber requer toda uma organização institucional muito diversa da que existe na maioria dos países ocidentais. A institucionalização

¹¹³ Artigo publicado em *O Jornal*, dia 26 de fevereiro de 1961.

do novo saber necessariamente é indissociável [ilegível no original] política de sentido inovador.

Embora não [ilegível no original] considerar modelares os sistemas sociais da URSS e da China, eles já mostram, contudo, em esboço, os traços do novo saber. O novo saber é fundado na prática (“práxis”). É preciso ir ao fundo desta afirmativa, para que se perceba o seu alcance. Naqueles sistemas, a ciência é literalmente atividade humana. Assim sendo, a ciência ali se desmistificou. O físico, por exemplo, veste o macacão e opera no laboratório segundo exigências sociais. E porque lhe corresponde, o seu conhecimento sociológico se desenvolve em alta escala. Por outro lado, submetidos que estão os movimentos sociais a decisões políticas, o que, entre nós, é disciplina econômica, disciplina sociológica, etc., passa a ser aspectos de ordinárias ações coletivas. As causas dos problemas ditos econômicos, sociais, são diagnosticadas pela discussão, em nível político, entre aqueles que os vivem diretamente. Desde que a consciência do público é cada vez mais politizada, o diagnóstico e a terapêutica dos problemas são obtidos pelo esforço associado, que requer discussão e prática transformadora, daqueles que são a matéria humana de tais problemas. Cada vez menos, em tais sistemas sociais, a coletividade deixa de estar dividida em duas partes: um de esclarecidos e de outra de não esclarecidos. O socialismo é ilustração em massa. Implica na liberação irrestrita dos poderes pedagógicos da vida associada, tornando toda pessoa um educador. Só nas sociedades alienadas a educação se requer como função privilegiada, de uma parte da sociedade elevada sobre a outra. Nos regimes socialistas o educador tende a ser o processo social.

Estaria tentado a falar do novo saber englobante como uma espécie de “politicologia”. Num regime em que o social se torna objeto da vontade do poder coletivo, os imperativos políticos são vividos em massa, a ciência se descompartmenta e assume a feição de conduta normal de todos. Cada qual é um pouco físico, químico, economista, sociólogo, etc. desde que o saber se democratize. A ciência “rectrix” é “politicologia”.

Técnicas do corpo na Europa Ocidental refletem o homem em sua natural prepotência¹¹⁴

Guerreiro Ramos

O etnólogo francês Marcel Mauss, depois de acumular grande soma de observações em diferentes sociedades, sentiu que parte delas não encontrava lugar na classificação de fatos

¹¹⁴ Artigo publicado em *O Jornal*, dia 07 de maio de 1961.

usada em seu tempo pelos seus colegas. Para enquadrá-los na etnologia teve que propor capítulo novo para a disciplina. Chamou-o de “técnicas do corpo”. O ensaio de Marcel Mauss sobre as “técnicas do corpo” incluso em sua obra póstuma **Sociologie et Anthropologie**, organizada e prefaciada por Levi Strauss, é um dos textos mais dignos de interesse da etnologia contemporânea. Aprendi em Marcel Mauss que o corpo humano é um documento sociológico. Cada sociedade, ou como proferem hoje os antropólogos, cada cultura tem suas peculiares “técnicas do corpo” e, assim, modela à sua imagem a física humana, na verdade também a química humana. Por força de particularidades de dieta, a composição química do organismo humano varia de sociedade para sociedade. W. I. Thomas e Florian Znanieck, em seus famosos estudos sobre o campônio polonês migrado para os Estados Unidos, notou as variações corporais que nele ocorrem quando passam de um continente para outro.

O corpo humano é um compêndio, um livro de sociologia. Ou de culturologia. Quem quiser duvide, mas no corpo humano já se refletem as diferenças entre o sistema capitalista e o sistema socialista. Nas sociedades capitalistas, costuma haver multiplicidade de técnicas do corpo, acompanhadas de suas respectivas economias externas, para consumo privilegiado dos integrantes da “high society”, o que é inconcebível nos países socialistas. Isto quer dizer que, nos países socialistas, não se encontram essas criaturas vaporosas, de compleição apurada, altamente treinadas em maneiras sofisticadas, em suma, portadoras de traços que só se adquirem na ociosidade. Não é por acaso que nesses países não há lugar para cronistas sociais. O socialismo, estou certo, não é intrinsecamente incompatível com a elegância e a estilização do corpo humano. Está criando suas modalidades próprias de elegância e estilização fisiológica. Haverá um tempo, estou certo, em que, depois de terem cumprido a etapa heroica que atravessam, as sociedades socialistas concederão o relevo que merecem os **folkways** e as técnicas do corpo, sem, é claro, a marca de privilégio que tem no mundo pré-socialista. Trairia a sua vocação humanista o socialismo, se fosse inimigo do corpo humano como objeto artístico. Mas por enquanto, prevalecem no socialismo a cultura do corpo, ponto de vista da força vital e da saúde e não do ponto de vista estético.

No tocante ao corpo feminino, parece-me evidente o contraste entre o capitalismo e o socialismo. A mulher europeia é ainda criatura largamente dependente do homem, em seus gestos, em sua indumentária. Quando, em companhia de seu par masculino, ela é invariavelmente a protegida. Tem a psicologia da protegida. O casal soviético e o casal chinês são grupos de iguais. As mulheres que vi nas ruas e nos bares de Copenhague e Paris, depois de estágio na China e na Rússia, me pareceram em tudo segregações do capitalismo. Diante delas coloquei-me por assim dizer como um estranho, um marciano recém-chegado à Terra.

Aqueles ademanes, aquelas vestes, aquelas substâncias nos lábios, nos olhos, nos cabelos, nas unhas, aquelas modalidades no caminhar e no sentar eram ilustrações de uma cultura em que se afirmava a prepotência do homem.

A cultura tem sexo, demonstrou Georg Simmel, em famoso ensaio. As sociedades capitalistas são masculinas. Nelas o predomínio do masculino é tanto mais perceptível quanto maior o subdesenvolvimento. Certa vez em Copenhague, um amigo que viajara pelas Américas me elogiava o andar das mulheres centro-americanas, notadamente o jogo de nádegas da mulher cubana, segundo ele, ao mesmo tempo elegante e excitante. Eu lhe disse que era o desemprego ou subemprego da mulher que, em grande parte, explicavam aqueles tropos.

A explicação deles, no meu modo de entender, estaria na relação típica entre escravo e senhor, tal como Hegel a tinha focalizado. Nas tribos onde domina o sistema patriarcal, está igualmente presente este viver referido ao homem. Nas sociedades da Europa Ocidental, a dependência da mulher em relação ao homem é mais disfarçada, mas nem por isso deixa de afetar o comportamento feminino. Ali a moda é feita pelo homem, reflete as imposições do gosto do homem, sua visão do feminino. A mulher é que tem que se ajustar a essa visão. Só o socialismo poderá alterar essa situação. Em Moscou ou em Pequim, jamais pode ser visto alguém caminhando na rua como Brigitte Bardot ou Marilyn Monroe. Há um erotismo socialista, diverso do capitalista. É preciso mandar aos países socialistas uma expedição de antropólogos para estudar esses novos aspectos do ser humano no século XX. Provavelmente se venha a verificar que o verdadeiro feminismo esteja começando a aparecer nesses últimos países, o feminismo de que falava Georg Simmel, em que a mulher não reivindica ser como o homem à George Sand, mas reivindica ser ela mesma, agente ativo de cultura e civilização, ao lado do homem, e não sob a sua prepotência institucionalizada.